



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Rio de Janeiro

MARÇO/2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa-TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017 e da Portaria-TCU nº 65/2018.

Rio de Janeiro

MARÇO/2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Relatório de contas ordinárias anual: relatório de gestão do exercício 2017 / Instituto Federal do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, 2018.

317 f. : il. color. ; 31 cm.

1. Administração pública. 2. Relatório de gestão (2017). I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. II. Título.

CDU 35

Coordenação Geral de Bibliotecas

Ficha Catalográfica Elaborado por:

Sergio Pinheiro Rodrigues

CRB7 3684

Presidente da República
MICHEL TEMER

Ministro da Educação
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO

Reitor
PAULO ROBERTO DE ASSIS PASSOS

Pró-Reitor de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional
MIGUEL ROBERTO MUNIZ TERRA

Pró-Reitora de Ensino Médio e Técnico
HELENA DE SOUZA TORQUILHO

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
ELIZABETH AUGUSTINHO

Pró-Reitor de Extensão
FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
MIRA WENGERT

Diretor de Desenvolvimento Institucional e Expansão
MARCOS JOSÉ CLIVATTI FREITAG

DIRETORES GERAIS DOS CAMPI

Campus Arraial do Cabo
JOÃO GILBERTO DA SILVA CARVALHO

Campus Belford Roxo
FÁBIO SOARES DA SILVA

Campus Duque de Caxias
PEDRO PAULO MERAT

Campus Engenheiro Paulo de Frontin
RODNEY CEZAR DE ALBUQUERQUE

Campus Avançado Mesquita
GRAZIELLE RODRIGUES PEREIRA

Campus Nilópolis
WALLACE VALLORY NUNES

Campus Niterói
EUDES PEREIRA DE SOUZA JUNIOR

Campus Paracambi
CRISTIANE HENRIQUES DE OLIVEIRA

Campus Pinheiral
REGINALDO RIBEIRO SOARES

Campus Realengo
ELISA SUZANA CARNEIRO PÔÇAS

Campus Rio de Janeiro
FLORINDA DO NASCIMENTO CERSOSIMO

Campus São Gonçalo
TIAGO GIANNERINI DA COSTA

Campus Volta Redonda
SILVÉRIO AFONSO ALBINO BALIEIRO

Campus Avançado Resende
ALDA MARIA COIMBRA AGUILAR MACIEL

Campus São João de Meriti
SÉRGIO RICARDO DOS SANTOS MORAES

SISTEMATIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E EXPANSÃO

Fabício Pinheiro Lima
Tecnólogo em Gestão Pública

Sergio Pinheiro Rodrigues
Bibliotecário e Documentalista

LISTA E SIGLAS

Ascom	Assessoria de Comunicação
Audin	Auditoria Interna
Caeg	Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação
Caet	Conselho Acadêmico de Ensino médio-técnico
Caex	Conselho Acadêmico de Extensão
CAT	Comunicados de Acidente de Trabalho
Cefeteq	Centro de Educação Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
CGU	Controladoria Geral da União
Consup	Conselheiro Superior
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Funarte	Fundação Nacional de Artes
IBC	Instituto Benjamin Constant
IF	Instituições Federais
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Inea	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ines	Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC	Ministério da Educação
MPog	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NGov	Núcleo de Governança
ONG	Organizações não Governamentais
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PAGR	Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PSS	Programa de Saúde do Servidor
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
Susep	Superintendência de Seguros Privados
TCU	Tribunal de Contas da União
UF	Unidade Da Federação

UFRJ	Universidade Federal do Rio Janeiro
UG	Unidade Gestora
VCGE	Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do IFRJ

Figura 2 - Mapa Estratégico do IFRJ 2017-2021

Figura 3 - Cronograma do Desenvolvimento e Implantação do Planejamento Estratégico

Figura 4 - Estrutura do PAGR

Figura 5 - Página do Portal IFRJ

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores de Desempenho do IFRJ

Tabela 2 - Metas Estratégicas do IFRJ

Tabela 3 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Tabela 4 - Renda Familiar Per Capita – Alunos

Tabela 5 - Renda Familiar Per Capita – Alunos 2013-2017

Tabela 6 - Titulação do Corpo Docente

Tabela 7 - Índice de Titulação do Corpo Docente

Tabela 8 - Quantitativo de Servidores que Recebem Adicional de Insalubridade e/ou Periculosidade

Tabela 9 - Composição do Quadro de Estagiários

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comunicados de Acidente de Trabalho – IFRJ

Gráfico 2 - Índice de Reclamações – 2016 e 2017

Gráfico 3 - Reclamações – 2016

Gráfico 4 - Reclamações – 2017

Gráfico 5 - Recomendações Atendidas

Gráfico 6 - Evolução das Emissões das Recomendações – CGU

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Ameaças – fatores negativos d ambiente externo
- Quadro 2 - Oportunidades: fatores positivos do ambiente externo
- Quadro 3 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégica
- Quadro 4 – Descrição dos Macroprocessos Finalísticos do Ensino Médio e Técnico – Proet
- Quadro 5 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Graduação – Prograd
- Quadro 6 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação – Proppi
- Quadro 7 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Extensão – Proex
- Quadro 8 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Assistência Estudantil – Dirae
- Quadro 9 - Identificação da Ação
- Quadro 10 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro 11 - Receitas Correntes
- Quadro 12 – Despesas por Modalidade de Contratação
- Quadro 13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa
- Quadro 14 - Suprimento de Fundos
- Quadro 15 – Relação candidato/vaga
- Quadro 16 – Relação de Ingressos/Alunos em Porcentagem
- Quadro 17 - Relação Concluintes x Alunos
- Quadro 18 - Índice de eficiência acadêmica / concluintes (Taxa de Saída com Êxito)
- Quadro 19 – Índice de retenção do fluxo escolar
- Quadro 20 – Relação alunos/docentes em tempo integral
- Quadro 21 – Relação Matrícula/Professor
- Quadro 22 – Gastos correntes com alunos
- Quadro 23 – Percentual de gastos com pessoal
- Quadro 24 - Percentual de Gastos com Outros Custeios
- Quadro 25 – Percentual de Gastos com Investimentos
- Quadro 26 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU N.º 2.267/2005
- Quadro 27 – Socioeconômico - Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar – 2017
- Quadro 28 – Socioeconômico - Percentuais de Alunos Matriculados por Cor/Raça e Renda per Capita Familiar – 2017

Quadro 29 – Socioeconômico - Número de Alunos Matriculados por Cor/Raça e Renda per Capita Familiar – 2017

Quadro 30 – Atendimentos aos percentuais estabelecidos na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Quadro 31 – Taxa de Evasão

Quadro 32 – Composição da Auditoria

Quadro 33 – Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 34 – Força de Trabalho da UPC

Quadro 35 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Quadro 36 - Despesas com Pessoal

Quadro 37 – Frota de veículos da Reitoria

Quadro 38 – Veículos Transferidos da Reitoria

Quadro 39 – Veículo Emprestado à Reitoria

Quadro 40 – Total de Gastos da Reitoria com Abastecimento e Manutenção de Veículos

Quadro 41 – Veículo do *Campus* Resende

Quadro 42 – Veículo do *Campus* São João de Meriti

Quadro 43 – Frota de Veículos do *Campus* Arraial do Cabo

Quadro 44 – Frota de Veículos do *Campus* Duque de Caxias

Quadro 45 – Frota de Veículos do *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin

Quadro 46 – Veículo Emprestado ao *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin

Quadro 47 – Gastos do *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin com Abastecimento e Manutenção de Veículos

Quadro 48 – Frota de Veículos do *Campus* Mesquita

Quadro 49 – Frota de Veículos do *Campus* Nilópolis

Quadro 50 – Veículo Emprestado ao *Campus* Nilópolis

Quadro 51 – Total de Gastos do *Campus* Nilópolis com Abastecimento e Manutenção de Veículos

Quadro 52 – Frota de Veículos do *Campus* Paracambi

Quadro 53 – Frota de Veículos do *Campus* Pinheiral

Quadro 54 - Frota de Veículos do *Campus* Realengo

Quadro 55 – Frota de Veículos do *Campus* Rio de Janeiro

Quadro 56 – Frota de Veículos do *Campus* São Gonçalo

Quadro 57 – Frota de Veículos do *Campus* Volta Redonda

Quadro 58 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro 59 Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade do IFRJ, Exceto Imóvel Funcional

- Quadro 60 - Imóveis Não Registrados no Spiunet
- Quadro 61 - Despesas de Manutenção com Imóveis
- Quadro 62 - Comunidade atendida – Quantitativo
- Quadro 63 - Informações sobre Ocupação dos Imóveis Funcionais Pertencentes ao IFRJ - *Campus Pinheiral*
- Quadro 64 - Índice de Manifestações por Área
- Quadro 65 - Manifestações por Categoria
- Quadro 66 - Índice de Reclamações e Solicitações por Área
- Quadro 67 - Detalhamento por Fonte de Recurso e Categoria de Gasto
- Quadro 68 - Execução Orçamentária e Financeira no Exercício 2017
- Quadro 69 - Sintético da Execução Orçamentária e Financeira
- Quadro 70 - Situação das Recomendações Emitidas pela CGU
- Quadro 71 – Medidas administrativas para apuração
- Quadro 72 - Despesas com Publicidade
- Quadro 73 - Demonstração da Conformidade com o Disposto no art. 3º do Decreto nº 5.626/2005

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	18
2 VISÃO GERAL.....	22
2.1 Finalidade e competências.....	22
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	23
2.3 Ambiente de atuação.....	23
2.4 Organograma.....	34
2.5 Macroprocessos finalísticos.....	40
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	71
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	71
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	71
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	74
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	76
3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	77
3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	83
3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	83
3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	87
3.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	88
3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	89
3.3 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.....	90
3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	90
3.3.2 Informações sobre a realização das receitas.....	90
3.3.3 Informações sobre a execução das despesas.....	91

3.3.4 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	93
3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	95
3.4.1 Apresentação a análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	95
3.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	113
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	113
4.1 Descrição das estruturas de governança.....	113
4.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	114
4.3 Sobreposição de carga horária – Pronatec.....	119
4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	119
4.5 Gestão de riscos e controles internos.....	120
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	120
5.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	120
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	122
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	125
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	127
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	131
5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	132
5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	132
5.2.1 Gestão da frota de veículos.....	132
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	153
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	153
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	155
5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	162
5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	162
5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	164

5.3.1 Principais sistemas de informações.....	167
5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	183
5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	183
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	188
6.1 Canais de acesso do cidadão.....	188
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	206
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	207
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade...207	
6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	207
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	215
7.1 Desempenho financeiro no exercício.....	215
7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	217
7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	218
7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	218
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	219
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	219
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	227
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	240
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	244
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	244
8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	244
8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	246
9 ANEXOS.....	249

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) é uma autarquia federal, com autonomia universitária, organizado em uma estrutura *multicampi* e pluridisciplinar, onde são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Com atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, realiza, ainda, ações de inclusão social; desenvolve pesquisa científica em vários campos do saber visando à inovação tecnológica; e, proporciona a divulgação e popularização da ciência.

Atualmente conta com as seguintes unidades: Reitoria, 10 (dez) *campi* instalados, 05 (cinco) *campi* em instalação e 02 (dois) *campi* previstos.

No cumprimento de sua missão, em matéria acadêmica (ensino, pesquisa, extensão e inovação), no decorrer de 2017 foram desenvolvidas as seguintes ações de destaque:

Educação Profissional Técnica em Nível Médio: as atividades foram focadas nos processos de planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das políticas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para os cursos já existentes. Neste sentido, foi dada a continuidade da atualização da documentação referente aos cursos técnicos de nível médio; foi viabilizada a renovação dos conselheiros do Conselho Acadêmico de Ensino Técnico (CAET) em conjunto com as Pró-Reitorias; prosseguiu-se com o credenciamento de novos cursos técnicos junto aos Conselhos Profissionais; foi consolidado um acordo de colaboração com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para a implementação do Curso Técnico em Arquivo; foi dado o prosseguimento aos procedimentos de validação e migração das informações acadêmicas referentes aos cursos técnicos de nível médio para o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA); foram elaboradas a minuta da Resolução que normatiza o uso do nome social e a Instrução de Serviço nº 01/2017, que normatiza procedimentos referentes à implantação de novos cursos para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Neste mesmo período, foi dada continuidade de apoio à expansão institucional por meio da oferta de novos cursos técnicos de nível médio, tanto nos campi já consolidados e nos campi em processo de implantação, como através de parcerias com outras instituições públicas, desenvolvendo o ensino profissional nas formas articulada e subsequente à educação básica, em suas diferentes modalidades. Além disso, buscou-se atender as principais metas propostas para o período de 2014 a 2018, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Neste sentido, os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária, Meio Ambiente e de Informática, bem como dos Cursos Técnicos Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio em Administração (campus Pinheiral) e Guia de Turismo (campus Resende), tiveram suas cargas horárias adequadas àquelas previstas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC 2014). Houve

a implantação de novos Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes ao Ensino Médio em Administração (campi Niterói e São João de Meriti), Informática para Internet (campus São João de Meriti), Paisagismo (campus Pinheiral), Artesanato (campus Belford Roxo) e Produção de Moda (campus Belford Roxo). Além disso, foram implantados também os seguintes Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Administração (campus São Gonçalo), Informática para Internet (campus Engenheiro Paulo de Frontin) e Guia de Turismo (campus Resende). Também, buscou-se elaborar e implementar estratégias e ações para ampliar as oportunidades de acesso para as camadas sociais historicamente desfavorecidas, contribuindo para a democratização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, investindo em ações afirmativas através da ampliação do número de vagas ofertadas em editais de processos seletivos, contribuindo para a diminuição do número de vagas ociosas. Outras ações de destaque neste nível de escolarização referem-se à formação continuada dos servidores técnicos- administrativos lotados na Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico (PROET), bem como a formação continuada de Coordenadores Técnico-Pedagógicos, Coordenadores de Curso e Diretores de Ensino dos campi no que se refere à organização do trabalho pedagógico em uma Instituição de Formação Profissional Tecnológica.

Ensino de Graduação: as ações estiveram voltadas, prioritariamente, à implantação do novo Sistema Integrado de Gestão Acadêmico (SIGA), ao acompanhamento dos cursos em atividade, bem como dos programas e projetos em andamento (Programa de Educação Tutorial - PET e PET/Conexões de Saberes, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, Programa de Bolsa Permanência- PBP. Em relação à implantação do novo sistema acadêmico, houve acompanhamento e orientação para todo o processo, em parceria com a Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA) e Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). Com o sistema acadêmico, pretende-se aprimorar o acompanhamento dos indicadores da graduação, visando o planejamento de ações específicas, voltadas para a melhoria desses resultados. Também, foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento aos cursos de Bacharelado em Terapia Ocupacional (campus Realengo), Licenciatura em Física (campus Nilópolis) e Licenciatura em Computação (campus Pinheiral), este último tendo iniciado suas atividades no ano de 2017, com a oferta de 78 novas vagas para o ensino de graduação na instituição. Em ação conjunta das Pró-Reitorias foi realizada a eleição sistêmica dos Conselhos Acadêmicos, sendo eleitos novos conselheiros para o biênio 2017/2019, exceto para representações em que houve ausência de candidatos. Ainda, houve intensa orientação e acompanhamento para a participação dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), quando 10 cursos foram avaliados.

Pós-Graduação: foram criados quatro grupos de trabalho para a criação de projetos pedagógicos de cursos de especialização, mestrado e doutorado: Especialização em Gestão de Projetos e

Negócios em TI (campus Engenheiro Paulo de Frontin), Especialização em Práticas de Letramento (campus São João de Meriti), Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT (já aprovado pela CAPES) e Doutorado Profissional em Ensino de Ciências (campus Nilópolis).

Educação a Distância: houve o encaminhamento da regulamentação da modalidade em todos os níveis de ensino, o desenvolvimento profissional da equipe com a realização de capacitações no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a organização interna do setor que teve início em novembro do ano de 2016; porém, com dificuldades decorrentes da atual forma de organização da instituição (fragmentação das pró-reitorias de ensino por nível de escolarização).

Pesquisa: foram lançados editais de fomento à pesquisa (Prociência); de publicação científica no exterior (Publique); de bolsas de iniciação científica e tecnológica (ICT) para os estudantes de nível médio e da graduação (PIBICT). Outros três editais que ainda se encontram em sua segunda edição, a saber, o Programa de Auxílio à Editoração (PROEDIT), o Programa Institucional de Incentivo à Inovação (PROINOVA) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI – INOVA também foram disponibilizados como parte da política de fomento à pesquisa e a inovação.

Inovação: foi realizado o acompanhamento das patentes depositadas no INPI pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT-IFRJ). Além disso, foram firmados acordos de cooperação com empresas e instituições de ensino. Também, foram construídas as minutas dos seguintes documentos: Proposta de Regulamentação para Prestação de Serviços à Comunidade Externa Referentes às Atividades de Pesquisa, Extensão Tecnológica e Inovação; e, Atualização da Política de Inovação Institucional. Além disso, a equipe de inovação está contribuindo para a implementação do planejamento estratégico institucional, que foi realizado em 2017, por meio do projeto “Fomento a Inovação”.

Extensão: as ações desenvolvidas foram amparadas por discussões realizadas pelos campi, pelas Coordenações Internas, e pelo Conselho Acadêmico de Extensão do Instituto. Estas ações reafirmaram a Extensão como processo acadêmico construído e realizado a partir das demandas emanadas do contexto social, destacando a relevância deste processo na formação do estudante, no fortalecimento dos saberes e práticas pedagógicas e no diálogo com a Sociedade. Coube à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) o estímulo de atividades, que estiveram implicadas em relações interdisciplinares, envolvendo diferentes profissionais, dos mais diversos setores do IFRJ e da sociedade em geral. Ao longo de 2017 priorizou-se práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais, relacionadas com as áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, gênero e diversidade sexual, e respeito as diversas entidades religiosas, entre outras. Foi um período marcado por inúmeras conquistas, realizações e avanços, mesmo considerando os cortes

orçamentários que dificultaram em muito a ampliação de novas ações de extensão. Os resultados positivos decorreram do envolvimento da comunidade acadêmica em prol do alcance dos objetivos institucionais. Importa pontuar que além das ações que ocorreram regularmente nas diversas áreas e coordenações, o crescimento substancial na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) todos os *campi*, bem como o efetivo acompanhamento em todos os *campi* na criação das regras e medidas de acessibilidade.

Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão e Inovação: destaca-se no período a realização dos eventos de culminância e disseminação de ciência e tecnologia, como: Jornada Interna de Iniciação Científica e Tecnológica; Fórum de Inovação, Tecnologia e Educação; Jornada Interna de Pós-Graduação; Jogos Intercampi; Semana de Extensão; Feira de Estágios e Empregos.

Administração e Planejamento: as principais realizações voltam-se às aplicações orçamentárias e financeiras no cumprimento das metas e atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão, com atendimento prioritário as necessidades dos alunos; continuidade das obras de construção e reformas de infraestrutura da Reitoria e dos diferentes campi, com destaque para as obras dos novos campi; e, a admissão de novos servidores técnicos administrativos e docentes, dentro da dotação do IFRJ. Houve significativo comprometimento da execução orçamentária e financeira devido à: cortes e contingenciamento; atrasos de repasse/liberação de limites orçamentários no fim do exercício que gera dificuldade no planejamento anual e atrasos nas licitações e contratações devido falta de dotação orçamentária; atrasos no repasse financeiro para pagamento das despesas do exercício, RAP, emendas parlamentares, e TED que geram descumprimento quanto à paralisação de serviços essenciais, incidência de juros e multas, atrasos nas execuções de obras além de reprogramação e cancelamento de atividades.

2 VISÃO GERAL

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O IFRJ atua nos diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a Formação Inicial e Continuada, passando pelo ensino Técnico de Nível Médio e Graduação até a Pós-Graduação *lato e stricto sensu*, com cursos presenciais e a distância.

A instituição desenvolve pesquisa em vários campos do saber, visando à inovação tecnológica e a divulgação e popularização da Ciência; bem como, extensão, com significativas ações de inclusão social de jovens e adultos, de população em situação de vulnerabilidade social e de pessoas com deficiência.

Seguindo o art. 6º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRJ tem por finalidades e características:

- I. *Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*
- II. *Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;*
- III. *Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;*
- IV. *Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;*
- V. *Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;*
- VI. *Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino*
- VII. *Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*
- VIII. *Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*
- IX. *Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

O IFRJ foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por transformação do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (Cefetq). A instituição está vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

Trata-se de uma instituição de Educação Básica e Superior, pluridisciplinar e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades, na pesquisa, na inovação e na extensão, gozando de autonomia universitária.

A instituição tem como órgãos superiores o Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo, e o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo. Ambos os conselhos são presididos pelo Reitor, cargo ocupado por um docente, eleito pela comunidade e nomeado pelo Presidente da República, para um período de gestão de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido ao cargo uma única vez.

O IFRJ tem como órgão executivo a Reitoria, composta pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e Diretores Sistêmicos. A Reitoria é a administração central da instituição, sendo subordinadas a ela todas as suas unidades acadêmicas (*campus* ou *campus* avançado).

Os *campi* são dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor, para um mandato de 04 (quatro) anos, após consulta à comunidade (no caso de *campus* com mais de 05 anos de implantação, após autorização do Ministério da Educação – MEC). Cada *campus* possui sua própria estrutura, contando obrigatoriamente com Direção de Ensino. Atualmente o IFRJ possui 15 (quinze) *campi* em funcionamento.

As normas e os regulamentos do instituto encontram-se no seu sítio e podem ser acessadas pelos seguintes links:

- Estatuto e Regimento Geral do IFRJ: <<http://www.ifrj.edu.br/node/1017>>;
- Resoluções do IFRJ: <<http://www.ifrj.edu.br/conselho-superior/resolucoes/2008>>; e <<http://portal.ifrj.edu.br/conselho-superior/resolucoes>>.

2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Cumprindo os objetivos estabelecidos na legislação, o IFRJ compromete-se com a oferta de Educação Profissional em seus vários níveis e modalidades, incluindo-se a Educação a Distância, com o aumento da elevação da titulação de seus profissionais e com a defesa de que os processos de formação estejam ligados à elevação da escolaridade.

O ano de 2009 inicia com uma nova institucionalidade e, agora, com campi instalados nos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Paracambi, Pinheiral, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Volta

Redonda, além da unidade de Arraial do Cabo, posteriormente transformada em campus. Neste mesmo ano o IFRJ instala o primeiro campus destinado à área de ciências e tecnologias da saúde no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o campus Realengo (Zona Oeste do Rio de Janeiro), inovando com a oferta dos cursos de Bacharelado em Farmácia (implantado em 2007, provisoriamente no campus Nilópolis), Bacharelado em Fisioterapia e Bacharelado em Terapia Ocupacional, o primeiro em instituição pública no Estado do Rio de Janeiro. Também, ainda no ano de 2009, foram 18 implantados diversos outros cursos, em diferentes níveis de escolarização, ampliando a atuação e inserção da instituição, chegando a outros municípios nos anos seguintes, como Engenheiro Paulo de Frontin e Mesquita.

Com o advento da III Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, lançado em agosto de 2011, a instituição iniciou o processo para possível implantação de seis novos campi: Belford Roxo, Niterói, São João de Meriti, Complexo do Alemão (Rio de Janeiro), Cidade de Deus (Rio de Janeiro) e Resende.

Importante destacar que o IFRJ está presente em uma vasta área, com grandes contrastes sociais, econômicos e mesmo geográficos, buscando contribuir para o progresso socioeconômico da região em que se insere cada um de seus *campi*.

O IFRJ, em seus nove anos de funcionamento, colocou-se como uma instituição produtora e disseminadora da cultura, da ciência e da tecnologia para a região Centro-Sul Fluminense, além de partícipe da indução do desenvolvimento local e regional. Sua história é marcada por diferentes institucionalidades, que são reflexos das transformações políticas, econômicas e educacionais do país ao longo de mais de sete décadas. Mesmo que vinculada à políticas, leis e normas que visaram atender demandas de certos contextos e momentos, os princípios institucionais mantiveram-se coerente com as finalidades da educação pública, gratuita e de qualidade em padrões de excelência, diferenciando-se do modelo acadêmico das universidades brasileiras.

O IFRJ tem como missão institucional – redefinida em 2017 – “promover educação profissional, científica e tecnológica contribuindo para a formação de cidadãos críticos que possam atuar como agentes de transformação e inclusão social”. Assim, apresenta-se os *campi* da instituição, já instalados ou em fase de implantação, porém com atividades pedagógicas em fase inicial, onde a missão institucional é traduzida, efetivamente:

Campus Arraial do Cabo: localizado na chamada Mesorregião das Baixadas Litorâneas, o município tem extensão territorial de 160,287 km² e população estimada em 28.866 habitantes (IBGE, 2014). A Mesorregião das Baixadas Litorâneas tem como principais setores geradores de emprego: a administração pública, o comércio varejista, as atividades informais ligadas ao

turismo, os serviços hoteleiros, a construção civil e as instituições educacionais. O *campus* possui atividades vocacionadas para as áreas de Química e Meio Ambiente.

Campus avançado Resende: sediado no centro, no bairro Campos Elíseos, com fácil acesso à Rodovia Dutra (Rio-São Paulo). Localizado na microrregião do Vale do Paraíba, o município possui uma extensão territorial de 1.095,253km² e população de 2013 123.385 mil habitantes. Situado no eixo Rio-São Paulo, é limítrofe com os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Conhecida como uma cidade industrial especialmente nos setores metalomecânico e automobilístico, posição geográfica privilegiada, propicia a diversificação econômica com facilidade de acesso e escoamento da produção, explicando a presença do expressivo parque industrial local. Ao mesmo tempo, seus atributos permitem a convivência equilibrada desta atividade com aquelas inerentes ao grande potencial turístico local, o que resulta na resultante qualidade de vida local, uma importante vantagem locacional na atração de novos investimentos. A instalação de um *campus* avançado Resende foi uma grande contribuição para o desenvolvimento local, sendo as atividades atuais desenvolvidas nas áreas de Segurança do Trabalho e Turismo, com perspectivas de atuação nas áreas de Mecânica e Gestão, com possibilidade futura de oferta de Educação Superior, quando da sua transformação de *campus* avançado em *campus*.

Campus Belford Roxo: o campus possui atuação na área de Economia Criativa, com foco nos segmentos de Design, Moda, Audiovisual e na formação de professores.

Campus Duque de Caxias: criado a partir de uma parceria com a Prefeitura do Município de Duque de Caxias, iniciou suas atividades em 2006. Sua oferta educacional procura acompanhar as vocações do município, que abriga indústrias de refino de petróleo e gás, pequenas e médias indústrias de calçados, um polo moveleiro, um parque de ferramentaria de plástico, além do polo gás-químico e um setor de logística em grande expansão. O Município de Duque de Caxias apresentou um grande crescimento nos últimos anos, sendo a indústria e o comércio as principais atividades. Segundo o IBGE o município de Duque de Caxias encontra-se em 19º maior produto interno bruto no ranking nacional e o segundo maior do estado do Rio de Janeiro, com um total de 35,1 bilhões de reais. Apesar de possuir um dos maiores PIB's do Brasil, o município de Duque de Caxias apresenta um dos maiores índices de desigualdade social. Milhares de pessoas, residentes na cidade e na região da Baixada Fluminense, estão excluídos de processos de inserção no mercado industrial da região. A instalação desse campus marca uma nova etapa de desenvolvimento para o município de Duque de Caxias e arredores. Antes da instalação do *campus*, a oferta de cursos técnicos praticamente não existia, salvo em alguns cursos de curta

duração, ministrados de forma descontinuada pela rede privada. Com a diversidade do arranjo produtivo local do Município, o IFRJ – *campus* Duque de Caxias pode e vem contribuindo para a formação de um cidadão crítico e transformador, que possa atuar junto a sua comunidade e principalmente fazendo com que se insiram no mundo do trabalho ocupando cargo que exija qualificação. Hoje, mais de 60% da mão de obra especializada vem de fora do município e a nossa proposta é fazer com que os munícipes ao termino dos cursos ofertados pelo IFRJ possam ocupar essas vagas. O campus atua prioritariamente nas áreas de Química, Informática e Formação de Professores.

Campus Engenheiro Paulo de Frontin: localizado na região centro-sul fluminense, distrito de Sacra Família do Tinguá. No início de 2011 iniciou-se a oferta do primeiro curso técnico do campus, Informática para Internet, funcionando na modalidade concomitante e subsequente no turno vespertino. Em 2012, o *campus* foi contemplado como sede da infraestrutura de acesso à internet do programa Cidades Digitais, sendo o município Engenheiro Paulo de Frontin uma das 80 primeiras cidades digitais do país no novo projeto do governo federal integrante do PNBL. O campus é vocacionado para a área de Tecnologia da Informação e de Design de Games.

Campus Mesquita: localiza-se na região da Baixada Fluminense em um município com economia voltada à logística, comércio varejista e serviços. O *campus* caracteriza-se por desenvolver ações de educação e divulgação científica. Nesse sentido, é importante ressaltar que o *campus* abriga o Espaço Ciência InterAtiva (ECI). A relevância desse espaço se ratifica pela existência de apenas quatro centros de ciência na região da Baixada Fluminense: o ECI / *campus* Mesquita, o Espaço Ciência Paracambi, o Museu Ciência e Vida (Duque de Caxias) e o Jardim Botânico da UFRRJ (Seropédica). Além de considerar que a região demanda maiores investimentos de educação formal, este dado ratifica a necessidade de políticas públicas que promovam a democratização do acesso ao conhecimento científico. Nesse sentido, é importante assinalar a atuação do *campus* Mesquita no desenvolvimento e participação de diversas atividades e eventos de divulgação científica como “Ciência na Praça”, “ECI Itinerante” e “Contação de Histórias”, além da exposição permanente do ECI (exposição NeuroSensações) que está continuamente aberta ao público para visitação, foi alcançado um público estimado de 6700 pessoas no ano de 2017. Somem-se ainda o público contemplado nos eventos: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) em Mesquita, a III Feira dos Pequenos Cientistas, a 69ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Semana Acadêmica do *campus* Mesquita e o Circuito Ciências (realizado na cidade de São José do Vale do Rio Preto, durante a SNCT).

Campus Nilópolis: localiza-se num município onde as atividades econômicas estão pautadas no comércio e na prestação de serviços, que juntos representam aproximadamente 70% na participação na atividade econômica, com cerca de 1.600 empresas instaladas, que contribuem para a geração de um Produto Interno Bruto (PIB) em torno R\$ 1,813 mil. O campus Nilópolis é o segundo maior da instituição e possui atividades em diferentes áreas do conhecimento, com destaque para as Ciências da Natureza, Meio Ambiente e Produção Cultural. O destaque do campus é a contribuição na formação de professores em nível de graduação e pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*.

Campus Niterói: o campus possui atuação nas áreas de Administração e Informática, com perspectivas de expansão para a área de Engenharia.

Campus Paracambi: aloca-se no belíssimo prédio onde funcionou, por diversas décadas, a antiga Fábrica Brasil Industrial, do segmento têxtil - cuja arquitetura de inspiração inglesa do século XIX - uma das primeiras do Brasil. Em conjunto com a FAETEC, O CEDERJ, a Escola de Música Villa Lobos, compõe o complexo educacional intitulado “Fábrica do Conhecimento”. Objetiva-se, nesse polo, um centro de educação, cultura e artes, prezado pela pluralidade, diversidade e multinterdisciplinaridade em seus pilares norteadores. Atentando para estreito íntimo com o arranjo produtivo local. A 60 quilômetros da capital, Paracambi é um município do Estado do Rio de Janeiro, geograficamente, integrado à Baixada Fluminense. No entanto, geo-culturalmente, está classificado na microrregião de Vassouras, entendendo-se como parte da região Sul Fluminense, integrando o Ciclo do Vale do Sul Paraíba do café. Dessa maneira, recebe alunos de diversas realidades geo-sócio-culturais. Em seu território de cerca de 180 Km², apresenta uma população estimada em 44.629 habitantes. Apresenta uma economia pequena, voltada para micro-empresas e agricultura de pequeno porte e apoiada pelos serviços públicos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,720, segundo a classificação do PNUD 2010, coloca o município entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano. O campus destaca-se nas áreas de Mecânica, Química e Formação de Professores.

Campus Pinheiral: situa-se no município de Pinheiral, no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, sul do Estado do Rio de Janeiro. Há mais de 100 anos oferece Educação Profissional aos jovens dessa região e de outras regiões do Estado do Rio do Janeiro, além de como Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, alguns em regime de internato. A região de Pinheiral historicamente é marcada pela sua vocação em agropecuária, tendo sido sede de uma das maiores fazendas produtoras de café do país; destacou-se pela presença de instituições federais como Hospital

Militar e o Posto Zootécnico de Pinheiro e, onde também teve início a primeira turma de Medicina Veterinária do Brasil, onde atualmente é o *campus* Pinheiral.

Campus Realengo: está inserido na Zona Oeste do Rio de Janeiro, área que se encontra em grande desvantagem frente à outras regiões da cidade do Rio de Janeiro, em relação aos indicadores de saúde, renda e educação, entre outros, refletindo em um baixo IDH. Assim, o *campus* tem um papel importante na região, tendo em vista a missão institucional. Além de contribuir para a formação profissional e humana, com o oferecimento de três cursos de graduação e um curso técnico subsequente, todos na área da saúde, consegue promover ações de extensão e pesquisa que envolvem a comunidade do entorno do *campus*, como por exemplo a Clínica Escola, única vinculada à Instituição Pública de Ensino na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e a primeira da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Campus Rio de Janeiro (Maracanã): está situado na Região Administrativa de Vila Isabel, em local privilegiado da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que está cercado por vias rodoviárias e ferroviárias provindas das diversas regiões da cidade, garantindo um bom acesso da população, já que com transporte facilitado. Esta localização justifica a procura heterogênea dos alunos que ingressam na instituição. Por sua localização central privilegiada, próxima à estação de metrô e de trem e por onde circulam linhas de ônibus para diversas regiões do município do Rio e municípios vizinhos, recebe a cada ano, jovens egressos do ensino fundamental e médio, residentes em diferentes bairros, e adultos trabalhadores, que disputam as vagas oferecidas para os seus cursos regulares. A oferta de vagas tem atendido a uma pequena porcentagem da demanda por vagas. Desde a sua criação, o *campus* Rio de Janeiro vem ampliando sua área de atuação, visando atender a uma fatia cada vez mais significativa da população do Grande Rio, oferecendo educação voltada para as necessidades do mundo do trabalho, prioritariamente nas áreas de Alimentos, Biotecnologia, Química e Meio Ambiente.

Campus São de Meriti: o campus possui atuação nas áreas de Administração e Informática, com perspectivas de expansão para as áreas de Eletrotécnica e Engenharias.

Campus São Gonçalo: iniciou suas atividades em setembro de 2008 como parte do compromisso da então CEFET Química-RJ com a expansão da Rede Federal. A partir de janeiro 2010 o *campus* foi oficialmente inaugurado e nos anos seguintes aumentou seus cursos oferecidos e, conseqüentemente, o quantitativo de servidores e alunos. A cidade de São Gonçalo, que cedia o *campus*, é um município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro situada a 22 quilômetros da capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro, tendo como municípios limítrofes Niterói, Maricá e Itaboraí. Possui atividades econômicas diversificadas, com destaque para os

setores petroquímico, químico e farmacêutico (principalmente farmacêutico e diagnóstico); de extração mineral, cerâmica e cimento (principalmente fabricação de produtos cerâmicos e extração de pedras) e de confecções e têxtil (principalmente vestuário e moda). São 12.348 empresas atuantes e a divisão do Produto Interno Bruto municipal é de 73% para o setor de serviços e 27% para o setor industrial (IBGE, 2017). Contudo o município de São Gonçalo é conhecido não só por ser violento¹ (IPEADATA, 2013), mas também pelo seu baixo IDH. A população estimada para 2017 é de 1.049.826 habitantes. Em decorrência dos dados educacionais dos municípios o *campus* São Gonçalo pretende amplificar a oferta de vagas no Ensino Médio Integrado, outros cursos FIC e implementar um curso na modalidade da Educação de Jovens e Adultos para os próximos anos. O *campus* contribui para a economia local com ofertas formativas nas áreas de Química e Segurança do Trabalho.

Campus Volta Redonda: localiza-se num município da microrregião do Médio Vale Paraíba Fluminense, que compreende mais onze unidades administrativas municipais, entre as serras do Mar e da Mantiqueira. Ocupa uma posição estratégica, já que se situa a aproximadamente 102 quilômetros da capital e 301 km da cidade de São Paulo. A cidade possui a terceira maior receita fiscal do Estado, apresenta crescimento do setor terciário em função de uma das maiores rendas nominais do Estado do Rio de Janeiro. É o município de Volta Redonda, o mais desenvolvido da região do Vale Paraíba Sul Fluminense, oferece boa infraestrutura hospitalar, educacional e de hospedagem para realização de eventos; caracteriza-se por ser um importante centro regional cultural onde se encontram teatros, escolas de músicas, galerias de arte e centros de convenções. Tem como destaque em sua economia a indústria, principalmente a siderúrgica, pela presença da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, maior companhia siderúrgica da América Latina e outras empresas periféricas; a metal - mecânica e a cimenteira. São também áreas de importância econômica a prestação de serviços, o comércio e o turismo de negócios. O *campus* se destaca na formação de professores em nível de graduação e de pós-graduação e na formação de profissionais para eletrotécnica e metrologia.

Campus Niterói: o *campus* Niterói atua nesta referida cidade, oferecendo ensino profissionalizante e cursos de formação inicial e continuada e projetos de extensão na região oceânica e do sapê, abrangendo vários bairros além da cidade de São Gonçalo e atualmente conta com 400 alunos destas regiões.

¹ O número de homicídio entre jovens entre 15 e 29 anos até o ano de 2009 em todo Estado do Rio de Janeiro só não é maior que os municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

➤ CONVÊNIOS E COOPERAÇÕES NACIONAIS

CONVÊNIOS E COOPERAÇÕES NACIONAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Seropédica - Oferta formativa, Mestrado *in company* (2016-2018)

INSTITUTO MANGUEIRA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, Rio de Janeiro - Oferta formativa (2016-2019)

INSTITUTO DE PESQUISA JARDIM BOTÂNICO, Rio de Janeiro - Pesquisa (2016-2021)

INSTITUTO DE ESTUDOS DO MAR ALMIRANTE PAULO MOREIRA, Arraial do Cabo - Pesquisa (2016-2021)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, Rio de Janeiro - Pesquisa (2015-2020)

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, Rio de Janeiro - Pesquisa (2015-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, Niterói - Pesquisa (2015-2020)

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT - IBC, Rio de Janeiro - Oferta formativa (2015-2017)

BENERA IND. COM. EXP. DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, Itariri, São Paulo - Pesquisa (2014-2020)

INSTITUTO D'OR DE PESQUISA, Rio de Janeiro - Pesquisa (2014-2020)

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES, ESCOLA NACIONAL DE CIRCO, Rio de Janeiro - Oferta formativa (2014-2017)

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, Rio de Janeiro - Pesquisa (2013-2018)

NORTEC QUÍMICA, Rio de Janeiro - Pesquisa (2013-)

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, Rio de Janeiro - Pesquisa (2012-2017)

CONVÊNIOS E COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDAD NACIONAL DE VILLA MARIA, Córdoba, Argentina - Mobilidade acadêmica (2017-2022)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, Bragança, Portugal - Mobilidade acadêmica (2016-2020)

NIAGARA COLLEGE CANADA, Ontário, Canadá - Mobilidade acadêmica (2016-2021)

INSTITUTO DE EDUCACIÓN SUPERIOR TECNOLÓGICO PÚBLICO DE HUALLAGA, Saposoa, Perú - Mobilidade acadêmica (2016-2021)

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR TECNOLÓGICO SIMON BOLIVAR, Pescador Bellavista Callao, Perú - Mobilidade acadêmica (2016-2021)

UNIVERSITÉ DE LIMOGES - FACULTÉ DE SCIENCES ET TECHNOLOGIE, Limoges - Mobilidade acadêmica (2016-2021)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, Bragança, Portugal - Mobilidade acadêmica (2016-2021)

CENTRO DE INVESTIGACIONES EN ANTROPOLOGIA FILOSOFICA Y CULTURAL - CIAFIC, Buenos Aires, Argentina (2016-2017)

ASSOCIÓN ARGENTINA DE CULTURA, Buenos Aires, Argentina (2015-2017)

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, Évora, Portugal - Mobilidade acadêmica (2015-2020)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA, Coimbra, Portugal - Mobilidade acadêmica (2013-2018)

INSTITUTO POLITÉCNICO PORTALEGRE, Portalegre, Portugal - Mobilidade acadêmica (2013-2018)

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO, Porto, Portugal - Mobilidade acadêmica (2012-2017)

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E AVE, Barcelos, Portugal - Mobilidade acadêmica (2012-2017)

As principais ameaças e oportunidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, identificadas pelo planejamento estratégico foram:

➤ **AMEAÇAS**

Quadro 1: Ameaças – fatores negativos do ambiente externo

Ameaças: fatores negativos do ambiente externo								
Políticas educacionais na esfera federal que desfavorecem as instituições federais em prol das instituições privadas	Descontinuidade das políticas educacionais pelo Governo Federal		Corte de orçamento	Cultura do país de desvalorização do profissional técnico	Escassez de recursos financeiros	Ausência de políticas de transporte público gratuito para o estudante	Violência urbana/ Segurança pública	
P			E			S		
Fatores Políticos Quais são os fatos políticos que influenciam o desempenho institucional?			Fatores Econômicos Quais elementos da conjuntura econômica impactam o desempenho institucional?			Fatores Sociais Quais elementos sociais impactam o desempenho institucional?		
Atraso tecnológico do país	Falta de segurança cibernética	Falta de atualização dos sistemas	Falta de urbanização e acessibilidade para acesso aos Campi	Áreas ambientalmente desfavoráveis	Falta planejamento urbano municipal e estadual	Imposições legais que prejudiquem a autonomia de decisão do Instituto para seu melhor funcionamento	Certificação ENEM	PEC dos gastos públicos
T			A					
Fatores Tecnológicos Quais tecnologias atuais ou potenciais influenciam o desempenho institucional?			Fatores Ambientais Quais fatos do meio ambiente impactam o desempenho institucional?			Fatores Legais Quais restrições legais impactam o desempenho institucional?		
Atendimento e inclusão digital às pessoas deficientes			Impacto dos fenômenos da natureza no acesso aos Campi			Reforma do Ensino Médio	Burocracia legal imposta	

Fonte: Steinbeis 2017

➤ **OPORTUNIDADES**

Quadro 2: Oportunidades: fatores positivos do ambiente externo

Oportunidades: fatores positivos do ambiente externo											
Políticas governamentais nas diversas esferas que contribuem para expansão e consolidação	Apoio dos gestores estaduais e municipais	Parcerias para uso de fundos setoriais	Existência de uma Fundação para gerir os recursos (projetos de pesquisa e fomentos, prestação de serviços, etc)	Emendas parlamentares	Convênios com transferências de recursos	Fortalecimento dos arranjos produtivos locais	Atendimento de demandas sociais diversos (extensão, FIC, Pronatec, etc)	Melhoria do acesso à informação através de parcerias externas	Demanda externa de empresas, indústrias para a prestação de serviços com mão de obra qualificada	Demanda de vagas e cursos	
P			F			S					
Fatores Políticos Quais são os fatos políticos que influenciam o desempenho institucional?			Fatores Econômicos Quais elementos econômicos impactam o desempenho institucional?			Fatores Sociais Quais elementos sociais impactam o desempenho institucional?					
Sistemas integrados de gestão	Aumento da oferta de acesso à internet	Todas as ferramentas tecnológicas	Plataformas tecnológicas de apoio acadêmico	Realidade ambiental local que gera novas possibilidades de atuação	Evolução das políticas ambientais						
T			A								
Fatores Tecnológicos Quais tecnologias atuais ou potenciais influenciam o desempenho institucional?			Fatores Ambientais Quais fatos do meio ambiente impactam o desempenho institucional?						Fatores Legais Quais restrições legais impactam o desempenho institucional?		
Redes sociais (facebook, twitter e etc)							APE	Regularização da carga horária docente	Marco legal de ciência e tecnologia	Marco legal de ciência e tecnologia	
								Exigência de quantitativos mínimos de matrícula por segmento, priorizando o ensino médio	PNE	PROEJA	

Fonte: Steinbeis 2017

2.4 ORGANOGRAMA

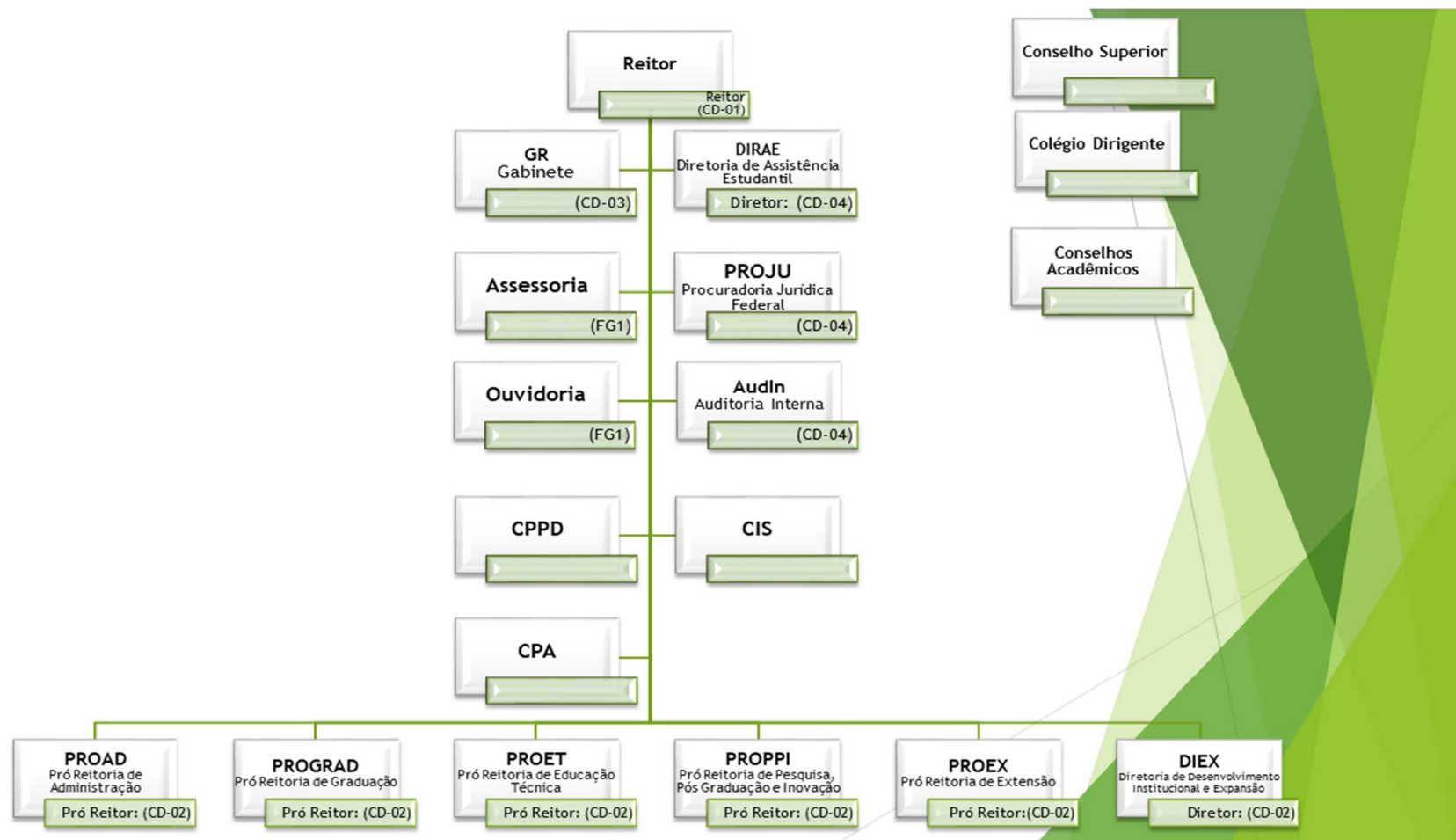


FIGURA 1 - Organograma do IFRJ.

Fonte: Resolução N° 033 de 18 de novembro de 2016 ConSup

QUADRO 3 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitor	Representação do IFRJ, em juízo ou fora dele, bem como administração, gestão, coordenação e superintendência das atividades da Instituição; convocação e presidência do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes; implementação e desenvolvimento da política educacional e administrativa do IFRJ, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior; estabelecimento de acordos, convênios, contratos e ajustes; expedição de editais, resoluções e portarias; admissão, posse, exoneração, concessão de aposentadoria e prática de demais atos relacionados à vida funcional dos servidores; criação de condições para o aprimoramento do processo educativo; submissão à apreciação do Colégio de Dirigentes da política institucional e da proposta orçamentária anual; apresentação anual, para apreciação do Conselho Superior, do planejamento e da proposta orçamentária; apresentação anual ao Conselho Superior do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, antes do encaminhamento aos órgãos competentes.	Paulo Roberto de Assis Passos	Reitor	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Planejamento, direção e supervisão das políticas de Pós-Graduação, pesquisa e inovação do IFRJ; promoção da integração das atividades de Pós-Graduação, pesquisa e inovação nos <i>campi</i> ; realização da coleta sistemática e permanente de dados, visando à avaliação quantitativa e qualitativa da pesquisa e do ensino da Pós-Graduação; análise das propostas de programas e cursos de Pós-Graduação, encaminhando-as aos órgãos competentes para aprovação; elaboração e reavaliação, junto com o Conselho Acadêmico de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Capog).	Mira Wengert	Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	De 01/01/2017 a 31/12/2017

Pró-Reitoria de Extensão	Apoio ao desenvolvimento de ações integradas do IFRJ com a sociedade; fomento do ensino e da pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular; incentivo à prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, auxiliando na formação de profissionais-cidadãos; articulação de políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão social; elaboração e supervisão dos projetos institucionais de extensão demandados pelos órgãos de fomento públicos e privados; incentivo e apoio à realização de eventos de divulgação cultural, científica e tecnológica, bem como aproximação da comunidade, no âmbito sistêmico e dos <i>campi</i> ; viabilização de políticas inclusivas em consonância com as políticas públicas.	Francisco José Montório Sobral	Pró-Reitor de Extensão	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitor de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Elaboração e consolidação, junto ao MEC, da proposta orçamentária anual do IFRJ; estabelecimento e supervisão da implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, no âmbito institucional; representação do IFRJ nos foros específicos da área; zelo pela adequação dos procedimentos administrativos às necessidades acadêmicas; supervisão dos Comitês de Apoio à Gestão; colaboração junto à Reitoria na promoção da equidade institucional entre os <i>Campi</i> , quanto aos planos de investimentos; divulgação da matriz orçamentária do IFRJ e dos recursos próprios pertinentes à Reitoria e aos <i>campi</i> ; fornecimento de informações e dados para a elaboração do relatório de gestão e a prestação de contas do IFRJ, anualmente; administração dos recursos financeiros e do patrimônio do IFRJ.	Miguel Roberto Muniz Terra	Pró-Reitor de Administração e Planejamento	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão	Elaboração das políticas e diretrizes para expansão do IFRJ; supervisão da construção, revisão e implementação do Planejamento Estratégicos do IFRJ; planejamento, direção e supervisão da construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição; elaboração do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFRJ, anualmente; representação do IFRJ nos foros específicos da área; direção das áreas de internacionalização, comunicação, concursos e processos seletivos, gestão acadêmica e bibliotecas.	Marcos José Clivatti Freitag	Diretor de Desenvolvimento Institucional e Expansão	De 01/01/2017 a 31/12/2017

Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico	Planejamento, direção e supervisão das políticas de Ensino Médio e Técnico para o IFRJ, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC. Planejamento de ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o envolvimento das outras Pró-Reitorias. Participação do processo democrático de construção do PDI e PPI, entre outras competências que demandam a função.	Helena de Souza Torquilha	Pró-Reitora de Ensino Médio e Técnico	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Planejamento, direção e supervisão das políticas de ensino de Graduação para o IFRJ, zelando pela coerência entre a missão institucional e as políticas desenvolvidas e condução do processo de discussão de propostas pedagógicas, no âmbito do ensino de Graduação, nas instâncias ligadas ao ensino e à gestão acadêmica, encaminhando-as aos órgãos colegiados competentes; acompanhamento e supervisão da implantação das políticas de acesso e permanência, visando ao êxito acadêmico dos estudantes.	Elizabeth Augustinho	Pró-Reitora de Ensino de Graduação	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Arraial do Cabo	Coordenação das políticas educacionais e administrativas, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior, pelas orientações determinadas pelo Reitor, em consonância com o Estatuto, com o Projeto Pedagógico Institucional, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Regimento Geral do IFRJ; representação do <i>campus</i> junto à Reitoria e às demais instituições e órgãos; celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas, no âmbito de atuação do <i>campus</i> , conforme delegação do Reitor; coordenação do planejamento, bem como função de ordenador de despesas do <i>campus</i> , de forma delegada e solidária com o Reitor; participação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); divulgação internamente das informações relevantes para o funcionamento do <i>campus</i> ; autorização da participação de servidores em eventos e reuniões representando o IFRJ; autorização dos processos de compras e execução de serviços; apresentação anual à Reitoria do relatório de atividades de sua gestão; zelo pela manutenção dos bens patrimoniais e financeiros; promoção do desenvolvimento e da formação continuada dos servidores; criação de comissões de assessoramento e grupos de trabalho para orientá-los no desempenho de suas funções, quando necessário; assinatura de diplomas, certificados e demais documentos acadêmicos relativos aos cursos ofertados no <i>campus</i> ; gerenciamento da execução dos recursos orçamentários do <i>campus</i> e ordenação das despesas com poderes de	João Gilberto da Silva Carvalho	Diretor-geral do <i>campus</i> Arraial do Cabo	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Belford Roxo		Fábio Soares da Silva	Diretor-geral do <i>campus</i> Belford Roxo	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Duque de Caxias		Pedro Paulo Merat	Diretor-geral do <i>campus</i> Duque de Caxias	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Engenheiro Paulo de Frontin		Rodney Cezar de Albuquerque	Diretor-geral do <i>campus</i> Engenheiro Paulo de Frontin	De 01/01/2017 a 31/12/2017

Direção-Geral do <i>campus</i> Avançado Mesquita	movimentação financeiras e bancárias do <i>campus</i> ; presidência do Colegiado do <i>campus</i> ; presidência (na ausência do Reitor ou de seu representante legal) das solenidades de conclusão de cursos; zelo pelo cumprimento das leis e normas, das decisões legais superiores, bem como pelo bom desempenho das atividades do <i>campus</i> ; abertura e movimentação de conta bancária destinada à gestão orçamentária do <i>campus</i> .	Grazielle Rodrigues Pereira	Diretora-geral do <i>campus</i> Avançado Mesquita	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Nilópolis		Wallace Vallory Nunes	Diretor-geral do <i>campus</i> Nilópolis	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Niterói		Eudes Pereira de Souza Junior	Diretor-geral do <i>campus</i> Niterói	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Paracambi		Cristiane Henriques de Oliveira	Diretora-geral do <i>campus</i> Paracambi	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Pinheiral		Reginaldo Ribeiro Soares	Diretor-geral do <i>campus</i> Pinheiral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Realengo		Elisa Suzana Carneiro Pôças	Diretora-geral do <i>campus</i> Realengo	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Rio de Janeiro		Florinda do Nascimento Cersosimo	Diretora-geral do <i>campus</i> Rio de Janeiro	De 01/01/2017 a

				31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> São Gonçalo		Tiago Giannerini da Costa	Diretor-geral do <i>campus</i> São Gonçalo	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Volta Redonda		Silvério Afonso Albino Balieiro	Diretor-geral do <i>campus</i> Volta Redonda	01/01/2017 à 31/12/2017
Direção-Geral do <i>campus</i> Avançado Resende		Sílvia Cristina de Souza Trajano Sarmiento	Diretora-geral <i>pro tempore</i> (substituta) do <i>campus</i> Avançado Resende	De 01/01/2017 a 19/03/2017
		Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel		De 20/03/2017 a 07/12/2017
		Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel	Diretora-geral <i>pro tempore</i> (titular) do <i>campus</i> Avançado Resende	De 08/12/2017 a 31/12/2017

Direção-Geral do <i>campus</i> São João Meriti		Sérgio Ricardo dos Santos Moraes	Diretor-geral do <i>campus</i> São João Meriti	De 01/01/2017 a 31/12/2017
---	--	-------------------------------------	--	----------------------------------

Fonte: IFRJ (2018).

2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos descritos pelas Pró-Reitorias listadas a seguir representam as atividades-fins da instituição, integrando ensino, extensão, pesquisa e inovação. Cabe ressaltar que o desenvolvimento dessas atividades ocorre em consonância com os *campi*.

QUADRO 4 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos do Ensino Médio e Técnico – Proet

Macroprocesso	Processos	Produtos e Serviços	Clientes	Subunidades Responsáveis
I. Planejamento, Orientação e Coordenação das Atividades de Educação Profissional em Nível Médio	Política de Ensino da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.	Gerar qualidade para os cursos oferecidos pela Instituição.	Discentes e docentes do IFRJ. Candidatos/interessados nos cursos técnicos de Nível Médio da Instituição.	Pró-Reitoria com as suas coordenações e diretoria, direção-geral do <i>campus</i> com suas direções e coordenações pertinentes.
	Política de Acesso, Permanência e Êxito Acadêmico.	Melhorar os índices de eficiência no tocante ao acesso, à permanência e ao êxito do estudante.	Comunidade escolar do IFRJ. Candidatos/interessados nos cursos técnicos de Nível Médio da Instituição.	Pró-Reitoria com as suas coordenações e diretoria, direção-geral do <i>campus</i> com suas direções e coordenações pertinentes.
	Gestão do Processo Ensino-Aprendizado.	Diminuir a retenção e a evasão escolar e garantir melhor eficiência acadêmica.	Discentes e docentes do IFRJ.	Pró-Reitoria com as suas coordenações e diretoria, direção-geral do <i>campus</i> com suas direções e coordenações pertinentes.

Em relação aos macroprocessos finalísticos, vale destacar que são cercados de muitas vertentes; daí a complexidade para atingi-los na sua plenitude. Pelos macroprocessos perpassam legislações e suas alterações, questões políticas e conflitos de interesses. Por outro lado, a Instituição atende às demandas originadas da Setec/MEC e do Inep, considerados para os devidos fins fornecedores das políticas educacionais. Além dos fatores informados, existem os

parceiros do IFRJ, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), o Instituto Benjamin Constant (IBC), a Fundação Nacional de Artes (Funarte) / Escola Nacional de Circo, a Petrobras, com o Programa Petrobras de Formação de Recursos Humanos (PFRH) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Cada fator exposto influencia diretamente os macroprocessos; por isso, devem ser considerados desde o planejamento até o momento da execução.

QUADRO 5 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Graduação – Prograd

Macroprocesso	Processos	Produtos e Serviços	Clientes	Subunidades Responsáveis
II. Planejamento, Orientação, Coordenação e Avaliação das Atividades de Ensino de Graduação	<i>No exercício de 2017, em decorrência da dificuldade de ocupação das vagas nos processos seletivos para ingressos nos cursos de Graduação, após discussões levadas ao Colégio de Dirigentes, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação orientou alteração no processo seletivo, criando a Chamada Oral na Etapa Lista de Espera, sendo presencial e imediatamente posterior à Chamada Regular do Sisu. Como resultado, o IFRJ passou a ter todas as vagas ocupadas em cada semestre letivo.</i>			
	Orientação das Atividades de Registros e Controle do Sistema Acadêmico.	Procedimentos de matrícula, lista de oferta de disciplinas, registros de notas e frequências.	Comunidade interna.	Diretoria de Gestão Acadêmica; Secretarias Acadêmicas.
	Gestão da Política de Ensino de Graduação.	Regulamento do Ensino de Graduação; Programas e Projetos conveniados, tais como: Pibid e PET.	Comunidades externa e interna.	Diretorias dos campi; Conselho Acadêmico de

				Ensino de Graduação.
	Cogestão da Política de Acesso, Permanência e Êxito no Ensino de Graduação.	Acompanhamento dos indicadores, em parceria com a Diretoria de Pesquisa Institucional; Relatório da Comissão Interna de Permanência e Êxito, com ações por curso e <i>campus</i> . Programas de Bolsa Permanência, Pibid e PET.	Comunidades externa e interna.	Diretorias dos <i>campi</i> ; Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação.
	Cogestão do Processo Ensino-Aprendizagem no Ensino de Graduação.	Regulamento do Ensino de Graduação; Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação.	Comunidade interna.	Diretorias dos <i>campi</i> ; Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação.

Orientação das Atividades de Processo Seletivo para ingresso na Graduação.	Processos Seletivos para ingresso na Graduação.	Comunidade externa.	Diretoria de Concursos e Processos Seletivos
Orientação das Atividades de Registros e Controle do Sistema Acadêmico.	Procedimentos de matrícula, lista de oferta de disciplinas, registros de notas e frequências.	Comunidade interna.	Diretoria de Gestão Acadêmica; Secretariais Acadêmicas
Coordenação dos processos de autorização, implantação e avaliação externa dos cursos de Graduação.	Regulamento do Ensino de Graduação; Instrução Normativa Prograd nº 01/2014; Visitas aos <i>campi</i> ; Relatórios Inep de Avaliação dos Cursos.	Comunidades externa e interna.	Diretorias dos <i>campi</i> ; Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação; Coordenação de Curso; Inep – Comissão de Avaliação de Curso.

	Coordenação da produção editorial da Graduação.	Produção editorial.	Comunidades externa e interna. Assessoria de Comunicação.

A gestão dos cursos de Graduação é compreendida como um único macroprocesso finalístico, em torno do qual os macroprocessos internos de apoio orbitam, de maneira que as atividades de acompanhamento, orientação e supervisão dos cursos e as políticas de acesso, permanência e êxito acadêmico dos estudantes sejam desenvolvidas para o alcance da Missão Institucional.

Em relação à implantação do novo sistema acadêmico, a Pró-Reitoria tem acompanhado e orientado todo o processo, em parceria com a Diretoria de Gestão Acadêmica e a Diretoria de Tecnologia Institucional. Com o novo sistema acadêmico, a Prograd pretende aprimorar o acompanhamento dos indicadores da Graduação, visando ao planejamento de ações específicas, voltadas para a melhoria desses resultados.

Para o acompanhamento dos cursos de Graduação, a Prograd realizou reuniões e visitas aos *campi* com o propósito de verificar a organização didático-pedagógica e o estágio de efetivação da infraestrutura física e de pessoal necessária ao seu funcionamento. Para tanto, tomou como referência o Instrumento de Avaliação de Cursos do Inep/MEC, o Catálogo Nacional do Cursos Superiores de Tecnologia, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação. A visita aos *campi* consiste na realização de reuniões com os gestores e servidores envolvidos com o ensino, bem como na visita aos ambientes educacionais, secretaria acadêmica e biblioteca, entre outros setores de apoio. Foram priorizados o acompanhamento dos cursos em processo de renovação de reconhecimento, como os Cursos de Licenciatura em Física e Terapia Ocupacional. Os relatórios das visitas técnicas são encaminhados à Direção-Geral do *campus* e ao Reitor, para subsidiar a tomada de decisões administrativas e pedagógicas necessárias ao alcance dos objetivos de formação previstos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

No que concerne ao desenvolvimento dos cursos de Graduação, a Prograd conta com o Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (Caeg). Seguindo as diretrizes do Regimento Geral do IFRJ e do Regimento do Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação, instituído pela Resolução nº 28 de 26 de agosto de 2015, o Caeg é uma instância de caráter consultivo, subsidiando a Prograd, o Conselho Superior e a Reitoria nas discussões e nos processos decisórios no que tange às políticas acadêmicas e questões relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão no âmbito do ensino de Graduação.

A Prograd coordena também o acesso aos cursos de Graduação, elaborando, em parceria com a Diretoria de Concursos e Processos Seletivos (DCPS), os editais de acesso pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Transferência Externa e Reingresso, Transferência Interna, Manutenção de Vínculo e Editais Próprios.

QUADRO 6 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação – Proppi

III. Planejamento, Orientação, Coordenação e Avaliação das Atividades de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Gestão da Política de Ensino de Pós-Graduação.	Processos seletivos para ingresso na Pós-Graduação. Procedimentos de matrícula, lista de oferta de disciplinas, registros de notas e frequências.	Comunidades externa e interna.	Diretorias dos <i>campi</i> ; Conselho Acadêmico de Ensino de Pós-Graduação.
	<i>A gestão da Pós-Graduação, majoritariamente realizada pela Proppi em conjunto com os coordenadores e secretários de Pós-Graduação, compreende a supervisão, o acompanhamento, a avaliação e a orientação aos cursos de lato e stricto sensu, aprovados pelo Conselho Superior para o funcionamento nos campi do IFRJ.</i>			
	Cogestão da Política de Acesso, Permanência e Êxito na Pós-Graduação.	Acessibilidade aos cursos de Pós-Graduação.	Comunidades externa e interna.	Secretarias de Pós-Graduação dos <i>campi</i> .
	<i>A política de permanência nos cursos de Pós-Graduação ocorre por meio de disciplinas de controles de permanência e de acompanhamento do projeto do estudante. Cada aluno, semestralmente, apresenta uma discussão sobre o andamento da redação do trabalho de conclusão de curso (TCC) e dissertação de mestrado. Dessa forma, o discente é permanentemente</i>			

<p><i>estimulado a finalizar o curso, e o controle de sucesso do projeto é acompanhado pelo orientador e fiscalizado pelo coordenador de curso e pela Proppi.</i></p> <p><i>Em 2016, a partir da atualização do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, espera-se que até o final do ano de 2017 todos os cursos de Pós-Graduação tenham as suas Normas de Credenciamento e Descredenciamento de Docentes, assim como a forma de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, estabelecidas pelos seus Colegiados para aprovação no Capog.</i></p> <p><i>No mesmo ano, um representante de cada Pró-Reitoria de Ensino e de Extensão (Proppi, Prograd, Proet e Proex) e das Direções de Ensino dos campi, além de um representante da Diretoria de Pesquisa Institucional, participaram da Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos estudantes da rede federal (Cipe) para traçar políticas de permanência do aluno no IFRJ nas diferentes modalidades de ensino. Além da Cipe, a Direção-Geral de Pesquisa e Pós-Graduação está participando do Comitê de Acompanhamento do Sistema Integrado de Gestão (Casig) com o objetivo de realizar a migração das informações relacionadas à Pós-Graduação; com isso, a plataforma do IFRJ irá tornar-se mais acessível aos alunos, a toda a comunidade acadêmica e ao público externo, que terá mais facilidade de encontrar as informações de todos os cursos, tornando inclusive mais eficiente e rápido todo o processo de acompanhamento da vida acadêmica.</i></p>			
<p>Orientação das atividades de processo seletivo para ingresso na Pós-Graduação.</p>	<p>Processos seletivos para ingresso na Pós-Graduação.</p>	<p>Comunidades externa e interna.</p>	<p>DCPS.</p>
<p><i>Os concursos seletivos de acesso à Pós-Graduação, tanto lato quanto stricto sensu, são coordenados pela DCPS em consonância com as determinações da Proppi.</i></p>			
<p>Gestão dos Programas de Fomento à Pesquisa, Inovação e Publicação.</p>	<p>Editais de pesquisa e inovação.</p>	<p>Comunidades externa e interna.</p>	<p>Coordenadores de Pesquisa dos Campi; NIT.</p>
<p><i>Em 2017, com o apoio das Coordenações de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia e dos Coordenadores de Pesquisa e Inovação dos campi, a Proppi fez a gestão dos Programas de Fomento à Pesquisa, Inovação. Novos editais foram lançados, sendo feita a manutenção da maioria dos já existentes.</i></p>			

	Coordenação da produção editorial da pesquisa e da Pós-Graduação.	Produção editorial.	Comunidades externa e interna.	Assessoria de Comunicação; Coordenadores das Revistas Científicas.
<p><i>Atualmente o IFRJ possui duas revistas científicas, quais sejam: a Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia - ISSN: 1984-5693 e Revista Ciências&Ideias - ISSN: 2176-1477. A revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia foi avaliada pela Classificação de periódicos da Capes com nota C em 2014 para a área de Ciência de Alimentos e, na última Classificação de periódicos de 2015, foi avaliada com nota B5 para as áreas de Ensino e Engenharias I, que significou uma melhora substancial para essas duas áreas. Quanto à Revista Ciências & Ideias, manteve a avaliação de B1 na área de Ensino pela Classificação de periódicos da Capes.</i></p>				

QUADRO 7 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Extensão – Proex

Macroprocesso	Processo	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
IV. Planejamento, Coordenação e Avaliação das Atividades de Extensão, Cultura e Desporto	Gestão de Cooperações com Organizações Públicas e Privadas para a Realização de Estágios	<p>Programa de Estágio Curricular Supervisionado</p> <p>Em 2017, contabilizaram-se 787 convênios ativos (com estagiários). Dentre os 1.117 convênios para estágio/IFRJ, 124 são novos convênios ou renovados. Para isso, ocorreram 96 visitas de aproximação. Totalizaram-se 1.803 estudantes em estágio, provenientes de 10 <i>campi</i>, dos cursos de níveis Médio-Técnico e de Graduação, ocasionando 239 visitas de</p>	Estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino do IFRJ.	CGIEE/ Proex

		supervisão de estágio realizadas por 6 dos 10 <i>campi</i> .		
		Programa de Visitas Técnicas. Foram organizadas e realizadas 97 visitas técnicas para estudantes acompanhados de professores de 8 <i>campi</i> .		
	<p>Programa de Estágio Curricular Supervisionado: constitui-se na interface entre a vida escolar e a vida profissional, dando continuidade ao processo de aprendizagem, sendo alvo de um planejamento criterioso, que envolve a orientação, o encaminhamento, a supervisão e a avaliação do discente-estagiário, conforme preconizado nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Resolução Consup/IFRJ nº 05, de 25/02/2016.</p> <p>Programa de Visitas Técnicas: trata-se de visitas realizadas pelos estudantes em empresas e/ou instituições, acompanhados de um ou mais professores, a fim de proporcionar uma visão ampliada do mundo do trabalho vinculado à formação escolar do estudante.</p>			
	Cogestão do Acompanhamento de Egressos.	Com a descentralização do Programa de Acompanhamento de Egressos em 2017, com o envolvimento das Pró-Reitorias Prograd e Proppi, além da Proex, com a implantação do Sistema	Egressos de todos os cursos oferecidos pelo IFRJ.	CGIEE/ Proex

		Informatizado de Gestão, e, quando todos os alunos passarem a ter o <i>e-mail</i> institucional pessoal permanente, esse programa poderá mapear amplamente o perfil dos ex-alunos e promover a necessária retroalimentação.		
Programa de Acompanhamento de Egressos – envolve um conjunto de ações desenvolvidas pelo IFRJ, desde o ano de 2012, que visam acompanhar o itinerário profissional de egressos, na perspectiva de identificar cenários e oportunidades no mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão no IFRJ.				
	Gestão da Política de Extensão e Formação Inicial e Continuada.	Programa de Oferecimento de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC Em 2017, foram oferecidos 19 Cursos FIC em 6 <i>campi</i> , totalizando 1.817 matrículas, efetivadas no Sistec, de alunos em todos os cursos FIC oferecidos pelo IFRJ.	Profissionais ou estudantes das comunidades do entorno dos <i>campi</i> que necessitem de formação para inserção ou reinserção no mercado de trabalho.	CGFIC/ Proex
Programa de oferecimento de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC. A criação e a submissão dos planos pedagógicos dos cursos são realizadas pelos <i>campi</i> do IFRJ, previamente aprovados pelo Colegiado do <i>campus</i> , com anuência das Direções-Gerais e Direções de Ensino, bem como a gestão e homologação final realizada pela Proex.				
	Planejamento, Coordenação e Avaliação dos Programas e Ações de Extensão	Programa Pró-Extensão Vigentes em 2017 dois editais Pró-Extensão interno:	Servidores e discentes dos 15 <i>campi</i> contemplados nas	CGPP/ Proex

		<p>- Edital 07/16 (de agosto/16 a julho/17), com o fomento de 61 dos 127 projetos submetidos, e de 18 eventos;</p> <p>- Edital 09/17 (de setembro/17 a agosto/18), das 77 propostas submetidas na categoria Projeto e 22 em Evento, aprovadas com recursos para 31 projetos e 10 eventos.</p>	<p>categorias projetos e eventos.</p>	
		<p>Programa Pibiex – Em 2017, foram oferecidas 24 bolsas Pibiex e 45 Pibiex Júnior pelo Edital 08/16 (de agosto/16 a julho/17); pelo Edital 10/17 (de setembro/17 a agosto/18), foram oferecidas apenas 30 bolsas Pibiex Júnior.</p>	<p>Estudantes de Nível Médio-Técnico e Graduação do IFRJ, contemplados durante 12 meses com bolsas Pibiex Júnior ou Pibiex.</p>	
		<p>Programa Piviex – Em vigência o Edital 01/2017, de janeiro a dezembro, para cadastro de estudantes voluntários. Total de 9 estudantes indicados para acompanhamento e orientação nas atividades de extensão, a partir de um plano e cronograma de trabalho de responsabilidade do orientador do projeto.</p>	<p>Estudantes de nível Médio-Técnico e Graduação do IFRJ durante 12 meses, sem ônus.</p>	

	<p>Programa Institucional de Incentivo às Atividades de Extensão (Pró-Extensão): visa estimular o desenvolvimento de projetos e ações de extensão, em diversas áreas temáticas, por servidores dos <i>campi</i> do IFRJ.</p> <p>Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às Atividades de Extensão (Pibiex): objetiva estimular a participação de estudantes no desenvolvimento de projetos e ações de extensão em diversas áreas temáticas, orientados por servidores dos <i>campi</i> do IFRJ.</p> <p>Programa Institucional de Voluntários para Iniciação às Atividades de Extensão (Piviex): objetiva estimular o cadastro de estudantes voluntários, indicados por um servidor coordenador de projeto de extensão em desenvolvimento no âmbito do IFRJ, sem ônus.</p>			
	Gestão do Plano Anual de Atividades Culturais	Dentro do Programa de Extensão Cultural, a Coordenação de Ações Culturais disponibilizou ao público um total de 350 ingressos de 4 eventos ao longo do ano. Desse total, foram utilizados 320 ingressos.	Servidores, alunos e comunidade externa.	CAC/CGPP/Proex.

		<p>O I Festival de Cultura e Arte foi inicialmente planejado em março/2016, e sua realização, concluída em 2017, durante a II Semanex. Para tanto, foram mantidas as propostas selecionadas em 2016, com os devidos ajustes de calendário, mediante edital complementar de extensão nº 01 ao edital de extensão nº 21/2016. Foram certificados 31 responsáveis pela execução das propostas e apoio na organização do evento, além de certificados 74 alunos, que apresentaram atividades e auxiliaram na organização das exposições, e, por fim, 15 participantes das oficinas foram certificados. O registro do Festival está no e-book da II Semanex.</p>		
--	--	---	--	--

		<p>Em 2017, o Fórum Interuniversitário de Cultura promoveu o II Festival Interuniversitário de Cultura, de 5 a 12/11, em 8 cidades do Rio de Janeiro. O IFRJ participou com 13 atividades culturais oferecidas por servidores e estudantes de 4 <i>campi</i> em uma programação gratuita, ampla e diversificada, totalizando 98 certificados de participação de servidores e alunos.</p>		
--	--	--	--	--

	<p>Programa de Extensão Cultural: destinado a possibilitar aos alunos, servidores e à comunidade externa do IFRJ o acesso à cultura. Em parceria com o Ministério da Cultura, Secretaria Estadual de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura e produtores culturais no Rio de Janeiro, são oferecidas concessões gratuitas de ingressos para teatro, cinema, museu e exposições, contribuindo com a formação de plateia.</p> <p>Festival de Cultura e Arte: evento de caráter integrador e não competitivo, cujos objetivos principais são estimular a produção cultural e promover a divulgação artístico-cultural das produções realizadas no âmbito dos <i>campi</i> do IFRJ, a fim de fortalecer os arranjos culturais produzidos no Rio de Janeiro, em consonância com o art. 6º da Lei nº 11.892, de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.</p> <p>Fórum Interuniversitário de Cultura: constituído em 2014 por 11 instituições de Ensino Superior Públicas do Estado – Cefet, Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Federal Fluminense (IFF), IFRJ, Universidade Estadual Norte Fluminense (Uenf), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Compromete-se com a interlocução e ações coletivas que fortaleçam a contribuição e a presença das Instituições de Ensino Superior Públicas na construção de um campo cultural rico, diverso, dinâmico e democrático.</p>
--	---

	Gestão do Plano Anual de Atividades Desportivas	Em 10 de junho de 2017, o III Jogos Intercampi ocorreu com a participação de 900 estudantes nas seguintes modalidades: futebol de 7, handebol, voleibol, xadrez e tênis de mesa. Os servidores e alunos voluntários participantes da organização do evento foram provenientes de 10 <i>campi</i> envolvidos: Pinheiral (sede do evento), Volta Redonda, Paracambi, Paulo de Frontin, Nilópolis, Duque de Caxias, Realengo, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Arraial do Cabo. Intercalados aos jogos, ocorreram atividades culturais, como música, dança e teatro.	Discentes do Ensino médio-técnico e do ensino superior, além de servidores e funcionários terceirizados.	CAE/CGPP/Proex
Os Jogos Intercampi na concepção competitiva e colaborativa configuram-se em um conjunto de atividades esportivas e culturais que buscam estimular o convívio solidário entre alunos e servidores, a integração entre os <i>campi</i> , a promoção e a valorização da educação, da cultura e do esporte na formação integral do estudante.				
	Gestão do Atendimento às Demandas de Tecnologias e Metodologias Educacionais Inclusivas/ ações afirmativas e inclusivas.	Em 2017, as ações desenvolvidas pelos Núcleo de Atenção a Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes) no âmbito dos <i>campi</i> foram: articulações com as	Servidores, estudantes e comunidades interna e externa.	COGED/Proex

		<p>prefeituras para facilitar transportes, identificação dos espaços acadêmicos em Braille com envolvimento dos 3 servidores revisores de Braille do IFRJ, aceleração de obras de edificações nos <i>campi</i>, articulação com os 10 servidores intérpretes de Libras lotados em cada um dos <i>campi</i> do IFRJ, disponibilização de programas, aplicativos etc. Ação da Proex: elaboração de plano pedagógico de curso de capacitação com 160 h destinado aos servidores do IFRJ - Derrubando Muros: Diferença e Inclusão no IFRJ, com previsão de início das aulas para março/2018.</p>		
		<p>Dentre as principais ações do Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), destacam-se 11 eventos realizados em 2017 em 7 dos 14 <i>campi</i> em que esses núcleos estão presentes.</p>		
		<p>Embora já existam Nuleds constituídos em 9 dos 15 <i>campi</i> do IFRJ, ainda não existe</p>		

		regulamento discutido nos <i>campi</i> e Caex.		
	<p>Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas (Napne): tem como objetivos pesquisar, produzir e difundir conhecimentos, saberes e fazeres que contribuam para a promoção da inclusão das pessoas com deficiência nas instalações, nos cursos, e propostas de pesquisa e extensão dos <i>campi</i>.</p> <p>Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi): tem como objetivos sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, saberes e fazeres que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e de outros tipos de discriminações; ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil.</p> <p>Núcleo de Gênero, Diversidades e Sexualidade (Nugeds): tem como objetivos estimular sua criação e consolidação nos <i>campi</i> do IFRJ. É o responsável por fomentar a reflexão, a pesquisa e as atividades de extensão que visem superar as desigualdades resultantes do gênero e da orientação sexual no ambiente institucional.</p>			
	Gestão do Programa de Eventos de Extensão	<p>A II Semanex ocorreu em duas etapas. Na primeira, as atividades foram: I Jornada Interna de Extensão, I Festival de Cultura e Arte - Fest Cult & Art, palestras, mesas-redondas, oficinas e tarde de autógrafos “Prata da Casa”, nos dias 08 e 09/06/2017.</p> <p>Na segunda etapa, aconteceram as seguintes atividades: premiação da I Jiex, II Feira de Economia Solidária e III Feira</p>	Servidores, estudantes e comunidades interna e externa.	Proex

		<p>de Oportunidades, Estágios e Empregos, em 28/09/2017.</p> <p>O público participante em cada uma das etapas passou de 1.000 pessoas, totalizando mais de 2.000 pessoas em ambas as etapas que ocorreram no <i>campus</i> Rio de Janeiro. Todos os trabalhos apresentados na II Semanex foram reunidos no livro de resumos, juntamente com as informações das demais atividades desenvolvidas. O livro de resumos foi lançado em formato de <i>e-book</i> e disponibilizado para <i>download</i> no <i>site</i> do IFRJ, pelo link: <http://portal.ifrj.edu.br/publicacoes-semanex>.</p>		
<p>Semana de Extensão do IFRJ – II Semanex: Políticas de Extensão, Tecnologia e Cultura é um evento institucional anual que potencializa e promove a concepção, análise e difusão das políticas de extensão, extensão tecnológica, ações afirmativas, educação inclusiva, arte e cultura nas comunidades internas e externas, contribuindo na formação continuada de pesquisadores, professores, alunos e da comunidade do entorno dos municípios do Rio de Janeiro onde estão localizados os <i>campi</i> do Instituto.</p>				

QUADRO 8 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Assistência Estudantil – Dirae

Macroprocesso	Processos	Produtos e Serviços	Clientes	Subunidades Responsáveis
V. Planejamento, Orientação, Coordenação e Avaliação das Atividades de Assistência Estudantil	Gestão do Programa de Auxílio-Permanência da Assistência Estudantil.	Acompanhamento da execução dos recursos da Assistência Estudantil junto aos <i>campi</i> .	Comunidade Interna (Diretorias dos <i>campi</i> ; Comitês Gestores Locais do Programa de Assistência Estudantil dos <i>campi</i> ; Estudantes regularmente matriculados, interessados e/ou assistidos pelo Programa).	Dirae; Diretorias dos <i>campi</i> e Comitês Gestores Locais do Programa de Assistência Estudantil dos <i>campi</i> .
	<i>O Programa Auxílio-Permanência da Assistência Estudantil do IFRJ consiste na concessão de bolsas estudantis nas modalidades de Auxílio-Alimentação, Auxílio-Didático, Auxílio-Moradia e Auxílio-Transporte. O acompanhamento da Dirae ao desenvolvimento do Programa de Auxílio-Permanência desenvolvido no âmbito dos campi envolve desde as orientações necessárias acerca dos critérios e possibilidades de aplicação dos recursos destinados a ações da Assistência Estudantil, passando também pelo processo de análise, revisão e publicação dos editais abertos em cada campus, assim como o gerenciamento do processo de inscrição online realizada por estudantes pelo portal institucional do IFRJ, até a publicação dos resultados das inscrições em conformidade com os editais elaborados pelos campi, considerando, sobretudo, o Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL/MEC, 2010), que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), além dos regulamentos e instruções normativas internas sobre a Assistência Estudantil no IFRJ. Não obstante, são acompanhados os processos de pagamento das bolsas estudantis ao longo dos semestres letivos. É realizado também junto aos campi o levantamento de dados acerca da execução do Programa ao final de cada ano letivo (em geral, consolidados dentro do primeiro bimestre subsequente ao final do ano letivo anterior). Para verificar os dados levantados até este momento sobre a concessão de benefícios realizada em cada campus ao longo do ano letivo de 2017, mas ainda em processo de consolidação, ver tabela de dados anexa.</i>			
	Assistência direta e permanente a estudantes em geral / representações	Reuniões regulares (em geral mensais) realizadas ao longo do ano junto a	Estudantes/representações estudantis regularmente matriculados no IFRJ.	Dirae.

<p>estudantis do IFRJ pela Dirae junto à gestão institucional.</p>	<p>representantes estudantis das diversas modalidades de ensino (Médio-Técnico/ EJA/ Pós-Médio/ Graduação) de todos os <i>campi</i> do IFRJ, com esclarecimentos e encaminhamentos pertinentes sobre as demandas estudantis apresentadas.</p>		
<p><i>Tem como objetivo promover o diálogo direto e permanente entre estudantes do IFRJ (por meio de suas representações) e a Reitoria, junto à Dirae, mediante presença do Reitor, dos Pró-Reitores e/ou servidor substituto em exercício (quando oportuno), para levantamento de demandas estudantis diversas, locais e gerais, esclarecimentos pertinentes e seus devidos encaminhamentos junto aos mesmos e aos seus respectivos campi. Constitui um importante espaço de troca entre as diversas representações estudantis, grêmios e centros acadêmicos dos diversos campi, promovendo uma visão integradora e sistêmica institucional, envolvendo a gestão e seu público para além da especificidade de cada campus, bem como de construção de uma perspectiva ampliada de assistência estudantil enquanto política sobretudo educacional e não de assistência restrita a ações de transferência de renda condicionadas pelo critério seletivo de corte de renda. Segundo informações obtidas acerca do acompanhamento de demandas/questionamentos referentes à execução da assistência estudantil recebidos ao longo do ano por meio da Ouvidoria do IFRJ e direcionados à Dirae, pode-se verificar, em relação ao ano anterior, queda significativa na entrada de demandas dessa natureza por este canal de comunicação institucional. Pode-se inferir, portanto, tal indicativo de avanço como expressão de impacto resultante das ações desenvolvidas pela Dirae – em especial as reuniões regulares realizadas ao longo do ano com representantes estudantis das diversas modalidades de ensino de todos os campi junto à Reitoria, as quais proporcionaram aproximação regular e crescente, diálogo permanente e tratamento direto de questões relacionadas à assistência estudantil com participação efetiva junto aos estudantes em geral.</i></p>			

	<p>Visitas Técnicas aos <i>campi</i> do IFRJ.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Orientações técnicas e acolhimento de demandas direcionadas à Nutrição: nutricionista da equipe da Dirae prestou serviço de orientação aos <i>campi</i> em relação às normas técnicas e modelos de instalação para refeitórios e restaurantes, fornecimento de alimentação nos <i>campi</i> etc.; - Orientações técnicas e acolhimentos de demandas direcionadas à Pedagogia: orientação aos estudantes quanto às questões relacionadas ao atendimento pedagógico nos <i>campi</i>. - Assessoramento à equipe do <i>campus</i> Maracanã acerca de adaptação dos estudantes do Proeja (novembro de 2017). Atendimento às demandas de estudantes que 	<p>Comunidade Interna.</p>	<p>Dirae (nas visitas técnicas em geral); Diretoria de Concursos e Processos Seletivos (DCPS), Direções-Gerais dos <i>campi</i>, Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico (Proet) e Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), nas visitas relacionadas a apoio específico na execução de análises de processos seletivos de estudantes.</p>
--	---	--	----------------------------	---

		<p>procuram a Dirae com demandas pedagógicas. Atuação junto aos <i>campi</i> para sanar dificuldades relativas ao processo de ensino-aprendizagem, como falta de material didático e falta de material de proteção nos laboratórios, especialmente problemas no laboratório de informática no <i>campus</i> Duque de Caxias.</p> <p>- Interface com as Pró-Reitorias de Ensino para solução de questões relacionadas ao Ensino Médio e à Graduação. Interface com Napne para projeto estudantil para estudantes NEE.</p> <p>Interface com DGA para solução de demanda da Secretaria Acadêmica.</p> <p>Interface com a CSTI para solucionar problema na Rede de Informática do <i>Campus</i> Paulo de Frontin.</p>		
--	--	---	--	--

		<p>Interface com setor de estágios para solucionar demandas dos estudantes. Participação de encontro com estudantes para discutir a reforma do Ensino Médio e o projeto de lei Escola sem Partido;</p> <p>- Orientações técnicas e acolhimentos de demandas direcionadas à Psicologia: psicólogo visitou prioritariamente os <i>campi</i> que não dispõem de psicólogo lotado para o levantamento de demandas relacionadas direta ou indiretamente ao corpo estudantil, elaborando plano de ação conjunto para o atendimento das demandas identificadas (abertura e manutenção de um canal de escuta técnica especializada, planejamento de palestras, intermediações com os diversos atores institucionais locais,</p>		
--	--	---	--	--

		<p>proposições de ações, identificação da rede pública de saúde local com vistas a possíveis encaminhamentos em saúde mental etc.);</p> <p>- Orientações técnicas e acolhimentos de demandas direcionadas ao Serviço Social: Assistente Social da equipe da Dirae prestou apoio e/ou execução sobre os processos de seleção de estudantes ingressantes pelo sistema de reserva de vagas (cotas com critério de renda) ao ensino Médio-Técnico e/ou à Graduação pelo Sisu; Orientação aos comitês gestores locais dos diversos <i>campi</i> acerca da Assistência Estudantil e de atendimento de casos específicos direcionados ao Serviço Social, também junto aos <i>campi</i> nos quais não há assistentes sociais compondo o quadro permanente.</p>		
--	--	--	--	--

<p><i>Foram realizadas visitas aos campi do IFRJ com o intuito de identificar e reconhecer demandas gerais e específicas, globais e regionais, buscando aplicar o conceito ampliado de assistência estudantil, no intuito de se prestar assistência integral ao discente, contribuindo assim para a diminuição da retenção e da evasão, a ampliação da permanência e o êxito. Assim como no item anterior (reuniões mensais com as representações estudantis), pode-se inferir que a queda significativa na entrada de demandas via Ouvidoria, por parte dos alunos, também se deve parcialmente às visitas técnicas, como abertura e ampliação de mais um canal de comunicação direta pela equipe da Dirae.</i></p>			
<p>Ações pela ampliação/universalização da garantia de direito à gratuidade de transporte público com força de Lei no âmbito do Estado do RJ (indo além do Programa Auxílio-Permanência previsto no Pnaes), incluindo estudantes da rede federal de educação no estado do Rio de Janeiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Audiências Públicas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) junto à Comissão de Educação, Comissão de Transporte e Comissão de Constituição e Justiça; - Reuniões com Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; - Reunião com Secretário de Estado de Educação; - Reunião com Ministro da Educação; - Reuniões regulares de planejamento e de ações com servidores, gestores e representações estudantis de diferentes instituições federais de educação no estado do Rio de Janeiro acerca do Passe Livre Estudantil, resultando na 	<p>Comunidades interna e Externa.</p>	<p>Dirae junto à Reitoria e aos gestores do IFRJ; Gestores e estudantes de instituições da Rede Federal de Educação no Estado do Rio de Janeiro; Associações de representação estudantil; (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fiocruz; CAP-Coluni/UFF; Colégio Pedro II; Cefet-RJ; IFF; Colégio Técnico/ UFRRJ; CAP-UFRJ; Associação de Apoio ao Estudante do Rio de Janeiro (Aerj); Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (Fenet).</p>

		<p>constituição de um fórum de gestores das instituições federais de ensino do estado do Rio de Janeiro e de associações de representação estudantil.</p>		
<p><i>A Dirae vem adotando sistematicamente um conjunto de ações para articulação de encaminhamentos que viabilizem a ampliação da garantia de direito à gratuidade de transporte público com força de lei no âmbito do Estado do Rio de Janeiro a estudantes de diversos níveis e modalidades de ensino (até então não contemplados ou contemplados de forma insuficiente pela Lei nº 4.510/2005 vigente frente às necessidades relacionadas com as condições de permanência e êxito de estudantes na rede regular de ensino). Essa medida vai além do Programa Auxílio-Permanência previsto no Pnaes, que recebe como demanda predominante entre as demais no âmbito do IFRJ o “auxílio-transporte” destinado a subsidiar o transporte de estudantes no trajeto residência-escola-residência. Constatou-se, no entanto, insuficiência da lei vigente em 2017 para a garantia de acesso de estudantes ao transporte público frente às condições mínimas necessárias apresentadas como demanda para cobertura dessa necessidade ao longo de cada período letivo.</i></p> <p><i>Tal ação se fez ainda mais urgente no exercício de 2017 frente à <u>Resolução Seeduc nº 5.528, de 26/06/2017, emitida pelo Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, determinando que “a partir de 1º de janeiro de 2018, o Governo do Estado, através da Seeduc, não mais custeará as despesas com gratuidade de transporte dos alunos da Rede Federal de ensino”.</u></i></p> <p><i>Nesse sentido, as ações adotadas junto a representações estudantis e servidores de diferentes instituições públicas de Educação da Rede Federal no Estado do Rio de Janeiro, para debater questões acerca do passe livre estudantil frente ao poder público com força de Lei, <u>culminaram em audiências com votação do Projeto de Lei nº 2.768/2017, que altera a Lei nº 4.510/2005 e visa assegurar a manutenção do direito à gratuidade no transporte público intermunicipal para estudantes da Rede Federal, e posterior aprovação deste na Lei nº 7.830, de 03 de janeiro de 2018, que altera a Lei nº 4.510 /2005, reconhecendo o direito à gratuidade nos transportes aos estudantes das redes públicas municipal e federal.</u></i></p> <p><i>Mesmo que ainda limitada, a alteração da Lei dá o entendimento de abrangência para estudantes dos cursos de Ensino Médio-Técnico integrado, concomitante e subsequente, até então não cobertos pelo texto original da Lei nº 4.510/2005.</i></p>				

Ações pela ampliação/universalização da assistência estudantil em alimentação.	Visitas aos <i>campi</i> e reuniões para levantamento de demandas de interesse e viabilidade.	Comunidade interna.	Diretorias dos <i>campi</i> ; <i>Proad</i> .
<i>Ação voltada à promoção, em médio e longo prazos, de ampliação das garantias de condições para alimentação adequada a estudantes no âmbito escolar, se possível sendo preferencialmente fornecidas de forma sistêmica e institucional, indo além das ações de adaptação de cantinas/refeitórios e de transferência de renda previstas no Programa de Auxílio-Permanência do Pnaes, compreendidas como ainda insuficientes para suprir as demandas relacionadas a esse benefício de forma minimamente satisfatória.</i>			
Participação em Grupo de Trabalho voltado a questões de permanência e êxito de estudantes.	Participação efetiva de membros da equipe da Dirae nas reuniões e ações regulares desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Educação de Jovens e Adultos (GT EJA), resultando em estudos, orientações, recomendações, acolhimento e encaminhamento de demandas no tratamento de questões que implicam a permanência e o êxito de estudantes nessa modalidade de ensino.	Comunidade interna.	Coordenadores de curso, servidores da Reitoria e de diversos <i>campi</i> (técnicos, docentes, especialistas no tema) que ofertam ou deverão ofertar o Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos); Proet.

<p><i>No exercício de 2017, a Dirae esteve presente de forma efetiva no GT de Educação de Jovens e Adultos, composto por coordenadores de curso, docentes, técnicos, especialistas no tema e demais profissionais dos campi que ofertam ou deverão ofertar o Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), tendo como objetivo pensar estratégias para ampliar e consolidar a modalidade integrada à educação profissional no IFRJ.</i></p>
--

Criada em junho de 2014, a Diretoria da Rede de Assistência Estudantil (Dirae) assumiu a responsabilidade sobre a construção e a execução da política de assistência estudantil no IFRJ. Passou a compor a estrutura no organograma do Instituto ao longo do processo de reconhecimento das políticas de enfrentamento das desigualdades educacionais determinadas pela renda, pela cor, pela etnia, pelo espaço territorial de pertencimento e pelas múltiplas formas de deficiência, principalmente a partir do marco legal que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), qual seja, o Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL/MEC, 2010).

O Pnaes aponta que o público-alvo da assistência estudantil é composto prioritariamente de estudantes oriundos(as) da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior, conforme aduz o art. 5º. Apesar de seus objetivos visarem à redução das desigualdades educacionais presentes na educação superior, o artigo 4º aponta que o Pnaes abrange os Institutos Federais, respeitando suas especificidades, áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Assim, o IFRJ atende aos estudantes da educação superior e aos estudantes do Ensino Médio e Técnico.

As ações de assistência estudantil do Pnaes, nesse sentido, deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (art. 3º, § 1º).

A vulnerabilidade socioeconômica é compreendida como justificativa primeira do Pnaes, considerando o disposto no parágrafo único do art. 4º, o qual determina que as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Considerando, portanto, as finalidades, os objetivos, requisitos e condições que constituem o Pnaes, supracitados em linhas gerais, a Dirae desenvolve a sua trajetória buscando ampliar a eficiência e a eficácia de suas ações voltadas à execução da política de assistência estudantil no âmbito do IFRJ. Para tanto, desenvolve suas atividades de forma interdisciplinar, contando com uma equipe multiprofissional (assistente social, assistente de alunos, pedagoga, psicólogo, nutricionista e técnica em assuntos educacionais), a partir de uma perspectiva ampliada de assistência estudantil, enquanto política de acesso ao direito à educação, para além dos critérios condicionados ao corte de renda.

A Dirae vem buscando permanentemente construir, avaliar e aperfeiçoar ações que possam minimizar ou mesmo dirimir, sempre que possível, o déficit no atendimento das demandas discentes pela assistência. Em paralelo, vem também se empenhando em orientar o corpo discente (bem como toda a comunidade escolar) em relação às situações mais cotidianas, dentro de uma perspectiva ampliada de Assistência Estudantil que não se encerre nas ações de transferência de renda limitadas ao repasse de auxílio financeiro que constitui o Programa de Auxílio-Permanência.

Orientada por essa perspectiva ampliada, e potencializada em suas possibilidades de atuação pelo corpo técnico multiprofissional na composição de sua equipe, a Dirae desenvolveu no ano de 2017, em linhas gerais, as ações citadas anteriormente.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O objetivo do planejamento estratégico é avaliar as implicações futuras referentes às decisões do presente, para que as decisões estratégicas sejam tomadas com mais rapidez, segurança e eficácia. Sistematizando-se o planejamento, reduz-se a incerteza que caracteriza qualquer processo decisório, aumentando as possibilidades de alcance dos objetivos, dos desafios e das metas estabelecidas pela organização. Nesse contexto, a implementação do Planejamento Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), possui os seguintes objetivos:

- Esclarecer e obter consenso em relação à estratégia;
- Comunicar a estratégia por toda a organização;
- Alinhar as metas organizacionais e pessoais à estratégia;
- Associar os objetivos estratégicos com metas e orçamentos;
- Identificar e alinhar iniciativas, programas de investimento e ações estratégicas;
- Realizar revisões periódicas e sistemáticas;
- Aperfeiçoar a estratégia;
- Desenvolver o aprendizado estratégico.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A essência da Planejamento Estratégico é a construção de uma postura que, embora potencialmente flexível, seja tão forte em seletividade, que permita à organização atingir seus objetivos a despeito da ação imprevista ou desconhecida de forças externas, não só no curto prazo, mas, principalmente, em um horizonte mais distante. No decorrer da implantação do Planejamento Estratégico do IFRJ, muitas etapas foram executadas, entre elas a construção do Mapa Estratégico (Figura 1), no qual se encontra a descrição da estratégia, por meio dos objetivos estratégicos e de outros referenciais institucionais para os próximos 4 anos.

Consideradas as demandas e expectativas de suas partes interessadas, os objetivos estratégicos traduzem os desafios a serem enfrentados para os próximos anos. Foram propostos 19 (dezenove) objetivos estratégicos que, de forma balanceada, estão distribuídos em 4 (quatro) perspectivas do mapa estratégico. É importante mencionar que esses objetivos foram pensados e estruturados durante o ano de 2017 e que serão monitorados ao longo das futuras ações institucionais. São eles:

1. Ampliar a captação de recursos extraorçamentários;
2. Otimizar a aplicação de recursos orçamentários;
3. Consolidar a implantação dos *campi* da expansão;
4. Redimensionar e consolidar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica;
5. Promover a qualidade de vida dos servidores nos âmbitos profissional e pessoal;
6. Ampliar parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais;
7. Desenvolver modelo de governança com foco na gestão participativa e transparente;
8. Otimizar os processos de trabalho;
9. Promover a integração sistêmica;
10. Promover a cultura de autoavaliação institucional;
11. Aperfeiçoar a comunicação institucional;
12. Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino;
13. Promover a assistência estudantil com ênfase na inclusão;
14. Integrar e ampliar ensino, pesquisa e extensão;
15. Fortalecer e diversificar as ações voltadas à educação inclusiva;
16. Consolidar a educação a distância nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
17. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico estadual;
18. Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade; e
19. Contribuir para o avanço científico, tecnológico e produtivo.



FIGURA 2 - Mapa Estratégico do IFRJ 2017-2021. Fonte: STEINBEIS-SIBE do Brasil – Ano 2017.

As perspectivas englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a instituição pretende transformar em cada dimensão. Quando vistas em conjunto, elas permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de forma clara e de fácil compreensão. Para a construção da proposta do mapa estratégico do IFRJ, foram elencadas as seguintes perspectivas:

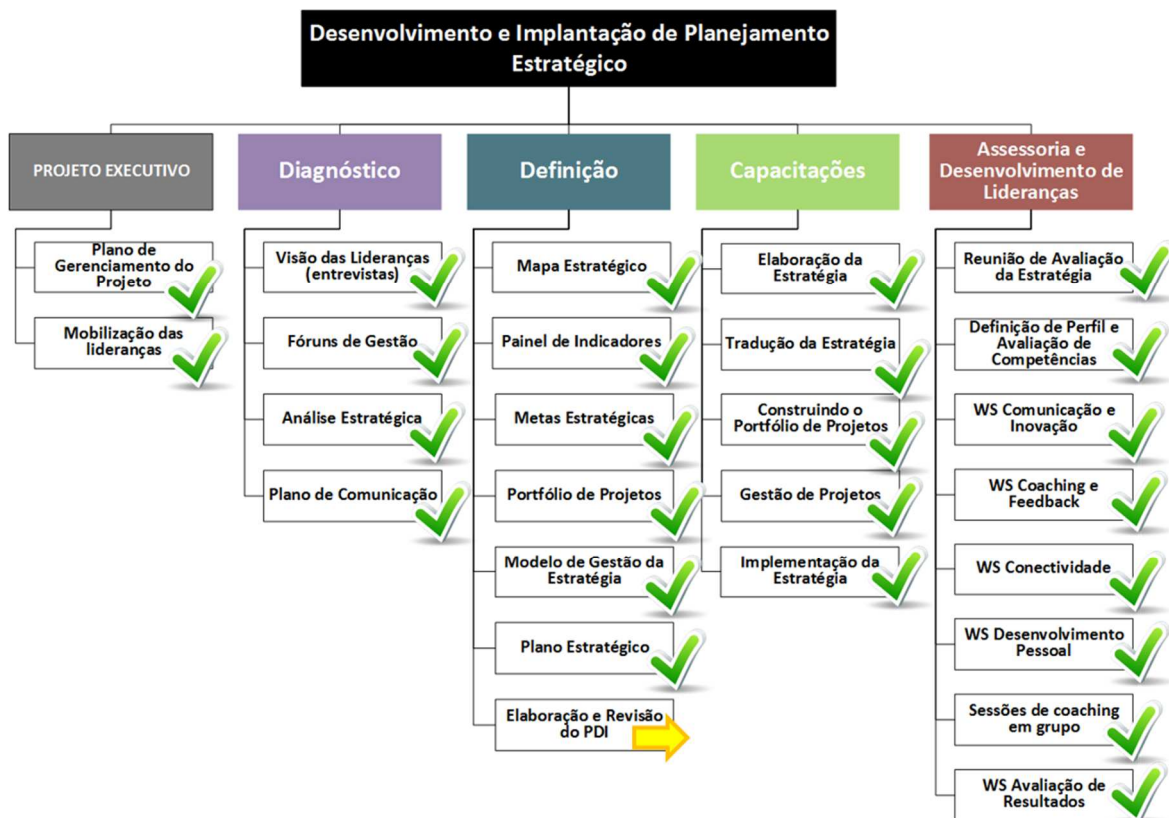
- **Sociedade** – focaliza os desafios para o público-alvo da organização; em outras palavras, significa o que a instituição deve entregar para atender às necessidades e expectativas da sociedade em geral;
- **Processos**– reúne os desafios que a organização deve superar para cumprir o seu papel institucional, ou seja, em quais processos internos a instituição deve ter excelência;
- **Pessoas e Infraestrutura** – concentra os desafios para melhoria das pessoas que trabalham na organização do ponto de vista quantitativo, qualitativo e de alocação; além disso, lista os desafios que traduzem as necessidades de infraestrutura física e tecnológica que garantam processos de excelência;

- Orçamento – concentra os objetivos que visam garantir os recursos orçamentários para a execução da estratégia.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A implementação do Planejamento Estratégico do IFRJ está sendo desenvolvida em etapas, de modo a ser um processo gradual e democrático. No total, o cronograma de execução do projeto prevê 5 etapas, com diferentes ações, como se pode observar na Figura 3, sendo que a maioria já foi inicializada e finalizada. É importante ressaltar, no entanto, que alguns subitens, mesmo já finalizados, são dinâmicos e monitorados periodicamente, de modo a atender aos referenciais estratégicos da Instituição frente aos novos desafios. A Elaboração e Revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está sendo executada, com previsão de término para o mês de maio de 2018. A seguir, serão descritas sucintamente as 5 etapas do Desenvolvimento e Implantação do Planejamento Estratégico do IFRJ (ver Figura 3).

1. *Projeto Executivo*: o projeto de Elaboração e Implantação do Planejamento Estratégico e do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ trata da modernização da gestão do Instituto a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão de projetos, compartilhamento de resultados, interoperabilidade de linguagens, racionalização de recursos e cultura voltada ao alcance de resultados e à prestação de contas. Nele se encontram os termos de expectativas, cronograma, objetivos e estratégias de execução do projeto.
2. *Diagnóstico*: essa etapa contemplou diferentes ações: 1) realização de entrevistas com as lideranças da instituição, para coleta de percepções acerca do Planejamento Estratégico; 2) uma pesquisa, por meio de questionário eletrônico, junto aos servidores da instituição sobre essas mesmas percepções do Planejamento Estratégico, possibilitando que todos contribuíssem com a temática; 3) a realização de oficina específica para discussão dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças para o atual cenário do Instituto, além da realização dos Fóruns de Gestão. Os Fóruns são eventos realizados para coleta de informações e percepções de toda a comunidade acadêmica e



de toda sociedade civil organizada acerca de suas demandas para a instituição, considerando o cenário local de cada *campus* da instituição.

Figura 3 - Cronograma do Desenvolvimento e Implantação do Planejamento Estratégico.
Fonte: STEINBEIS-SIBE do Brasil – Ano 2017.

3. *Definição*: essa etapa contempla algumas ações críticas para o sucesso do Planejamento Estratégico, entre elas: 1) a construção dos referenciais estratégicos do IFRJ (Missão, Visão e Valores), bem como o conjunto de objetivos que formam os propósitos maiores da organização, denominado Mapa Estratégico (Figura 2); 2) a construção do Painel de Indicadores de Desempenho do IFRJ, destacando-se a importância desses indicadores, uma vez que têm o propósito de testar o progresso da organização em direção aos objetivos estratégicos; 3) a construção do portfólio de projetos, que consiste no conjunto ou em uma carteira de projetos, que as lideranças do IFRJ criaram para implementar no âmbito do Planejamento Estratégico, sempre alinhado aos referenciais institucionais; 4) a elaboração e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (como mencionado anteriormente, tal ação ainda está sendo executada, com previsão de término para o mês de maio de 2018).

4. *Capacitações*: nessa etapa, destaca-se a ação Modelo de Gestão, em que se estabeleceu a forma pela qual serão tomadas as decisões sobre mudanças e atualização do Planejamento Estratégico do IFRJ. O modelo incluiu tanto o processo de gestão estratégica quanto as instâncias e os atores envolvidos.
5. *Assessoria e Desenvolvimento de Lideranças*: nesse momento, as lideranças participaram de vários *workshops* (WS), em que puderam discutir assuntos relevantes dentro da área de gestão, com o intuito de auxiliá-los enquanto líderes da Instituição.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Frente à missão do IFRJ, definida como “promover educação profissional, científica e tecnológica, contribuindo para a formação de cidadãos críticos que possam atuar como agentes de transformação e inclusão social”, foram elaborados 15 projetos pelas lideranças da instituição, a saber:

- Fomento à criação de fundação de apoio;
- Combate à evasão e retenção dos alunos;
- Projeto de Fórum Permanente de Instituições;
- Cursos preparatórios para concursos em todos os níveis (ampliação do acesso da comunidade local ao IFRJ);
- Núcleo de produção audiovisual;
- Projeto Adequação da Infraestrutura mínima dos *campi*;
- Gestão de processos;
- Normatização de política de desenvolvimento de pessoas;
- Consolidação da Política da Assistência Estudantil (cadastro unificado e análise socioeconômica);
- Criação de incubadoras;
- Projeto Integrare SIG (Sistema Integrado de Gestão);
- Projeto para implementar a política de governança;
- Projeto de fomento à inovação tecnológica;
- Estruturação do setor da avaliação institucional; e
- Projeto Gestão do Parque Tecnológico (recurso de TI para o IFRJ).

Os projetos supracitados ainda estão em fase de elaboração por suas equipes de trabalho, mas almeja-se que sejam inseridos em uma plataforma digital da Instituição, denominada Redmine – Gerenciador de Projetos, em que eles possam ser monitorados em tempo real pelos participantes.

3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Os objetivos estratégicos, bem como o andamento das metas estratégicas, são monitorados por indicadores de desempenho, como citado anteriormente. É importante mencionar que os indicadores estratégicos são ótimas ferramentas de monitoramento, pois mostram a relação entre os objetivos estratégicos e representam um teste permanente da validade da estratégia. Em outras palavras, o espírito dos indicadores de desempenho é medir o que está sendo executado e gerenciá-lo de maneira adequada para o atingimento das metas organizacionais ou departamentais propostas. Na Tabela 1, encontra-se o conjunto de indicadores de desempenho validados pela liderança do IFRJ ao longo de 2017.

TABELA 1 - Indicadores de Desempenho do IFRJ

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DE DESEMPENHO
Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico estadual	Índice de êxito
	Índice de evasão
	Índice de retenção
Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade	Taxa de inserção no mundo de trabalho
Contribuir para o avanço científico, tecnológico e produtivo	Taxa de tecnologias transferidas para a sociedade
	Empreendimentos incubados
	Número de registros de licenciamentos e patentes (inovação tecnológica)
Consolidar a educação a distância nos diferentes níveis e modalidades de ensino	Oferta de Cursos na modalidade EAD
	Índice de oferta de cursos técnicos e de Graduação presenciais com oferta de carga horária em EAD
	Formação do docente em EAD
Ampliar parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais	Índice de parcerias estabelecidas
Fortalecer e diversificar as ações voltadas à educação inclusiva	Índice de execução de ações planejadas inclusivas
Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino	Índice de formação continuada aos docentes
	Taxa de atendimento de demandas de tecnologias e metodologias educacionais inclusivas
	Projetos de assistência estudantil

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DE DESEMPENHO
Promover a assistência estudantil com ênfase na inclusão	Índice de assistência estudantil por processo de seleção
	Alunos beneficiados pela assistência estudantil
Integrar e ampliar ensino, pesquisa e extensão	Taxa de estudantes participantes de projetos de pesquisa e extensão
	Taxa de servidores envolvidos em projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação
	Taxa de integração dos projetos de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão
Desenvolver modelo de governança com foco na gestão participativa e transparente	Índice do desenvolvimento do modelo de governança
	Índice de execução de projetos estratégicos
	Cultura de gestão estratégica
Otimizar os processos de trabalho	Índice de padronização dos processos e métodos de trabalho
Aperfeiçoar a comunicação institucional	Índice de implantação do plano de comunicação
	Índice de estruturação da comunicação
Promover a integração sistêmica	Taxa de integração dos projetos institucionais
Promover a cultura de autoavaliação institucional	Índice de metas alcançadas
	Taxa de reconhecimento por resultados alcançados por setor
Promover a qualidade de vida dos servidores no âmbito profissional e pessoal	Índice de clima organizacional
	Índice de atendimento das ações voltadas à valorização do servidor
	Taxa de implementação das ações voltadas à valorização dos servidores
Redimensionar e consolidar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica	Índice de desenvolvimento de sistemas e modernização de rotinas
	Índice da infraestrutura tecnológica
Consolidar a implantação dos <i>campi</i> da expansão	Índice de padronização da infraestrutura física dos <i>campi</i> do IFRJ
Otimizar a aplicação de recursos orçamentários	Índice de investimento/custeio
	Índice de execução orçamentária com projetos estratégicos
Ampliar a captação de recursos extraorçamentários	Taxa de recursos extraorçamentários disponibilizados

Para garantir o gerenciamento do indicador e o alcance do objetivo, foram definidas metas que comunicam o nível de desempenho pretendido (valor) para determinado período. Uma meta estratégica pressupõe comunicar um desafio futuro que promova um salto no desempenho de um indicador, desafio esse que deve ser alcançável e possibilitar a evolução do Instituto. No caso do IFRJ, as metas foram estabelecidas da seguinte maneira:

TABELA 2 - Metas Estratégicas do IFRJ

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	METAS				
		2017	2018	2019	2020	2021
Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico estadual	Índice de êxito	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)
	Índice de evasão	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)
	Índice de retenção	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)
Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade	Taxa de inserção no mundo de trabalho	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)	Levantar linha de base (Prazo primeira RAE)
Contribuir para o avanço científico, tecnológico e produtivo	Taxa de tecnologias transferidas para a sociedade	-	1	1	1	1
	Empreendimentos incubados	1	2	3	4	5
	Número de registros de licenciamentos e patentes (inovação tecnológica)	1	1	2	2	2
Consolidar a educação a distância nos diferentes níveis e	Oferta de cursos na modalidade EAD	-	1 curso	2 cursos	2 cursos	3 cursos
	Índice de oferta de cursos técnicos e de Graduação	-	5%	5%	10%	10%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	METAS				
		2017	2018	2019	2020	2021
modalidades de ensino	presenciais com oferta de carga horaria em EAD					
	Formação do docente em EAD	1 turma	2 turmas	2 turmas	2 turmas	2 turmas
Ampliar parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais	Índice de parcerias estabelecidas	80%	80%	80%	80%	80%
Fortalecer e diversificar as ações voltadas à educação inclusiva	Índice de execução de ações planejadas inclusivas	-	65%	65%	65%	65%
Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino	Índice de formação continuada aos docentes	-	5%	5%	10%	10%
	Taxa de atendimento de demandas de tecnologias e metodologias educacionais inclusivas	50%	50%	50%	50%	50%
Promover a assistência estudantil com ênfase na inclusão	Projetos de assistência estudantil	5	5	6	6	7
	Índice de assistência estudantil por processo de seleção	70%	70%	75%	75%	80%
	Alunos beneficiados pela assistência estudantil	20%	20%	25%	25%	30%
Integrar e ampliar ensino, pesquisa e extensão	Taxa de estudantes participantes de projetos de pesquisa e extensão	5%	5%	5%	6%	7%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	METAS				
		2017	2018	2019	2020	2021
	Taxa de servidores envolvidos em projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação	10%	10%	10%	15%	20%
	Taxa de integração dos projetos de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão	10%	15%	20%	25%	30%
Desenvolver modelo de governança com foco na gestão participativa e transparente	Índice do desenvolvimento do modelo de governança	-	-	20%	40%	40%
	Índice de execução de projetos estratégicos	-	70%	75%	80%	90%
	Cultura de gestão estratégica	20%	80%	80%	100%	100%
Otimizar os processos de trabalho	Índice de padronização dos processos e métodos de trabalho	-	-	25 pts	50 pts	75 pts
Aperfeiçoar a comunicação institucional	Índice de implantação do plano de comunicação	-	-	-	50%	100%
	Índice de estruturação da comunicação	30%	40%	60%	80%	100%
Promover a integração sistêmica	Taxa de integração dos projetos institucionais	50%	55%	55%	60%	60%
Promover a cultura de autoavaliação institucional	Índice de metas alcançadas	-	60%	60%	70%	75%
	Taxa de reconhecimento por resultados alcançados por setor	-	100%	100%	100%	100%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	METAS				
		2017	2018	2019	2020	2021
Promover a qualidade de vida dos servidores nos âmbitos profissional e pessoal	Índice de clima organizacional	-	30%	40%	50%	60%
	Índice de Atendimento das ações voltadas à valorização do servidor	30%	40%	50%	50%	50%
	Taxa de implementação das ações voltadas à valorização dos servidores	50%	100%	100%	100%	100%
Redimensionar e consolidar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica	Índice de desenvolvimento de sistemas e modernização de rotinas	25%	50%	75%	100%	100%
	Índice da infraestrutura tecnológica	30%	35%	40%	45%	50%
Consolidar a implantação dos <i>campi</i> da expansão	Índice de padronização da infraestrutura física dos <i>campi</i> do IFRJ	-	28,57%	35,72%	42,87%	50%
Otimizar a aplicação de recursos orçamentários	Índice de investimento/custei o	-	5%	5%	10%	10%
	Índice de execução orçamentária com projetos estratégicos	-	100%	100%	100%	100%
Ampliar a captação de recursos extraorçamentários	Taxa de recursos extraorçamentários disponibilizados	0,10%	0,20%	0,30%	0,40%	0,50%
	Índice de incremento dos recursos extraorçamentários	-	10%	10%	5%	5%

Novamente, vale ressaltar que, ao longo de 2017, somente a parte teórica do Planejamento Estratégico foi consolidada. Espera-se que nos próximos anos tais ferramentas

sejam executadas de modo a garantir resultados prósperos e significantes para a gestão e o funcionamento da Instituição.

3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O exercício financeiro de 2017 transcorreu com instabilidade na execução orçamentária, devido à indefinição na liberação dos limites orçamentários, que foram contingenciados no decorrer do exercício e liberados no fim, dificultando as decisões de planejamento e, com isso, atrasando as licitações e contratações. O início das atividades de três novos *campi*, que ainda não haviam sido incluídos na matriz orçamentária, resultou em rateio de despesas de funcionamento pelos os outros *campi*, diminuindo os recursos disponíveis para todo o Instituto.

O atendimento às metas físicas previstas ocorreram dentro do esperado.

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 9: Identificação da Ação

Identificação da Ação		
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial	
Código	20RL Tipo: Atividade.	
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Iniciativa	0617 - Promoção de ações p/ ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.	
Objetivo	Código: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhadas com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.	
Programa	Código: 2080 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS. Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro	
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não. Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras	
Lei Orçamentária do exercício		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
40.488.928,00	40.688.928,00	38.019.919,59	27.990.989,09	27.493.256,22	595.800,29	10.028.930,50
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante Matriculado			Unidade	12.938		11.418
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
16.605.915,39	8.561.592,33	2.165.480,89	Estudante Matriculado	Unidade	11.438	

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	2994 Tipo: Atividade					
Título	ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO					
Iniciativa	0617 - Promoção de ações p/ ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	Código: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhadas com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.					
Programa	Código: 2080 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS. Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não. Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.914.373,00	6.914.373,00	6.910.503,30	6.232.404,03	6.193.004,43	44.953,01	678.099,27
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício Concedido			Unidade	5.000		5.063
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.161.408,32	791.383,85	195.765,45	Benefício Concedido	Unidade	708	

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	6380 Tipo: Atividade					
Título	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
Iniciativa	0617 - Promoção de ações p/ ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	Código: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhadas com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.					
Programa	Código: 2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não. Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida	Realizada
99.519,55	5.052,00	15.467,47	Estudante Matriculado		0	0

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial
Código	20RG Tipo: Atividade.
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Iniciativa	0617 - Promoção de ações p/ ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	Código: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhadas com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.					
Programa	Código: 2080 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS. Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.226.829,00	4.226.829,00	3.297.865,24	127.511,97	85.237,00	105.393,69	9.514.270,85
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Viabilizado		Unidade		6		4
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
9.683.675,67	4.929.579,65	114.651,59	Projeto Viabilizado	Unidade	1	

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

Identificação da Ação					
Código	1H10 - Tipo: Projeto				
Título	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
Iniciativa					
Objetivo					
Programa	Código: 1062. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Tipo: Finalístico.				
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.959,27	-	1.959,27	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

Identificação da Ação					
Código	2992 - Tipo: Atividade				
Título	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: 1062. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Tipo: Finalístico.				
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
24.937,68	-	24.937,68	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial.
Extração em 19/02/2018.

Identificação da Ação					
Código	8650 - Tipo: Atividade				
Título	REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: 1062. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Tipo: Finalístico.				
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
55.390,45	-	52.999,00	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial.
Extração em 19/02/2018.

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

De forma geral, o exercício financeiro de 2017 transcorreu sem problemas na execução orçamentária, em que a maior dificuldade foi o recebimento de financeiro para efetivo pagamento dos valores liquidados no decorrer do ano.

3.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

QUADRO 10 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.3.1.1.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS EM CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO				
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo final do exercício
26433	29212545000143 - NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA.	11.249,18	331.443,09	331.443,09	11.249,18
	39537063000117 - CONFEDERAL - RIO VIGILÂNCIA LTDA.	0,00	161.199,04	161.199,04	0,00
	8928115000152 - VALLE SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA. EPP	0,00	113.798,01	113.798,01	0,00
	482840000138 - LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	0,00	81.679,66	81.679,66	0,00
	17910485000153 - GARRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. EPP	0,00	27.098,98	27.098,98	0,00
	1612981000190 - MUNICÍPIO DE PINHEIRAL	0,00	25.694,64	19.302,94	3.195,85
	PFGRATRSC - AVALIADORES EXT. RSC - GRATIFICAÇÃO DE CURSO/CONCURSO	0,00	12.400,00	0,00	6.200,00
	47866934000174 - TICKET SERVIÇOS S.A.	0,00	11.126,28	10.375,86	375,21
	8602745000132 - CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.	0,00	8.950,84	8.950,84	0,00
	35820448000721 - WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	0,00	6.615,69	6.615,69	0,00
	4206050000180 - TIM CELULAR S.A.	0,00	5.806,45	5.806,07	0,19
	PFMULTRAN - MULTAS DE TRÂNSITO	0,00	4.341,50	3.830,74	255,38
	14659386000152 - RDL ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. EPP	0,00	3.339,18	3.339,18	0,00
	33000118000179 - TELEMAR NORTE LESTE S/A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	0,00	2.746,85	2.746,85	0,00
	23972389000132 - R A AUDIOVISUAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO LTDA. ME	0,00	2.550,00	2.550,00	0,00
	3360551000154 - INTERSEPT LTDA	0,00	1.546,15	1.546,15	0,00
	33050071000158 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	0,00	748,15	-748,15	748,15
	9370244000130 - DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.	0,00	722,83	722,83	0,00
	30295513000138 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	5.852,48	595,91	6.150,44	297,95
	42124693000174 - COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB	0,00	468,55	468,55	0,00
	PFRESSARC - PAGAMENTO DE RESSARCIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS	0,00	418,49	418,49	0,00
	33352394000104 - COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE	0,00	236,00	236,00	0,00
755325737 - JOSE ARIMATHEA OLIVEIRA	0,00	94,98	94,98	0,00	
1978614586 - BRUNO FILGUEIRAS REBELO DE MATOS	0,00	87,61	87,61	0,00	

55248780772 - PAULO CEZAR DE SOUZA	0,00	87,61	87,61	0,00
16970999000131 - DMC DISTRIBUIDORAS, COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EP	0,00	2,77	2,77	0,00
6064175000149 - AIRES TURISMO LTDA.	928,14	0,00	928,14	0,00
PFAUXNATA – AUXÍLIO-NATALIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00
PFPRHBCV2 - CONVÊNIO 2 - BOLSAS - 6000.0081887.13.4_PFRH PB 126	600,00	0,00	0,00	600,00
PFDIARIAS - DIÁRIAS/GRA/PA	0,00	0,00	0,00	0,00
31165384000126 - FUNDAÇÃO BIO-RIO	24.890,00	0,00	15.425,00	9.465,00
1289716000113 - MARINHO TRANSPORTE E TURISMO LTDA. EPP	30.793,27	0,00	0,00	30.793,27
185997000100 - NOVO HORIZONTE JACAREPAGUÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	5.187,67	0,00	0,00	5.187,67
2606943000198 - PROL SEGURANÇA - EIRELI	34.964,01	0,00	0,00	34.964,01
110245 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	315.674,82	0,00	166.154,27	149.520,55
60431715000120 - MARTE CIENTÍFICA & INSTRUMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA.	9,00	0,00	0,00	9,00
TOTAL:	430.148,57	803.799,26	970.311,64	252.861,41

O reconhecimento de dívida nesse exercício se deve principalmente às faturas da Imprensa Nacional não cobradas/pagas desde o exercício de 2010 que foram enviadas e conferidas como devidas em 2017.

3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

TABELA 3 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados					
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (d) = (a-b-c)	
2016	R\$ 3.347.453,27	R\$ 3.088.775,99	R\$ 0,00	R\$ 258.677,28	
2015	R\$ 1.054.415,72	R\$ 794.225,97	R\$ 38.318,42	R\$ 221.871,33	
2014	R\$ 103.031,89	R\$ 10.300,00	R\$ 1.974,08	R\$ 90.757,81	
2013	R\$ 189.061,80	R\$ 118.671,24	R\$ 0,00	R\$ 70.390,56	
2012	R\$ 93.024,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 93.024,07	
2011	R\$ 22.725,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.725,89	
2010	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00	
2009	R\$ 516,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 516,48	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)

2016	R\$ 22.112.337,94	R\$ 13.752.679,72	R\$ 13.580.366,74	R\$ 821.138,43	R\$ 7.710.832,77
2015	R\$ 10.667.270,77	R\$ 4.740.436,44	R\$ 4.726.175,44	R\$ 1.758.431,78	R\$ 4.182.663,55
2014	R\$ 780.265,91	R\$ 179.533,65	R\$ 179.533,65	R\$ 343.615,97	R\$ 257.116,29
2013	R\$ 2.296.657,01	R\$ 708.124,02	R\$ 708.124,02	R\$ 354.420,84	R\$ 1.234.112,15
2012	R\$ 133.245,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.370,87	R\$ 59.875,09
2011	R\$ 82.287,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 79.895,95	R\$ 2.391,45
2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2009	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

Os restos a pagar (RAPs) de exercícios anteriores se devem aos seguintes fatores: em primeiro lugar, o fato de apenas três fornecedores representarem aproximadamente 50% dos RAPs e serem referentes a obras e projetos em andamento; em segundo lugar, os contratos continuados dos quais aguardávamos o recebimento de financeiro para a quitação de faturas; em terceiro lugar, empresas de fornecimento de materiais e serviços que não tiveram suas entregas finalizadas.

Vale ressaltar que se encontra na fase final a análise detalhada dos restos a pagar para efetuar o cancelamento.

3.3 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Não houve execução descentralizada por parte do IFRJ no ano de referência do relatório, tampouco no ano anterior.

3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Tal tópico não se aplica ao IFRJ, visto que não houve descentralização de recursos para outros órgãos.

3.3.2 Informações sobre a realização das receitas

QUADRO 11 - Receitas Correntes

RECEITAS CORRENTES					
Fontes de Receita	Origem Receita	Previsão		Arrecadação	
1. RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		2017	2016	2017	2016
ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	RECEITA PATRIMONIAL	17.461,00	25.299,00	23.374,10	24.266,09
ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - MULTAS E JUROS	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	536,41	256,00
CONC/PERM/AUT/CESSÃO DIR.USO MOV.PUB-PRINC.	RECEITA PATRIMONIAL	47.033,00	51.065,00	35.003,76	45.315,64
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	879,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA - PRINCIPAL	RECEITA AGROPECUÁRIA	250.800,00	270.133,00	188.609,86	252.942,20
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	RECEITA DE SERVIÇOS	11.399,00	8.429,00	23.340,50	7.587,83
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS - PRINCIPAL	RECEITA DE SERVIÇOS	2.237.015,00	825.000,00	2.116.490,46	2.087.299,65
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	58,50	0,00
MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	85,13
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	55.047,74	0,00
Subtotal:		2.563.708,00	1.179.926,00	2.443.340,33	2.417.752,54
2. RECURSOS DE CONVÊNIOS					
TRANSFER.DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES-PRINC.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	2.352.336,00	0,00	0,00
Subtotal:		0,00	2.352.336,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA UPC:		2.563.708,00	3.532.262,00	2.443.340,33	2.417.752,54

Fonte: Tesouro Gerencial.
Extração em 19/02/2018.

3.3.3 Informações sobre a execução das despesas

O custo de pessoal foi aumentado em razão do concurso público realizado, por meio do qual foram contratados 320 (trezentos e vinte) servidores e, desse modo, elevou-se essa categoria de despesas.

QUADRO 12 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	31.596.656,08	8	33.134.445,57	9	14.341.882,90	4	15.923.973,10	5
a) Convite	-	0	-	0	-	0	-	0
b) Tomada de Preços	191.020,31	0	95.565,89	0	-	0	-	0

c) Concorrência	1.912.649,58	0	-	0	-	0	-	0
d) Pregão	24.093.849,12	6	29.167.802,03	8	14.341.882,90	4	15.923.973,10	5
e) Concurso	-	0	-	0	-	0	-	0
f) Consulta	-	0	-	0	-	0	-	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	5.399.137,07	1	3.871.077,65	1	-	0	-	0
2. Contratações Diretas (h+i)	16.842.063,22	4	11.872.637,03	3	12.612.453,34	3	7.612.157,40	2
h) Dispensa	13.432.631,30	3	9.111.769,94	3	10.467.600,71	3	5.981.389,31	2
i) Inexigibilidade	3.409.431,92	1	2.760.867,09	1	2.144.852,63	1	1.630.768,09	0
3. Regime de Execução Especial	25.652,93	0	26.970,18	0	25.652,93	0	26.970,18	0
j) Suprimento de Fundos	25.652,93	0	26.970,18	0	25.652,93	0	26.970,18	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	330.025.867,98	81	275.381.229,84	78	330.023.115,03	86	275.369.453,34	84
k) Pagamento em Folha	329.628.726,05	81	274.805.496,23	78	329.628.726,05	86	274.805.496,23	84
l) Diárias	397.141,93	0	575.733,61	0	394.388,98	0	563.957,11	0
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	378.490.240,21	93	320.415.282,62	91	357.003.104,20	93	298.932.554,02	91

6. Total das Despesas da UPC	407.581.952,85	100	352.312.807,95	100	384.344.788,45	100	326.853.016,74	100
-------------------------------------	-----------------------	------------	-----------------------	------------	-----------------------	------------	-----------------------	------------

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

QUADRO 13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RAPs Não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	225.206.909,67	191.632.507,40	225.206.909,67	191.632.507,40	0,00	0,00	225.206.909,67	191.632.507,40
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORCAMENTÁRIAS	45.316.547,20	37.751.176,48	45.316.547,20	37.751.176,48	0,00	0,00	45.316.547,20	37.751.176,48
Demais elementos do grupo	59.105.269,18	45.421.812,35	59.105.269,18	45.421.812,35	0,00	0,00	59.105.269,18	45.421.812,35
3. Outras Despesas Correntes								
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.818.313,91	16.300.296,60	10.403.260,81	10.624.710,46	5.415.053,10	5.675.586,14	10.183.088,43	10.158.587,47
37 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	16.081.470,99	13.841.877,68	13.293.863,98	11.335.610,29	2.787.607,01	2.506.267,39	12.960.385,48	9.911.467,89
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.034.512,11	9.660.390,83	10.034.512,11	9.660.390,83	0,00	0,00	10.034.512,11	9.660.390,83
18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	7.653.505,69	9.529.072,06	6.671.525,02	7.825.306,56	981.980,67	1.703.765,50	6.618.925,42	7.418.329,81
49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	4.251.046,20	3.645.964,55	4.251.046,20	3.645.964,55	0,00	0,00	4.251.046,20	3.645.964,55
Demais elementos do grupo	11.971.748,76	13.660.218,96	9.599.385,32	10.115.711,62	2.372.363,44	3.544.507,34	9.453.070,80	9.784.036,06

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RAPs Não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
51 OBRAS E INSTALAÇÕES	7.397.342,07	5.744.624,59	73.000,00	332.927,30	7.324.342,07	5.411.697,29	73.000,00	175.000,00
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.499.024,15	4.205.535,84	658.875,99	1.393.098,62	2.840.148,16	2.812.437,22	614.642,53	945.981,17
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.218.995,94	869.090,73	500.292,45	411.013,67	718.703,49	458.077,06	500.292,45	297.522,85
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.098,98	50.239,88	27.098,98	50.239,88	0,00	0,00	27.098,98	50.239,88
30 MATERIAL DE CONSUMO	168,00	0,00	0,00	0,00	168,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	1.246.262,92	919.330,61	527.391,43	461.253,55	718.871,49	458.077,06	527.391,43	347.762,73

Fonte: Tesouro Gerencial.
Extração em 19/02/2018.

Na execução das despesas no ano de 2017, pode-se verificar o aumento do custo de pessoal devido ao concurso público, por meio do qual novos servidores ingressaram no IFRJ.

Quanto à execução das despesas relacionadas a dispensas e inexigibilidades, houve uma redução em relação ao exercício anterior, visto que o IFRJ vem buscando fazer as suas licitações sistêmicas de modo a atender a todos os *campi* e assim otimizar os recursos.

No ano de 2017 houve o contingenciamento de 50% (cinquenta por cento) de capital durante o exercício e liberados próximo à data-limite para empenho, o que comprometeu os projetos de investimento do IFRJ.

3.3.4 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158485	INST. FED. DO RIO DE JANEIRO / CAMPUS PINHEIRAL	0	0,00	20	25.652,93	3.399,62
2016	158485	INST. FED. DO RIO DE JANEIRO / CAMPUS PINHEIRAL	0	0,00	16	26.970,18	3.789,22

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158485	INST. FED. DO RIO DE JANEIRO / CAMPUS PINHEIRAL	0	0,00	20		25.652,93	25.652,93
2016	158485	INST. FED. DO RIO DE JANEIRO / CAMPUS PINHEIRAL	0	0,00	16		26.970,18	26.970,18

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.

QUADRO 14 - Suprimento de Fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
26433	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	30 - MATERIAL DE CONSUMO	6 - ALIMENTOS PARA ANIMAIS	1.040,00
			3 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	3,98
			1 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	212,00
			2 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO	155,00
			42 - FERRAMENTAS	1.990,28
			18 - MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINÁRIO	163,10
			19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	75,00
			21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	60,00
			22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	343,37
			28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	2.593,33
			26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	2.222,16
			36 - MATERIAL HOSPITALAR	743,00
			24 - MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	6.587,06
			25 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.191,14
			11 - MATERIAL QUÍMICO	282,70
31 - SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	319,81			
SUB-TOTAL:			18.981,93	

			17 - MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.216,00
		39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	20 - MANUT.E CONS.DE B.MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	685,00
			19 - MANUTENÇÃO E CONSERV. DE VEÍCULOS	770,00
			SUB-TOTAL:	6.671,00
Fonte: Tesouro Gerencial. Extração em 19/02/2018.			TOTAL:	25.652,93

3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

➤ Indicadores Do Acórdão 2.267/2005

Indicadores Para Monitoramento E Avaliação Do Modelo De Governança E Efetividade Dos Controles Internos

01 – RC/V = Inscrições/Vagas

Quadro 15 – Relação candidato x vaga

Ano	Nº de inscritos	Oferta de vagas	Indicador RC/V
2013	38.925	5.872	6,60
2014	28.304	3.531	8,02
2015	35.466	3.734	9,50
2016	41.423	4.684	8,84
2017	36.548	6.728	5,40

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Análise: Nos últimos 5 anos, a média deste indicador no ciclo histórico foi de 7,6%, observando-se, a partir de 2016, a reversão da queda da oferta do número de vagas. Em 2017, verificou-se um aumento significativo na oferta de vagas, o que refletiu positivamente no indicador da RC/V, demonstrando uma maior capacidade institucional para a oferta de vagas no referido ano.

02 – RI/A = Número de ingressos x 100/Alunos matriculados

Quadro 16 - Relação Ingressos x Alunos

Ano	Nº de ingressos	Alunos matriculados	Indicador RI/A
2013	4.580	15.626	29,30
2014	3.054	14.042	21,75
2015	3.575	15.896	22,49
2016	5.541	16.509	33,56
2017	5.685	16.798	33,84

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Análise: Na análise da série histórica, o valor médio deste indicador foi de 28,2%. A partir de 2016 houve um aumento significativo do indicador RI/A, ficando seu valor acima da média institucional para o ciclo histórico apresentado. Em 2017, houve ligeiro aumento do número de matrículas atendidas, 33,84%, sendo este o maior valor do ciclo histórico apresentado.

03 – RC/A = Número de concluintes x 100/Alunos matriculados

Quadro 17 – Relação Concluintes x Alunos

Ano	Nº de concluintes	Alunos matriculados	Indicador RC/A
2013 (C*+IFE)	1.881	15.626	12,0
2014 (C*+IFE)	1.378	14.042	9,81
2015	1.328	15.896	8,35
2016	1.204	16.509	7,29
2017	3.303	16.798	19,66

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

C* - Concluintes

ICH* - Integralização de carga horária

IFE* - Integralizado fase escolar

Em 2017 Nº de Concluintes inclui Integralizados em Fase Escolar

Observar a alteração no indicador d RC/A, que a partir de 2015, está considerando apenas os concluintes (exclui a ICH). Difere dos anos anteriores.

Análise: Na análise do ciclo histórico, o valor médio deste indicador foi de 11,4%. Em 2017, observou-se um aumento significativo deste indicador, estando seu valor acima do valor médio do ciclo apresentado, mostrando que o número de alunos concluintes aumentou, o que foi refletido também no resultado do indicador RI/A, apresentado anteriormente. Ou seja, o aumento do número de alunos concluintes também foi refletido pelo aumento do número de matrículas atendidas, no mesmo ano.

04-Índice IFAC= Número de concluintes x 100/Matriculados finalizados

Quadro 18 – Índice de eficiência acadêmica / concluintes (Taxa de Saída com Êxito)

Ano	Nº de concluintes	Nº de matriculados finalizados	Indicador IFAC
2013(C*+IFE*)	1.881	4.726	39,8
2014(C*+IFE*)	1.378	2.696	51,11
2015	1.328	4.471	29,70
2016	1.204	3.526	34,15
2017	3.303	6991	47,25

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

C* - Concluintes

ICH* - integralização de carga horária

IFE* - Integralizado Fase Escolar

Em 2017 Nº de Concluintes inclui Integralizados em Fase Escolar

Observar a alteração no indicador da RC/A, que, a partir de 2015, está considerando apenas os Concluintes (exclui a ICH). Difere dos anos anteriores.

Quadro - Eficiência acadêmica (O indicador de eficiência acadêmica mede a eficiência em termos dos percentuais de conclusão e da possibilidade que os alunos retidos concluam os cursos)

IEA = % Conclusão de Ciclo + [% Conclusão de Ciclo / (% Conclusão de Ciclo + % Evasão de Ciclo)]* Retenção de Ciclo

Ano	Conclusão de Ciclo	Evasão de Ciclo	Retenção de Ciclo	Indicador IEA
2017	35,40	57,00	7,60	38,30

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Análise: Verifica-se uma variação crescente deste indicador a partir de 2015. O resultado mostrado para o indicador IFAC no ano de 2017 foi de 47,25%, estando acima da média histórica do quinquênio apresentado, que foi de 40,40%, mostrando um aumento significativo do número de alunos concluintes.

A partir da implementação da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), houve modificação na forma de cálculo utilizada para o Índice de Eficiência Acadêmica (IEA). Aplicando a nova fórmula de cálculo, a variação crescente do indicador permanece a partir de 2015, atingindo o valor de 38,30% em 2017, permanecendo a indicação do aumento do número de alunos concluintes no final do ciclo histórico apresentado.

05 – Índice- IRFE = Número de alunos retidos x 100/ Alunos matriculados

Quadro 19 - Índice de retenção do fluxo escolar

Ano	Nº de alunos retidos	Nº de alunos matriculados	Indicador IRFE
2013	5.148	15.626	32,9
2014	5.201	14.042	37,04
2015	6.330	15.896	39,82
2016	6.360	16.509	38,52
2017	1.860	16.798	11,07

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Análise: Observando os resultados do ciclo histórico para este indicador, verifica-se, em 2017 uma diminuição considerável do IRFE, que foi de 11, 07%, ficando abaixo da média histórica institucional de 31,87%. O resultado positivo do ano de 2017 reflete a melhoria do processo pedagógico institucional em função da aplicação das ações previstas no Plano Institucional de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção iniciados em 2016 e intensificados em 2017, além das ações desenvolvidas em assistência estudantil.

06 – RA/DTI = Alunos matriculados/docente em tempo integral

Quadro 20 – Relação alunos/docentes em tempo integral

Ano	Nº de alunos matriculados	Nº de docentes em tempo integral	Indicador RA/DTI
2013	15.626	799	19,60
2014	14.042	831	16,90
2015	15.896	909	17,49
2016	16.509	922	17,92
2017	16.798	1.038	16,18

Fonte: IFRJ (2017).

Obs.: Relação Alunos/Docentes em 2017 – comparação pelo critério anterior (até 2016) e o atual (RAP)

Quadro 21 - Relação Matrícula/Professor

Ano	Matrículas Equivalentes	Professor Equivalente	RAP
2017	16.208	1.036	15,64

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017. (Acordo de Metas, 20)

Análise: No ciclo histórico apresentado, o valor médio para o indicador RD/DTI foi de 17,6%(critério anterior) e 17,5% (critério atual – RAP). Apesar do aumento do número de alunos matriculados, no período houve também o aumento do número de docentes, em função da abertura de 3 novos *Campi*, com turmas iniciais na abertura de 22 curso FIC, 4 cursos de pós-graduação, e cursos técnicos integrados e 3 cursos técnicos concomitantes/subsequentes, o que causa impacto negativo no indicador. Entretanto, considerando-se que permaneça a tendência do aumento da eficiência

acadêmica mostrada no quadro 26 deste relatório, pode-se esperar um cenário com tendência de positividade, melhorando o índice da RAP nas próximas análises.

07 – GCA – Gastos correntes por aluno

GCA = Total de gastos/ Nº de Matrículas

Quadro 22 – Gastos correntes com alunos

Ano	Gastos Correntes	Nº de alunos matriculados	Indicador GCA
2012	148.964.931,34	16.630	8.957,60
2013	180.023.645,00	15.626	11.520,58
2014	207.647.072,05	14.042	14.787,57
2015	240.292.273,68	15.896	15.116,52
2016	302.634.266,60	16.509	18.331,47
2017	346.809.230,00	16.208	21.397,72

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

2017 – Gasto Corrente por Matrícula (considerada a Matrícula equivalente)

Análise: Conforme o Acórdão 2.267/2005- TCU, este indicador tem como objetivo quantificar os gastos por aluno, por região para o país.

O custo por aluno vem aumentando tendo em vista que 5 *Campi* do IFRJ não estão totalmente estruturados, estando em fase de consolidação, são eles, *Campus* Mesquita, *Campus* Resende e os novos *Campi* Niterói, Belford Roxo e São João de Meriti. De certa forma, isto ainda contribui para o elevado custo do aluno, mas que será reduzido com o processo de consolidação destes *Campi*, tanto em termos de infraestrutura, quanto em termos de implantação de novos cursos.

08 – Percentual de gastos com pessoal

PGP (%) = Total de gastos com pessoal x 100/ Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec).

Quadro 23 – Percentual de gastos com pessoal

Ano	Total de gastos com pessoal	Gastos Totais (sem Bolsa Formação e eTec)	Indicador PGP
2012	129.178.005,02	192.063.302,85	67,26%
2013	155.216.490,00	226.476.771,00	68,54%
2014	183.444.062,91	247.574.818,76	74,10%
2015	218.490.532,98	281.826.964,13	77,53%
2016	274.898.864,67	345.331.270,49	79,60%
2017	329.628.726,00	401.010.650,00	82,20%

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Análise: Segundo o Acórdão 2.267/2005-TCU, este indicador tem como objetivo quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais. A base de cálculo do indicador em questão considera o somatório das despesas do IFRJ no exercício sob exame, pertinentes ao grupo I – pessoal e encargos sociais, divididos pelo total geral das despesas totais efetuadas.

Podemos notar o aumento do gasto de pessoal no exercício 2017. Tal fato se deve ao ingresso de novos servidores nomeados em concurso público. Este aumento de gasto foi parcialmente verificado em 2016, tendo em vista a nomeação a partir de meados deste ano, e efetivamente em 2017 de aproximadamente 396 novos servidores.

09 – Percentual de gastos com outros custeios

$PGOC (\%) = \text{Total de gastos com outros custeios} \times 100 / \text{Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)}$

Quadro 24 - Percentual de gastos com outros custeios

Ano	Total de gastos com outros custeios	Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)	Indicador PGOC
2012	35.025.226,86	192.063.302,85	18,24%
2013	41.156.130,00	226.476.771,00	18,17%
2014	42.012.406,88	247.574.818,76	16,97%
2015	41.450.958,30	281.826.964,13	14,71%
2016	50.087.864,78	345.331.270,49	16,53%
2017	43.974.600,00	401.010.650,00	11,0%

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Análise: Segundo o Acordão 2.267/2005-TCU, este indicador tem como objetivo quantificar o percentual de gasto com outros custeios em relação aos gastos totais.

Podemos observar a redução no ano de 2017. Tal redução deve-se a diminuição do orçamento par os gastos com custeio recebido do governo federal, além da ampliação de gastos com pessoal.

10 – Percentual de gastos com investimentos

$PGI (\%) = \frac{\text{Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)}}$

Quadro 25 - Percentual de gastos com investimentos

Ano	Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras	Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)	Indicador PGI
2012	18.636.309,25	192.063.302,85	9,70%
2013	19.358.556,00	226.476.771,00	8,55%
2014	10.984.770,65	247.574.818,76	4,44%
2015	10.344.735,93	281.826.964,13	3,67%
2016	5.896.152,43	345.331.270,49	1,71%
2017	8.884.872,00	401.010.650,00	2,2%

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Análise: Segundo o Acórdão 2.267/2005-TCU, este indicador tem como objetivo quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais no exercício em exame.

Neste aspecto, podemos afirmar que o índice no ano de 2017 deve-se ao aumento do gasto de pessoal, demonstrado no quadro 30. Os principais investimentos no exercício de 2017 foram: a obra no *Campus* Niterói e as implantações dos *Campi* Belford Roxo, São João de Meriti e Resende.

11 – RFPA (%) = Renda familiar per capita – alunos

Tabela 4 - Renda familiar per capita – alunos

Faixas de Renda	2013	2014	2015	2016	2017
RFPA ≤ 0,5 S.M.	28,11%	28,73%	23,75%	33,77%	14,77%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	39,51%	37,35%	33,70%	37,77%	18,73%
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	12,67%	12,72%	13,47%	10,84%	6,51%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	14,17%	15,81%	17,18%	12,39%	6,77%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	2,59%	3,15%	3,60%	3,42%	3,14%
RFPA > 3,5 S.M.	2,95%	2,25%	4,68%	1,80%	3,04%
Não Declada					47,3%

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Tabela 5 - Renda familiar per capita – alunos 2013 -2017

Anos	RFPA ≤ 0,5 S.M.	0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	RFPA > 3,5 S.M.	Não Declarada
2013	28,11%	39,51%	12,67%	14,17%	2,59%	2,95%	
2014	28,73%	37,35%	12,72%	15,81%	3,15%	2,25%	
2015	23,75%	33,70%	13,47%	17,18%	3,60%	4,68%	
2016	33,77%	37,77%	10,84%	12,39%	3,42%	1,80%	
2017	14,77%	18,73%	6,51%	6,77%	3,14%	3,04%	47,03%

Fonte: IFRJ (2017).

Análise: As tabelas 3 e 4 mostram que a partir de 2017 o cálculo do indicador passou a ser feito considerando o percentual de alunos que declararam renda. Desta forma, a amostra considerada foi de 52,97%, desconsiderando os 47,03% que não declararam renda. A partir dos resultados

observados, verifica-se que o IFRJ atende grande parcela da população de baixa renda, mostrando o caráter inclusivo da Instituição.

12 – ITCD – Índice de titulação do corpo docente

$$\text{Índice} = (G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5) / (G + A + E + M + D)$$

Legenda: G – Graduado; E - Especializado; M – Mestre; D – Doutor; PD – Pós-Doutor

Tabela 6 – Titulação do corpo docente

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de graduados	68	55	46	28	22
Nº de aperfeiçoados	2	3	1	0	0
Nº de especialistas	89	86	81	71	84
Nº de mestres	405	422	444	456	524
Nº de doutores	251	281	353	379	466
Indicador ITCD	3,94	4,03	4,14	4,24	4,3

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Tabela 7 - Índice de titulação do corpo docente

Ano	Indicador ITCD
2013	3,94
2014	4,03
2015	4,14
2016	4,24
2017	4,3

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

ITCD	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
4,3	1,72%	7,35%	47,76%	43,17%

Fonte: SISTEC/PNP – Ano Base 2017.

Análise: Neste indicador, observa-se uma melhoria no índice de titulação do corpo docente no IFRJ.

➤ Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Quadro 26 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU N.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de	Exercícios				
		Cálculo	2017	2016	2015	2014	2013
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	*1	5,4	8,84	9,50	8,02	6,6
	Relação Ingressos/Aluno	*2	33,84	33,56	22,49	21,75	29,3
	Relação Concluintes/Aluno	*3	19,66	7,29	8,35	9,81	12,0
	Índice de Eficiência Acadêmica Concluintes	*4	38,3	34,15	29,70	51,11	39,8
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	*5	11,07	38,52	39,82	37,04	32,9
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	*6	15,64	17,92	17,49	16,9	19,6
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	*7	346.809,230,00	18.331,47	15.116,52	14.787,57	11.520,78
	Percentual de Gastos com Pessoal	*8	82,20%	79,60%	77,53%	74,1%	68,54%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	*9	11,0%	16,53	14,71	16,97	18,17%

	Percentual de Gastos com Investimentos	*10	2,2%	1,71	3,67	4,44	8,55%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	*11	*2017	*2016	*2015	*2014	*2013
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	*12	4,3	4,24	4,14	4,03	3,94

Fonte: SISTEC/SIAFI/SIAPE (2017).

Quadro 27 - Socioeconômico - Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar – 2017

Faixas de Renda	Nº de Alunos por RFP
0 S.M. < RFPA ≤ 0,5 S.M.	2.481
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	3.146
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	1.094
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	1.138
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	528
RFPA > 3,5 S.M.	511
Não Declarada	7.900

Fonte: SISTEC/SIAFI/SIAPE (2017).

Quadro 28 - Socioeconômico - Percentuais de Alunos Matriculados por Cor/Raça e Renda per Capita Familiar – 2017

Faixas de Renda	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
0 S.M. < RFPA ≤ 0,5 S.M.	26,5%	22,0%	37,5%	30,5%	38,2%

0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	36,8%	34,8%	37,5%	36,6%	34,4%
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	19,1%	13,9%	12,5%	11,6%	8,7%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	10,3%	15,0%	12,5%	10,5%	9,3%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	5,9%	7,1%	0,0%	5,1%	5,0%
RFPA > 3,5 S.M.	1,5%	7,2%	0,0%	5,7%	4,4%

Fonte: SISTEC/SIAFI/SIAPE (2017).

Quadro 29 - Socioeconômico - Número de Alunos Matriculados por Cor/Raça e Renda per Capita Familiar – 2017

Faixas de Renda	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
0 S.M. < RFPA ≤ 0,5 S.M.	18	773	6	870	392
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	25	1.222	6	1.047	353
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	13	489	2	330	89

1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	7	528	2	300	95
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	4	249	0	147	51
RFPA > 3,5 S.M.	1	252	0	163	45

Fonte: SISTEC/SIAFI/SIAPE (2017).

Outros Indicadores – Plataforma Nilo Peçanha

Quadro 30 - atendimentos aos percentuais estabelecidos na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Tipo de Curso	Matrículas Equivalentes	% Atendimento
Técnicos	9.998	61,7%
Formação de Professores	2.288	14,1%
PROEJA	473	2,9%
Matrícula Equivalente Geral	16.208	

Fonte: SISTEC/SIAFI/SIAPE (2017).

Quadro 31 - Taxa de Evasão – 2017

Geral	22,0%
Qualificação Profissional (FIC)	58,60%
Técnico	16,20%

Bacharelado	12,60%
Licenciatura	22,90%
Tecnologia	23,10%
Especialização (Lato Sensu)	11,60%
Mestrado Acadêmico	3,30%
Mestrado Profissional	4,90%
Doutorado	0,0%

Legenda:

*1 - $RC/V = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$

*2 - $RI/A = \frac{\text{Número de ingressos} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$

*3 - $RC/A = \frac{\text{Número de concluintes} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$

*4 - Índice IFAC = $\frac{\text{Número de concluintes} \times 100}{\text{Número de Finalizados}}$

*5 - Índice- IRFE = $\frac{\text{Número de alunos retidos} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$

*6 - $RA/DTI = \frac{\text{Alunos matriculados}}{\text{Docentes em tempo integral}}$

*7 - GCA = Total de gastos

Nº de Matrículas

*8 - PGP (%) = $\frac{\text{Total de gastos com pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$

Gastos Totais

*9 - PGOB (%) = $\frac{\text{Total de gastos com outros custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$

Gastos Totais

*10 - PGI (%) = $\frac{\text{Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$

Gastos Totais

*11 – RFPA (%) = Renda familiar per capita - alunos

RFPA ≤ 0,5 S.M.

0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.

1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.

1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.

2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.

RFPA > 3,5 S.M.

*12 – Índice - ITCD = G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5

G + A + E + M + D

2012

RFPA ≤ 0,5 S.M.	22,79%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	40,13%

1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	14,89%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	15,66%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	2,83%
RFPA > 3,5 S.M.	4,22%

*2013

RFPA ≤ 0,5 S.M.	28,11%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	39,51%
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	12,67%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	14,17%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	2,59%
RFPA > 3,5 S.M.	2,95%

*2014

RFPA ≤ 0,5 S.M.	28,73%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	37,35%
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	12,72%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	15,81%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	3,15%
RFPA > 3,5 S.M.	2,25%

*2015

Faixas de Renda	2015
RFPA ≤ 0,5 S.M.	23,75%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	33,70%

1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	13,47%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	17,18%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	3,60%
RFPA > 3,5 S.M.	4,68%

*2016

Faixas de Renda	2016
RFPA ≤ 0,5 S.M.	33,77%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	37,77%
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	10,84%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	12,39%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	3,42%
RFPA > 3,5 S.M.	1,80%

*2017

Faixas de Renda	2017
0 S.M. < RFPA ≤ 0,5 S.M.	14,77%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	18,73%
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	6,51%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	6,77%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	3,14%
RFPA > 3,5 S.M.	3,04%

3.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Não houve despesa custeada com recursos externos no exercício.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O IFRJ foi criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação. Possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo do IFRJ, é o órgão máximo do Instituto Federal, regido pelas disposições da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, do Estatuto do IFRJ, e pelas normas específicas do Regimento Interno do Conselho Superior. Possui como órgão de apoio ao processo decisório o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo.

Os Conselhos Acadêmicos, de caráter consultivo, são órgãos de apoio ao Processo Decisório do Conselho Superior e Reitoria no que tange às políticas acadêmicas e questões relacionadas ao ensino, à pesquisa e extensão. Fazem parte dos Conselhos Acadêmicos: o Conselho Acadêmico de Ensino Técnico (Caet), o Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (Caeg), o Conselho Acadêmico de Extensão (Caex) e o Conselho Acadêmico de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Capog).

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFRJ e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Comissão de Ética Pública tem como objetivo zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal e do Código de Conduta Ética dos Servidores do Instituto Federal do Rio de Janeiro. A Comissão teve sua formação completamente instituída pela Portaria nº 143, de 14 de julho de 2015.

O Núcleo de Governança (NGov) é responsável por dar apoio e orientação à alta gestão do Instituto, utilizando mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, prezando pela aplicação dos princípios da integridade, responsabilidade, compromisso, transparência e *accountability*, melhorando o desempenho da instituição e contribuindo para que a gestão seja cada vez mais eficiente.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do IFRJ, de natureza consultiva e propositiva, de caráter permanente, é instituído pelo Reitor do IFRJ e tem a finalidade de promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas do Instituto, promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem atendidos para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento da Instituição e identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a instituição possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais.

Comitê de Governança Corporativa e de TI, Riscos e Controles do IFRJ, de natureza consultiva e propositiva e de caráter permanente, foi instituído pelo Reitor do IFRJ por meio da Portaria nº 387, de 23/10/2017, e tem a finalidade de institucionalizar estruturas adequadas de governança corporativa e digital, gestão de riscos e controles internos.

A Procuradoria Federal atua de forma consistente na defesa judicial e extrajudicial do IFRJ.

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Indicação do estatuto ou de normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

Conforme Regimento da Auditoria Interna do IFRJ aprovado pelo presidente do Conselho Superior, por meio da Resolução nº 43 de 20/10/2017, a Unidade de Auditoria Interna (Audin) é o órgão técnico de controle interno, vinculado ao Conselho Superior do IFRJ, conforme art. 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000 com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002.

A Audin, sem prejuízo de sua vinculação administrativa, vincula-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal,

prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, conforme prescreve o art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna exercerá suas atribuições na Reitoria e em todos os *campi* do IFRJ.

A missão da Unidade de Auditoria Interna (Audin) é contribuir, de forma independente, para a avaliação dos controles internos no âmbito do IFRJ, agregando valor às práticas administrativas – particularmente aquelas relacionadas à gestão de riscos e de controles internos e governança –, sendo o órgão responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, colaborando para a melhoria da gestão.

A Audin é um órgão de assistência direta e imediata à alta administração do IFRJ. Atua de forma independente, tendo por base as atribuições, os planos, as metas, os objetivos e as políticas definidas pelo IFRJ, abrangendo as atividades, os programas, as operações e os controles existentes. Auxilia na realização dos objetivos delineados pelo IFRJ, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controle e governança.

Visando à objetividade, a Audin utiliza-se de metodologia de aplicação de matriz de risco, para priorização dos processos a serem auditados, bem como de mapeamento dos objetivos, riscos e controles na fase da execução das auditorias. Nesse sentido, destaca-se que o Manual da Auditoria Interna foi aprovado por meio da Resolução nº 44, de 20/10/2017, pelo presidente do ConSup, com o intuito de aprimorar os processos realizados pela Audin.

Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Não aplicável.

Estrutura da Audin

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da unidade de Audin será submetida à aprovação do Conselho Superior pelo dirigente máximo da entidade, quando for

o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000 e normas vigentes.

A Audin, no cumprimento de suas ações planejadas, emitiu, no decorrer do exercício de 2017, Solicitações de Auditorias (SAs), Relatórios de Auditorias (RAs) e Relatórios Gerenciais, além de realizar o acompanhamento dos atos publicados na imprensa oficial, assessoramento e orientações.

Como se pode observar, a estratégia de atuação da Unidade de Audin consiste em manter contato permanente com a gestão, de maneira que o trabalho de auditoria não seja entendido como uma mera fiscalização, mas, sim, como um subsídio à alta administração do IFRJ no alcance de seus objetivos enquanto instituição de ensino.

O IFRJ possui atualmente 4 (quatro) servidores lotados na auditoria, além de 1 (um) estagiário, como demonstrado no quadro 1:

QUADRO 32 - Composição da Auditoria

Lotação	Servidor	Estagiário	Subordinação Hierárquica	Função
Auditoria Interna/ Reitoria	1		Ao presidente do Conselho Superior	Chefe da Auditoria Interna
	3		Ao Chefe da Auditoria Interna	Audidores Internos
		1	Ao Chefe da Auditoria Interna	Estagiário

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

Para a consecução dos trabalhos de auditoria, o IFRJ oferece a estrutura física adequada à realização dos trabalhos: sala, mobiliário, computadores e estrutura de telefonia,

internet, acesso irrestrito a sistemas utilizados pelo IFRJ, carro oficiais e motoristas, quando solicitados.

Ações da Audin para certificação de que a alta gerência toma conhecimento de suas recomendações

A Audin se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna a partir das seguintes tarefas:

a) aplicação de questionários que avaliam os controles atualmente implementados nas áreas sob sua responsabilidade, ainda na fase de planejamento da auditoria;

b) reuniões de buscas de soluções, nas quais as irregularidades/inconsistências são tempestivamente comunicadas e quaisquer questionamentos são sanados, durante a etapa de execução;

c) envio de relatórios preliminares, com o intuito de dar ciência aos gestores sobre o andamento dos trabalhos, bem como de estabelecer concordância entre a percepção do auditor e a visão do gestor antes de ser emitido o relatório final, quando da fase de comunicação;

d) interação contínua com os gestores na fase de monitoramento utilizando o Sistema Redmine (sistema de gerenciamento de projeto utilizados no IFRJ para as recomendações emitidas pela CGU, pelo TCU e pela Audin), a fim de mantê-los focados em implementar as providências necessárias às recomendações emitidas. Também são feitas notificações aos gestores apontando os prazos para o atendimento vencidos e informando os percentuais de resolubilidades abaixo do esperado.

Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração

A Audin emite relatórios gerenciais encaminhados ao Conselho Superior do IFRJ informando sobre a situação das recomendações expedidas pela própria Audin e pelos órgãos de controle interno e externo.

A Portaria nº 078, de 1º de julho de 2013, do gabinete do Reitor, relata que:

“(…) as demandas de informações emanadas da Auditoria Interna deverão ser atendidas tempestivamente;

Em caso de necessidade da unidade auditada, poderá ser concedida, mediante solicitação e a critério da Auditoria Interna, prorrogação de prazos concedidos;

A recusa no atendimento importará representação junto à autoridade máxima;

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura”.

Foram emitidas solicitações de auditoria dirigidas às Direções-Gerais dos *campi* do IFRJ e às Pró-Reitorias, entre outras.

Os relatórios de auditoria são encaminhados ao Conselho Superior do IFRJ, conforme Instrução Normativa (IN) nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União (CGU).

Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria

Após a aprovação do Regimento da Auditoria Interna, a Audin passou a estar vinculada ao Conselho Superior do IFRJ, conforme art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002.

Orientações para elaboração do item “Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada”

Não se aplicam ao IFRJ.

4.3 SOBREPOSIÇÃO DE CARGA HORÁRIA – PRONATEC

O IFRJ está seguindo o preceituado no art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.513/2011 c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012. No entanto, há pontos de fragilidades, e recomendações foram emitidas no intuito de aprimorar os controles e evitar irregularidade, a saber:

1. Aconselhamos que o *campus* insira em sua página institucional os bolsistas que estão ligados aos Programas aqui mencionados (Pronatec e

Mulheres Mil), contendo seus horários de trabalho a fim de preservar o Princípio da Publicidade da Administração Pública.

2. Propomos que a direção de cada *campus* e as chefias imediatas dos servidores que atuam junto ao programa verifiquem a disponibilidade destes para atuarem nas atividades como bolsistas, de modo a evitar a sobreposição de carga horária ao artigo 14, § 4º da Resolução CD/FNDE.

Alguns pontos necessitavam de esclarecimentos na fase preliminar do relatório de auditoria. No entanto, na observância dos preceitos descritos na legislação pátria, verificou-se que as recomendações foram atendidas pelo gestor responsável, tendo em vista que as fragilidades apuradas relativas a horas de trabalho registradas simultaneamente com o vínculo regular do servidor e o desempenho das atividades no Programa ofertado nos *campi* foram prontamente esclarecidas pelo gestor.

4.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Estão sendo envidados esforços para a implantação de Setor Correicional neste Instituto, o qual terá, entre outras atribuições, a de adotar providências para a instauração de procedimentos de apuração no menor tempo possível e com acompanhamento permanente. A atividade correicional utilizará como instrumentos principais a sindicância (investigação preliminar) e o processo administrativo disciplinar (PAD), promovendo apuração das irregularidades na administração pública no âmbito do IFRJ.

Cabe destacar que, atualmente, as demandas que requeiram abertura de procedimento apuratório são encaminhadas ao Gabinete da Reitoria para que, a partir da instituição de comissão específica pelo Reitor, por meio da emissão de portaria, sejam iniciados trabalhos de investigação (sindicância e/ou PAD). Os procedimentos são instaurados conforme disponibilidade de comissão, considerando os critérios de urgência e necessidade.

Nessa perspectiva, a instituição busca instaurar todos os procedimentos necessários e/ou recomendados pelos Órgãos de Controle, visando à apuração de denúncias, irregularidades etc., no âmbito da instituição, realizando, inclusive, capacitação de servidores para essa finalidade e utilizando a colaboração de comissões formadas por servidores de instituições parceiras vinculadas à Rede Federal.

4.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O IFRJ criou o Núcleo de Governança em 2016 com o objetivo de apoiar e orientar a alta gestão do Instituto, utilizando mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, prezando pela aplicação dos princípios da integridade, responsabilidade, compromisso, transparência e *accountability*, melhorando o desempenho da instituição e contribuindo para uma gestão cada vez mais eficiente. A seguir, são elencadas as iniciativas do Núcleo de Governança em 2017 que colaboraram para a gestão de riscos e controles internos:

- Criação, em 2016, do Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos para atender à Instrução Normativa Conjunta (CGU) nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controle interno, gestão de riscos e governança e solicita a criação de uma política para a gestão de riscos. Esse comitê trabalhou na criação da política de gestão de riscos do instituto, concretizada por meio da portaria nº 388, de 23/10/2017, disponível no link <<http://boletimdeservico.ifrj.edu.br/ifrj/boletim/download/6116>>. Tal política foi um importante passo para criar uma sistemática de gestão de riscos no Instituto;

- Publicação da Instrução de Serviço nº 3, de 21/02/2017, que dispõe sobre as regras para mapeamento, modelagem e gerenciamento de processos no IFRJ.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas é o setor responsável pela execução da política de pessoal do Instituto e cuida das relações de trabalho travadas entre o servidor e a administração, em suas diversas facetas, administrando a vida funcional do servidor em seus diversos processos e procedimentos, desde a sua admissão até a sua aposentadoria.

➤ Política de Capacitação

A Política de Capacitação e Qualificação de Servidores do IFRJ tem por objetivo definir diretrizes gerais para o desenvolvimento humano e profissional do corpo efetivo da instituição, com enfoque na qualificação profissional, na motivação para o trabalho e na melhoria da qualidade de vida dos servidores.

São diretrizes da Política de Capacitação e Qualificação dos Servidores do IFRJ:

- I. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores em todos os níveis de escolaridade, nas grandes áreas da educação profissional e tecnológica, capacitando, aperfeiçoando e especializando-os para um melhor desempenho profissional;
- II. Promover a valorização profissional;
- III. Criar e/ou estabelecer procedimentos sistemáticos de capacitação e qualificação;
- IV. Elaborar os programas de capacitação e qualificação de forma transparente com ampla divulgação junto à comunidade e com ênfase no planejamento participativo, incluindo as entidades representativas das categorias;
- V. Fomentar o acesso dos servidores em eventos de capacitação interna ou externa ao seu local de trabalho;
- VI. Incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
- VII. Capacitar os servidores para o desempenho de cargos e funções, através da implementação de programa de desenvolvimento gerencial e de capacidade técnica de equipes;
- VIII. Estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;
- IX. Realizar seminários de ingresso para os novos servidores;
- X. Promover ações de valorização dos servidores situadas em programas de melhoria da qualidade de vida;

XI. Manter quadro atualizado da situação de capacitação e qualificação dos servidores;

XII. Avaliar periodicamente e permanentemente os resultados das ações de capacitação.

QUADRO 33 - Qualificação da Força de Trabalho

Formação	Docente	TAE	Total Geral
Aperfeiçoamento Nível Médio	-	-	-
Aperfeiçoamento Nível Superior	-	-	-
Doutorado	421	18	439
Ensino Fundamental	-	19	19
Ensino Fundamental Incompleto	-	6	6
Ensino Médio	-	216	216
Especialização Nível Médio	-	-	-
Especialização Nível Superior	75	251	326
Graduação (Nível Superior Completo)	67	225	292
Mestrado	478	125	603
Superior Incompleto	-	-	-
Técnico (Nível Médio Completo)	-	11	11
Total Geral	1041	871	1912

Fonte: IFRJ (2018). Legenda: TAE = servidor técnico-administrativo em educação.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A composição da força de trabalho do IFRJ está representada de acordo com os seguintes quadros demonstrativos, que descrevem o quantitativo da força de trabalho, sua área de atuação entre área-meio e área-fim, bem como a distribuição de cargos e funções:

QUADRO 34 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2045	1930	73	59
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1930	73	59
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1912	67	55
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		17	6	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		49	30	30
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2045	1979	103	89

Fonte: IFRJ (2018). Legenda: UPC = unidade prestadora da conta.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área-Meio	Área-Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	876	1054
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	876	1054
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	871	1041
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	4	13
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	49
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	876	1103

Fonte: IFRJ (2018).

QUADRO 35 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	96	94		
1.1. Cargos de Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	96	94	17	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		91	17	9
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		2	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		0	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	275	275	30	22
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		275	30	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	371	369	47	31

Fonte: IFRJ (2018). Legenda: UPC = unidade prestadora da conta.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

QUADRO 36 – Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	DESPESAS COM PESSOAL						Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais Despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 133.349.369,14	R\$ 81.827.192,98	R\$ 63.188.702,17	R\$ 2.137.944,13	R\$ 13.880.233,51	R\$ 2.687.968,46	R\$ 534.001,54	R\$ 10.579.810,45	R\$ 48.151,83	R\$ 308.233.374,21
	2016	R\$ 117.047.802,50	R\$ 66.421.529,25	R\$ 7.119.339,52	R\$ 1.840.022,01	R\$ 15.797.190,86	R\$ 1.207.222,02	R\$ 527.271,49	R\$ 5.625.515,36	R\$ 932,52	R\$ 215.586.825,53
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Servidores com contratos temporários											
	2017	R\$ 2.313.918,56	-	-	-	-	-	-	-	-	

Exercícios				-	-	R\$ 312.271,96	R\$ 8.602,80	R\$ 585.611,31	-	R\$ 932,52	R\$ 3.221.337,15
	2016	R\$ 2.318.130,19	R\$ 1.182,82	-	-	R\$ 489.484,44	R\$ 642,00	R\$ 532.712,79	R\$ 2.336,69		R\$ 3.344.488,93

Fonte: IFRJ (2018).

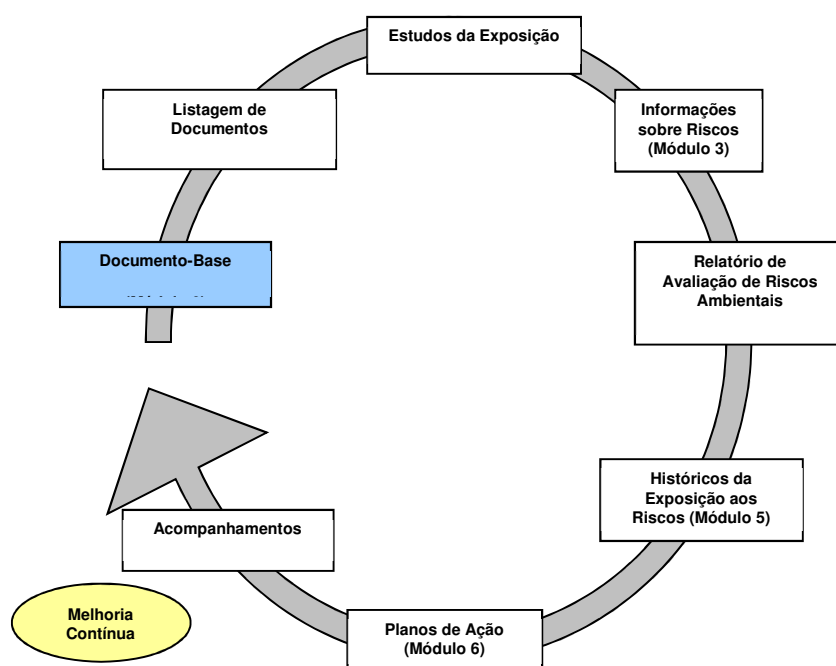
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Programa de avaliação e gerenciamento de riscos – PAGR

Como medida de controle para mitigar riscos relacionados aos servidores, o IFRJ conta com o Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR), a fim de preservar a saúde e a integridade dos servidores, por meio da antecipação, do reconhecimento, da avaliação e do consequente controle da ocorrência de riscos existentes, ou que venham a existir, nos ambientes de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente.

O PAGR é parte integrante do conjunto de ações contínuas e sistemáticas, que possibilita detectar, conhecer, pesquisar, analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados aos ambientes e processos de trabalho, tendo por objetivo planejar, implantar e avaliar intervenções que reduzam os riscos ou agravos à saúde do servidor, estando articulado com outros dispostos, em especial com o Programa de Saúde do Servidor (PSS), desenvolvido pela Coordenação de Saúde do Trabalhador.

Figura 4 - Estrutura do PAGR



O PAGR foi concluído nos *Campi São Gonçalo, Rio de Janeiro, Arraial do Cabo e Paulo de Frontin*. A Coordenação de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente (CSTMA) vem desenvolvendo o PAGR dos *campi Realengo, Paracambi, Duque de Caxias e Nilópolis*.

Programa de saúde do servidor

O Programa de Saúde do Servidor (PSS) teve sua confecção iniciada em 2016 para os *campi* Rio de Janeiro e São Gonçalo, com período de vigência entre 02 de janeiro de 2017 e 1º de janeiro de 2018. A elaboração do referido documento acompanhou o Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos (PAGR) confeccionado pela CSTMA para os referidos *campi*, uma vez que os exames de saúde seguem a exposição a riscos no ambiente de trabalho, conforme instituído no Decreto nº 6.856/2009.

A escolha dos *campi* surgiu também a partir das reuniões do Grupo de Trabalho criado para fins de Implantação dos exames periódicos em Saúde. Após licitação para escolha da empresa que realizaria os exames complementares, a convocação dos servidores do *campus* São Gonçalo se deu em outubro de 2017, e a do *campus* Rio de Janeiro, em dezembro de 2017. Uma vez que os exames periódicos não são obrigatórios, 73 (48,4%) servidores aderiram à convocação, sendo 44 do *campus* São Gonçalo e 29 (8,6%) do *campus* Rio de Janeiro. Os exames periódicos estão em fase de finalização em ambos os *campi* até março de 2018. A estimativa para 2018 é a ampliação para outros *campi* da região metropolitana, a saber: Reitoria e Realengo.

Comissão Interna de Saúde do Servidor Público | Cissp

A Cissp está implantada em todos os *campi* do IFRJ. A coordenação de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente em conjunto com a coordenação de Saúde do Trabalhador capacitou todos os membros das Cissp, realizando curso de capacitação de 20h.

A criação da Cissp considera a necessidade de implementação de ações voltadas à prevenção de riscos à saúde do servidor público, bem como de instituição de mecanismos capazes de estimular atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança do trabalho, com valorização e estímulo ao comprometimento de todos os envolvidos, na qualidade

de agentes transformadores, considerando o disposto no art. 6º, inciso VI, e nas demais diretrizes gerais para implementação de ações de vigilância nos ambientes de trabalho e promoção à saúde do servidor que constam da Norma Operacional de Saúde do Servidor (Noss), instituída pela Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio de 2010, do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Concessão de gratificações temporárias das unidades dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal

A Coordenação de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente do IFRJ elabora Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade avaliando as condições de exposição do servidor do IFRJ aos agentes insalubres e perigosos, com a finalidade de enquadrar as atividades analisadas nos termos das Normas Regulamentadoras (NRs) nº 15 e nº 16 e em seus respectivos Anexos regulamentados pela Portaria nº 3.214/78, bem como pela Orientação Normativa nº 04, de 14/02/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPog).

TABELA 8 - Quantitativo de Servidores que Recebem Adicional de Insalubridade e/ou Periculosidade²

CAMPUS	TAE Insalubridade	TAE Periculosidade	DOCENTE Insalubridade	DOCENTE Periculosidade	TOTAL Insalubridade	TOTAL Periculosidade
Arraial do Cabo	1	0	0	0	1	0
Belford Roxo	0	0	0	0	0	0
Duque de Caxias	5	0	24	0	29	0
Eng. Paulo de Frontin	0	0	0	0	0	0
Mesquita	0	0	0	0	0	0
Nilópolis	21	4	40	0	61	4

² Atualizada em janeiro 2018.

Nilo Peçanha	25	1	1	0	26	1
Niterói	0	0	0	0	0	0
Paracambi	6	4	0	7	6	11
Realengo	8	0	35	0	43	0
Reitoria	6	0	0	0	6	0
Resende	1	0	0	0	1	0
Rio de Janeiro	20	5	89	0	109	5
São Gonçalo	4	0	12	0	16	0
São João de Meriti	0	0	0	0	0	0
Volta Redonda	3	2	0	2	3	4
TOTAL IFRJ	100	16	201	9	301	25

Na Tabela, consta o quantitativo dos servidores que, atualmente, recebem o adicional de insalubridade ou de periculosidade. Os adicionais não são um direito adquirido; logo, deve-se fazer periodicamente a revisão dos ambientes de trabalho, atividades e tempo de exposição.

Indicador de Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Quadro Histórico / Contextualização

No exercício de 2017, foram emitidos no IFRJ 03 (três) Comunicados de Acidente de Trabalho (CATs). Observa-se a manutenção do número de CATs em comparação ao exercício de 2016.

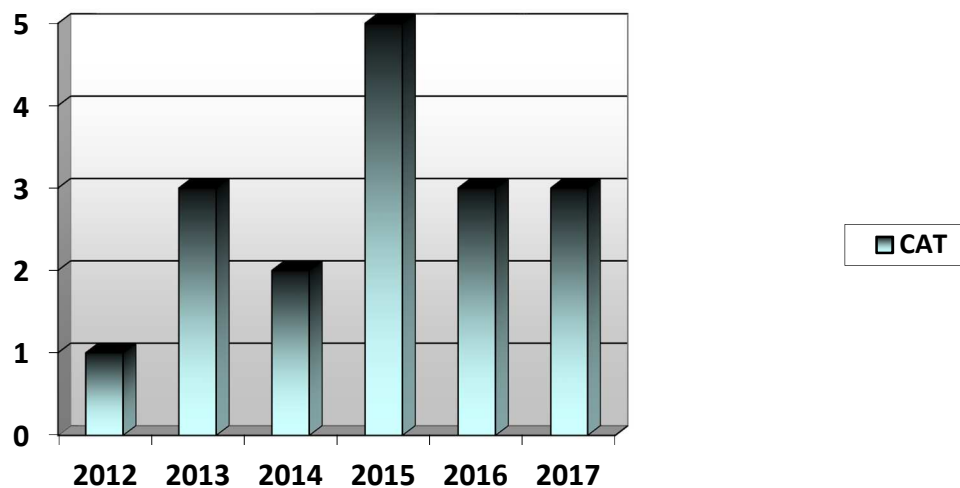
No exercício de 2017, foram emitidas 06 (seis) licenças por acidente em serviço ou moléstia profissional, número que representa 0,88% do total de licenças concedidas no período.

Tipo de Perícia	Singular	Junta	Total Geral
2012			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	00	00	00
2013			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	04	04	08

2014			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	03	03	06
2015			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	03	02	05
2016			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	02	01	03
2017			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	06	00	06

Fonte: Siape Saúde.

GRÁFICO 1 - Comunicados de Acidente de Trabalho - IFRJ



Fonte: Siape Saúde.

Observou-se, em 2017, um discreto aumento do número de licenças por acidente em serviço ou moléstia profissional (0,68%), bem como a manutenção do número de CATs, comparado ao exercício de 2016.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Demonstrativo de situação de estagiários com evolução durante o exercício 2017

TABELA 9 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	65	60	68	70	547.680,00
1.1 Área-fim	0	0	0	0	0
1.2. Área-meio	65	60	68	70	547.680,00
2. Nível médio	2	3	3	3	23.472,00
1.1 Área-fim	0	0	0	0	0
1.2. Área-meio	2	3	3	3	23.472,00
3. Total (1+2)	67	63	71	73	571.152,00

Fonte: IFRJ (2018).

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não se aplica.

5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

5.2.1 Gestão da frota de veículos

O transporte, apesar de enquadrar-se como atividade-meio, posiciona-se estrategicamente, devido à crescente demanda por viagens, sejam elas acadêmicas ou administrativas, necessárias à rotina do Instituto, viabilizando as ações de promoção à formação profissional, promoção da saúde, de educação, administrativas, entre outras, exercidas pelo IFRJ. Constitui um importante conjunto que, integrado às atividades-fim desenvolvidas, contribui diretamente para a efetividade da prestação de serviços públicos.

➤ Reitoria

Por ser uma instituição com vários *campi*, o IFRJ tem a necessidade de utilizar veículos para a locomoção dos servidores e alunos, visando à realização de várias atividades, tais como: administrativas, ensino, pesquisa e extensão, bem como de transporte de materiais, além de

atividades necessárias ao bom desempenho das atribuições dos *campi*/Reitoria. A frota de veículos é um dos pontos relevantes para o cumprimento da missão institucional. Sua gestão e os procedimentos utilizados no atendimento da demanda interferem diretamente no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

A Reitoria possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 37 – Frota de Veículos da Reitoria

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2006	KPX-1365	PALIO ELX FIRE 1.3	855912510	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	VEÍCULO DE PASSEIO	2003 / 2004	LOW-9956	SANTANA	813476747	R\$ -	R\$ -
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	KRI-1492	FIESTA SEDAN 1.6	270926321	R\$ 4.861,85	R\$ 2.848,73
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	KZF-5626	FOCUS GH 2F	270916520	R\$ 11.599,22	R\$ 2.386,77
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KOZ-6419	DUCATO	491804091	R\$ 9.700,20	R\$ 4.454,25
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LPS-9396	FIESTA SEDAN 1.6	270919473	R\$ 13.119,09	R\$ 2.523,54
SUBTOTAL						R\$ 39.280,36	R\$ 12.213,29
TOTAL						R\$	51.493,65

Fonte: Relatórios Link Card.

A manutenção da frota abrange todos os tipos de serviços relacionados à prevenção e correção, desde a troca de óleo até uma intervenção mais apurada.

Durante o ano de 2017, ocorreram transferências de veículos da Reitoria para alguns *campi*. O total de 9 (nove) veículos foi reduzido para 6 (seis). As transferências foram as seguintes:

- O veículo RANGER XL 13 P, placa KPA-4856, foi remanejado para o *campus* Arraial do Cabo;
- O veículo FIESTA SEDAN 1.6, placa LSJ-3437, foi remanejado para o *campus* Belford Roxo;
- O veículo FIESTA SEDAN 1.6, placa LLI-5868, foi remanejado para o *campus* Niterói.

Ressalta-se que, enquanto os veículos transferidos estiveram sob responsabilidade da Reitoria, houve os seguintes gastos:

QUADRO 38 - Veículos Transferidos da Reitoria

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	KPA-4856	RANGER XL 13 P	494260254	R\$ -	R\$ -
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LSJ-3437	FIESTA SEDAN 1.6	270918701	R\$ 3.013,91	R\$ 239,98
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LLI-5868	FIESTA SEDAN 1.6	270921095	R\$ 396,76	R\$ 239,98
SUBTOTAL						R\$ 3.410,67	R\$ 479,96
TOTAL						R\$	3.890,63

Fonte: Relatórios Link Card.

Além dos gastos com combustíveis e manutenções dos veículos sob responsabilidade da Reitoria, ocorreu por necessidade operacional a utilização do veículo do *campus* São João de Meriti, ficando os respectivos gastos a cargo da Reitoria.

QUADRO 39 - Veículo Emprestado à Reitoria

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2005	KZF-0163	PALIO	855914017	R\$ 149,99	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 149,99	R\$ -
TOTAL						R\$	149,99

Fonte: Relatórios Link Card.

Somando os gastos dos veículos sob responsabilidade da Reitoria, dos veículos que foram transferidos e do veículo emprestado, foram gastos com abastecimento e manutenção de veículos pela Reitoria em 2017:

QUADRO 40 - Total de Gastos da Reitoria com Abastecimento e Manutenção de Veículos

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2006	KPX-1365	PALIO ELX FIRE 1.3	855912510	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	VEÍCULO DE PASSEIO	2003 / 2004	LOW-9956	SANTANA	813476747	R\$ -	R\$ -

FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	KRI-1492	FIESTA SEDAN 1.6	270926321	R\$ 4.861,85	R\$ 2.848,73
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	KZF-5626	FOCUS GH 2F	270916520	R\$ 11.599,22	R\$ 2.386,77
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KOZ-6419	DUCATO	491804091	R\$ 9.700,20	R\$ 4.454,25
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LPS-9396	FIESTA SEDAN 1.6	270919473	R\$ 13.119,09	R\$ 2.523,54
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	KPA-4856	RANGER XL 13 P	494260254	R\$ -	R\$ -
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LSJ-3437	FIESTA SEDAN 1.6	270918701	R\$ 3.013,91	R\$ 239,98
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LLI-5868	FIESTA SEDAN 1.6	270921095	R\$ 396,76	R\$ 239,98
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2005	KZF-0163	PALIO	855914017	R\$ 149,99	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 42.841,02	R\$ 12.693,25
TOTAL						R\$	55.534,27

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto pela Reitoria o total de **R\$ 55.534,27** (cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos) com combustível e manutenção dos veículos no ano de 2017.

Para obedecer às legislações vigentes que regulamentam o uso da frota oficial de veículos, existe o controle sobre a quilometragem dos veículos, o trajeto percorrido da solicitação, o abastecimento e a verificação do estado dos veículos.

- Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No âmbito do IFRJ, o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, e a implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011, de abril de 2011, disciplinam o licenciamento, o controle, o uso, a guarda e a responsabilização acerca dos veículos terrestres, automotores oficiais pertencentes ao patrimônio do IFRJ.

A frota de veículos é de extrema importância para o bom funcionamento do Instituto como um todo. Os veículos são imprescindíveis meios de apoio às atividades administrativas e acadêmicas, indo desde o transporte individual e coletivo de servidores (para atividades cuja presença de representantes se faz necessária) ao transporte de materiais, documentos e de autoridades que participem de eventos.

O IFRJ dispõe hoje de um total de 6 (seis) veículos, sendo 5 (cinco) de passeio e 1 (um) utilizado no transporte de mais de 8 (oito) passageiros. A idade média da frota do Instituto varia, uma vez que os veículos oficiais têm data de fabricação de 2003 a 2012.

A requisição de transporte é administrada pela Coordenação de Manutenção, subordinada à Direção de Manutenção e Serviços (DMS), por meio de planilhas de agendamentos dos veículos, emissão de documentos de autorização de saída de veículos oficiais com a supervisão da direção e coordenação supracitadas. Atualmente tem-se a implementação dos procedimentos dos quais dispõe a IN nº 01/2011, de abril de 2011.

➤ *Campus Resende*

O veículo é utilizado para transporte: de pessoal a serviço (comparecimento em eventos de representação, reunião, treinamentos etc.); de documentos, materiais e equipamentos do *campus* e/ou de interesse dele; de docentes e discentes em atividades pedagógicas (tais como visitas técnicas).

O *campus* Resende possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 41 - Veículo do *Campus Resende*

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	KRQ-1481	FIESTA SEDAN 1.6	270922547	R\$ 1.428,33	R\$ 2.154,39
SUBTOTAL						R\$ 1.428,33	R\$ 2.154,39
TOTAL						R\$	3.582,72

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto pelo *campus* Resende o total de **R\$ 3.582,72** (três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos) com combustível e manutenção do veículo no ano de 2017.

O uso do veículo (agendamento para uso, controle de saídas, destinos, abastecimento e manutenção) está a cargo da Prefeitura do *campus*, com aprovação prévia de uso da Direção interessada na saída do veículo, podendo ser a Direção-Geral, a Direção de Ensino ou a Direção Adjunta de Administração.

➤ **Campus São João de Meriti**

O veículo é utilizado para transporte: de pessoal a serviço (comparecimento em eventos de representação, reunião, treinamentos etc.); de documentos, materiais e equipamentos do *campus* e/ou de interesse dele; de docentes e discentes em atividades pedagógicas (tais como visitas técnicas).

O *campus* São João de Meriti possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 42 – Veículo do *Campus* São João de Meriti

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2005	KZF-0163	PALIO	855914017	R\$ 839,94	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 839,94	R\$ -
TOTAL						R\$ 839,94	R\$ 839,94

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto pelo *campus* São João de Meriti o total de **R\$ 839,94** (oitocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos) com combustível e manutenção do veículo no ano de 2017.

O uso do veículo (agendamento para uso, controle de saídas, destinos, abastecimento e manutenção) está a cargo da Prefeitura do *campus*, com aprovação prévia de uso da Direção interessada na saída do veículo, podendo ser a Direção-Geral, a Direção de Ensino ou a Direção Adjunta de Administração.

➤ **Campus Arraial do Cabo**

O uso da frota de veículos oficiais obedece à Instrução Normativa nº 01/2011, de 18 de abril de 2011. Arraial do Cabo é um município que dista 180 km da capital do estado, onde é situada a Reitoria. Os diretores e demais servidores são convocados com frequência para reuniões de trabalho e necessitam ser transportados. Em muitos casos, também, o carro oficial

atende a saídas de campo a fim de recolher material para pesquisa de alunos e de professores ou, ainda, transportar palestrantes em eventos oficiais.

O *campus* Arraial do Cabo possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 43 – Frota de Veículos do *Campus* Arraial do Cabo

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KPA-6691	DUCATO	495321117	R\$ 3.705,21	R\$ 1.499,06
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2007 / 2007	LOY-8896	PALIO WEEKEND	912020261	R\$ -	R\$ -
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2009 / 2010	KVC-6791	PALIO ECÔNOMY	150614810	R\$ 13.169,81	R\$ 5.305,44
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	KPA-4856	RANGER XL 13 P	494260254	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 16.875,02	R\$ 6.804,50
TOTAL						R\$	23.679,52

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto pelo *campus* Arraial do Cabo o total de **R\$ 23.679,52** (vinte e três mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) com combustível e manutenção dos veículos no ano de 2017.

Os serviços de manutenção são feitos periodicamente conforme a Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011, que estabelece normas e procedimentos do uso e serviços nos carros oficiais.

O controle de saída dos veículos é feito pelos vigilantes e registrado em livro próprio, com as quilometragens percorridas, para que não haja uso indevido do veículo.

Quanto à observação da conservação, essa tarefa é confiada aos motoristas e à Administração do *campus*.

➤ ***Campus* Duque de Caxias**

No IFRJ Duque de Caxias, o uso e controle da frota oficial são tratados como uma atividade-meio que oferece suporte às outras atividades principais da Instituição. Isso se torna

ainda mais relevante se for levada em consideração a estrutura *multicampi* do IFRJ. São, portanto, constantes as necessidades de deslocamentos de pessoas, documentos e materiais.

O *campus* Duque de Caxias possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 44 – Frota de Veículos do *Campus* Duque de Caxias

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
RENALT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LPM-9941	KANGO	183870093	R\$ 2.355,46	R\$ 1.996,46
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	KRK-3197	PALIO	294479244	R\$ 3.299,57	R\$ 1.275,73
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	LQK-8706	DUCATO	485203324	R\$ 1.180,63	R\$ 3.132,69
SUBTOTAL						R\$ 6.835,66	R\$ 6.404,88
TOTAL						R\$	13.240,54

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 13.240,54** (treze mil, e duzentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos) com combustível e manutenção dos veículos no ano de 2017.

- Um Renault Kangoo foi adquirido em 2010 com o objetivo de transportar um número maior de servidores para reuniões, visitas e eventos;
- Um Fiat Palio Fire Economy foi adquirido em 2011 para substituir o veículo Ipanema, que estava sob a responsabilidade do *campus*. A aquisição de um veículo menor significou o transporte de um número pequeno de servidores para reuniões, visitas e eventos, e principalmente de malotes a serem entregues à Reitoria;
- Um Fiat Ducato Minibus foi adquirido em 2012 a fim de transportar alunos e servidores para reuniões, visitas e eventos. O objetivo principal foi substituir a contratação de transporte para um pequeno número de alunos em visitas técnicas, anteriormente feito em micro-ônibus.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, além da implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011, de abril de 2011.

➤ **Campus Engenheiro Paulo de Frontin**

O *campus* Engenheiro Paulo de Frontin tem sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 45 - Frota de Veículos do *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
GM	UTILITÁRIO	1996 / 1997	NBB-9380	BLAZER	137577117	R\$ -	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KWG-5559	DUCATO	489001335	R\$ 4.343,33	R\$ 599,94
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LPT-8047	PALIO ECONOMY	280852320	R\$ 2.197,11	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 6.540,44	R\$ 599,94
TOTAL						R\$	7.140,38

Fonte: Relatórios Link Card.

Além dos gastos com combustíveis e manutenções dos veículos sob responsabilidade do *campus* Engenheiro Paulo de Frontin, ocorreu por necessidade operacional a utilização do veículo do *campus* Paracambi, sendo os respectivos gastos ficando a cargo do *campus* Engenheiro Paulo de Frontin.

QUADRO 46 - Veículo Emprestado ao *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KOY-6533	DUCATO	488761263	R\$ 494,66	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 494,66	R\$ -
TOTAL						R\$	494,66

Fonte: Relatórios Link Card.

Somando os gastos dos veículos sob responsabilidade do *campus* e do veículo emprestado, ocorreram os seguintes gastos com abastecimento e manutenção de veículos pelo *campus* Engenheiro Paulo de Frontin em 2017:

QUADRO 47 – Gastos do *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin com Abastecimento e Manutenção de Veículos

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
GM	UTILITÁRIO	1996 / 1997	NBB-9380	BLAZER	137577117	R\$ -	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KWG-5559	DUCATO	489001335	R\$ 4.343,33	R\$ 599,94
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LPT-8047	PALIO ECONOMY	280852320	R\$ 2.197,11	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KOY-6533	DUCATO	488761263	R\$ 494,66	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 7.035,10	R\$ 599,94
TOTAL						R\$	7.635,04

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 7.635,04** (sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quatro centavos) em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2017.

Os serviços de manutenção são feitos periodicamente conforme a Instrução Normativa nº 01/2011, de abril de 2011, que estabelece normas e procedimentos do uso e serviços nos carros oficiais. Os veículos pertencentes à frota do *campus* representam imprescindível meio de apoio a suas atividades administrativas e acadêmicas, indo desde o transporte individual e coletivo de servidores e discentes (para atividades cuja presença de representantes do *campus* se faz necessária) até transporte de materiais, documentos e de autoridades que participem de eventos neste.

A requisição de transportes é controlada pela Coordenação de Transportes e Direção de Administração do *campus* e por memorandos de autorização de saída de veículos oficiais do *campus*.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, além da implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ **Campus Mesquita**

O *campus* Mesquita possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 48 - Frota de Veículos do *Campus* Mesquita

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	UTILITÁRIO	2011 / 2012	LQN-7028	DOBLO ATTRACTIV	495887676	R\$ 5.749,93	R\$ 539,95
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LPS-9393	PALIO ECONOMY	270914358	R\$ 439,92	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2009 / 2009	KWS-3190	DUCATO	183877551	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 6.189,85	R\$ 539,95
TOTAL						R\$	6.729,80

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 6.729,80** (seis mil, setecentos e vinte e nove reais e oitenta centavos) em manutenções e abastecimento dos veículos no ano de 2017.

Os veículos são utilizados no transporte de documentos, materiais e de pessoal a serviço. O *campus* Mesquita realiza atividades itinerantes em escolas, praças e eventos de educação e divulgação científica, por meio do projeto Tenda na Ciência, o que demanda locomoção de diversos experimentos e equipamentos, e da equipe de servidores e alunos que atuam na organização e mediação das atividades. Considera-se, ainda, o transporte de palestrantes e professores convidados para atuarem nas atividades de extensão e ensino. O uso da frota oficial ainda busca o atendimento das necessidades inerentes às funções/cargos disponíveis no *campus*.

O *campus* Mesquita finalizou os procedimentos para adequação da gestão do uso dos veículos oficiais para a utilização do sistema informatizado de controle de veículos disponível no IFRJ, considerando a Instrução Normativa nº 01/2011 do IFRJ, a qual estabelece as normas referentes ao controle, ao uso e à condução de veículos oficiais por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – Administrativo (Siga-ADM). O *campus* ainda conta com o preenchimento de uma Guia de Controle de Tráfego para cada veículo utilizado, com controle de quilometragem inicial e final e o endereço do destino, além do controle do abastecimento e da realização de manutenção preventiva.

Considerando o estado de conservação e a idade média da frota de veículos oficiais, não está prevista a substituição dela no momento.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, além da implantação de normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ **Campus Nilópolis**

O *campus* Nilópolis possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 49– Frota de Veículos do *Campus* Nilópolis

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2013 / 2014	ONL-8921	FIESTA		R\$ 4.979,91	R\$ 1.746,03
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2014 / 2014	ONL-8851	FIESTA		R\$ 6.145,78	R\$ 2.082,27
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2005	KZF-0163	PALIO	855914017	R\$ -	R\$ -
MERCEDES BENS	MINIBUS	1998 / 1998	LCR-8538	SPRINTER	714047198	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1995 / 1995	LAI-0714	KOMBI	630638349	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1994 / 1994	KOL-5552	KOMBI	624673600	R\$ -	R\$ -
RENAULT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LLA-9956	KANGOO	183875834	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1999 / 1999	LCY-7126	KOMBI	727740610	R\$ -	R\$ -
GM	VEÍCULO DE PASSEIO	1994 / 1995	LAI-0680	KADET IPANEMA	629728860	R\$ -	R\$ -
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	LQQ-5227	RANGER	509214118	R\$ 4.161,82	R\$ 2.986,70
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	LQQ-5225	DUCATO	509212980	R\$ 5.790,13	R\$ 17.532,95
SUBTOTAL						R\$ 21.077,64	R\$ 24.347,94
TOTAL						R\$	45.425,58

Fonte: Relatórios Link Card.

Além dos gastos com combustíveis e manutenções dos veículos sob responsabilidade do *campus* Nilópolis, ocorreu por necessidade operacional a utilização do veículo do *campus* Mesquita, sendo os respectivos gastos ficando a cargo do *campus* Nilópolis.

QUADRO 50 – Veículo Emprestado ao *Campus Nilópolis*

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2009 / 2009	KWS-3190	DUCATO	183877551	R\$ 5.353,69	R\$ 10.861,57
SUBTOTAL						R\$ 5.353,69	R\$ 10.861,57
TOTAL						R\$	16.215,26

Fonte: Relatórios Link Card.

Somando os gastos dos veículos sob responsabilidade do *campus* e do veículo emprestado, ocorreram os seguintes gastos com abastecimento e manutenção de veículos pelo *campus* Engenheiro Paulo de Frontin em 2017:

QUADRO 51 – Total de Gastos do *Campus Nilópolis* com Abastecimento e Manutenção de Veículos

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2013 / 2014	ONL-8921	FIESTA		R\$ 4.979,91	R\$ 1.746,03
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2014 / 2014	ONL-8851	FIESTA		R\$ 6.145,78	R\$ 2.082,27
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2005	KZF-0163	PALIO	855914017	R\$ -	R\$ -
MERCEDES BENS	MINIBUS	1998 / 1998	LCR-8538	SPRINTER	714047198	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1995 / 1995	LAI-0714	KOMBI	630638349	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1994 / 1994	KOL-5552	KOMBI	624673600	R\$ -	R\$ -
RENAULT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LLA-9956	KANGOO	183875834	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1999 / 1999	LCY-7126	KOMBI	727740610	R\$ -	R\$ -
GM	VEÍCULO DE PASSEIO	1994 / 1995	LAI-0680	KADET IPANEMA	629728860	R\$ -	R\$ -
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	LQQ-5227	RANGER	509214118	R\$ 4.161,82	R\$ 2.986,70
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	LQQ-5225	DUCATO	509212980	R\$ 5.790,13	R\$ 17.532,95
FIAT	MINIBUS	2009 / 2009	KWS-3190	DUCATO	183877551	R\$ 5.353,69	R\$ 10.861,57
SUBTOTAL						R\$ 26.431,33	R\$ 35.209,52
TOTAL						R\$	61.640,85

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 61.640,85** (sessenta e um mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos) em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2017.

A frota é essencial às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do *campus*, o qual possui um formulário para requisição do uso de veículo (com indicação do solicitante, data, local e assinatura do responsável pela autorização) e outro formulário para acompanhamento da saída (com indicação do motorista, anotação dos quilômetros percorridos, indicação de abastecimento e ocorrências). Além do mais, com base no Princípio da Economicidade, procura-se conciliar, sempre que possível, vários serviços em uma única viagem.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, além da implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011, de abril de 2011.

➤ **Campus Paracambi**

O *Campus Paracambi* possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 52 - Frota de Veículos do *Campus Paracambi*

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	UTILITÁRIO	2012 / 2013	KQN-9867	DOBLO ATTRACTIV	495834211	R\$ 3.982,13	R\$ 3.704,63
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2009 / 2010	KQV-1035	PALIO FIRE	158844742	R\$ 1.983,42	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KOY-6533	DUCATO	488761263	R\$ 2.810,41	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1999 / 2000	LCY-6419	KOMBI	727589709	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 8.775,96	R\$ 3.704,63
TOTAL						R\$	12.480,59

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 12.480,59** (doze mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos) em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2017.

A utilização, classificação, identificação e especificação da frota do *campus Paracambi* são realizadas seguindo a Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

A existência dos veículos institucionais é de vital importância para as atividades do *campus* Paracambi, sendo utilizados para diversas atividades imprescindíveis ao bom funcionamento do *campus*, entre elas: transporte de servidores para reuniões sistêmicas; envio de malote entre os diversos *campi* do IFRJ; postagem de correspondência oficial; transporte de servidores para realizar cursos oferecidos internamente no IFRJ, porém em outro *campus*; e transporte de alunos para atividades de campo e visitas técnicas.

O *campus* Paracambi dispõe de uma agenda interna central para todos os veículos, em que são cadastradas todas as saídas, possibilitando um controle dos veículos, bem como a utilização de uma mesma saída para mais de uma finalidade, otimizando as rotas.

➤ *Campus* Pinheiral

O *campus* Pinheiral possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 53 - Frota de Veículos do *Campus* Pinheiral

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	LLU-9107	RANGER	512117934	R\$ 2.310,44	R\$ 5.025,24
MERCEDES BENS	MINIBUS	2009 / 2010	LLB-5042	SPRINTER	192221108	R\$ -	R\$ -
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2007 / 2007	LKI-1762	UNO	916165450	R\$ 193,41	R\$ -
VOLKSWAGEN	CAMINHÃO	2010 / 2011	KNY-9549	CAMINHÃO	308352351	R\$ 1.732,64	R\$ 1.923,81
HYUNDAI	CAMINHÃO	2012 / 2013	KPH-4310	CAMINHÃO-BAÚ	510436927	R\$ 1.018,63	R\$ -
FORD	UTILITÁRIO	2009 / 2009	LPI-5709	COURIER	127600655	R\$ 1.623,32	R\$ 389,96
FIAT	UTILITÁRIO	2011 / 2011	LLL-2366	DOBLO	310016576	R\$ 6.983,53	R\$ -
FIAT	UTILITÁRIO	2009 / 2009	KWW-2421	DOBLO	135350026	R\$ 549,73	R\$ -
FIAT	UTILITÁRIO	2011 / 2011	KYV-7272	DOBLO	308330846	R\$ 1.564,61	R\$ -
FIAT	UTILITÁRIO	2007 / 2008	KOJ-9329	DOBLO	922893055	R\$ 239,17	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2008 / 2088	KUW-7271	KOMBI	955649765	R\$ 621,48	R\$ 405,96
MITSUBISHI	UTILITÁRIO	2008 / 2008	KUX-8421	L200(4x4)	967699355	R\$ 1.682,50	R\$ -
MERCEDES BENS	MINIBUS	2007 / 2007	LKH-6045	SPRINTER	914553330	R\$ 857,69	R\$ 2.526,75
VOLKSWAGEN	VEÍCULO DE PASSEIO	2009 / 2010	KPP-1563	PARATI	192220608	R\$ 3.994,91	R\$ 509,95
	TRATOR	2011	0001	TRATOR		R\$ 6.487,00	R\$ -

	TRATOR	2011	0002	TRATOR		R\$ 6.776,76	R\$ -
	ROC		0001			R\$ 3.123,48	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 39.759,30	R\$ 10.781,66
TOTAL						R\$	50.540,96

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 50.540,96** (cinquenta mil, quinhentos e quarenta reais e noventa e seis centavos) em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2017.

Algumas atividades administrativas dependem da frota de veículos do *campus*, devido à sua localização no interior do estado, a uma distância significativa da Reitoria situada na cidade do Rio de Janeiro. Faz-se necessário o envio de documentos e o deslocamento de servidores para participação em reuniões no referido órgão. A frota atende também as atividades de ensino, pois permite a condução de alunos, docentes e servidores técnicos-administrativos a visitas técnicas, reuniões, fóruns, seminários e eventos desportivos, assim como o transporte de tutores e professores para aulas presenciais e encontros nos polos de EAD localizados nas cidades de Resende, Rio Claro, Eng. Paulo de Frontin, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Rio das Flores, Porto Real, Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí, Arraial do Cabo e Guapimirim. Como é um *campus* agrícola com cerca 318 hectares, existe a necessidade de transporte de animais, insumos agrícolas, ração, trabalhos no campo, deslocamento dentro da fazenda, retirada de restos de vegetais e atendimento à Estação de Tratamento de Água. Utilizam-se também os veículos para transporte de produtos do almoxarifado aos setores fisicamente distantes.

A Prefeitura do *Campus* realiza a gestão do serviço de transporte no IFRJ/CaNP, disponibilizando formulários próprios para a solicitação de viagens, as quais devem ser requeridas com prazo mínimo de 15 dias de antecedência para que seja feito o planejamento. As viagens são agendadas de acordo com a demanda, alocando as pessoas da melhor forma possível a fim de se otimizar a utilização dos veículos. Os registros de viagem, incluindo quilometragem de saída e chegada, destino, horários, motorista e objetivo são realizados pelos motoristas a cada viagem, ficando disponíveis dentro do veículo, sendo substituídos ao final de cada mês. Tais informações são disponibilizadas em relatórios mensais emitidos pela Prefeitura do *campus*. O controle de combustíveis é realizado a partir dos cupons fiscais gerados pelo uso

do cartão de abastecimento Link Card. Os valores monetários, assim como a quantidade de combustível e a quilometragem atual do carro no ato do abastecimento, são registradas em planilhas individuais por veículo, geradas mensalmente. Faz-se também o controle de manutenções preventivas e corretivas em planilhas.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto 6.403 de 17 de março de 2008, além da implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ **Campus Realengo**

O *Campus Realengo* possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 54 - Frota de Veículos do *Campus Realengo*

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	HKH-0560	DUCATO		R\$ -	R\$ -
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LLJ-1408	PALIO FIRE	274454610	R\$ 543,55	R\$ -
RENALT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LLA-9955	KANGO	183873939	R\$ 3.235,57	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 3.779,12	R\$ -
TOTAL						R\$	3.779,12

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 3.779,12** (três mil, setecentos e setenta e nove reais e doze centavos) em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2017.

Com base no Decreto nº 6.403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme item IV do art. 2º do referido decreto, é notória a importância e o impacto do uso da frota no atendimento de todas as demandas de visitas técnicas, de serviços e transporte de documentos para a Reitoria do sistema, bem como com entidades que mantêm contato institucional com o *campus*.

Vale destacar que o *campus* ainda visa adquirir um micro-ônibus para o *campus* a fim de atender às diversas demandas existentes e, de alguma forma, diminuir os custos com serviços terceirizados de ônibus fretados para atender às necessidades do *campus* (visitas técnicas, aulas

passeios etc.). Justificamos a escolha da aquisição e não locação dos veículos que compõem a frota do *campus* Realengo, visto que este se encontra em estruturação e implantação. A estrutura de controle do uso da frota é realizada por meio de um documento vinculado a cada saída de cada veículo, constando das seguintes informações: nome, matrícula e cargo do condutor; destino; data e hora de saída; retorno; data e hora de chegada; dados do veículo (modelo, placa, quilometragem de saída e retorno), mais a justificativa de saída. A autorização é feita pelo Prefeito do *campus* e do Diretor-Geral ou seu substituto. As despesas decorrentes são contabilizadas em planilha própria para fins de controle.

➤ **Campus Rio de Janeiro**

O *Campus* Rio de Janeiro possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 55 - Frota de Veículos do *Campus* Rio de Janeiro

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	KWO-4564	RANGER XL 13P	489798101	R\$ 1.564,96	R\$ 5.609,40
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2009 / 2010	LPK-4403	PALIO FIRE	151874905	R\$ 2.528,08	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 4.093,04	R\$ 5.609,40
TOTAL						R\$	9.702,44

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 9.702,44** (nove mil, setecentos e dois reais e quarenta e quatro centavos) em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2017.

A existência dos veículos institucionais é de vital importância para as atividades do *campus*, sendo utilizados para diversas atividades imprescindíveis ao bom funcionamento do *campus*, entre elas: traslado de servidores entre *campus* e supervisão de estágio.

A legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, além da implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

A estrutura de controle do uso da frota é realizada por meio de um documento vinculado a cada saída de cada veículo, constando das seguintes informações: nome, matrícula; destino;

data e hora de saída; retorno; data e hora de chegada; e dados do veículo (modelo, placa, quilometragem de inicial e final).

➤ **Campus São Gonçalo**

O *Campus* São Gonçalo possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 56 - Frota de Veículos do *Campus* São Gonçalo

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012/2013	LLV-7744	DUCATO	524764212	R\$ 1.551,10	R\$ -
FIAT	UTILITÁRIO	2012/2012	KXX-9500	DOBLO ATTRACTIV	514074337	R\$ 1.748,00	R\$ 382,96
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010/2011	KNY-4002	PALIO FIRE	270812571	R\$ 2.427,89	R\$ 478,95
RENALT	UTILITÁRIO	2009/2010	LLA-9952	KANGO	183870590	R\$ 1.085,87	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 6.812,86	R\$ 861,91
TOTAL						R\$	7.674,77

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 7.674,77** (sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos) em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2017.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, e a Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

Os veículos oficiais pertencentes à frota do *campus* são utilizados no transporte institucional em apoio às atividades administrativas e acadêmicas, no transporte individual e coletivo de servidores e discentes (para atividades cuja presença de representantes do *campus* se faz necessário), de materiais e documentos, bem como de autoridades que participem de eventos nesse *campus*.

A gestão do serviço de transporte é realizada pela Prefeitura do *campus*, que dispõe de formulários próprios para a solicitação de viagens. Os registros de viagem, incluindo quilometragem de saída e chegada e horários, são realizados pelos motoristas a cada viagem, ficando disponíveis dentro do veículo, sendo recolhidos ao final de cada semana.

Já o controle de combustíveis é realizado a partir dos cupons fiscais, gerados pelo uso do cartão de abastecimento Link Card. Os valores monetários, assim como a quantidade de combustível e a quilometragem atual do carro no ato do abastecimento, são conferidos e registrados mensalmente pela Prefeitura do *campus*.

Essas informações são consolidadas em relatórios realizados pela Prefeitura do *campus*.

➤ *Campus Volta Redonda*

O *Campus Volta Redonda* possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

QUADRO 57 – Frota de Veículos do *Campus Volta Redonda*

Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KXH-5799	DUCATO	477922740	R\$ 3.095,66	R\$ 4.359,86
RENALT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LPM-9944	KANGO	183876709	R\$ 3.054,16	R\$ 1.389,36
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LLI-4106	PALIO FIRE	269117474	R\$ 8.384,67	R\$ 1.013,90
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	KWN-5309	RANGER	489988903	R\$ 6.234,57	R\$ 1.280,86
SUBTOTAL						R\$ 20.769,06	R\$ 8.043,99
TOTAL						R\$	28.813,05

Fonte: Relatórios Link Card.

Foi gasto o total de **R\$ 28.813,05** (vinte e oito mil, oitocentos e treze reais e cinco centavos) em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2017.

A frota de veículos pertencente ao patrimônio IFRJ – *Campus Volta Redonda* é administrada pela Prefeitura do *campus*, à qual compete gerenciar os serviços de transporte.

A legislação que regulamenta a gestão e o uso da frota baseia-se nas seguintes normas:

- Instrução Normativa INT/SLTI/MP nº 3, de 15/05/2008 - D.O.U. DE 19/05/2008: dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996: dispõe sobre a condução de veículo oficial;

- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008: dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950: dispõe sobre o uso de carros oficiais;
- Normativos internos.

É indispensável atender com eficiência e presteza a demanda na condução das pessoas, dos equipamentos, dos documentos e de outros tipos de demandas correlatas ao transporte institucional, no âmbito IFRJ – *Campus* Volta Redonda, bem como aperfeiçoar vários outros serviços que possibilitem, por consequência, a viabilidade dos afazeres das pessoas envolvidas com as atividades imprescindíveis e voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, destacadas como funções institucionais da alçada do IFRJ – *Campus* Volta Redonda, propiciando assim qualidade e maximizando o desempenho das pessoas envolvidas nesse processo contínuo de promoção do conhecimento.

A frota de veículo IFRJ-CVR atende aos fins institucionais, integrando locomoção de pessoas para reuniões e eventos com os utilitários necessários às rotinas administrativas do *campus*.

Destaca-se também a necessidade de locomoção para os municípios vizinhos, devido à realização de parcerias para o atendimento de políticas públicas.

Visando a uma prestação eficiente do serviço de transporte, conta-se com a Prefeitura do *campus*, a qual é responsável pelo escalonamento dos veículos, autorização para abastecimento, controle de quilometragem, escala dos condutores dos veículos, acompanhamento da manutenção eventual e periódica desses veículos (conserto, revisão, troca de óleo, troca de pneus etc.), entre outros.

Realiza, ainda, o controle da regularidade documental dos automóveis (licenciamentos obrigatórios) e a criação de formulários, tabelas e meios eletrônicos de controle de abastecimento, manutenção e deslocamentos, fiscalização dos serviços realizados pelos motoristas.

As solicitações de viagens são realizadas por meio de um sistema de chamados, no qual o servidor agenda a viagem, informando CPF, data e hora de saída e retorno, motivo da viagem

e nome do(s) passageiro(s). Busca-se, então, verificar a disponibilidade de veículo e, quando possível, a compatibilização de viagens em um mesmo veículo, visando à economicidade.

As solicitações de manutenção são realizadas, e o processo é controlado por meio do Link Card, bem como o abastecimento dos veículos.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O IFRJ está elaborando a sua política de destinação de veículos. Vale ressaltar que a Instituição já dispõe de um Manual de Patrimônio que regulamenta os procedimentos de desfazimento de bens em geral, o qual será revisado de modo a atender especificamente a questão dos veículos. O Instituto conta hoje com dois veículos em fase de verificação para desfazimento.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

O IFRJ tem sob sua responsabilidade atualmente 16 imóveis, estando somente um deles (do *Campus* Pinheiral) registrado no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (Spiunet).

Distribuição geográfica dos imóveis da União

Os imóveis do IFRJ estão distribuídos em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, conforme o quadro a seguir:

Quadro 58 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade do IFRJ	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
Brasil	UF: RIO DE JANEIRO	Σ	Σ
	ARRAIAL DO CABO	1	1
	BELFORD ROXO	1	1
	DUQUE DE CAXIAS	1	1
	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	1	1
	MESQUITA	1	1
	NILÓPOLIS	1	1

PARACAMBI	1	1
PINHEIRAL	1	1
REALENGO	1	1
REITORIA	1	1
RESENDE	1	1
RIO DE JANEIRO	1	1
SAO GONÇALO	2	2
SAO JOÃO DE MERITI	1	1
VOLTA REDONDA	1	1
SUBTOTAL BRASIL	16	16
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)	16	16

Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet).

Quadro 59 – Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade do IFRJ, Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	REGIME	Valor Histórico
158485 – Campus Pinheiral	5879.00073.500-3	Transferência	R\$ 6.413.158,11

Os Imóveis listados a seguir encontram-se em processo de regularização, devido à ausência de títulos de propriedade, ou ainda em fase de desembaraço com os proprietários. Por essa razão, não puderam ser registrados no Spiunet. Ressaltamos que as áreas envolvidas já estão tomando as medidas necessárias para regularizar o registro no Spiunet.

Quadro 60 – Imóveis Não Registrados no Spiunet

Campus	Município	Regime
Reitoria	Rio de Janeiro	Cessão de Uso
São João de Meriti	São João de Meriti	Cessão de Uso
Mesquita	Mesquita	Cessão de Uso
Paulo de Frontin	Paulo de Frontin	Cessão de Uso
Resende	Resende	Cessão de Uso
Duque de Caxias	Duque de Caxias	Cessão de Uso

Paracambi	Paracambi	Cessão de Uso
Realengo	Realengo	Cessão de Uso
São Gonçalo	São Gonçalo	Cessão de Uso
Volta Redonda	Volta Redonda	Cessão de Uso
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Cessão de Uso
Arraial do Cabo	Arraial do Cabo	Cessão de Uso
Belford Roxo	Belford Roxo	Doação
Nilópolis	Nilópolis	Doação

Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

As despesas com manutenção de imóveis no exercício de 2017 totalizaram o valor R\$ 3.059.607,02 e estão detalhadas por Unidade Gestora Responsável (UGR) no quadro a seguir:

Quadro 61 – Despesas de Manutenção com Imóveis

Despesa com Manutenção de Imóveis	
UGR	Valor em (R\$)
158157-REITORIA	R\$ 607.565,68
152233-CAMPUS SAO JOÃO DE MERITI	R\$ 3.850,00
152236-CAMPUS ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	R\$ 214.266,15
152237-CAMPUS ARRAIAL DO CABO	R\$ 209.625,00
154955-CAMPUS AVANÇADO RESENDE	R\$ 48.477,37
158482-CAMPUS DUQUE DE CAXIAS	R\$ 154.967,93
158483-CAMPUS NILÓPOLIS	R\$ 559.335,02
158484-CAMPUS PARACAMBI	R\$ 211.356,21
158485-CAMPUS PINHEIRAL	R\$ 307.951,81
158486-CAMPUS REALENGO	R\$ 232.915,08
158487-CAMPUS SAO GONÇALO	R\$ 164.608,22
158488-CAMPUS VOLTA REDONDA	R\$ 97.962,05
158502- CAMPUS MARACANÃ	R\$ 246.726,50
TOTAL	R\$ 3.059.607,02

Fonte: Tesouro Gerencial.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quanto à cessão de espaços físicos no IFRJ, ela ocorre nos *campi* Volta Redonda, Resende e Pinheiral.

São os dados relacionados ao *campus* Volta Redonda:

- a) Contratação de empresa, mediante permissão onerosa de uso, para preparo e comercialização de lanches e refeições, por meio de restaurante e lanchonete localizados nas dependências do *campus* Volta Redonda do IFRJ, situado na Rua Antônio Barreiros, 212, Nossa Senhora das Graças, com área de 123m², compreendendo cozinha, despensa, balcão e salão de atendimento;
- b) Identificação dos cessionários; Empresa F.F SANCHES EVENTOS - ME, com sede na Rua Duzentos e Quarenta e Um, 19, Conforto, Volta Redonda - RJ. CEP: 27.265-440, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.535.417/0001-72, representada neste ato por FILIPI FERREIRA SANCHES, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 114281223 e inscrito no CPF nº 082.617.557-03.
- c) Caracterização da cessão:
1. Forma de seleção do cessionário: Processo Administrativo nº. 23274.000297/2015-83, referente ao Pregão Eletrônico nº. 04/2015;
 2. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: contratação de empresa, mediante permissão onerosa de uso, para preparo e comercialização de lanches e refeições, por meio de restaurante e lanchonete localizados nas dependências do *campus* Volta Redonda do IFRJ;
 3. Prazo da cessão: a cessão tem prazo original de 12 meses, renovados em janeiro de 2017, por mais 12 meses por meio de termo aditivo com as devidas correções monetárias;
 4. Caracterização do espaço cedido: área de 123m², compreendendo cozinha, despensa, balcão, salão de atendimento;
 5. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido – o valor anual correspondente à Permissão Administrativa de Uso passa a ser de R\$ 10.271,04 (dez mil, duzentos e setenta e um reais e quatro centavos), a ser pago pela contratada em parcelas mensais de R\$ 855,92 (oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), mediante GRU (Guia de Recolhimento da União), até o 10º (DÉCIMO) dia útil do mês subsequente ao vencido, assim considerado o período de 30 dias, para cada mês, mediante GRU. O valor foi reajustado pelo IPCA, que está fixado em 6,99% para o primeiro termo aditivo;
 6. Tratamento contábil dos benefícios recebidos – conta 0250026433;

7. Rateio dos gastos, quando cessão parcial - os custos de água e energia elétrica não são pagos pela empresa por não haver medidores, hidrômetro nem medidores de energia elétrica separados para cozinha e refeitório. O *campus* estuda a separação;
8. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC – recursos ainda não utilizados por falta de limite para liberação. Disponibilidade para o Custeio do *campus*;
9. Comunidade atendida:

QUADRO 62 - Comunidade atendida - Quantitativo

POPULAÇÃO	QUANTITATIVO FIXO
Alunos	800
Professores	75
Servidores	48
Prestadores de Serviço	20

Fonte: IFRJ (2017).

São os dados relacionados ao *campus* Resende:

- a) Identificação dos imóveis que serão objeto de cessão total ou parcial: a cessão do espaço físico refere-se unicamente às salas de aulas e banheiros masculino e feminino e a áreas de acessos externo e interno pelo portão principal;
- b) Identificação dos cessionários: MAG Aliança Automóveis do Brasil SSC S.A., doravante denominada simplesmente MAG, inscrita no CNPJ sob nº 16.851.514/0001-90, com sede na Avenida Nissan, 1500 D, Portão 06, Polo Industrial, Resende - RJ, neste ato representada por Takehiro Fuji, japonês, portador da RNE nº G170465-1 e inscrito no CPF sob o nº 238.179.618-55.
- c) Caracterização da cessão:
 1. Forma de seleção do cessionário: a seleção se deu mediante representação de um ex-aluno de curso de extensão do IFRJ – *campus* Resende que atua como empregado

- na cessionária informada no item b e nos procurou solicitando a cessão do espaço.
2. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: a utilização do referido espaço físico contemplará atividades relacionadas a treinamento e capacitação destinadas, prioritariamente, aos colaboradores da MAG.
 3. Prazo da cessão: o presente acordo de cooperação técnica que se trata da cessão de espaços físicos vigorará pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado mediante termo aditivo, bem como denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
 4. Caracterização do espaço cedido: salas de aulas, banheiros masculino e feminino e áreas de acessos externo e interno pelo portão principal.
 5. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: doar, dentro de suas possibilidades, materiais de consumo, tais como lâmpadas, papel A4, filtros de linha, *toner*, cabos, estabilizadores, pastas, produtos de limpeza, entre outros materiais que contribuam direta ou indiretamente para a realização das atividades previstas neste acordo. Tais materiais, objeto de doação, deverão ser especificados, de comum acordo entre as partes, antes de cada evento a ser realizado nas dependências da instituição concedente, em documento anexo que deverá passar a fazer parte do presente instrumento.
 6. Tratamento contábil dos benefícios recebidos: não ocorre.
 7. Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: a Equipe Diretiva do *campus* Avançado Resende confirma o integral cumprimento do acordo de cooperação técnica por parte da cessionária, inclusive com a cessionária fornecendo doação de material de expediente, 10 pacotes de 500 folhas de papel A4 e 2 filtros de linha. Todos os itens doados pela cessionária foram destinados a fim operacional dentro da Instituição, diminuindo, assim, a oneração da Administração Pública com materiais de expediente e filtros de linha. Outrossim, é importante ratificar que a cessão do objeto não implicou nenhuma perda de qualidade dos serviços prestados por essa unidade nem o impedimento de realização das atividades diárias comuns praticadas pela Instituição.

No *campus* Pinheiral os dados são referentes à ocupação dos imóveis funcionais e estão consolidados no quadro a seguir:

QUADRO 63 - Informações sobre Ocupação dos Imóveis Funcionais Pertencentes ao IFRJ - *Campus Pinheiral*

	Identificação do Imóvel	Endereço do Imóvel	Caracterização	Espaço - Área m ²	Cessionário	Forma de Seleção de Cessão	Finalidade do Uso	Prazo de Cessão	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido	Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC
1	13	Rua Eduardo Pompeia, nº 141, Pinheiral, RJ	Casa	213,34	Projeto Pousada Escola	Termo de permissão de uso individual	Hospedagem	-	R\$ 35,35 por usuário	250158167	Recolhidos à conta única do Tesouro na fonte própria (0250158167)
2	Anexo - 13	Rua Eduardo Pompeia, nº 141, Pinheiral, RJ	Casa	62,57	Adilson Paulo Estanhe	Termo de permissão de uso 01/2016	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 70,34		
3	15	Rua Eduardo Pompeia, nº 117, Pinheiral, RJ	Casa	173,46	Marlon Sarubi da Silva	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 220,30		
4	16	Rua Eduardo Pompeia, nº 95, Pinheiral, RJ	Casa	172,95	Rosemary Guimarães Aquino	Termo de permissão de uso s/nº /2014	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 218,31		
5	17	Rua Eduardo Pompeia, nº 71, Pinheiral, RJ	Casa	192,68	Júlia Barros Santoro	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 244,71		
6	18	Rua Eduardo Pompeia, nº 11, Pinheiral, RJ.	Casa	210,89	Geraldo Pereira Junior	Termo de permissão de uso s/nº /2015	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 246,89		
7	20	Estrada Pinheiral – Vargem Alegre, s/nº, casa IFRJ/ Pinheiral, RJ	Casa	116,19	Benedito de Brito	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 24,60		
8	21	Estrada Pinheiral – Vargem Alegre, s/nº, casa IFRJ/ Pinheiral, RJ	Casa	146,74	Leandro Souza da Silva	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 20,39		

9	22	Estrada Pinheiral – Vargem Alegre, s/nº, casa IFRJ/Pinheiral, RJ.	Casa	88,97	Edson Luiz Lima da Silva	Termo de permissão de uso s/nº /2012	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 18,83
10	23	Estrada Pinheiral – Vargem Alegre, s/nº, casa IFRJ/ Pinheiral, RJ.	Casa	88,82	José Egídio de Lucas	Termo de permissão de uso 01/2015	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 18,80
11	24	Estrada Pinheiral – Vargem Alegre, s/nº, casa IFRJ/ Pinheiral, RJ.	Casa	114,22	Leonardo Souza da Silva	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 24,17
12	26	Rua José Bento de Araújo, nº 41 - IFRJ/ Pinheiral, RJ	Casa	120,72	Alojamento de Alunos (Intercâmbio)				
13	27	Rua José Bento de Araújo, s/nº, casa IFRJ/ Pinheiral, RJ	Casa	122,84	Jorge Rodrigues da Silva	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 26,00
14	28	Rua José Bento de Araújo, s/nº, casa IFRJ/Pinheiral, RJ.	Casa	98,57	Iram Gomes de Faria	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 20,86
15	29	Rua José Bento de Araújo, nº 60, casa IFRJ/ Pinheiral, RJ.	Casa	121,08	Allan Davidson Ferreira de Souza	Termo de permissão de uso 01/2013	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 23,91
16	30	Estrada Pinheiral – Vargem Alegre, nº 8.871, Pinheiral, RJ.	Casa	114,02	Élio Alves de Moura	Termo de permissão de uso 02/2016	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 24,13
17	31	Rua José Breves, s/nº, casa IFRJ/Pinheiral, RJ.	Casa	73,93	Gilmar Bui Ferrini	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 15,65
18	32	Rua Helena Corrêa de Miranda, s/nº, casa IFRJ/Pinheiral, RJ.	Casa	70,71	João Leonardo de Moraes	Termo de permissão de uso 02/2017	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 14,96
19	33	Rua José Breves, s/nº, casa IFRJ/ Pinheiral, RJ.	Casa	86,96	Miqueias da Silva Fernandes	Termo de permissão de uso 01/2017	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 24,13
20	34	Rua Helena Corrêa de Miranda, nº 31, Pinheiral, RJ.	Casa	80,51	Carla de Souza Lima	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 17,04

21	39	Rua José Breves, nº 550, Centro Pinheiral	Casa	207,21	Alojamento Temporário (Terceirizado)				
22	61	Rua José Bento de Araújo, nº 21, casa IFRJ/ Pinheiral, RJ.	Casa	132,73	Carlos Heráclio Marques	Termo de permissão de uso s/nº /2011	Uso Residencial	Término do vínculo com a Instituição	R\$ 28,09
23	-	Rua José Breves, nº 550, Centro Pinheiral	Lote	150	Nextel Telecomunicações LTDA.	Termo de Concessão de Uso 01/2013	Exploração Comercial	5 anos	R\$ 3.242,87

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Com a criação do IFRJ, em 29 de dezembro de 2008, o estatuto estabeleceu que a Reitoria deveria ter sua sede em local próprio, independente do funcionamento dos *campi*. Para atender a esse requisito estabelecido em lei, o prédio sito na Rua Pereira de Almeida nº 88 foi alugado em 2010 e, desde então, vem acomodando a instalação do Instituto.

O valor gasto mensalmente na locação do imóvel no ano de 2017 de janeiro a maio foi de R\$ 28.716,88 (vinte e oito mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos) e de junho a dezembro foi de R\$ 29.648,00 (vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais), sendo o total de 12 meses de R\$ 351.372,40 (trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).

Para o ano de 2018 está prevista a mudança da Reitoria para o imóvel cedido pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), localizado na Rua Buenos Aires, 256, Centro do Rio de Janeiro (RJ), quando assim o IFRJ deixará de alugar o único imóvel nessas condições do Instituto.

5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Foram realizadas as seguintes obras no ano de 2017 no IFRJ:

a) Reitoria:

Melhorias e reformas no novo prédio da reitoria:

- Licitado por meio do PE nº 01/2017 - Pintura interna dos andares que serão ocupados, substituição da tubulação de água para beber em todos os andares, deslocamento dos quadros elétricos, substituição de forros, colocação de divisórias de acordo com projeto, colocação e substituição de piso. Serviço em andamento;
- Licitado por meio do PE nº 23/2016 - Instalações de dois aparelhos de ar-condicionado Split no auditório. Serviço concluído em 2017;
- Licitado por meio do PE nº 45/2016 - Fornecimento, instalação e manutenção de condicionadores de ar do tipo *self contained* com condensação a água para a nova Reitoria do IFRJ, localizada na Rua Buenos

Aires, 256, Centro do Rio de Janeiro–RJ. 2. Na nova Reitoria estão instalados condicionadores de ar do tipo *self contained* com condensação a água. O sistema de climatização central existente no prédio pode conter máquinas com necessidade de manutenções corretivas frequentes. Serviço em andamento.

b) *Campus São Gonçalo*:

- Construção de muro/guarita e limpeza do terreno por meio do PE nº 36/2016. Obra concluída em 2017;
- Construção do telhado do Ciep destruído completamente por invasores. Licitado por meio do RDC 02/2017. Obra em andamento.

c) *Campus Niterói*:

- Continuação da obra: construção de prédio para implantação do *campus* em terreno de 24.985,30 m² e área construída de 5.577,39 m², distribuído em 12 salas de aula, laboratórios, 1 biblioteca, 1 auditório, 1 teatro, 1 quadra esportiva, 1 bloco de serviços e vivência licitado por meio do RDC nº 01/2015. Obra em andamento, estando 50% executado.

d) *Campus Resende*:

- Obra de reforma realizada pela modalidade Tomada de Preços nº 01/2015. Área reformada: 1.250 m², composta de 6 salas de aula, 1 laboratório de informática e outro de segurança do trabalho, 8 salas administrativas, 2 banheiros masculinos e 2 femininos com acessibilidade, 1 biblioteca para atender a 120 alunos em três turnos e reforma externa. Obra concluída em 2017;

e) *Campus Belford Roxo*

- Implantação do *campus* provisório: o projeto para a construção de infraestrutura completa às instalações temporárias (módulos) *campus* foi licitado por meio do RDC nº 01/2016 e iniciado no ano 2017. Todavia, a obra foi interrompida no começo da execução por força de ação judicial movida pela prefeitura de Belford Roxo, que tenta na justiça a retomada do terreno doado ao IFRJ pela administração municipal anterior. A continuação das obras aguarda a decisão judicial, e o contrato com a empresa vencedora do certame foi suspenso;

- Implantação do *campus* definitivo: o projeto de arquitetura e principais projetos executivos para a construção do *campus* definitivo estão concluídos, e a obra está em condições de ser licitada (projeto básico, orçamento e cronograma), aguardando decisão judicial, submissão à aprovação da prefeitura municipal e obtenção das licenças preliminares para a elaboração do edital;
- f) *Campus* Paulo de Frontin
- Licitação para reforma geral da cobertura do *campus*, realizada por meio da modalidade RDC nº 03/2017. Obra em andamento.
- g) *Campus* Nilópolis:
- Reforma da Quadra de Esportes por meio do PE nº 04/2015 e Licitação para conclusão do prédio de Física. Obra em andamento;
- h) *Campus* Duque de Caxias:
- Contratação de serviços de pessoa jurídica especializada na prestação do serviço de construção civil para a construção de um muro, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução do serviço, por meio do PE nº 02/2015. Obra concluída em 2017;
- i) *Campus* Pinheiral:
- Obra de reforma e adaptação de espaço para abrigar os laboratórios de panificação e processamento de vegetais do *campus*, com fornecimento de materiais realizado por meio do RDC nº 3/2016. Obra em andamento;
 - Construção de dois blocos de salas de aula e laboratórios (com fornecimento de material e mão de obra), realizada por meio da Concorrência nº 1/2012. Obra em andamento.

5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Do Plano Estratégico de TI

A fim de obter de toda a comunidade do IFRJ o reconhecimento do Instituto com alto índice de satisfação, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (TI) busca avaliar, propor e implementar soluções seguras na área de TI e comunicação com foco nos objetivos estratégicos do IFRJ.

Para alinhar as ações de TI às diretrizes estratégicas do IFRJ, visa promover e apoiar a priorização de projetos de TI a serem atendidos para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento do IFRJ e identificar e implementar oportunidades de melhorias a fim de que a Instituição se adapte a novas demandas operacionais e tecnológicas.

Do Comitê Gestor de TI

O Comitê de Governança Corporativa e de TI, Riscos e Controles (CGTIC) do IFRJ é de natureza consultiva e propositiva e de caráter permanente. O Regimento Interno do Comitê foi instituído pela Portaria nº 387, de 23 de outubro de 2017, e definiu que o Comitê tem por finalidade:

- Promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;
- Institucionalizar estruturas adequadas de governança corporativa e digital, gestão de riscos e controles internos;
- Promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança corporativa e digital, de gestão de riscos e de controles internos;
- Garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- Promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
- Promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
- Aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos, dos controles internos, da governança digital e da gestão de Tecnologia da Informação;
- Supervisionar o mapeamento e a avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
- Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;

- Estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública ou atividade;
- Aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;
- Definir e entregar serviços públicos digitais, com foco nas demandas dos cidadãos;
- Sempre que possível, compartilhar a infraestrutura, sistemas e dados com outros órgãos e entidades, evitando a duplicação de trabalho, reduzindo os custos;
- Liderar e supervisionar a institucionalização da governança digital e da gestão de Tecnologia da Informação, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
- Otimizar os processos de negócio, reduzindo sua complexidade e fragmentação, evitando a duplicação de informações e aumentando a qualidade do serviço prestado ao cidadão;
- Priorizar a disponibilização de serviços públicos digitais atendendo ao maior número possível de plataformas;
- Garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade dos dados utilizados e proteger o sigilo e a privacidade dos cidadãos, de acordo com a legislação em vigor;
- Possibilitar a participação dos cidadãos na melhoria dos serviços públicos e controle social, praticando a transparência e a publicidade dos dados e das informações produzidos pelo instituto;
- Garantir a disponibilização dos dados e das informações produzidos pelo Instituto, mantendo sua atualização temporal e observando os formatos necessários para sua publicação;
- Emitir recomendação para o aprimoramento da governança, governança digital, da gestão de riscos, dos controles internos e da gestão de Tecnologia da Informação; e
- Monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

O Comitê atende às orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPog) e do Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática (Sisp), bem como às boas práticas e Governança de TI.

O Comitê instituído pela Portaria nº 190, de 02 de junho de 2017, é composto pelos seguintes membros:

1) Presidência:

- Reitor;

2) Membros:

- Pró-Reitor de Administração;
- Pró-Reitor de Extensão;
- Pró-Reitor de Ensino de Graduação;
- Pró-Reitor de Ensino Médio e Técnico;
- Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;
- Diretor de Desenvolvimento Institucional e Expansão;
- Diretor de Tecnologia da Informação; e
- Diretores-Gerais dos *campi*.

Reuniões e decisões:

O CGTIC possui seus pontos de pauta discutidos dentro das reuniões do Colégio de Dirigentes, por ser composto dos mesmos membros e presidente, sendo acrescido somente do diretor de TI.

Foi aprovado pelo o CGTic o novo PDTic, com o período de validade entre julho de 2017 e julho de 2019. A Política de Gestão de Riscos foi aprovada também por esse comitê e instituída pela Portaria nº 388, de 23 de outubro de 2017. O PCTic também foi aprovado por esse comitê.

5.3.1 Principais sistemas de informações

Os sistemas fornecidos pela área de tecnologia são fundamentais para as demais atividades do IFRJ, visando sempre utilizar recursos tecnológicos para melhorias no Instituto. São eles:

Siga-EDU

O Siga-Edu é um sistema integrado de gestão acadêmica desenvolvido com tecnologias livres e de forma colaborativa por várias instituições federais do Brasil. Um sistema desenvolvido pela rede e para a rede.

Esse serviço automatiza a gestão dos processos institucionais acadêmicos, possibilitando que usuários vinculados ao IFRJ o acessem e realizem tarefas nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	DGA	Alta

Fonte: Central de Serviços.

Interface Sistema @ula

O Sistema Aula – Automação Lógica Acadêmica – é um sistema integrado de administração de instituições de ensino que informatiza as atividades inerentes ao seu funcionamento. Descontinuado em 31/12/2016, teve criada posteriormente uma interface de acesso aos dados da base de dados do IFRJ.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	DGA	Média

Fonte: Central de Serviços.

Moodle

Trata-se de um *software* livre, de apoio à aprendizagem, executado em um ambiente virtual. Constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *online* voltado para a aprendizagem colaborativa. De maneira simplificada, possibilita que o estudante ou o professor se integre, estude ou lecione em um curso *online* à sua escolha.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	Todas as áreas com responsáveis intracampus	Alta

Fonte: Central de Serviços.

Siga-ADM

O Siga-ADM é um sistema de gestão administrativo com diversos módulos: Requisições *online*; Licitação de materiais e serviços; Controle orçamentário; Controle contábil; Controle de empenhos; Controle de pagamentos; Almoxarifado; Patrimônio; Protocolo; e Recursos Humanos. Atualmente os módulos utilizados são os de requisição *online*, controle de veículos e protocolo e Relatório de Gestão do Exercício 2016 – IFRJ.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	Todas as áreas com responsáveis intracampus	Média

Fonte: Central de Serviços.

Revistas Científicas

Portal com o objetivo de veicular as publicações de interesse das várias áreas de atuação dessa instituição e atuar como interface de produção e troca do conhecimento científico acadêmico.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	Proppi	Média

Fonte: Central de Serviços.

Concurso

A página de Concursos do IFRJ oferece informações atualizadas sobre os concursos internos que são realizados, conta com uma lista dos concursos ativos e, em poucos passos, possibilita que o candidato se inscreva.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	Todas as áreas com responsáveis intracampus	Baixa

Fonte: Central de Serviços.

Boletim de Serviço

Funciona como um repositório para Portarias e Ofícios e, a partir dos envios e dados coletados, gera estatísticas para o IFRJ.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	Gabinete da Reitoria	Baixa

Fonte: Central de Serviços.

Limesurvey

Trata-se de um *software* livre, desenvolvido com o objetivo de preparar, publicar e coletar respostas de questionários. Uma vez criado um questionário, ele pode ser publicado *online* (questão por questão, grupo a grupo de questões ou tudo em uma única página de questionários). O Limesurvey permite definir como as questões serão mostradas e variar o formato dos questionários por meio de um sistema de padrões (*templates*). Fornece ainda uma análise estatística básica sobre os resultados dos questionários.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
CSTI	Todas as áreas com responsáveis intracampus	Baixa

Fonte: Central de Serviços.

Wiki

Serviço que ajuda a organizar as informações sobre os serviços, os sistemas e o parque de infraestrutura do IFRJ, fornecendo também funcionalidade de proteção a informações confidenciais detalhadas sobre o funcionamento desses itens.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
CSTI	CSTI	Média

Fonte: Central de Serviços.

GLPI

Aplicação integral da Web para gerenciar os problemas de gestão do inventário de *hardware* e *software* e a gestão da assistência aos usuários.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
CSTI	CSTI	Alta

Fonte: Central de Serviços.

Redmine

Software livre, gerenciador de projetos baseados na Web e ferramenta de gerenciamento de *bugs*. Contém calendário e gráficos de Gantt para ajudar na representação visual dos projetos e seus *deadlines* (prazos de entrega). Pode também trabalhar com múltiplos projetos.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
CSTI	CSTI e todas as áreas com responsáveis intracampus	Alta

Fonte: Central de Serviços.

Planejamento de Gestão Orçamentária (PGO)

Software criado pela equipe de Desenvolvimento de Sistemas (Codes) para coletar e tratar as demandas de coleta de necessidades e previsão de orçamento definidas para a Reitoria, estando também disponível para a utilização dos *campi*.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	Proad	Baixa

Fonte: Central de Serviços.

Sistema Integrado de Gestão (SIG)

Software desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para gestão acadêmica e administrativa da Instituição. Atualmente os módulos implantados são: Graduação, Administração do Sistema e Cadastro do DGP.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	DGA/Casig	Baixa

Fonte: Central de Serviços.

JasperServer

Software de código aberto que fornece uma variedade de meios para a elaboração de relatórios de negócios conhecidos como BI (*Business Intelligence*), podendo ser usado em aplicações Java para gerar conteúdo dinâmico. Produz uma vasta quantidade de relatórios que auxiliam diversos setores em suas demandas internas.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	DGA e Secretarias Acadêmicas	Baixa

Fonte: Central de Serviços.

DSpace

Foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. O sistema foi criado de modo a ser facilmente adaptado.

Os repositórios DSpace possibilitam o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo. São exemplos de material digital: documentos (artigos, relatórios, projetos, apresentações em eventos etc.), livros, teses, programas de computador, publicações multimídia, notícias de jornais, bases de dados bibliográficas, imagens, arquivos de áudio e vídeo, coleções de bibliotecas digitais, páginas Web, entre outros.

Responsável técnico	Responsável da área de negócios	Criticidade para a unidade
Codes	Coordenação de Bibliotecas	Média

Fonte: Central de Serviços.

Do plano de capacitação

Necessidade de Capacitação	Capacitação	Quantidade de Pessoas	Valor Estimado
	Web Designer	1	R\$ 1.650,00
	Windows Server 2012 - MCSE	1	R\$ 4.150,00

	Formação ANP Analista de Processos de Negócios TI	1	R\$ 700,00
--	---	---	------------

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Da força de trabalho de TI

Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Reitoria	Cargo	Setor	Vínculo
	Tecnólogo em Segurança da Informação	DTI	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	DTI	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	DTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	DTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	Codes	Servidor
	Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas	Codes	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	Codes	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	Codes	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	Codes	Servidor

	Técnico de Tecnologia da Informação	Codes	Servidor
	Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas	Codes	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	Codes	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	DSIS	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	Dinfra	Servidor
	Assistente em Administração	Corede	Servidor
	Tecnólogo em Infraestrutura e Redes	Corede	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	Corede	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	Coinfra	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	Coinfra	Servidor
	Tecnólogo em Infraestrutura e Redes	Coinfra	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	24
Arraial do Cabo	Cargo	Setor	Vínculo
	Professor / Coordenador da CSTI	Professor / CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor

	Técnico em Laboratório/ Área: Informática	CSTI	Servidor
	Estagiário	CSTI	Estagio
		Total:	4
Resende	Cargo	Sector	Vínculo
	Técnico de Tecnologia da Informação	STI	Servidor
		Total:	1
Realengo	Cargo	Sector	Vínculo
	Técnico em Laboratório/ Área: Informática	CSTI	Servidor
	Técnico em Laboratório/ Área: Informática	CSTI	Servidor
		Total:	2
Paulo de Frontin	Cargo	Sector	Vínculo
	Técnico em Laboratório	CSTI	Servidor
	Técnico em Laboratório	CSTI	Servidor
	Técnico em Laboratório	CSTI	Servidor
	Analista de Sistemas	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	5
Volta Redonda	Cargo	Sector	Vínculo

	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	3
São João de Meriti	Cargo	Setor	Vínculo
	Técnico de Laboratório/Área: Informática	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	2
Niterói	Cargo	Setor	Vínculo
	Técnico de Laboratório/Área: Informática	TI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	TI	Servidor
		Total:	2
Belford Roxo		Total:	0
Nilópolis	Cargo	Setor	Vínculo
	Técnico de Laboratório/Área: Informática	CSTI	Servidor
	Assistente em Administração	CSTI	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor

		Total:	4
Paracambi	Cargo	Setor	Vínculo
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	3
Duque de Caxias	Cargo	Setor	Vínculo
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	2
São Gonçalo	Cargo	Setor	Vínculo
	Professor	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	2
Pinheiral	Cargo	Setor	Vínculo
	Analista de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Analista de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	3
Mesquita	Cargo	Setor	Vínculo

	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
		Total:	1
		Total Geral	58

Dos processos de gerenciamento de serviços TI

A gerência de serviços se dá por meio de três etapas: criação/instalação do serviço pela área especialista, em que são gerados os dados do catálogo de serviços e tutoriais sendo passados para coordenação de serviços de TI (CSTI); suporte ao usuário do serviço pela CSTI; e desativação do serviço quando necessário.

Todo e qualquer pedido deve ser encaminhado por meio do sistema de chamados GLPI, pelo e-mail <suporte@ifrj.edu.br>, sendo automaticamente gerado por *software* um número para controle da CSTI, bem como para controle do demandante.

Ao ser demandada a criação ou instalação de um novo serviço, são informadas à área especialista as necessidades do demandante para análise e implementação da solução escolhida.

Após a implementação todos os dados necessários, estes são passados à CSTI para criação da página do serviço na central de serviços, disponível em <<http://wiki.ifrj.edu.br/dokuwiki/doku.php?id=dgti:servicos>>. Após essa fase, o serviço entra em manutenção. Nessa etapa, o serviço segue um procedimento periódico de cópia de segurança de seus dados por meio de um sistema de *backup* em fita. Ao ser informado através de um *ticket* sobre a ocorrência de algum problema ou erro, a CSTI verifica pelos procedimentos definidos para cada sistema a possível solução e, não sendo encontrada, encaminha o chamado à área especialista, que faz as verificações e manutenções corretivas necessárias, retornando a solução ao demandante.

A terceira etapa, que compreende a desativação de um serviço, se dá quando um serviço entra em desuso ou quando sua licença expira. Seu *link* na central de serviços é movido para área de serviços descontinuados, e a cada serviço são analisadas as ações necessárias a serem tomadas para sua desativação.

Dos projetos de TI desenvolvidos

Implantação do Sistema Integrado de Gestão – Em andamento

Após análise de melhor solução, fez-se uma licitação a fim de contratar empresa especializada e certificada para a implantação do SIG. Espera-se que o sistema esteja plenamente implantado até o primeiro semestre 2019.

Tipo de Serviço	Custo (R\$)
Apoio Presencial	12.800,00
Instalações	48.000,00
Implantações	113.900,00
Treinamentos	5.300,00
Licenciamentos	79.573,33
Migrações	71.690,00
Sustentações	105.830,00
Suportes Técnicos Nível 2	129.800,00
Customizações	50.076,00

Fonte: IFRJ (2017).

Planejamento e Gestão Orçamentária (PGO) – Já concluído

Software criado pela equipe de Desenvolvimento de Sistemas (Codes) para coletar e tratar as demandas de coleta de necessidades e previsão de orçamento definidas para a reitoria, estando também está disponível para a utilização dos *campi*.

Sistema de Controle de Notas e Faltas (Sisconf) – Já concluído

Software desenvolvido para que os professores e secretários pudessem encaminhar as notas dos alunos de Graduação do período de 2016.2. Ainda permite a alteração das notas e faltas dos períodos anteriores a 2016.2.

Interface @ula – Já concluído

Software desenvolvido unicamente para visualização de Histórico Escolar, Boletim Acadêmico e dados dos alunos antes gravados no já em desuso Sistema @ula.

Sistema de Controle de Permuta (Siscope) – Já concluído

Software criado para levantar as intenções de mudanças dos servidores de seus *campi* de origem para outros.

Crachá Funcional – Já concluído

Software que gera a impressão de crachás com foto e dados dos servidores do IFRJ.

Consulta Pública – Já concluído

Software desenvolvido para realizar enquetes de qualquer natureza.

Sistema de Telefonia – Já concluído

Software desenvolvido para listar de forma dinâmica todos os telefones dos vários setores do IFRJ, Reitoria e demais *campi*.

Repositório Institucional (DSpace) – Já concluído

Foi implantado para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual. Principalmente é usado para guardar as teses de Graduação e Pós-Graduação do IFRJ.

Medidas para mitigar dependência tecnológica

A fim de mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, é utilizada a infraestrutura do próprio IFRJ para guardar a base de conhecimento e, garantida em edital, a passagem de conhecimento para a equipe. Também foram feitas customizações no Sistema Integrado de Gestão (SIG) pela própria equipe para iniciar a criação do processo de desenvolvimento e passagem de conhecimento.

5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

Visando atender às diversas exigências ambientais que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem cumprir, foi elaborado um planejamento do trabalho que está em execução e continuará sendo executado nos próximos anos. Tal política envolve o diagnóstico da situação da Gestão Ambiental, o atendimento às demandas urgentes, exigências e recomendações legais, implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública e elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

A primeira fase consiste na realização do diagnóstico da situação da Gestão Ambiental nos 15 *campi* do IFRJ, que envolve a identificação dos problemas ambientais e das iniciativas de gestão ambiental com elaboração de um Plano de Trabalho para solução dos problemas ambientais. O diagnóstico abrange diversas linhas de investigação, entre elas: gerenciamento de resíduos comuns, químicos, infectantes, eletroeletrônicos e rejeitos radioativos; gestão de água e efluentes; saneamento básico e estação de tratamento de esgoto; eficiência energética; licitações sustentáveis; área externa do *campus*; qualidade de vida no trabalho; construções sustentáveis e outras ações em Gestão Ambiental. O diagnóstico foi realizado nos *campi* Pinheiral, Resende, São Gonçalo, Rio de Janeiro e Volta Redonda, e iniciado nos *campi* Belford Roxo e Paracambi.

A adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública já foi feita pelo IFRJ, e os *campi* estão criando suas comissões de gestão da A3P. Na Reitoria do Instituto, a comissão já executou diversas ações contidas no plano de trabalho, como a implantação da coleta seletiva solidária e a elaboração do plano de economia de recursos.

Também são atendidas as demandas urgentes, exigências e recomendações legais, como monitoramento de água e energia no (Sispes) Sistema Explanada Sustentável do MPog, apoio à equipe de Engenharia em relação ao licenciamento ambiental de empreendimentos e apoio às equipes de Patrimônio e Materiais no processo de desfazimento de bens e destinação correta de resíduos eletrônicos, químicos, infectantes e perigosos.

Participação na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

O IFRJ aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública no ano de 2017. Após a adesão, foi criada a Comissão Gestora da A3P na Reitoria do IFRJ, e existe uma mobilização para criação das comissões em todos os *campi*. As reuniões na Reitoria são realizadas mensalmente, e diversas ações definidas no plano de trabalho já foram implantadas, como a elaboração de um plano de economia de recursos e a implantação da coleta seletiva solidária. Além da atuação da Comissão A3P, a gestão ambiental do IFRJ acompanha as ações e recomendações da A3P por meio das *newsletters* e participação de eventos, como o Fórum A3P. O curso oficial da A3P, oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente, foi divulgado para todos os diretores do IFRJ, o que resultou na capacitação de diversos servidores.

Separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006

Em alguns *campi* do IFRJ, como Reitoria e *campus* Volta Redonda, é feita a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores. Pretende-se ampliar o número de *campi* com coleta seletiva solidária por meio da oferta de capacitação dos servidores para a implantação desse tipo de coleta.

No ano de 2017, deu-se continuidade ao procedimento iniciado em 2016, de padronizar os documentos relacionados a licitações. Dessa forma, foi mantido no Termo de Referência o texto que faz menção aos critérios de sustentabilidade, tal como:

“Em face da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, a(s) empresa(s) será(o) responsável(is) pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos a reciclagem”.

Além do texto-padrão, se o solicitante verificar a necessidade de incluir outros requisitos sobre sustentabilidade, a inclusão é feita no Termo de Referência, como nos seguintes processos realizados em 2017:

Reitoria:

- PE 06/2017 – item 2.3.1 do Anexo I, Termo de Referência;
- PE 16/2017 – item 5 do Anexo I, Termo de Referência. Produtos (itens 8 e 12) com critérios sustentáveis na descrição;
- RDC 01/2017 – item 12 do Anexo I, Termo de Referência;
- RDC 02/2017 – item 6.75 do Anexo I - Projeto Básico;
- RDC 03/2017 – item 9 do Anexo I, Projeto Básico;

Nilópolis

- PE 01/2017 – Item 5 do Anexo I, Termo de Referência;
- PE 06/2017 – Item 5 do Anexo I, Termo de Referência;
- PE 07/2017 – Item 5 do Anexo I, Termo de Referência;
- PE 08/2017 – Anexo III, Declaração de sustentabilidade ambiental;
- PE 16/2017 – Item 5 do Anexo I, Termo de Referência;

Arraial do Cabo

- PE 01/2017 – compra de ar-condicionado tipo Split e janela. Para os itens 1 e 2, foi solicitada a tecnologia *inverter*, que gera economia de até 60% e utiliza o gás ecológico R410A, o qual não prejudica a camada de ozônio, não é tóxico nem inflamável.

As contratações realizadas pelo IFRJ não observaram os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012 ou em norma equivalente em 2017, porém as modificações estão sendo realizadas de modo que as licitações no ano de 2018 atendam ao decreto.

Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012

O IFRJ ainda não possui o plano de gestão de logística sustentável (PLS); contudo, sua elaboração está prevista para 2018. Nesse sentido, os itens a seguir não se aplicam.

- i. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPog 10, de 12 de novembro de 2012;
- ii. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPog 10/2012;
- iii. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no *site* da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPog 10/2012);
- iv. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPog 10/2012).

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema

A atuação mais sistematizada em Gestão Ambiental ainda é recente no IFRJ. Contudo, um avanço significativo já é observado em comparação com os anos anteriores, principalmente em relação à identificação das principais fragilidades dos *campi* nessa área, adesão à A3P e início da implantação da coleta seletiva solidária.

No IFRJ já foram implantadas diversas boas práticas em gestão ambiental e/ou sustentabilidade; como exemplo:

- todos os contratos de impressoras do IFRJ envolvem a logística reversa de cartuchos e *toners*;
- diversos *campi* realizam eventos anuais que promovem a sustentabilidade, como a Semana do Meio Ambiente ou Semana da Química, Agroecologia e outras. Grande parte dos eventos são gratuitos e abertos ao público externo;
- A maioria dos *campi* reduziu significativa ou totalmente o consumo de copos plásticos após ações de estímulo ao uso de copos e canecas duráveis;

- O contrato de coleta e tratamento de resíduos químicos e perigosos do IFRJ é sistêmico e possibilita a participação de todos os *campi* geradores de resíduos químicos e perigosos;
- Diversos *campi* utilizam um sistema de impressão segura, com uso de login e senha, que, além de fornecer segurança à impressão, evita o desperdício, diminuindo significativamente o número de impressões;
 - Foi iniciada em 2017 a utilização do Sistema Integrado de Gestão, no qual o módulo de protocolo possibilitará a tramitação eletrônica de processos e documentos avulsos, tecnologia que permite dar garantia de integridade e autenticidade a arquivos eletrônicos dentro e fora do Instituto, promovendo uma grande economia de papel, tempo e recursos;
- No *campus* São Gonçalo: instalação de ecoponto de coleta de óleos vegetais comestíveis usados, visando ao reaproveitamento e descarte adequado; recente reforma elétrica no prédio, com substituição de todas as lâmpadas por fluorescentes tubulares, o que contribuiu para a economia de energia;
- No *campus* Pinheiral: produção de mudas para reflorestamento das áreas internas e externas ao *campus*; produção de alimentos orgânicos para uso no refeitório; projetos de educação ambiental e conservação, como trilhas interpretativas do Espaço Ecológico Educacional; recuperação de matas ciliares; recuperação de voçorocas; compostagem de resíduos orgânicos;
- No *campus* Rio de Janeiro: substituição de todos os destiladores dos laboratórios pelo sistema de osmose reversa, o que possibilita redução no consumo de água em até 7 vezes e no consumo de energia em até 10 vezes; prática da doação de materiais sem utilidade entre laboratórios do *campus* e entre outros *campi*;
- No *campus* Belford Roxo: oferta de cursos que capacitam os alunos a reutilizarem diversos tipos de materiais;
- O IFRJ também participa da Rede Rio de Sustentabilidade, criada em 2015 para servir como espaço de troca de ideias, experiências e informações sobre a atuação

dos órgãos públicos sediados no estado do Rio de Janeiro em relação à sustentabilidade.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Canais de acesso à Informação

A Ouvidoria do IFRJ foi formalmente institucionalizada em 10 de agosto de 2011, quando aprovado o Regimento Geral do IFRJ, por meio da Resolução nº16/2011. O referido serviço tem como objetivos o acolhimento, o registro e a análise de reclamações, elogios, solicitações, sugestões e denúncias da comunidade interna e externa ao IFRJ, assegurados o comprometimento com a ética, a confidencialidade dos registros e a imparcialidade na análise.

O art. 52 do Regimento Geral do IFRJ define ainda as atribuições do Ouvidor – Ouvi:

- I - receber as manifestações do cidadão, acolhendo e registrando, por meio de procedimentos próprios;
- II - analisar e avaliar os registros, a fim de promover os devidos encaminhamentos institucionais;
- III - examinar e acompanhar os procedimentos adotados pelas áreas competentes de forma a efetivar as soluções ou os possíveis encaminhamentos para cada caso registrado na Ouvidoria;
- IV - tratar as respostas das manifestações para o efetivo direcionamento aos interessados, realizando as devidas mediações e articulações;
- V - guardar sigilo das manifestações, sem prejuízo dos efetivos procedimentos de mediação e resposta;
- VI - zelar pelo adequado registro e arquivamento das manifestações e seus desdobramentos;
- VII - indicar às instâncias competentes as recomendações e as propostas que colaborem para o constante aperfeiçoamento institucional.

Cumprido salientar que o serviço da Ouvidoria não tem como atribuição a resolução de forma autônoma e imediata das manifestações formalizadas nem possui poder deliberativo. Desse modo, ao ouvidor cabe a análise, a síntese, a articulação e principalmente a mediação na solução de conflitos. É relevante, assim, destacar, dentre os objetos de atuação do órgão, a análise das manifestações de modo a fomentar e proporcionar o aprimoramento da Instituição.

As manifestações são formalizadas pelo *e-mail* <ouvidoria@ifrj.edu.br>, sendo analisadas, categorizadas, numeradas, respondidas e arquivadas pelo próprio *e-mail* institucional.

O referido serviço funciona fisicamente no prédio da Reitoria, é subordinado diretamente ao Reitor e conta com um servidor. Destaca-se ainda que a Ouvidoria não funciona em conjunto com o Serviço de Acesso à Informação, tendo este último uma estrutura administrativa própria.

Para o efetivo funcionamento do serviço de Ouvidoria, é necessário o comprometimento de toda a Instituição, fornecendo pontuais subsídios para o atendimento da demanda.

Ao longo do exercício de 2017, a Ouvidoria contou de modo geral com o apoio institucional, assegurando o desenvolvimento de suas ações. Na maioria dos casos, os subsídios necessários foram devidamente fornecidos pelas áreas competentes, a fim de que as respostas do órgão pudessem ser pautadas nos seus preceitos regulamentares. Todavia, é oportuno demarcar que a falta de regulamentação interna detalhada contribuiu para que algumas áreas não atendam/respondam os protocolos abertos no serviço nos prazos estipulados.

II - DADOS DA OUVIDORIA:

QUADRO 64 - Índice de Manifestações por Área

ÁREA	PORCENTAGEM DE MANIFESTAÇÕES* em 2016	PORCENTAGEM DE MANIFESTAÇÕES* em 2017
Atraso ou não pagamento de bolsas	2,01%	1,52%
Condições físicas dos <i>campi</i> e atendimento dos servidores	5,31%	4,18%
Concursos	39,74%	28,52%
Funcionamento do IFRJ/cursos	13,92%	20,15%
Certificação	7,69%	10,65%
Outros	4,03%	7,98%

Qualidade do ensino / cumprimento do regulamento	2,75%	2,28%
Demandas internas	5,68%	6,08%
Gestão de pessoas - DGP	10,81%	12,93%
Transporte público	1,10%	1,14%
<i>Pronatec</i>	3,85%	4,18%
<i>Comissões internas</i>	1,28%	0%
<i>PFRH</i>	0,73%	0%
<i>Proad</i>	1,10%	0%

Fonte: Ouvidoria.

*São consideradas manifestações todos os protocolos abertos no serviço de Ouvidoria. Posteriormente, eles são categorizados conforme a Instrução Normativa nº 01, da Ouvidoria Geral da União (CGU), datada de 05 de novembro de 2014.

QUADRO 65 - Manifestações por Categoria

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	PORCENTAGEM EM 2016	PORCENTAGEM EM 2017
Reclamações	60,44%	15,20%
Solicitações	39,01%	77,94%
Denúncias	0,55%	6,84%
Sugestões	0%	0%
Elogio	0%	0%

Fonte: Ouvidoria.

**Na metodologia aplicada, o enquadramento na categoria “elogio” é realizado quando ela se dá de forma primária, ou seja, a manifestação foi originalmente confeccionada com esse objetivo. Tal critério

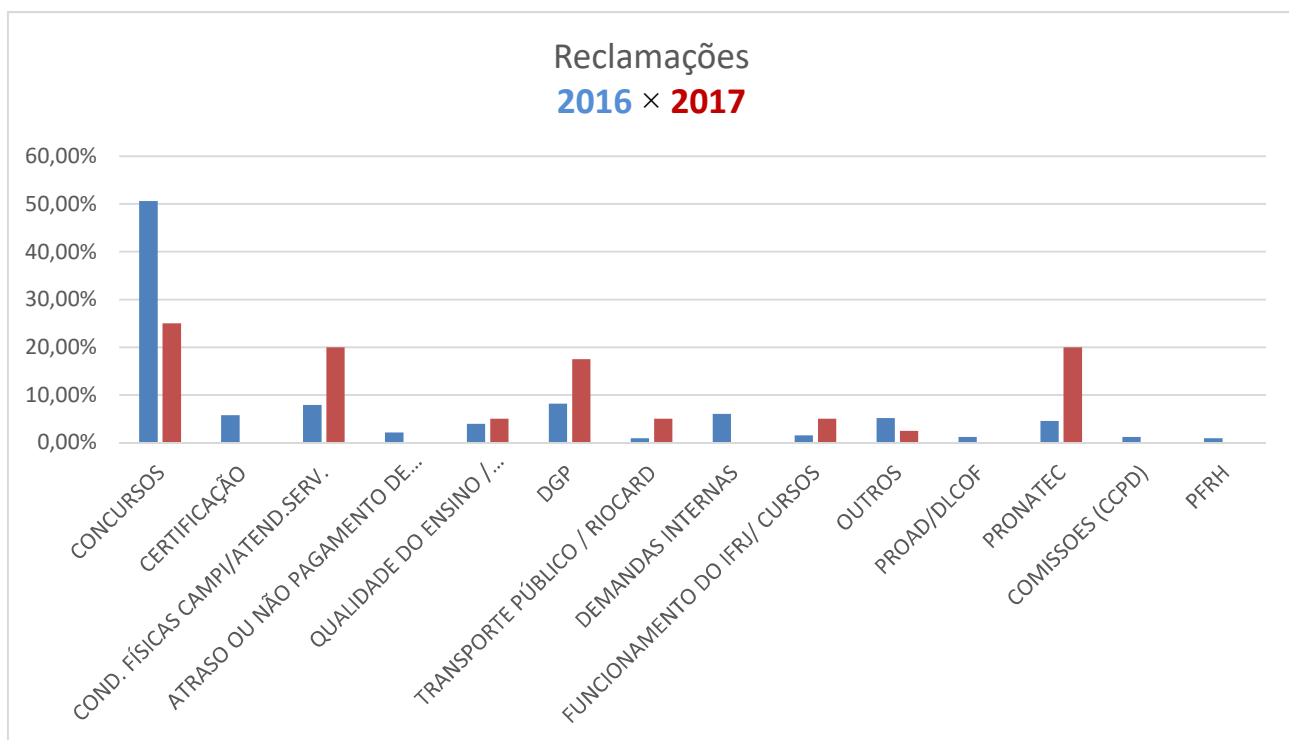
não contempla os elogios após a solução/encaminhamento da temática apresentada. Não houve manifestação enquadrada nessa categoria.

QUADRO 66 - Índice de Reclamações e Solicitações por Área

ÁREA	PORCENTAGEM DE SOLICITAÇÕES EM 2017	PORCENTAGEM DE RECLAMAÇÕES EM 2017
Atraso ou não pagamento de bolsas	1,95%	0%
Condições físicas dos <i>campi</i> e atendimento dos servidores	0%	20%
Concursos	30,73%	25%
Funcionamento do IFRJ/cursos	24,39%	5%
Certificação	13,66%	0%
Outros	6,34%	2,50%
Qualidade do ensino / cumprimento do regulamento	1,46%	5%
Demandas internas	6,83%	0%
Gestão de pessoas - DGP	12,20%	17,50%
Transporte público	0,49%	5%
<i>Pronatec</i> **	1,46%	20%
<i>Comissões internas</i> **	0%	0%
<i>PFRH</i> **	0%	0%
<i>Proad</i> **	0%	0%

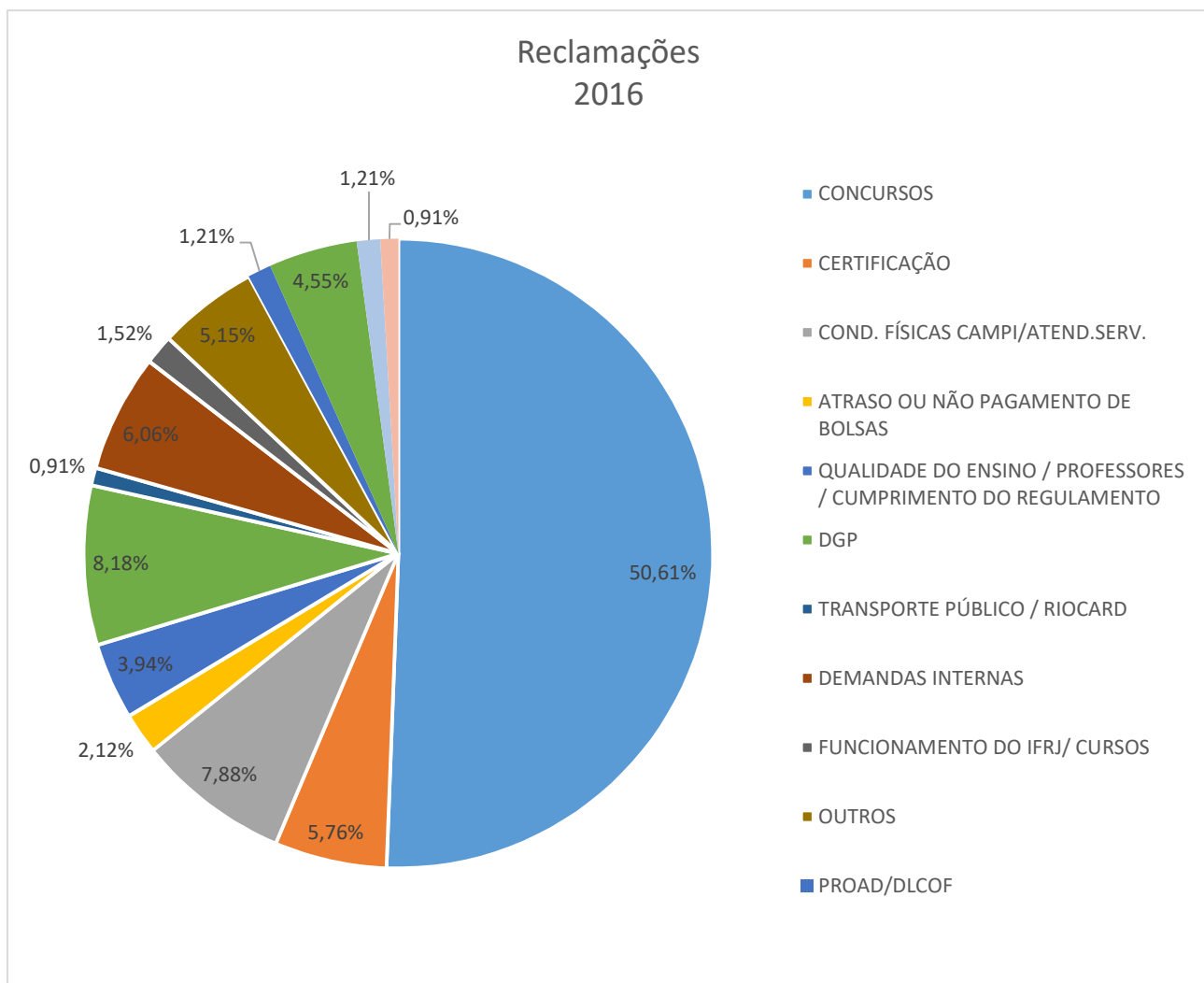
Fonte: Ouvidoria.

GRÁFICO 2 - Índice de Reclamações – 2016 e 2017



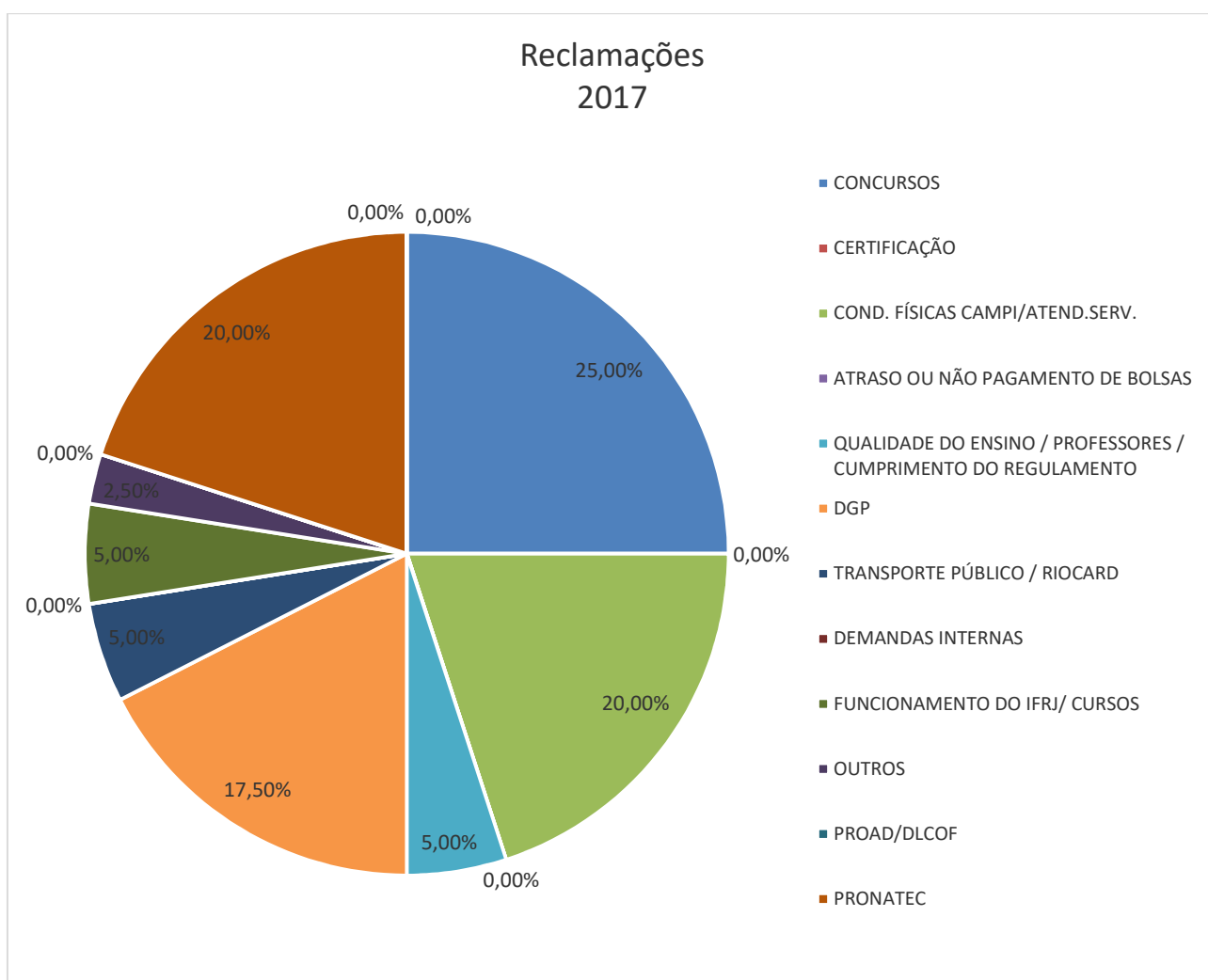
Fonte: Ouvidoria do IFRJ.

GRÁFICO 3 – Reclamações 2016



Fonte: Ouvidoria do IFRJ.

GRÁFICO 4 - Reclamações 2017



III - ANÁLISE DOS DADOS:

Em 2017, foram recebidas 263 manifestações pela Ouvidoria, sendo 205 Solicitações, 40 Reclamações e 18 Denúncias. A maior parte das manifestações (Solicitações e Reclamações) se concentrou na área de concursos, em síntese, pertinentes a questões relacionadas a novas convocações de habilitados e atualização de listagem de convocados no site do IFRJ.

Posteriormente, as áreas mais demandadas por Reclamações foram atinentes a Condições Físicas dos *Campi*/Atendimento dos Servidores, Pronatec e Gestão de Pessoas.

A questão Condições Físicas dos *Campi*/Atendimento dos Servidores foi objeto de um número considerável de Reclamações, relacionadas ao atendimento realizado pelos servidores. Registre-se, ademais, que as manifestações foram encaminhadas aos Diretores-Gerais dos respectivos *campi*, em virtude de sua autonomia administrativa.

O aumento expressivo de Reclamações referentes ao Pronatec deu-se em função do atraso no pagamento dos profissionais que atuaram no Curso MEI ofertado pelo Programa. As reclamações foram encaminhadas à Coordenação do Pronatec, que procedeu aos devidos encaminhamentos perante os órgãos competentes.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2017, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União instituiu o Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas, por meio da Portaria nº 1.864, de 24 de outubro de 2016, com o objetivo de coletar dados e produzir informações acerca da satisfação dos usuários de políticas e serviços públicos prestados pelo Poder Executivo Federal.

Posteriormente à edição desse Regulamento apontado, entrou em vigor, em 13/02/2017, a Portaria nº 3.681/2016, que regulamentou a remessa de dados e informações de ouvidorias federais para a Ouvidoria Geral da União (OGU).

Cumprir destacar que as Ouvidorias que utilizam como único meio de registro de manifestações o Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-Ouv, instituído pela Portaria nº 50.252, de 15 de janeiro de 2015, estão dispensados do envio de dados de que trata a Portaria nº 3.681/2016.

Desse modo, levando-se em conta que o IFRJ não aderiu à sistemática de envio de dados mencionada (Sistema e-Ouv), cumpre à Instituição proceder ao envio de dados à OGU conforme os procedimentos previstos na Portaria nº 3.681/2016.

Em consonância com esse comando regulamentar, a Ouvidoria do Instituto formalizou solicitação à Diretoria de Tecnologia da Informação do IFRJ, para instalação do formato-padrão específico exigido pela Portaria nº 3.681/2016, com vistas a instrumentalizar o devido envio das informações à Ouvidoria Geral da União, demanda essa que se encontra em tramitação.

Por outro lado, informe-se que, visando à capacitação e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Ouvidoria, a servidora que responde pelo Serviço concluiu o Programa de Certificação

em Ouvidoria (Resoluções de Conflitos Aplicadas ao Contexto das Ouvidorias, Acesso à Informação, Introdução à Gestão de Processos, Gestão em Ouvidoria, Ética e Serviço Público e Controle Social), ministrado pela Escola Nacional de Administração Pública, e com carga horária de 120 horas.

Além da certificação destacada, a servidora responsável pelo serviço participou dos seguintes cursos de capacitação, promovidos pela Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, bem como do 2º Encontro Estadual de Ouvidores do Estado do Rio de Janeiro:

- Desburocratização e Defesa do Usuário de Serviços Públicos – carga horária: 20 horas;
- Denúncias: O Papel da Ouvidoria no Combate à Corrupção – carga horária: 20 horas.

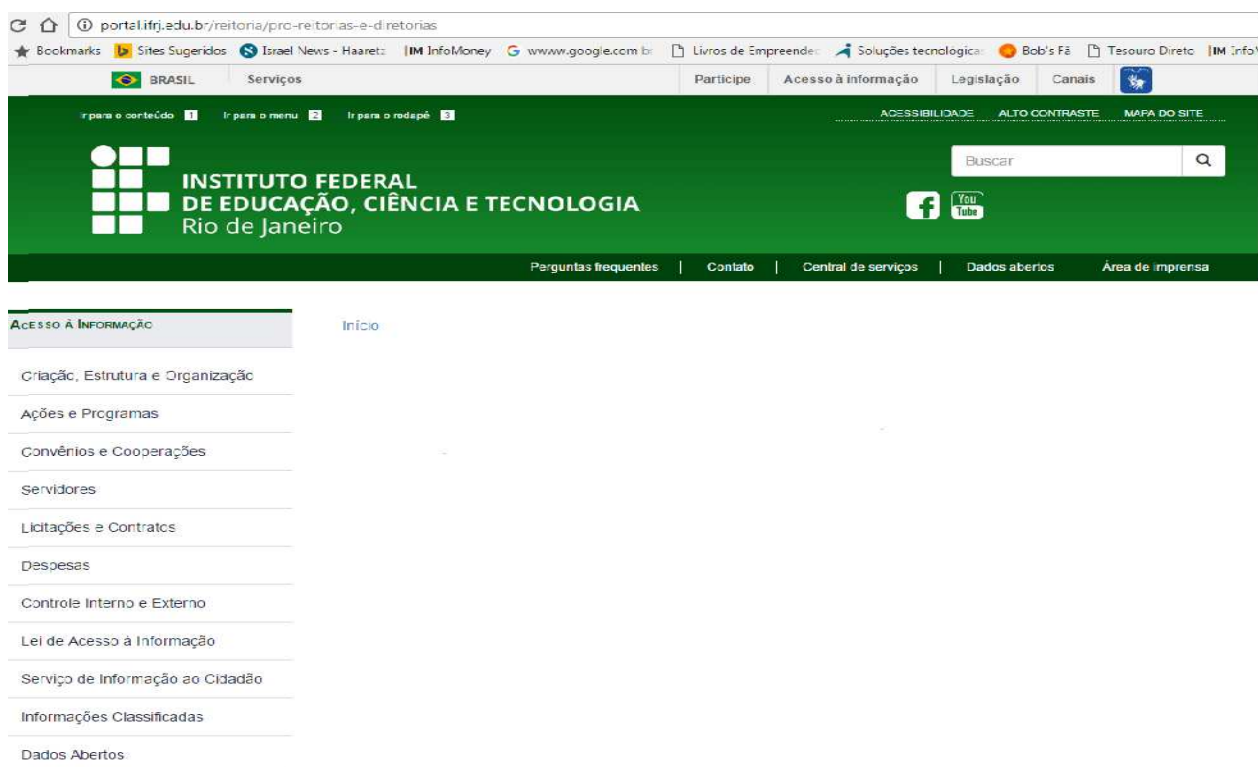
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Criado pela Lei nº 12.527/2011 (a Lei de Acesso à Informação – LAI –, que visa atender aos pedidos de informação da sociedade), o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) foi instituído no IFRJ por meio da Portaria nº 055/GR, de 27/04/2012, que orientou o funcionamento e o atendimento ao cidadão.

O SIC está vinculado ao Gabinete do Reitor e instalado no espaço físico da Reitoria, com acesso ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que funciona como canal para prestar atendimento, registro, orientação e informações que possibilitem à sociedade perceber sua implementação e o funcionamento no âmbito do Poder Executivo Federal.

As solicitações dos pedidos de acesso à informação são realizadas na página do portal <www.ifrj.edu.br>, onde constam as orientações e esclarecimentos, bem como instrução para acesso, conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 5 - Página do Portal IFRJ.



Ao clicar no *link* **Lei de Acesso à Informação**, o solicitante é direcionado à página <<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>>, onde consta o passo a passo para conhecer os trâmites do pedido de uma informação. Para fazer um pedido de informação, o solicitante:

- pode acessar o **e-SIC** e clicar no link **Faça Aqui Seu Pedido** para registro do pedido;
- ou pode ser protocolado pessoalmente em um dos *campi* do IFRJ ou na Reitoria.

Em atendimento ao art. 40, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi designado o servidor José Carlos Beker como responsável pelo monitoramento da implementação da referida Lei, com as seguintes atribuições:

- Assegurar o cumprimento das normas de acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos;
- Monitorar a implementação do disposto na LAI e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- Recomendar medidas para implementação e aperfeiçoamento das normas e os procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei;

- Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento da LAI e de seus regulamentos.

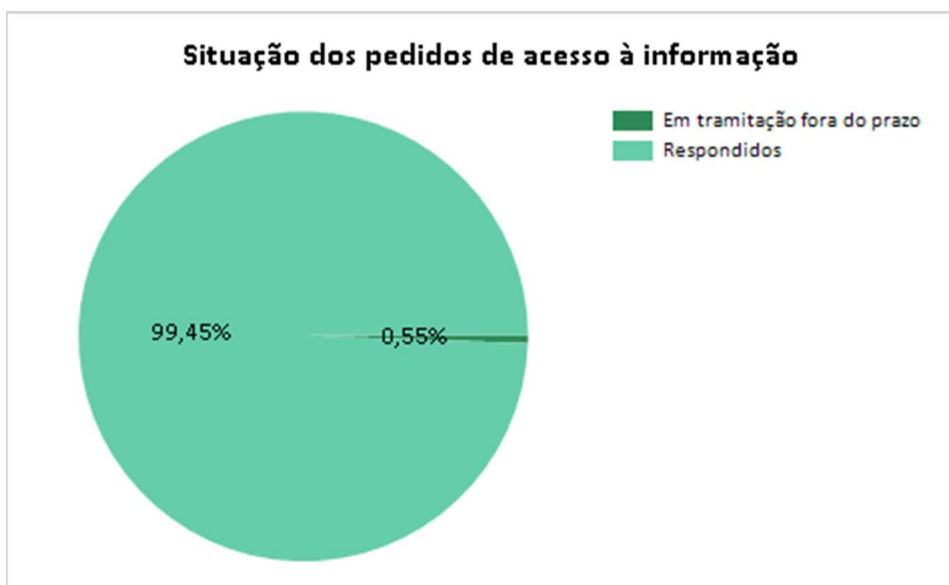
Seguem os dados gerenciais e estatísticos dos pedidos de acesso à informação extraídos da base de dados do sistema da CGU.

1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 183 Média mensal de pedidos: 15,25

2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	182
Em tramitação fora do prazo	1



Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	244	Total de solicitantes:	142
Perguntas por pedido:	1,35	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	6
		Solicitantes com um único pedido:	119

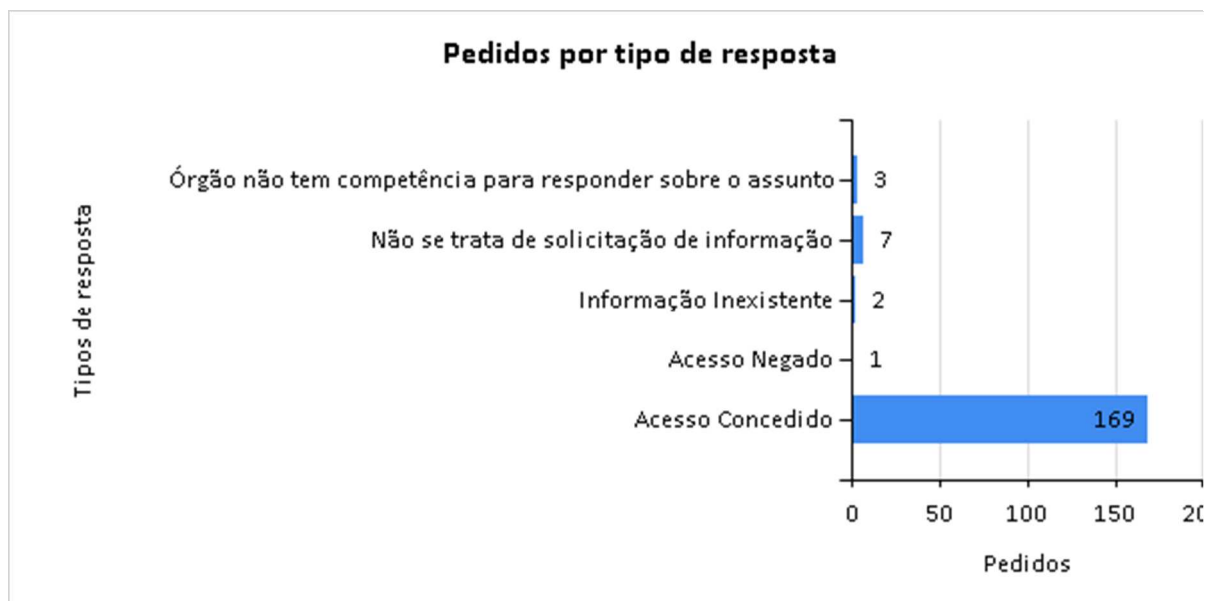
Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Trabalho - Profissões e Ocupações	98	53,55%
Comércio, Serviços e Turismo - Comércio e Serviços	9	4,92%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, Preservação e Acesso	9	4,92%
Educação - Assistência ao Estudante	8	4,37%
Trabalho - Legislação Trabalhista	8	4,37%
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	5	2,73%
Educação - Legislação Educacional	5	2,73%
Educação - Profissionais da Educação	5	2,73%
Justiça e Legislação - Legislação e Jurisprudência	5	2,73%
Trabalho - Política Trabalhista	4	2,19%

3. Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: 8,54 dias

Prorrogações:

Quantidade	% dos pedidos
5	2,73%



Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Pedido exige tratamento adicional de dados	1	100%	0,55%
TOTAL:	1	100%	0,55%

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por <i>e-mail</i>)	183	100%

4. Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	140	98,59%
Pessoa Jurídica	2	1,41%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AC	3	2,14%	3
AL	1	0,71%	2

AP	1	0,71%	1
BA	4	2,86%	4
CE	2	1,43%	2
DF	2	1,43%	3
GO	5	3,57%	7
MG	16	11,43%	17
MS	1	0,71%	1
MT	3	2,14%	3
PA	2	1,43%	5
PB	3	2,14%	3
PE	1	0,71%	1
PI	1	0,71%	1
PR	2	1,43%	2
RJ	54	38,57%	81
RN	3	2,14%	3
RS	3	2,14%	4
SC	2	1,43%	4
SE	4	2,86%	4
SP	7	5,00%	7
Não informado	20	14,29%	23

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	55%
F	38,57%
Não informado	6,43%

Escolaridade	
Mestrado/Doutorado	28,57%
Ensino Superior	27,14%
Pós-Graduação	20%

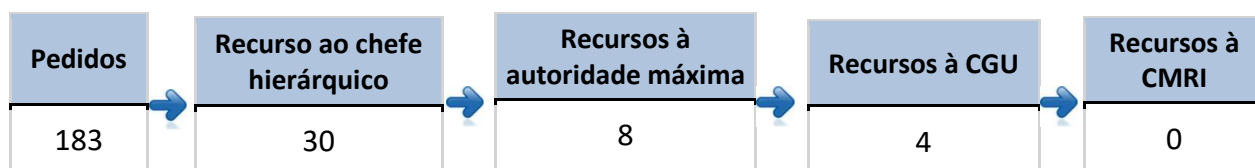
Não informado	11,43%
Ensino Médio	10%
Ensino Fundamental	2,86%

Profissão	
Servidor público federal	31,43%
Outra	15%
Não informada	14,29%
Estudante	10,71%
Professor	9,29%
Empregado - Setor privado	5,71%
Pesquisador	5,71%
Servidor público estadual	2,86%
Servidor público municipal	2,14%
Jornalista	1,43%
Empresário/empreendedor	1,43%

Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - PME	50%
Empresa pública/estatal	50%

1. Quadro geral dos recursos



Observações:

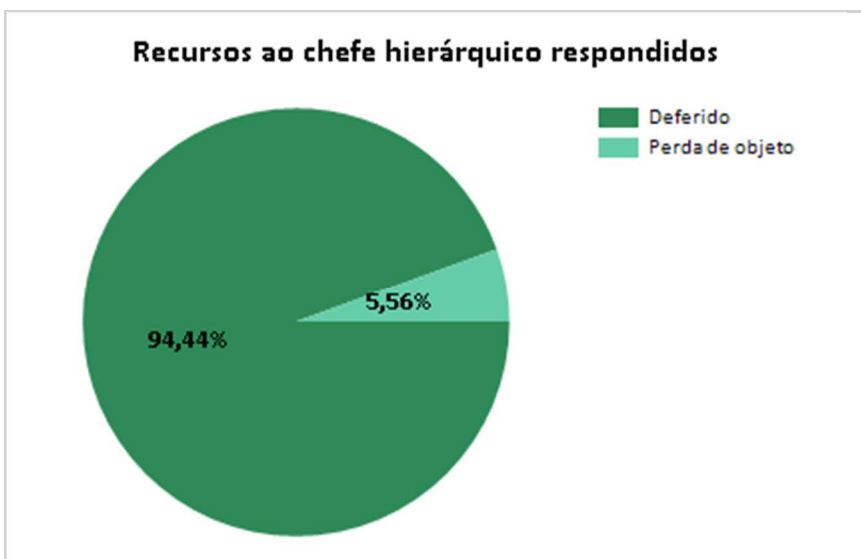
- (1) Os dados referentes a recursos à CGU que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 22 de agosto de 2012) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".
- (2) Os dados referentes a recursos à CMRI que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 31 de janeiro de 2014) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

2. Recursos ao chefe hierárquico

% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico: 16,57%

Recursos recebidos no período: 30

Recursos ao chefe hierárquico respondidos		
Total de recursos respondidos	29	96,67%
Deferido	29	100%



Motivos para interposição de recursos		
Motivo	Quantidade	%
Informação incompleta	15	50%
Informação recebida não corresponde à solicitada	8	26,67%
Outros	7	23,33%

TOTAL	30
--------------	-----------

3. Recursos à autoridade máxima

% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima:	4,42%
% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima	26,67%
Recursos recebidos no período:	8

Recursos à autoridade máxima respondidos		
Total Respondidos:	5	62,5%
Deferido	5	100%



Motivos para interposição de recursos à autoridade máxima		
Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	4	50%
Outros	2	25%
Informação incompleta	2	25%
TOTAL	8	

4. Recursos à CGU

Recursos recebidos no período:	4
--------------------------------	---

% de pedidos respondidos que geraram recursos à CGU: 2,21%

% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CGU: 13,33%

% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CGU: 50%

Recursos à CGU respondidos		
Total Respondidas:	2	50%
Perda de objeto	2	100%



Motivos para interposições de recursos à CGU		
Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	2	50%
Outros	2	50%
TOTAL	4	

5. Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações

Recursos recebidos no período: 0

% de pedidos respondidos que geraram recursos à CMRI: 0%

% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CMRI: 0%

% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CMRI: 0%

% de recursos à CGU que geraram recursos à CMRI: 0%

6. Reclamações

Reclamações no período: 11
% de pedidos que geraram reclamações: 6,01%
% de reclamações respondidas: 100%
% de reclamações não respondidas ou em tramitação: 0%
% de reclamações que geraram recursos: 27,27%

7. Pedidos de Revisão

Pedidos de revisão no período: 0
% de pedidos enviados para o e-OUV que geraram pedidos de revisão 0%
% de pedidos de revisão respondidos 0
% de pedidos de revisão em tramitação 0

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), Decreto nº 6.392, de 11 de agosto de 2009, e tem por objetivo informar aos usuários dos serviços disponibilizados pelos órgãos e entidades vinculados ao Poder Público Federal as formas de acesso a eles, bem como os respectivos compromissos estabelecidos e padrões de qualidade almejados no atendimento aos cidadãos. Em 17 de julho de 2017, criou-se o Decreto nº 9.094, revogando o anterior, cujo objetivo principal é a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, informando a seus usuários as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público.

Nesse sentido, a Carta de Serviços IFRJ constitui-se um importante documento para a melhoria dos serviços oferecidos pela Instituição, visando a mais transparência e credibilidade. Nela constam as informações relacionadas aos serviços prestados aos cidadãos, assim como os documentos e as informações necessários para acessá-los.

A carta de serviços vigentes está disponível no link <http://www.ifrj.edu.br/sites/default/files/webfm/images/carta_cidadao_IFRJ_marco_2014>, com dados referentes ao ano de 2014. A atualização do referido documento está sendo realizada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 409/2017/GR, envolvendo vários setores do Instituto, visando à divulgação de informações atualizadas sobre os serviços institucionais, com previsão de conclusão nos próximos meses.

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Ver anexo III.

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações referentes à atuação do IFRJ podem ser encontradas em seu sítio: <<http://portal.ifrj.edu.br/>>. Nas abas **Controle Interno e Externo** e **Documentos Institucionais**, que ficam no menu lateral à esquerda do *site*, encontram-se as principais informações do Instituto e da gestão.

6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Consoante a compreensão de que cabe à educação pública atender ao conjunto da sociedade, sem distinção de origem ou quaisquer prejuízos oriundos de raça-etnia, classe, gênero ou habilidades específicas, e com base no art. 120 da Lei nº 13.146/2015, a intervenção institucional do IFRJ partiu da premissa de que a efetiva inclusão é uma tarefa longa, envolvendo diferentes etapas, bem como a articulação de múltiplos atores sociais.

Nesse processo, desempenha papel central a sensibilização de gestores e servidores que devem passar a perceber-se como responsáveis dos direitos obtidos pelas pessoas com deficiência.

Ao longo de 2017, houve ações relacionadas a garantir a acessibilidade pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e pelo setor de Engenharia.

As ações orientadas pela Proex por meio da Coordenação de Gênero e Diversidade (Coged) buscam contribuir para tornar o IFRJ efetivamente inclusivo e capaz de garantir que sejam contemplados indivíduos que necessitem de condições específicas para o atendimento de suas demandas cognitivas ou motoras.

A intervenção do IFRJ se dá, centralmente, na formulação de políticas para o conjunto da Instituição e no acompanhamento da aplicação dessas medidas. O Instituto dispõe de **Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne)** em todos os *campi*, com servidores designados para o cumprimento das exigências básicas da legislação. Além disso, em todas as unidades (nos 15 *campi* e a Reitoria), o IFRJ conta com intérpretes de Libras, profissionais capacitados à transcrição e leitura de Braille em diferentes *campi* e na própria Coged, os quais acompanham a comunicação institucional e a atividade de apoio aos docentes.

A acessibilidade arquitetônica (uma espécie de cartão de visitas para a população cega e com dificuldades motoras) fora definida no planejamento como um dos eixos de ação dos Napnes para 2017 e alcançou evidentes melhorias em diferentes *campi*, como o de Paulo de Frontin, Paracambi, Rio de Janeiro, Caxias, Resende, entre outros. Elevadores, sinalização de salas e piso tátil mudaram o perfil dessas unidades.

O segundo eixo de atuação dos Napnes foi a sensibilização de professores e alunos, sem a qual os demais procedimentos de inclusão tendem ao fracasso. Para isso, foram realizadas as seguintes ações:

- Fóruns de discussão para educação de surdos;
- Fórum de discussão para educação de cegos;
- Fórum de discussão sobre autismo;
- Conferências, palestras e minicursos promovidos por professores do próprio Instituto e em convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Instituto Benjamim Constant (IBC), o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e as Secretarias Municipais de Educação;

- Preparação e treinamento de professores e alunos em Libras e introdução ao Braille;
- Oficinas de confecção de material didático;
- Capacitação de servidores em audiodescrição;
- Início de levantamento de vocabulário específico em Libras nas áreas técnicas e em Biologia.

Quanto à Diretoria de Engenharia do IFRJ, de modo a acompanhar o Decreto Federal nº 5.296/2004, o Instituto adota a NBR 9050/2015 como instrumento de referência para a definição dos parâmetros técnicos a fim de implementar a acessibilidade em seus projetos.

Os projetos elaborados para a construção de novas edificações, bem como para reformas dos imóveis do IFRJ, próprios ou cedidos, seguem os conceitos do “desenho universal” e procuram atender às recomendações de acessibilidade aos espaços físicos estabelecidas pela NBR 9050 em sua terceira revisão, lançada em 11/09/2015.

As edificações que foram ou serão incorporadas ao conjunto arquitetônico do IFRJ e que eventualmente não possuam os elementos de acessibilidade de acordo com a NBR 9050/2015 serão adaptadas ou terão os itens de acessibilidade acrescentados aos projetos de adequação de uso.

Com o objetivo de ampliar as ações de acessibilidade arquitetônica e urbanística nas edificações do IFRJ, algumas reformas pontuais estão em curso e outras serão incorporadas nos projetos em fase de desenvolvimento. Entre as intervenções executadas em 2017, destacam-se as seguintes:

- No *campus* Engenheiro Paulo de Frontin, foi executada a obra de infraestrutura e instalação de elevador, além de realizados estudos para reforma dos banheiros e projeto para execução de piso tátil;

- Projetos de arquitetura e planejamento de execução de reformas para a ampliação dos *campi* de Resende, Nilópolis, Volta Redonda, Realengo, Duque de Caxias e prédio novo da Reitoria, todos com os itens de acessibilidade conforme a NBR 9050/2015;
- Projeto de arquitetura para a reforma completa do prédio da nova reitoria, na Rua Buenos Aires, 256, no centro do Rio de Janeiro. O projeto, já na fase final de conclusão e elaboração de orçamento, prevê os elementos essenciais para atender à NBR 9050/2015 em relação ao acesso a todos os pavimentos, sinalização e piso tátil, além de sanitários para pessoas com necessidades especiais, conforme a legislação vigente;
- Projeto de arquitetura para o novo *campus* Belford Roxo totalmente acessível;
- Execução, em fase de conclusão, da obra do *campus* Niterói totalmente acessível.

Situação atual dos *campi*:

- Arraial do Cabo: existem rampas de acesso e banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. As rampas, por terem sido construídas antes da definição dos parâmetros técnicos de acessibilidade, não atendem às exigências da NBR 9050/2015, embora cumpram os requisitos previstos na legislação urbanística vigente à época da aprovação do projeto. O *campus* ainda não dispõe de piso tátil nem sinalização em Braille;
- Belford Roxo: o *campus* provisório é uma construção modular plana, em pavimento único, sem desníveis significantes, que dispensam o uso de rampas ou equipamentos mecânicos para garantir acessibilidade a qualquer ambiente de suas dependências. Em sua primeira fase do plano de expansão, foram construídos banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. Ainda não dispõe de piso tátil nem sinalização em Braille;
- Duque de Caxias: existem rampas de acesso e banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. As rampas, por terem sido construídas antes da definição dos parâmetros técnicos de acessibilidade, não atendem às exigências da NBR 9050/2015, embora cumpram os requisitos previstos

na legislação urbanística vigente à época da aprovação do projeto. O *campus* ainda não dispõe de piso tátil nem sinalização em Braille;

- Engenheiro Paulo de Frontin: instalado o elevador de acessibilidade. Não possui piso tátil nem sinalização em Braille;
- Mesquita: possui banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. Não possui piso tátil nem sinalização em Braille. Possui rampa de acessibilidade;
- Nilópolis: possui banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. Possui piso tátil e rampa de acessibilidade. Existe um elevador de acessibilidade para o prédio de Física, que está em fase de execução. Não possui sinalização tátil;
- Niterói: o *campus* provisório está funcionando em um espaço cedido pela Prefeitura de Niterói e não é totalmente acessível, pois o subsolo do edifício, onde está localizada a maioria das salas de aula, é atendido somente por escada. O *campus* definitivo, em fase final de construção, foi projetado de acordo com a NBR 9050/2015. A conclusão da obra está prevista para o primeiro semestre de 2018;
- Paracambi: prédio tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). Possível acessibilidade por elevador e escadas (aguardando confirmação do *campus*). Não possui piso tátil nem sinalização em Braille. Possui banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais;
- Pinheiral: dispõe de banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. Não possui piso tátil nem sinalização em Braille. Possui rampas que atendem parcialmente à NBR 9050/2015.
- Realengo: possui rampas de acesso e banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. Não possui piso tátil nem sinalização em Braille.
- Resende: dispõe de rampa acessível, piso tátil e banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. Não possui sinalização tátil. Existe projeto para dar continuidade à reforma do prédio;
- Reitoria atual: existem rampas de acesso e um banheiro adaptado para pessoas com necessidades especiais no térreo, junto à garagem. As rampas

e escadas, por terem sido construídas antes da definição dos parâmetros técnicos de acessibilidade, não atendem às exigências da NBR 9050/2015, embora cumpram os requisitos previstos na legislação urbanística vigente à época da aprovação do projeto. A reitoria atual não dispõe de piso tátil nem de sinalização em Braille.

- Nova reitoria: os pavimentos atendidos pelo conjunto de elevadores são considerados “acessíveis” conforme a NBR9050/2015. Todavia, o acesso ao *hall* dos elevadores no térreo não atende à NBR 9050/2015, pois é provido de uma escada de cinco degraus sem o corrimão adequado e uma rampa com largura inferior e inclinação superior às estabelecidas pela norma de acessibilidade. Somente no térreo existe banheiro adaptado para pessoas com necessidades especiais. O prédio também não dispõe de piso tátil nem sinalização em Braille. O atendimento dos requisitos mínimos de acessibilidade realizar-se-á pela reforma que será executada em todos os andares do prédio;
- Rio de Janeiro: acessibilidade por meio de elevadores. Banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. O *campus* não dispõe de piso tátil nem sinalização em Braille.
- São Gonçalo: existem rampas de acesso e banheiros parcialmente adaptados para pessoas com necessidades especiais (faltam algumas barras de apoio). As rampas, por terem sido construídas antes da definição dos parâmetros técnicos de acessibilidade, não atendem às exigências da NBR 9050/2015, embora cumpram os requisitos previstos na legislação urbanística vigente à época da aprovação do projeto. O *campus* ainda não dispõe de piso tátil nem sinalização em Braille. Trata-se de um Ciep cedido. Um novo Ciep, vizinho ao prédio existente, foi incorporado ao IFRJ e será adaptado para a expansão futura do *campus*. O projeto, em fase de elaboração, contemplará alguns requisitos de acessibilidade previstos na NBR 9050/2015;
- São João de Meriti: existem rampas de acesso e somente um banheiro adaptado para pessoas com necessidades especiais, no primeiro andar. As rampas, por terem sido construídas antes da definição dos parâmetros

técnicos de acessibilidade, não atendem às exigências da NBR 9050/2015, embora cumpram os requisitos previstos na legislação urbanística vigente à época da aprovação do projeto. O *campus* ainda não dispõe de piso tátil nem sinalização em Braille. Trata-se de um Ciep cedido. Existe um projeto de adaptação de uso, em fase inicial de execução, que contempla melhorias de acessibilidade. Serão construídos banheiros para pessoas com necessidades especiais em todos os pavimentos, instalação de piso tátil e melhoria nos acessos ao *campus*. Por limitações orçamentárias, a obra não prevê a instalação de elevador ou meio mecânico para acesso aos pavimentos superiores;

- Volta Redonda: existem banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais. Não tem piso tátil nem sinalização em Braille. Existe uma plataforma mecânica apropriada que atende aos requisitos de acessibilidade entre os pavimentos.

Destaca-se também que, em relação às ações de acessibilidade, foram executadas no ano de 2017 as seguintes licitações:

UASG 158483 – *Campus Nilópolis:*

- Processo nº 23272000259201711 (aquisição de fones de ouvido) - Dispensa 32/2017 - 2017NE800177 (R\$ 338,00);
- Processo nº 23272000535201732 (teclado p/portadores deficiência visual) - Dispensa 43/2017 - 2017NE800289 (R\$ 989,88);
- Processo nº 23272000548201710 (fita de demarcação) - Dispensa 48/2017 - 2017NE800345 (R\$ 229,99).

UASG 152237 – *Campus Arraial:*

- Processo: 23270.002084/2016-15 realizou empenho em 2017 do pregão 49/2016 de revestimento epóxi, tendo como item 2 a colocação de epóxi antiderrapante para rampa de acesso ao 2º andar.

UASG 158157 – Reitoria – Unidade São João de Meriti

- Processo: 23270.000769/2017-08 (Reforma para o *campus* São João de Meriti). O *campus* está em obra, oriunda da RDC 01/2017 realizada pela Reitoria. Nessa obra está incluída a reforma dos banheiros do prédio principal, com pelo menos uma cabine adaptada para cadeirante.

UASG 158484 – *Campus* Paracambi:

- Processo: 23278.000084/2017-83. Os itens 1 e 2 da cotação 5/2017 e 1 da Dispensa 03/2017, respectivamente:

Cotação 05/2017

1 - Apoio para punho com as seguintes características – medidas: comprimento 40 cm (+-2), largura 6,5cm (+-1), espessura 2,5mm (+-0,5), revestimento em tecido, o apoio deve ser feito de gelatina de silicone, compatível com teclado ABNT, base antiderrapante e cor preto.

2 - Apoio para punho – *mouse pad*, com as seguintes características: material de borracha neoprene, dimensões 18 × 18 cm (+-2cm), acabamento superficial em PVC, espessura mínima 3mm, bordas arredondadas, antiderrapante, ergonômico, com apoio para punho em gel, cor: preto.

Dispensa 03/2017

1-Teclado ergonômico com as seguintes características: teclado em curva ou gaiivota, com apoio para pulso com teclado numérico, cabo USB, Dimensões mínimas 25 cm × 45 cm, pé retrátil para ajuste da altura e inclinação modelo de referência: Microsoft 4000 Ergonômico ou equivalente.

UASG 158485 – *Campus* Pinheiral:

- Pregão 9/2017 para reforma e implantação de dois laboratórios no *campus* Pinheiral;
- Processo Administrativo nº 23276.000525/2017-67 com corrimão, banheiros e rampas que permitem a acessibilidade;
- RDC Eletrônico 01/2017 - Construção de um conjunto esportivo para o *campus* Pinheiral.
- Processo 23276.000514/2017-87 com aquisição de piso tátil de alerta.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Este tópico visa demonstrar o desempenho financeiro do IFRJ no exercício de 2017, de maneira que os leitores deste relatório consigam extrair informações relevantes sobre a movimentação econômico-financeira da Instituição, controlada por programações financeiras com base na execução do orçamento e definida contabilmente por ingressos e dispêndios de recursos financeiros.

O IFRJ executou o seu programa de trabalho durante o exercício de 2017 por meio de recursos do Tesouro e de recursos descentralizados e próprios, conforme descritos a seguir:

Recursos do Tesouro

0100000000 - recursos ordinários, os quais atenderam às despesas com operações especiais, benefícios assistenciais, previdência dos servidores públicos federais, assistência ao estudante, investimentos provenientes de emenda parlamentar;

0112000000 - recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, os quais atenderam às despesas com investimentos, funcionamento da instituição, pessoal, assistências, auxílios, ajuda de custo e capacitação dos servidores;

0156000000 - recursos referentes à contribuição do plano de seguridade social do servidor, os quais atenderam às despesas com aposentadorias e pensões;

0169000000 - recursos referentes à contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor, os quais atenderam às despesas com aposentadorias e pensões;

0188000000 - recursos relativos à remuneração das disponibilidades do tesouro nacional, os quais atenderam às despesas com pessoal inativo.

Recursos Próprios

0250026433 recursos provenientes de aluguéis, serviços administrativos e educacionais (inscrição de vestibular, concursos etc.), depósitos de diversas origens (depósito em caução) e devolução de despesas.

O IFRJ executou seu orçamento com base na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), no valor inicial de R\$ 330.702.544,00 (trezentos e trinta milhões, setecentos e dois mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais). A seguir é apresentado o detalhamento por fonte de recurso e categoria de gasto:

QUADRO 67 - Detalhamento por Fonte de Recurso e Categoria de Gasto

Fonte Recursos	Categoria de Gasto			Total
	1-Pessoal	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	
100	R\$ 37.441.950,00	R\$ 8.060.934,00	-	R\$ 45.502.884,00
112	R\$ 185.107.357,00	R\$ 51.262.346,00	R\$ 6.349.879,00	R\$ 242.719.582,00
169	R\$ 37.816.370,00	-	-	R\$ 37.816.370,00
188	-	R\$ 350.000,00	R\$ 1.750.000,00	R\$ 2.100.000,00
250	-	R\$ 1.923.708,00	R\$ 640.000,00	R\$ 2.563.708,00
Total	R\$ 260.365.677,00	R\$ 61.596.988,00	R\$ 8.739.879,00	R\$ 330.702.544,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

Os ingressos de recursos financeiros durante o exercício de 2017 foram recebidos mensalmente e tiveram como base o percentual do valor total liquidado por fonte e categoria de gasto. No quadro a seguir, pode-se confrontar a dotação inicial e a atualizada, o total de despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício, dentro de cada categoria de gasto, sendo: pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos, exceto despesas provenientes do termo de execução descentralizada, por ter sua execução orçamentária e financeira vinculada por meio de notas de créditos.

QUADRO 68 - Execução Orçamentária e Financeira no Exercício 2017

Grupo Despesa	Fonte Recursos	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
1-Pessoal	0100000000	37.441.950,00	111.335.872,00	106.722.838,03	106.722.838,03	106.722.838,03
	0112000000	185.107.357,00	185.107.357,00	185.097.108,93	185.097.108,93	185.097.108,93
	0169000000	37.816.370,00	37.816.370,00	37.808.779,09	37.808.779,09	37.808.779,09
Total Pessoal		260.365.677,00	334.259.599,00	329.628.726,05	329.628.726,05	329.628.726,05
3-Outras Despesas Correntes	0100000000	8.060.934,00	8.746.589,00	8.642.893,77	7.509.115,58	7.458.874,47
	0112000000	51.262.346,00	51.560.177,00	51.285.810,48	43.060.990,70	42.552.479,54
	0188000000	350.000,00	550.000,00	309.694,05	66.180,74	63.973,25
	0250000000	(164.926,21)	173.065,79	-	-	-
	0250026433	2.088.634,21	2.088.634,21	2.087.986,36	1.707.897,77	1.701.032,99
Total Outras Despesas		61.596.988,00	63.118.466,00	62.326.384,66	52.344.184,79	51.776.360,25
4-Investimentos	0112000000	6.349.879,00	6.454.879,00	4.134.078,92	934.112,82	898.853,83
	0188000000	1.750.000,00	1.750.000,00	1.144.599,20	85.931,47	76.957,00
	0250000000	337.992,00	-	-	-	-
	0250026433	302.008,00	302.008,00	300.387,31	19.577,00	19.577,00
Total Investimentos		8.739.879,00	8.506.887,00	5.579.065,43	1.039.621,29	995.387,83

Fonte: Tesouro Gerencial.

QUADRO 69 - Sintético da Execução Orçamentária e Financeira

Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Total Empenhado (R\$)	Total Liquidado (R\$)	Total Pago (R\$)	Percentual Empenhado (%)	Percentual Liquidado (%)	Percentual Pago (%)
330.702.544,00	405.884.952,00	397.534.176,14	383.012.532,13	382.400.474,13	97,94%	96,35%	99,84%

Fonte: Tesouro Gerencial.

7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

O IFRJ ainda não dispõe de um sistema de registro de depreciação dos bens móveis para registro e tratamento contábil de itens do patrimônio.

Os bens imóveis cadastrados no Spiunet têm valor depreciado apurado mensal e automaticamente pelo sistema Spiunet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, do Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

Os bens imóveis não cadastrados no Spiunet não dispõem de um sistema de registro de depreciação, amortização ou exaustão.

Desta forma, o IFRJ não está aplicando em sua totalidade os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10.

Durante o exercício de 2017, não ocorreram reavaliação nem redução de valor recuperável de ativos no âmbito do IFRJ.

7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O IFRJ ainda não possui um sistema para apuração contábil dos custos.

7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o art. 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros demonstrativos.

As demonstrações contábeis do IFRJ são realizadas por meio dos lançamentos registrados no Sistema de Administração Financeira e Orçamentária do Governo Federal (Siafi) Operacional ou Web. Em relação ao exercício de 2017, as demonstrações disponíveis no Siafi Web são as seguintes: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações e as informações adicionais (notas explicativas) que explicam uma situação específica inerente a cada demonstração serão apresentadas nos anexos I e II, respectivamente.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A Auditoria Interna (Audin) mantém um efetivo monitoramento das recomendações realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela própria Audin, por meio do Sistema de Gerenciamento de Projetos (Redmine), utilizado para monitorar as recomendações de auditoria, acompanhando as ações adotadas ou em andamento para a regularização das deficiências apontadas, bem como os prazos acordados.

De modo geral, a qualidade e o desempenho dos processos de trabalho são realizados com a supervisão dos Pró-Reitores, dos Diretores e das Chefias, e por avaliações pontuais realizadas pela Audin, pela CGU e pelo TCU.

Por meio do acórdão 821/2014, emitido pelo plenário do TCU, o IFRJ recebeu 11 (onze) recomendações. Dentre essas, 3 (três) tiveram as providências para o atendimento enviadas no Relatório de Gestão 2016, a saber:

- “9.11.1. promova estudos com vistas a ampliar o quadro de pessoal da sua UAI, de modo a suprir as necessidades de recursos humanos daquela subunidade organizacional (itens 67-77);
- 9.11.2. fomente a prestação de apoio técnico por suas subunidades organizacionais à realização de trabalhos de fiscalização por sua UAI (itens 180-183);
- 9.12.1. promova a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores (itens 81-91)”.

As 8 (oito) recomendações remanescentes estão sendo enviadas neste Relatório de Gestão após o atendimento total das demandas instauradas.

O IFRJ tem 1 (uma) determinação do TCU atendida, a qual foi emitida pelo acórdão nº 1006/2016 TCU Plenário, de 6 de maio de 2016, em que é determinado que:

O TCU emitiu uma determinação para o IFRJ pelo acórdão nº 1006/2016 TCU Plenário, de 6 de maio de 2006, com o seguinte teor:

9.3. determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas.

Destaca-se que a recomendação supracitada já foi atendida pelo Instituto e será mais bem-exposta no título específico.

Deliberações Expedidas pelo TCU Atendidas

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.11.3	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.11.3. Estructure mais adequadamente as práticas de planejamento estratégico adotadas pela organização, com vistas à implementação futura de gestão orientada à governança e de gestão de risco (itens 133-151);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código Siorg
Gabinete do Reitor					103622
Síntese da Providência Adotada					
Foi realizado o Planejamento Estratégico para 2017-2021 do IFRJ (iniciativa estratégica para o aprimoramento da gestão corporativa de riscos voltada à execução da estratégia do IFRJ), com a participação da Alta Administração e servidores do IFRJ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O resultado é o aprimoramento da gestão corporativa de riscos voltada à execução da estratégia do IFRJ.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Os resultados são positivos na medida em que se propõem à reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.11.4	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
<p>9.11.4. Promova estudos com vistas a estruturar sistema de controle interno que enseje identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos (itens 152-163).</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código Siorg
Gabinete do Reitor					103622
Síntese da Providência Adotada					
<p>A Pró-Reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proad) está implementando a Política de Gestão de Riscos com base na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01 de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal, e trará grandes avanços para o IFRJ no que se refere a Controles Internos da Gestão e Gestão de Riscos.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Trará grandes avanços para o IFRJ no que se refere a Controles Internos da Gestão e Gestão de Riscos.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Os resultados são positivos na medida em que se propõem à reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.</p>					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

03	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.11.5	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
<p>9.11.5. Promova estudos com a finalidade de desenvolver manual de auditoria que estabeleça o conjunto de normas a serem observadas pelos auditores quando da realização de auditorias (itens 177-179).</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código Siorg
Gabinete do Reitor					103622
Síntese da Providência Adotada					
<p>O Manual da Auditoria Interna do IFRJ foi aprovado pelo presidente do Conselho Superior, por meio da Resolução nº 44 de 20/10/2017, visando atender às recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Audin do IFRJ atender às normas vigentes e otimizar as ações de auditoria, além de padronizar os procedimentos adotados.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>O resultado é o aprimoramento das ações da auditoria interna.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Os resultados são positivos na medida em que se propõem à reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.</p>					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.12.2.	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					

9.12.2. Fomente a prática de entrevista de abertura de auditoria, para apresentar objetivos a serem alcançados pela fiscalização, e entrevista de fechamento de auditoria, com propósito de informar achados de auditoria identificados (itens 188-191);	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código Siorg
Unidade de Auditoria Interna IFRJ.	103629
Síntese da Providência Adotada	
A prática de entrevista na abertura e no fechamento das auditorias já vem sendo implementada, havendo inclusive previsão dessa técnica de auditoria no item 6.5, letra i, do Manual da Auditoria Interna do IFRJ, aprovado pelo presidente do Conselho Superior por meio da Resolução nº 44, de 20/10/2017.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O resultado é o aprimoramento das ações da Audin.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Os resultados são positivos na medida em que se propõem à reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.12.3.	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.12.3. Promova estudos com vistas a estabelecer, em normativo específico, regras de confidencialidade a serem observadas por seus servidores quando da realização de trabalhos de auditoria (itens 205-209).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código Siorg
Unidade de Audin do IFRJ.					103629
Síntese da Providência Adotada					
As regras de confidencialidade podem ser encontradas nos arts. 16 ao 18 e 21 ao 23 do Regimento					

da Auditoria Interna do IFRJ, bem como no Manual de Auditoria Interna.
Síntese dos Resultados Obtidos
O resultado é o aprimoramento das ações da Audin.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Os resultados são positivos na medida em que se propõem à reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC 018.270/2013- 1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.12. 4.	Notificação	Ofício 1970/2014- TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.12.4. Promova estudos com vistas a estabelecer, em normativo específico, salvaguardas de sigilos fiscal, bancário e comercial de informações obtidas por seus servidores quando da realização de trabalhos de auditoria (itens 205-209).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código Siorg
Unidade de Audin do IFRJ.					103629
Síntese da Providência Adotada					
A salvaguarda de sigilos fiscal, bancário e comercial de informações pelos servidores, quando da realização de trabalhos de auditoria, pode ser encontrada no art. 22 do Regimento da Auditoria Interna do IFRJ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O resultado é o aprimoramento das ações da Audin.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os resultados são positivos na medida em que se propõem à reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.					

Deliberações Expedidas pelo TCU
--

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 018.270/2013- 1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.12. 5.	Notificação	Ofício 1970/2014- TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.12.5. Observe as diretrizes estabelecidas nas IN CGU 7/2006 e SFC 1/2007 (itens 210-215);					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código Siorg
Unidade de Audin do IFRJ.					103629
Síntese da Providência Adotada					
As diretrizes foram implementadas pelo Regimento da Auditoria Interna e do Manual da Auditoria Interna do IFRJ, a fim de atender às recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ atender às normas vigentes, bem como otimizar as ações de auditoria. Cabe destacar que a Instrução Normativa (IN) nº 07, de 29 de dezembro de 2006, objeto desta recomendação, foi revogada pela IN nº 24, de 17 de novembro de 2015). Destaca-se que o Regimento e o Manual da Auditoria Interna foram elaborados em conformidade com a nova Instrução.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O resultado é o aprimoramento das ações da Audin.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os resultados são positivos na medida em que se propõem à reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC 018.270/2013- 1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.12. 6	Notificação	Ofício 1970/2014- TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.12.6. Avalie o desempenho de suas atividades de fiscalização adotando as seguintes práticas, entre outras: avaliar a relação custo/benefício de seus trabalhos, monitorar a qualidade de suas auditorias e avaliar a economicidade e eficiência de procedimentos de fiscalização adotados (itens 223-227).					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código Siorg
Unidade de Audin do IFRJ.	103629
Síntese da Providência Adotada	
A avaliação do desempenho das atividades de fiscalização é realizada durante o planejamento das ações de auditoria e na realização do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint). As instruções referentes ao planejamento das ações de auditoria podem ser encontradas no Manual da Auditoria Interna do IFRJ.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O resultado é o aprimoramento das ações da Audin.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Os resultados são positivos na medida em que se propõem à reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	TC-024.329/2015-0	Acórdão nº 1006/2016 TCU Plenário, de 6 de maio de 2016	9.3	Notificação	Acórdão
Descrição da determinação/ Recomendação					
<p>9.3. determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec e informem nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e as providências adotadas.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O resultado é o aprimoramento das gestão.					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Cumprindo a determinação do TCU, foi realizada em 2017 a ação de auditoria que visa identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec.					

Deliberações Expedidas pelo TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Não há deliberações expedidas pelo TCU que permaneçam pendentes de atendimento no exercício.

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

A Auditoria Interna (Audin) mantém um efetivo monitoramento das recomendações realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do Sistema Redmine, Sistema de Gerenciamento de Projetos utilizado para monitorar as recomendações de auditoria, acompanhando as ações adotadas ou em andamento para a regularização das deficiências apontadas, bem como os prazos acordados.

Para as recomendações emitidas pela CGU, o monitoramento é realizado pelo Sistema Monitor da CGU e pelo Sistema Redmine do IFRJ, que se complementam.

1 - Recomendações emitidas pela CGU

O IFRJ possui 70 (setenta) recomendações em monitoramento, conforme exposto no Quadro 1.

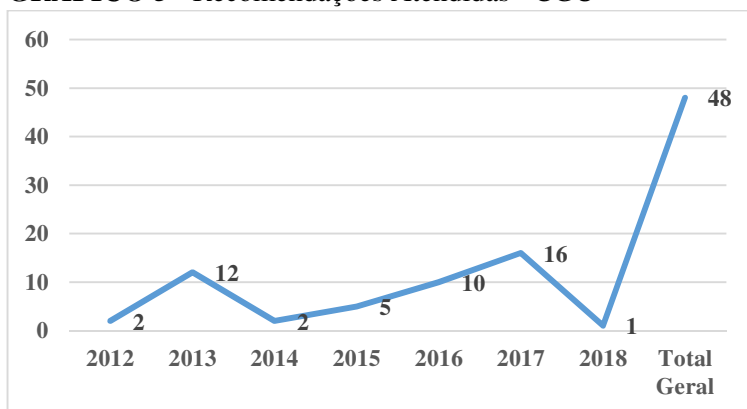
QUADRO 70 - Situação das Recomendações Emitidas pela CGU

Recomendações				Rec. em Monitoramento		Rec. providências do Gestor	
Atendidas	Canceladas	Em monitoramento	Outras situações	Em análise pela CGU	Para Providências do Gestor	No Prazo	Prazo Expirado
48	2	70	7	23	47	0	47

Fonte: Sistema Monitor/CGU.

A CGU considerou atendidas 16 recomendações de auditorias no ano de 2017, conforme Gráfico 1.

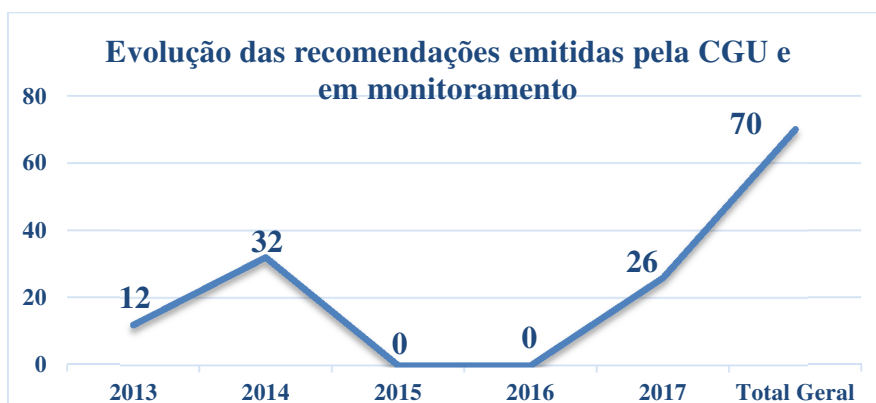
GRÁFICO 5 - Recomendações Atendidas - CGU



Fonte: Elaborado pela Audin (2018).

Em 2017, a CGU emitiu ao IFRJ 26 (vinte e seis) recomendações de auditoria que foram decorrência das auditorias de Contas Ordem de Serviço (OS) 201700879 e da OS 201600583, conforme evidencia o Gráfico 2.

GRÁFICO 6 - Evolução das Emissões das Recomendações – CGU



Fonte: Elaborado pela Audin (2018).

Recomendações que provocaram impacto positivo no IFRJ - Recomendações atendidas pela CGU

Durante o ano de 2017, as recomendações que trouxeram impacto para o IFRJ foram as recomendações atendidas pela CGU.

QUADRO 71 - Recomendações que Provocaram Impacto Positivo no IFRJ

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
46790	Realizar o cálculo do ressarcimento ao erário pelo exercício simultâneo de dedicação exclusiva com outro vínculo dos servidores matrículas n.º 1505616 e 1582007, respectivamente, nos períodos de 13/01/2010 a 31/05/2010 e de 23/10/2008 a 01/02/2009.	A Unidade apresentou manifestação em 20 de junho de 2017 com cópias dos processos de apuração dos dois servidores indicados na recomendação. Em cada processo, consta o cálculo, efetuado pela Unidade, do valor devido pelo servidor, assim como as fichas financeiras comprovando a implementação dos respectivos descontos nas folhas dos servidores. Considerando que a Unidade realizou os cálculos e que os descontos implementados já foram integralmente realizados, a recomendação foi considerada atendida.	Recomendação 46790- Informamos que encontramos em nossos registros que foram abertos os processos n.º 23270.000873/2014-41 e n.º 23270.000874/2014-96 que versam sobre o cálculo de ressarcimento ao erário por conta da Solicitação de Auditoria N.º 201318181/01. Por conta disso, esta Diretoria de Gestão de Pessoas solicitou aos Coordenadores de Pessoal dos <i>campus</i> dos respectivos servidores os processos para que possamos encaminhar à CGU.	23/06/2017	Ausência da comprovação da compatibilidade e de horários entre as atividades desenvolvidas na Instituição por servidores do IFRJ e nos outros vínculos identificados, indícios de descumprimento de carga horária e, em dois casos, ausência de elaboração dos cálculos para reposição ao erário relativa a acumulação indevida de dedicação exclusiva com outro vínculo empregatício.
56679	Implementar rotinas sistematizadas para acompanhar as recomendações oriundas da CGU, do TCU e da própria Audin.	O gestor encaminhou cópia de páginas do sistema Redmine, que é o sistema de gerenciamento de projetos utilizado para a realização de monitoramento das recomendações oriundas da CGU, TCU e da Audin/IFRJ. Dessa forma, entendemos que a recomendação foi atendida.	Informamos que a recomendação 56679, emitida para esta Auditoria pela Controladoria-Geral da União (CGU), <i>in verbis</i> : Implementar rotinas sistematizadas para acompanhar as recomendações oriundas da CGU, do TCU e da própria Audin. Esta chefia informa que as rotinas sistematizadas foram implementadas e que o Sistema utilizado é o Redmine, Sistema de Gerenciamento de Projetos para a realização do monitoramento das recomendações oriundas da CGU, do TCU e da própria Audin, para todo o IFRJ. Audin.	24/03/2017	Ausência de rotinas sistematizadas para o acompanhamento das recomendações da CGU, do TCU e da própria Audin.

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
57821	Implementar o acompanhamento da quantidade adquirida por item no âmbito de Atas de Registro de Preços utilizadas pelo IFRJ, adotando ações tempestivas para a realização de nova contratação, quando necessário.	Considerando que a unidade enviou planilha de controle de quantidades, que afirma utilizar em todos os processos de SRP realizados, avalia-se que a recomendação foi atendida.	Como resposta a essa recomendação, encaminho uma planilha nos formatos XLS e PDF feita pela Diretoria de Licitações e Contratos de controle de sistema de registro de preços contendo dados como fornecedor, especificação do produto a ser adquirido e o <i>campus</i> solicitante, que são aplicados a todos os processos de SRP realizados pelo IFRJ para análise quanto ao atendimento do solicitado na referida documentação. Proad	20/02/2018	Realização de dispensa de licitação emergencial de licitação para aquisição de gêneros alimentícios, em período para o qual havia o Ata de Registro de Preços vigente, decorrente de falhas na utilização de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços.
58588	Instituir controle de frequência para todos os servidores lotados no IFRJ, desde que não estejam enquadrados em uma das exceções previstas no § 7º do art. 8º do Decreto nº 1.590/95.	Em função da elaboração de normativo sobre o controle de jornada dos servidores e do fato de que a Instrução passou a ter efeitos em abril de 2017, considera-se a recomendação atendida, observando-se que existem carreiras com regimes especiais de jornada de trabalho que deverão ser respeitados.	Recomendação - 58588 - Informamos que em 2016 foi assinada a Instrução de Serviço nº 10 de novembro de 2016, que dispõe sobre os procedimentos para o preenchimento da folha de ponto e controle de frequência dos servidores lotados nos <i>campi</i> e Reitoria deste Instituto, com o objetivo de instituir o controle para as etapas de registro, cobrança e acompanhamento da regularização de lançamentos na folha de pagamento dos servidores do IFRJ, conforme anexo.	23/06/2017	Ausência de controle efetivo do cumprimento da jornada de trabalho dos servidores.
58589	Para os servidores lotados no prédio da Reitoria, remeter as folhas de ponto para a Diretoria de Gestão de Pessoas, nas condições previstas no Decreto nº 1.590/95.	Considerando que a Unidade apresentou Instrução com a obrigação do envio das folhas de ponto citado na recomendação, a mesma foi considerada atendida.	Recomendação 58589 - Informamos que em 2016 foi assinada a Instrução de Serviço n' 10 de novembro de 2016, que dispõe sobre os procedimentos para o preenchimento da folha de ponto e controle de frequência dos servidores lotados nos <i>campi</i> e Reitoria deste Instituto, conforme anexo. No art. 7º desta Instrução de Serviço, é estabelecido que "a folha de ponto com a frequência do mês deverá ser encaminhada pela chefia	23/06/2017	Ausência de controle efetivo do cumprimento da jornada de trabalho dos servidores.

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
			imediate às unidades de gestão de pessoas dos respectivos <i>campi</i> e da DGP no caso da Reitoria, até o quinto dia útil do mês subsequente, contendo as informações de presenças, faltas e ocorrências verificadas".		
58591	Envolver a Diretoria de Gestão de Pessoas no processo de desenvolvimento de indicadores relacionados e/ou de aplicação direta na área de gestão de pessoas, para que os mesmos possam ser mensuráveis e devidamente testados e utilizados na gestão do Instituto.	Segundo a última manifestação da unidade, a Diretoria de Gestão de Pessoas realiza a mensuração de dois indicadores apresentados no Relatório de Gestão de 2016. O relatório 201700879 de avaliação de contas de 2016 traz a informação de que o Relatório de Gestão 2016 aborda cinco das metas do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, assim como informa que os indicadores constantes do Acórdão TCU nº 2.267/2005 - Plenário estão adequadamente apresentados no item 3.4.1 do Relatório de Gestão. A constatação no relatório 201700879 trata da ausência de rotina para o acompanhamento das metas do TAM. Considerando que a última avaliação de indicadores e metas realizada pelo Controle Interno, relatório 201700879, não indicou constatação referente a indicadores e metas, com exceção da ausência de rotina de acompanhamento das metas do TAM, e que a unidade indicou que a Diretoria de Gestão de Pessoas participa da mensuração de indicadores, não sendo	Em atenção à recomendação da CGU 58591, que em sua redação solicita "Envolver a Diretoria de Gestão de Pessoas no processo de desenvolvimento de indicadores relacionados e/ou de aplicação direta na área de gestão de pessoas, para que os mesmos possam ser mensuráveis e devidamente testados e utilizados na gestão do Instituto", vimos por meio deste Memorando informar que a Diretoria de Gestão de Pessoas realiza a mensuração dos indicadores de percentual de gastos com o pessoal como também o índice de titulação do corpo docente, conforme Relatório de Gestão do exercício de 2016 deste Instituto nas páginas 57 e 60 (em anexo), de acordo com o estabelecido no Acórdão do TCU nº 2267/2005. DGP	09/08/2017	Ausência de utilidade e mensurabilidade e dos indicadores instituídos pelo IFRJ para aferir o desempenho da área de gestão de pessoas, Programa 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Ação 20TP - Pagamento de pessoal ativo da União.

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
		possível avaliar efetivamente essa participação, a recomendação foi considerada atendida.			
58592	Estabelecer rotinas de conferência e validação das informações constantes dos Relatórios de Gestão com definição de servidores e áreas responsáveis por cada etapa.	Considerando que a unidade enviou um fluxograma para a elaboração do Relatório de Gestão, a recomendação foi considerada atendida, sendo que os efeitos da implementação de tal rotina poderão ser avaliados durante futuras auditorias de avaliação de contas.	Como resposta a essa recomendação, encaminho o fluxograma em anexo a esse memorando demonstrando a rotina do processo de validação de informações do Relatório de Gestão dentro do IFRJ. Proad-ADJ.	18/10/2017	Ausência e insuficiência de informações nas peças que compõem o Processo de Prestação de Contas e no Relatório de Gestão do IFRJ relativos ao exercício de 2012.
58594	Adotar providências para a instauração de procedimentos de apuração no menor tempo possível, fazendo constar do processo os atos praticados no intuito de estabelecer a comissão de apuração e demais atos	Tendo em vista os esforços envidados pelo gestor para capacitar servidores para a função e por meio das diversas solicitações de colaboradores externos para compor comissão de apuração, consideramos que o	Encaminhamento de Providências. Gabinete do Reitor.	27/03/2017	Identificação de processos de apuração sem andamento ou com demora para instituir comissão de PAD, mais de seis meses após Relatório da

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
	pertinentes ao andamento da apuração.	gestor adotou as providências ao seu alcance para atender a recomendação.			Comissão de Sindicância, e ausência de instauração de processo para apuração de responsabilidade, após 18 meses da indicação da necessidade.
81545	Realizar as ações de auditoria previstas no Paint, apresentando as justificativas para aquelas não executadas.	Em análise ao Raint 2016, verificamos que a Audin relacionou as ações de auditoria previstas no Paint e não realizados ou não concluídos (tabela 3), informando a situação atual dessas ações. Dessa forma, entendemos que a recomendação foi atendida.	A auditoria interna em seus Raint 2016 e em seu Paint 2017 elenca e justifica as ações não executadas e executadas e o planeja as que embora planejado ainda não foram concluídas, conforme documentos em anexo. Audin	24/03/2017	Realização de apenas 2 das 17 ações previstas no Paint 2012, sendo uma das ações com restrição de escopo e ausência de planejamento.
81546	Elaborar e arquivar, junto aos papéis de trabalho, documentação referente ao planejamento de cada ação de auditoria realizada, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão.	Em anexo, a Audin encaminhou um Manual de Auditoria Interna e um checklist de verificação de encerramento dos processos de auditoria, comprovando a implementação de rotinas para garantir que as documentações relativas às ações de auditoria sejam arquivadas junto aos papéis de trabalho. Dessa forma, consideramos a recomendação atendida.	Informamos que a Auditoria Interna do IFRJ elabora e arquivava, junto aos papéis de trabalho, documentação referente ao planejamento de cada ação de auditoria realizada, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão, conforme documentos em anexo. Audin.	27/03/2017	Realização de apenas 2 das 17 ações previstas no Paint 2012, sendo uma das ações com restrição de escopo e ausência de planejamento.
85307	Elaborar rotina para fiscalização de contratos de serviços e obras de Engenharia que inclua verificação e atesto dos fiscais para cada medição da obra, a fim de garantir que seja pago somente o que foi efetivamente executado.	Considerando o Manual de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia enviado em anexo à manifestação do gestor, consideramos a recomendação atendida quanto à existência da rotina.	Após atualização do Manual de Gestão e Fiscalização, segue anexo o Manual de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia. Engenharia do IFRJ.	18/10/2017	Ausência de documentos comprovando que os valores pagos à empresa. Foram efetivamente aferidos pelo fiscal do contrato.

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
88287	Exigir a documentação comprobatória dos valores relativos a aquisição/prestação de serviços que compõem as notas fiscais nº 77, 94, 128, 168 e 169 e providenciar o ressarcimento para o que não foi comprovado.	Essa recomendação foi analisada no âmbito da ordem de serviço 201600583, e a análise final da equipe de auditoria foi: "Por meio do memorando no 09/2016/PROAD, de 11 de março de 2016, o Pró-Reitor de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional, informou que: 'Para as notas fiscais nº 77 de Nilópolis e nº 94 de Paracambi, verificamos que há e-mails anexos às notas com a autorização do fiscal que correspondem ao valor total dos materiais e serviços eventuais. Para a nota fiscal nº 128 – Nilópolis, verificamos que há e-mails anexos à nota com a autorização do fiscal que ao somarmos verificamos que o valor excede aos dos materiais e serviços eventuais. Quanto à nota fiscal nº 168 – São Gonçalo, verificamos que há e-mails do dia 19/03/2013 do valor de R\$ 2.550,00 perdeu sua formatação original, mas e-mail se refere à autorização do valor de R\$ 2.550,00. Quanto à nota fiscal nº 169 – Arraial do Cabo, verificamos que há e-mails anexos às notas com a autorização do fiscal que correspondem ao valor total dos materiais e serviços eventuais, porém verificamos também que o e-mail do dia 20/03/2013, referente ao valor de R\$ 5.175,00	Para as notas fiscais nº 77 de Nilópolis e nº 94 de Paracambi verificamos que há e-mails anexos às notas com a autorização do fiscal que correspondem ao valor total dos materiais e serviços eventuais. Para a nota fiscal nº 128 – Nilópolis, verificamos que há e-mails anexos à nota com a autorização do fiscal que ao somarmos verificamos que o valor excede aos dos materiais e serviços eventuais. Quanto à nota fiscal nº 168 — São Gonçalo, verificamos que há e-mails anexos às notas com a autorização do fiscal que correspondem ao valor total dos materiais e serviços eventuais, porém verificamos também que o e-mail do dia 19/03/2013, do valor de R\$ 2.550,00 perdeu sua formatação original, mas e-mail se refere à autorização do valor de R\$ 2.550,00. Quanto à nota fiscal no 169 — Arraial do Cabo, verificamos que há e-mails anexos às notas com a autorização do fiscal que correspondem ao valor total dos materiais e serviços eventuais, porém verificamos também que o e-mail do dia 20/03/2013, do valor de R\$ 5.175,00, perdeu sua formatação original, mas esse e-mail se refere à autorização do valor de R\$ 5.175,00.	23/03/2017	Irregularidades no controle da execução contratual, incluindo pagamentos sem comprovação, em duplicidade e divergentes do pactuado em contrato.

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
		<p>perdeu sua formatação original, mas esse e-mail se refere à autorização do valor de R\$ 5.175,00”.</p> <p>Como comprovação do atendimento, a unidade enviou cópias das notas fiscais com cópias de e-mail com o pedido da unidade e a autorização do Diretor Adjunto de Logística e Infraestrutura, na época da emissão da fatura.</p> <p>Dessa forma, a recomendação foi atendida.”</p>			

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
1 2 7 5 0 0	Efetuar o levantamento de todos os itens adquiridos no âmbito do processo nº 23141.001202/2009-40, relativo ao processo conduzido pela Reitoria para adesão à ata de registro de preços do Pregão Eletrônico nº 18/2009, considerando o pagamento de R\$ 1.982.873,00 no âmbito do processo, e registrar em processo específico: item adquirido, valor, nota fiscal, empenho e ordem bancária, de forma a demonstrar os itens adquiridos e dar suporte para cada pagamento realizado.	O gestor justificou que a diferença entre o valor pago pelo mobiliário no processo e o valor empenhado foi devido à emissão dos DARFs, encaminhados em anexo, num total de R\$ 115.001,70. Cabe registrar que permaneceu uma diferença de R\$ 996,37 (R\$ 1.982.873,00 - R\$ 1.866.874,93 = R\$115.998,07), não sendo relevante para monitoramento.	Com os cumprimentos, em resposta à recomendação 127500: Posicionamento da CGU em 17/11/2016: Reiteração Considerando a informação apontada pela unidade de que as notas fiscais constantes da planilha apresentada referem-se ao processo nº23141.001202/2009-40, observa-se que o somatório do campo "valor pago" corresponde a R\$ 1.866.874,93 e o somatório do campo "valor total" corresponde a R\$ 1.982.873,00, ou seja, há uma diferença dos valores apresentados, e não foi possível identificar qual campo refere-se ao valor da nota fiscal. Dessa forma, a recomendação foi reiterada". Passo a tratar que, como resposta a essa recomendação, a diferença citada entre os valores refere-se aos pagamentos dos DARFs emitidos em favor do fornecedor, no qual possibilitou a constatação de todos os pagamentos realizados, conforme planilha em anexo e extração da lista dos mesmos no Siafi. Proad.	23/03/2017	Diferença entre os documentos fiscais apresentados e os pagamentos realizados em aquisição de mobiliário em três processos de aquisição que envolveram R\$ 2,786 milhões; e ausência de documentação referente ao pedido de fornecimento dos produtos, resultando em inviabilidade de confrontar os itens pedidos com os entregues e, consequentemente, comprovar a conformidade entre o valor pago e os itens recebidos.
1 2 7 5 0 2	Implementar sistemática integrada para registro e controle de patrimônio no âmbito do IFRJ.	Tendo em vista a publicação do Manual do Patrimônio, pela Portaria n. 255/2016, que dispõe sobre o controle de bens, distribuição e carga patrimonial, entre outros, entendemos que a recomendação foi atendida.	Com os cumprimentos, venho por meio deste, responder a recomendação 127502 que assim estipula: "Aguarda-se a publicação do referido Manual para avaliação sobre o atendimento da recomendação". Como resposta a essa recomendação, esclarecemos que o manual de patrimônio já se encontra em vigor no âmbito do IFRJ e foi divulgado por meio de e-mail institucional enviado pela Assessoria de Comunicação em 21 de setembro para o conhecimento da comunidade do Instituto, conforme documentos em anexo. Proad.	23/03/2017	Registro patrimonial inadequado de mobiliário, adquirido por adesão a atas de registro de preços, no montante de R\$ 2,844 milhões, em virtude de ausência de estrutura de gestão patrimonial integrada para as unidades do IFRJ.

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
1 2 8 4 3 2	Instaurar os processos administrativos e dar andamento à apuração de acumulação indevida dos servidores com matrícula SIAPE: 1545672, 1555982, 1807060, 1669118, 0276766, 1046148, 1494658, 1678249, 1491898, 1565452, 1646690, 1522583, 1062345, 2193427, 1622981, 1622981, 2137182, 1586665, 0310357, no sentido de comprovar a regularização da situação de cada docente, bem como calcular o ressarcimento ao erário, nos casos aplicáveis.	Considerando que a recomendação refere-se à necessidade de instauração de processos administrativos para apuração de acumulação indevida e que a unidade apresentou o relatório final da Comissão de Sindicância com a recomendação de abertura de processo administrativo para oito servidores, assim como as portarias de nomeação de Comissão de PAD, a recomendação foi considerada atendida.	Seguem as providências adotadas. DGP	18/10/2017	Morosidade na apuração dos indícios de acumulação indevida de um servidor em regime de dedicação exclusiva, 6 servidores que aparecem como responsáveis por empresa individual e 12 servidores que aparecem como sócios administradores de empresas no sistema CNPJ da Receita Federal.
1 3 7 2 3 0	Efetuar, imediatamente, o cancelamento do cartão magnético Ticket Car destinado ao veículo não oficial placa LPK 4469.	Considerando a informação da unidade de que o número do cartão indicado no relatório contém erro de digitação e a documentação apresentada pelo gestor (listagem de cartões utilizados, pedido de segunda via e troca no número do cartão, e cancelamento do cartão emitido como segunda via), além da inviabilidade de conferir o número do cartão, considera-se a recomendação atendida, pois o gestor enviou cópia de cancelamento do cartão que apontou sendo aquele mencionado no relatório.	Resposta à Recomendação 137230: Cumprimentando-os cordialmente, venho através deste, conforme solicitação, prestar os seguintes encaminhamentos referentes à Recomendação de nº 137230: Relato primeiramente que o número do Cartão (308XXXXXXXXXX450) referente a esta Recomendação não consta no sistema, pois o cartão utilizado de forma indevida há época possuía a numeração 308XXXXXXXXXX 452, vide relatório em anexo do sistema da TicketCar. Sendo assim, solicito a revisão da recomendação em questão. Informo ainda que no ano de 2014 foi solicitada a 2ª (segunda) via do cartão de nº 308XXXXXXXXXX 452, onde o mesmo passou a ter a numeração 308XXXXXXXXXX 560 (como consta na consulta em anexo enviada pela Empresa Ticket), posteriormente a este procedimento, foi solicitado o	24/03/2017	Cadastramento de veículo particular para fins de utilização do cartão Ticket Car, causando prejuízo ao Erário de R\$ 68.282,21.

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
			<p>cancelamento do cartão magnético de nº 308 XXXXXXXXXXXX 560, do veículo oficial de placa LPK 4469, como consta também em anexo.</p> <p>Diretoria de Logística e Infraestrutura – Dali.</p>		
137238	<p>Estabelecer procedimentos internos que definam as competências e obrigações das áreas envolvidas nas etapas de liquidação e pagamento das despesas, a fim de que o pagamento somente seja realizado com o adequado suporte documental que descreva detalhadamente os serviços efetivamente prestados e produtos entregues, incluindo relatórios e demonstrativos previstos.</p>	<p>Além dos documentos apresentados anteriormente, a unidade disponibilizou também a Instrução de serviço que tem como objetivo estabelecer a regulamentação interna sobre os procedimentos de atesto de bens, materiais e serviços, dessa forma, a recomendação foi considerada atendida.</p>	<p>Com os cumprimentos, venho por meio deste memorando responder à seguinte recomendação de auditoria nº 137238 (Redmine #3287), cujo posicionamento da CGU em 27/03/2017 afirma que: "O documento 'fluxo de pagamento de contratos sistêmicos' inclui como função do fiscal 'realizar a verificação e atestar a nota' e como função do gestor 'atestar a nota fiscal a autorizar o pagamento'. No entanto, o relatório refere-se a notas fiscais contendo discriminação genérica e sem documentos comprobatórios. Aguarda-se a orientação aos fiscais dos requisitos necessários para o ateste das notas fiscais. A recomendação foi prorrogada a fim de que a orientação seja realizada". Passo a tratar como resposta a essa solicitação, que a Proad publicou a Instrução de serviço</p>	18/10/2017	<p>Prejuízo ao Erário com o desvio de recursos públicos federais por meio da utilização indevida de cartões magnéticos de fornecimento de combustíveis no montante estimado de R\$ 1.114.941,97, até 25/02/2014.</p>

ID	Texto da recomendação	Último Posicionamento CGU	Última Manifestação Gestor	Data de Atendimento	Texto da constatação
			n° 07/2016, estabelecendo a regulamentação interna sobre os procedimentos de atesto de bens, materiais e serviços no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, que segue em anexo a esse memorando, contendo informações sobre a forma correta de proceder ao atesto de notas fiscais por parte dos fiscais do IFRJ. Proad.		

Identificação da recomendação (ID)

Fonte: Elaborado pela Audin a partir do Sistema Monitor CGU – (2018).

8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

As apurações de responsabilidade por dano ao erário ocorrem através de processo administrativo ou de sindicância instaurado pelo Gabinete da Reitoria, pelo dirigente máximo, em observância à legislação vigente, contando com acompanhamento da Procuradoria Jurídica junto ao IFRJ no que diz respeito ao juízo de admissibilidade e à consequente instauração do respectivo procedimento apuratório.

Até que as condições de infraestrutura e recursos humanos para a criação de corregedoria ou setor equivalente sejam favoráveis no âmbito institucional, as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário são/serão adotadas pelo Gabinete da Reitoria a partir da identificação interna de indícios de irregularidades, denúncias, recomendações de órgãos de controle e da Auditoria Interna.

Procedimentos apuratórios que envolvem dano ao erário, cuja instauração se deu em 2017, ou procedimentos concluídos no referido ano constam na planilha abaixo.

Cabe destacar que não houve, em 2017, a realização de tomadas de contas especiais no âmbito da administração.

Quadro 71 – Medidas administrativas para apuração

Número da Portaria	Publicado no DOU	Número do Processo aberto pelo Gabinete	Número do Processo original	Assunto
006 – de 08 de janeiro de 2016 029 – de 15 de fevereiro de 2016 034 – de 22 de fevereiro de 2016 127 – de 05 de maio de 2016 173 – de 07 de junho de 2016	12/01/2016 17/02/2016 25/02/2016 09/05/2016 10/06/2016	23270.000061/2016-68	23270.000345/2012-21	Sobrepçoço no montante anual referente ao pregão nº04/2012.
252, de 25 de agosto de 2016 284, de 29 de setembro de 2016 311, 01 de novembro de 2016 025, de 16 de janeiro de 2017 074, de 20 de fevereiro de 2017	29/08/2016 03/10/2016 04/11/2016 18/01/2017 22/02/2017	23270.000457/2015-24	23270.000499/2013-01	Irregularidades relacionadas ao abastecimento de veículos.

122 - de 11 de abril de 2017	19/04/2017	23270.000554/2017-89	Recomendação 11348/CGU	Pagamento irregular de nota fiscal de prestação de serviços.
156, de 03 de maio de 2017	08/05/2017	23270.000644/2017-70	Relatório de Auditoria 06/2011	Dispensa de Licitação
191, de 02 de junho de 2017	07/06/2017			
214, de 22 de junho de 2017	26/06/2017			
259, de 31 de julho de 2017	04/08/2017			
054 – de 06 de fevereiro de 2017	08/02/2017	23270.000193/2017-71	23270.000133/2016-77	Fundação de apoio
116 - de 05 de abril de 2017	10/04/2017			
195, de 05 de junho de 2017	07/06/2017			
269, de 08 de agosto de 2017	08/08/2017			

376, de 11 de outubro de 2017	13/10/2017			
441, de 11 de dezembro de 2017	12/12/2017			

Fonte: IFRJ (2018).

8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666/1993

O IFRJ, de forma a cumprir o cronograma de pagamentos de obrigações contraídas, procede da seguinte maneira: a empresa prestadora de bem ou serviço apresenta a nota fiscal ao respectivo solicitante ou fiscal de contratos para as devidas conformidades e atestos. Desse modo, a nota segue para o setor financeiro para os registros contábeis da despesa e liquidação no Siafi. Os pagamentos dessas despesas ocorrem quando a Setorial Financeira do MEC repassa os recursos financeiros para a unidade gestora da Reitoria e esta os sub-repassa aos *campi* vinculados.

No ano de 2017, a Coordenação Financeira do IFRJ organizou a Ordem Cronológica de Pagamentos em planilha compartilhada conforme expresso na Instrução Normativa nº 2, de 6 de dezembro de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

8.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Não houve ocorrência no exercício de 2017.

8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

QUADRO 72 - Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa / Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2080 / 20RL	369.235,28	213.869,91
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial (2018).

Nota explicativa

O Instituto Federal não possui contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

As despesas com publicidade constantes no quadro referem-se à publicação de atos oficiais do IFRJ.

8.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO Nº 5.626/2005

QUADRO 73 - Demonstração da Conformidade com o Disposto no art. 3º do Decreto nº 5.626/2005

Cursos de Graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Cursos (e-mec)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto nº 5.626/2005	Publicação
Licenciatura em Física	67251	Nilópolis	O curso oferta Libras como disciplina obrigatória.	- As informações listadas no art. 32, 1, da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido <i>campus</i> . -No endereço http://portal.ifrj.edu.br/academico/regulamentos-e-normas/graduacao estão disponibilizadas as informações listadas no art. 32, 1 e 2, da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Física	121011	Volta Redonda	O curso oferta Libras como disciplina obrigatória.	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido <i>campus</i> . -No endereço http://portal.ifrj.edu.br/academico/regulamentos-e-normas/graduacao estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2, da Portaria MEC 40/2007.

Licenciatura em Matemática	102430	Nilópolis	O curso oferta Libras como disciplina obrigatória.	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido <i>campus</i> . -No endereço http://portal.ifrj.edu.br/academico/regulamentos-e-normas/graduacao estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2, da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Matemática	1153801	Paracambi	O curso oferta Libras como disciplina obrigatória.	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido <i>campus</i> . -No endereço http://portal.ifrj.edu.br/academico/regulamentos-e-normas/graduacao estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2, da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Matemática	121013	Volta Redonda	O curso oferta Libras como disciplina obrigatória.	- As informações listadas no art.32, 1, da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido <i>campus</i> . -No endereço http://portal.ifrj.edu.br/academico/regulamentos-e-normas/graduacao estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2, da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Química	121016	Duque de Caxias	O curso oferta Libras como disciplina obrigatória.	- As informações listadas no art.32, 1, da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido <i>campus</i> .

				-No endereço http://portal.ifrj.edu.br/academico/regulamentos-e-normas/graduacao estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Química	67249	Nilópolis	O curso oferta Libras como disciplina obrigatória.	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido <i>campus</i> . -No endereço http://portal.ifrj.edu.br/academico/regulamentos-e-normas/graduacao estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Computação	382579	Pinheiral	O curso oferta Libras como disciplina obrigatória.	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido <i>campus</i> . -No endereço http://portal.ifrj.edu.br/academico/regulamentos-e-normas/graduacao estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.

Fonte: IFRJ (2018).

9 ANEXOS

ANEXO I



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	2.613.764,48	2.503.023,73	Despesas Orçamentárias	407.581.952,85	352.312.807,95
Ordinárias	110.693,77	93.732,89	Ordinárias	115.395.731,80	112.605.236,69
Vinculadas	2.503.414,31	2.452.152,17	Vinculadas	292.186.221,05	239.707.571,26

Educação	60.073,98	34.399,63	Educação	243.704.517,70	206.507.744,34
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.443.340,33	2.417.752,54	Seguridade Social (Exceto RGPS)	38.234.170,30	31.622.255,98
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-343,60	-42.861,33	Operação de Crédito	1.454.293,25	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.388.373,67	1.577.570,94
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	6.404.866,13	
Transferências Financeiras Recebidas	442.137.776,81	401.548.834,29	Transferências Financeiras Concedidas	36.464.775,64	46.813.181,44
Resultantes da Execução Orçamentária	409.247.258,33	355.300.411,64	Resultantes da Execução Orçamentária	28.424.337,18	30.575.659,77
Repasso Recebido	380.822.921,15	324.795.522,68	Repasso Concedido		70.770,81
Sub-repasso Recebido	28.424.337,18	30.504.888,96	Sub-repasso Concedido	28.424.337,18	30.504.888,96
Independentes da Execução Orçamentária	32.890.518,48	46.248.422,65	Independentes da Execução Orçamentária	8.040.438,46	16.237.521,67
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	32.092.015,26	42.885.523,28	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.869.340,71	13.620.309,39
Demais Transferências Recebidas		230,76	Demais Transferências Concedidas		230,76
Movimentação de Saldos Patrimoniais	798.503,22	863.311,61	Movimento de Saldos Patrimoniais	171.097,75	117.624,52
Movimentações para Incorporação de Saldos		2.499.357,00	Movimentações para Incorporação de Saldos		2.499.357,00
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	23.981.152,74	27.278.006,20	Despesas Extraorçamentárias	23.450.103,32	32.895.190,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	796.798,46	3.347.453,27	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.011.973,20	10.027.917,15

Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22.440.365,94	22.112.337,94	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19.194.199,85	21.062.643,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	743.292,30	1.804.629,66	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	243.420,27	1.804.629,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários	696,04	13.585,33	Outros Pagamentos Extraorçamentários	510,00	-
Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento		510,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	510,00	
Restituições a Pagar	50,00				
Valores para Compensação		7.085,35			
Demais Recebimentos	646,04	5.989,98			
Saldo do Exercício Anterior	7.252.381,87	7.943.697,63	Saldo para o Exercício Seguinte	8.488.244,09	7.252.381,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.252.381,87	7.943.697,63	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.488.244,09	7.252.381,87
TOTAL	475.985.075,90	439.273.561,85	TOTAL	475.985.075,90	439.273.561,85



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
 ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 27/02/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.563.708,00	2.563.708,00	2.613.764,48	50.056,48
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	64.494,00	64.494,00	59.793,27	-4.700,73
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	64.494,00	64.494,00	58.914,27	-5.579,73
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	879,00	879,00
Receita Agropecuária	250.800,00	250.800,00	188.609,86	-62.190,14
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.248.414,00	2.248.414,00	2.139.545,86	-108.868,14
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.248.414,00	2.248.414,00	2.139.545,86	-108.868,14

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	225.815,49	225.815,49
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	55.047,74	55.047,74
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	170.767,75	170.767,75
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-

RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.563.708,00	2.563.708,00	2.613.764,48	50.056,48
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.563.708,00	2.563.708,00	2.613.764,48	50.056,48
DÉFICIT			404.968.188,37	404.968.188,37
TOTAL	2.563.708,00	2.563.708,00	407.581.952,85	405.018.244,85
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	321.962.665,00	397.378.065,00	395.439.323,71	383.882.319,49	383.129.754,49	1.938.741,29
Pessoal e Encargos Sociais	260.365.677,00	334.259.599,00	329.628.726,05	329.628.726,05	329.628.726,05	4.630.872,95

Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	61.596.988,00	63.118.466,00	65.810.597,66	54.253.593,44	53.501.028,44	-2.692.131,66
DESPESAS DE CAPITAL	8.739.879,00	8.506.887,00	12.142.629,14	1.259.267,42	1.215.033,96	-3.635.742,14
Investimentos	8.739.879,00	8.506.887,00	12.142.629,14	1.259.267,42	1.215.033,96	-3.635.742,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	330.702.544,00	405.884.952,00	407.581.952,85	385.141.586,91	384.344.788,45	-1.697.000,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	330.702.544,00	405.884.952,00	407.581.952,85	385.141.586,91	384.344.788,45	-1.697.000,85
TOTAL	330.702.544,00	405.884.952,00	407.581.952,85	385.141.586,91	384.344.788,45	-1.697.000,85

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.585.257,05	13.430.126,37	10.496.087,08	10.419.527,53	2.547.867,20	6.047.988,69
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-

Outras Despesas Correntes	5.585.257,05	13.430.126,37	10.496.087,08	10.419.527,53	2.547.867,20	6.047.988,69
DESPESAS DE CAPITAL	8.374.470,00	8.682.211,57	8.884.686,75	8.774.672,32	883.006,64	7.399.002,61
Investimentos	8.374.470,00	8.682.211,57	8.884.686,75	8.774.672,32	883.006,64	7.399.002,61
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.959.727,05	22.112.337,94	19.380.773,83	19.194.199,85	3.430.873,84	13.446.991,30

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	367.030,90	3.167.484,28	2.835.698,64	40.292,50	658.524,04
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	367.030,90	3.167.484,28	2.835.698,64	40.292,50	658.524,04
DESPESAS DE CAPITAL	91.919,38	1.183.894,56	1.176.274,56	-	99.539,38
Investimentos	91.919,38	1.183.894,56	1.176.274,56	-	99.539,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	458.950,28	4.351.378,84	4.011.973,20	40.292,50	758.063,42



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA
SECRETARIA DO
TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	13.437.279,24	11.443.700,93	PASSIVO CIRCULANTE	3.041.231,38	5.902.141,38
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.488.244,09	7.252.381,87	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	25.393,44	29.378,26
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	59.572,11	66.461,77	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.172.522,17	5.310.988,69
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	456,98	-
Estoques	4.883.906,08	4.097.027,11	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	5.556,96	27.830,18	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	842.858,79	561.774,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE	141.042.058,45	129.193.065,12	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-

Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.041.231,38	5.902.141,38
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	5.180,00	5.180,00
Imobilizado	139.302.773,51	127.591.707,50	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	93.791.209,58	89.744.694,13	Reservas de Lucros	-	-
			Demais Reservas	-	-

Bens Móveis	93.791.209,58	89.744.694,13	Resultados Acumulados	151.432.926,31	134.729.444,67
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	28.670.422,96	19.506.134,49
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	134.729.444,67	116.255.128,76
Bens Imóveis	45.511.563,93	37.847.013,37	Ajustes de Exercícios Anteriores	-11.966.941,32	-1.031.818,58
Bens Imóveis	46.214.465,98	38.139.733,49	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-702.902,05	-292.720,12	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	151.438.106,31	134.734.624,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.739.284,94	1.601.357,62			
Softwares	1.739.076,94	1.601.149,62			
Softwares	1.739.076,94	1.601.149,62			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
	-	-			

(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	208,00	208,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	208,00	208,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	154.479.337,69	140.636.766,05	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	154.479.337,69	140.636.766,05
ATIVO			PASSIVO		

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	8.547.816,20	7.318.706,96	PASSIVO FINANCEIRO	37.942.296,32	40.883.059,28
ATIVO PERMANENTE	145.931.521,49	133.318.059,09	PASSIVO PERMANENTE	439.072,45	546.088,02
			SALDO PATRIMONIAL	116.097.968,92	99.207.618,75

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	28.258.960,56	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	29.326.051,96	18.984.270,56

Execução dos Atos Potenciais Ativos	28.258.960,56	Execução dos Atos Potenciais Passivos	29.326.051,96	18.984.270,56
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	28.142.998,21	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	115.962,35	Obrigações Contratuais a Executar	29.326.051,96	18.984.270,56

Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	28.258.960,56	TOTAL	29.326.051,96	18.984.270,56

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.644.301,96
Recursos Vinculados	-27.750.178,16
Educação	-22.793.042,67
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-292.304,92
Operação de Crédito	-794.111,61
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.439.110,05
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-6.309.829,01
TOTAL	-29.394.480,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	448.500.636,58	409.569.640,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.387.417,68	2.416.302,08
Venda de Mercadorias	188.609,86	252.942,20
Vendas de Produtos	-	-

Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.198.807,82	2.163.359,88
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	536,41	256,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	536,41	256,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	443.654.245,74	401.548.834,29
Transferências Intragovernamentais	442.137.776,81	401.548.834,29
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.516.468,93	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.232.562,76	5.516.682,92
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.189.231,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	43.331,76	5.516.682,92
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	225.873,99	87.565,65
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	225.873,99	87.565,65

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	419.830.213,62	390.063.506,45
Pessoal e Encargos	292.938.348,94	255.716.655,03
Remuneração a Pessoal	228.574.215,42	200.271.770,88
Encargos Patronais	45.908.206,85	38.169.638,30
Benefícios a Pessoal	18.454.076,67	17.275.245,85
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.850,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	44.274.817,48	36.618.567,64
Aposentadorias e Reformas	36.616.039,23	29.281.369,19
Pensões	7.583.503,71	7.253.486,46
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	75.274,54	83.711,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	36.607.381,69	40.635.629,85
Uso de Material de Consumo	1.709.921,31	1.781.489,12
Serviços	34.487.278,45	38.738.339,44
Depreciação, Amortização e Exaustão	410.181,93	115.801,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	156.681,75	249.802,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	156.038,12	242.415,55
Variações Monetárias e Cambiais	580,03	6.286,76
Descontos Financeiros Concedidos	63,60	1.100,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	37.460.575,50	46.875.587,44
Transferências Intragovernamentais	36.464.775,64	46.813.181,44
Transferências Intergovernamentais	26.979,00	62.406,00
Transferências a Instituições Privadas	5.500,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-

Outras Transferências e Delegações Concedidas	963.320,86	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.243,62	4.024,56
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	6.243,62	4.024,56
Tributárias	162.424,19	76.800,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	71.127,65	73.178,70
Contribuições	91.296,54	3.621,64
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.223.740,45	9.886.439,28
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.206.877,14	9.768.511,69
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16.863,31	117.927,59
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	28.670.422,96	19.506.134,49

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	12.401.843,06	10.788.266,02
INGRESSOS	445.495.529,63	405.869.563,01
Receitas Derivadas e Originárias	2.613.764,48	2.503.023,73
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	59.793,27	68.737,73
Receita Agropecuária	188.609,86	252.942,20
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.139.545,86	2.093.778,15
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	225.815,49	87.565,65
Transferências Correntes Recebidas	-	-

Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	442.881.765,15	403.366.539,28
Ingressos Extraorçamentários	743.292,30	1.804.629,66
Restituições a Pagar	50,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	442.137.776,81	401.548.834,29
Valores para Compensação	-	7.085,35
Demais Recebimentos	646,04	5.989,98
DESEMBOLSOS	-	-
	433.093.686,57	395.081.296,99
Pessoal e Demais Despesas	-	-
	350.464.743,06	307.865.599,10
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-45.316.548,09	-36.801.921,57
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
	304.206.223,02	266.139.574,53
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-

Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-941.461,95	-4.924.613,00
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento	-510,00	510,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-45.920.747,60	-38.597.886,79
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-45.888.268,60	-38.535.480,79
Outras Transferências Concedidas	-32.479,00	-62.406,00
Outros Desembolsos das Operações	-36.708.195,91	-48.617.811,10
Dispêndios Extraorçamentários	-243.420,27	-1.804.629,66
Transferências Financeiras Concedidas	-36.464.775,64	-46.813.181,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.165.980,84	-11.479.581,78
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-11.165.980,84	-11.479.581,78

Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.435.098,74	-9.498.854,27
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.730.882,10	-1.980.727,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.235.862,22	-691.315,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.252.381,87	7.943.697,63
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.488.244,09	7.252.381,87

ANEXO II

Notas Explicativas

1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional” e em “Moeda Estrangeira”.

Em 31/12/2017, o item mais representativo desse grupo foi “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, 100% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2016:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
Moeda Nacional	8.488.244	7.252.382	17,04%	5,49%
Total	8.488.244	7.252.382	17,04%	5,49%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Em comparação com o encerramento do exercício de 2016, houve acréscimo de 17,04% do saldo em moeda nacional.

Ao detalhar o título “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, a tabela a seguir mostra o saldo de R\$ 7,63 milhões da rubrica “Caixa” no encerramento do 4º trimestre de 2017, representando 89,89% desse item.

Tabela 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	858.098	1.097.861	(21,84%)	10,11%
CAIXA	7.630.146	6.154.521	23,98%	89,89%
Total	8.488.244	7.252.382	2,14%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

2 – Demais Créditos e Valores a Curto

O grupo “Demais Créditos e Valores a Curto” compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.

Em 31/12/2017, o item representativo desse grupo foi “Tributos a Recuperar”, 100% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Tributos a Recuperar bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2016:

Tabela 3- Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)

Tributos a Recuperar	59.572	66.462	(10,37%)	100%
Total	59.572	66.462	(10,37%)	100%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Em comparação com o encerramento do exercício de 2016, houve decréscimo de 10,37%, decorrente do prazo prescricional de alguns tributos a recuperar.

3 – Estoque

O grupo “Estoque” compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Em 31/12/2017, o item mais representativo desse grupo foi “Almoxarifado”, 100% do total. A tabela a seguir demonstra a composição do Estoque, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2016:

Tabela 4- Estoque- Composição

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
MERCADORIAS PARA REVENDA	26.360	26.360	0,00%	0,54%
ALMOXARIFADO	4.239.630	3.453.706	22,76%	86,81%
OUTROS ESTOQUES	617.916	616.961	0,15%	12,65%
Total	4.883.906	4.097.027	19,21%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Em comparação com o encerramento do exercício de 2016, houve acréscimo de 19,21%, referente a aquisição de itens de estoque.

Os saldos não refletem corretamente a situação dos estoques de material de consumo no almoxarifado, devido ao não envio, pelo setor responsável, do Relatório Mensal do Almoxarifado no exercício de 2017 ao setor de contabilidade. Está sendo implantado um novo sistema de gestão que irá possibilitar a realização da baixa dos materiais consumidos.

4 - Imobilizado

O Imobilizado do IFRJ está segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2017 e em 31/12/2016.

Tabela 5- Imobilizado- Composição

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Bens Móveis	93.791.209	89.744.694	4,51%

Bens Móveis	93.791.209	89.744.694	4,51%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
Bens Imóveis	45.511.563	37.847.013	20,25%
Bens Imóveis	46.214.4658	38.139.733	21,17%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	(702.902)	(292.720)	140,13%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
Total	139.302.774	127.591.708	9,18%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

4.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRJ em 31/12/2017 totalizavam R\$ 93,7 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Ao detalhar o título “Bens Móveis”, a tabela a seguir mostra o saldo de R\$ 51,14 milhões da rubrica “Máquinas, Aparelhos e Equipamentos” no encerramento do 4º trimestre de 2017, representando 54,54% desse item.

Tabela 6- Bens Móveis-Detalhamento

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E	51.149.457	49.445.349	3,45%	54,54%
BENS DE INFORMÁTICA	14.955.879	14.328.719	4,38%	15,95%
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	15.741.353	15.051.468	4,58%	16,78%
MATER. CULTURAL, EDUCACIONAL E DE C	6.460.026	6.360.953	1,56%	6,89%
VEÍCULOS	3.636.705	3.635.700	0,03%	3,88%
PEÇAAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	6.375	6.375	0,00%	0,01%
SEMOVENTES	8.475	8.475	0,01%	0,01%
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.832.940	907.656	101,94%	1,95%
Total	93.791.210	89.744.695	4,51%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Ao detalhar o grupo “Bens Móveis” por Unidade Gestora (UG), a tabela a seguir mostra que UG 158483 – *Campus Nilópolis* possui o saldo de R\$ 27,06 milhões da rubrica “Bens Móveis” no encerramento do 4º trimestre de 2017, representando o maior percentual, 28,85%, de bens móveis do IFRJ.

Tabela 7- Bens Móveis-Detalhamento por UG

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
152237 - CAMPUS ARRAIAL DO CABO	291.196	0	0%	0,31%
158157 - REITORIA	20.797.766	19.483.555	6,75%	22,17%
158482 - CAMPUS DUQUE DE CAXIAS	2.301.213	2.173.661	5,87%	2,45%
158483 - CAMPUS NILÓPOLIS	27.061.424	26.603.786	1,72%	28,85%
158484 - CAMPUS PARACAMBI	10.598.122	10.384.566	2,06%	11,30%
158485 - CAMPUS PINHEIRAL	7.973.926	7.326.483	8,84%	8,50%
158486 - CAMPUS REALENGO	4.337.773	4.272.697	1,52%	4,62%

158487 - CAMPUS SÃO GONÇALO	2.177.729	2.069.255	5,24%	2,32%
158488 - CAMPUS VOLTA REDONDA	5.088.692	4.771.682	6,64%	5,43%
158502 - CAMPUS RJ - MARACANÃ	13.163.369	12.659.008	3,98%	14,03%
Total	93.791.210	89.744.695	4,51%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Com a transformação de *campus* avançado Arraial do Cabo para Unidade Gestora (UG 152237-Campus Arraial do Cabo), foram transferidos os bens móveis que estavam contabilizados na UG 158157-Reitoria para a UG 152237- *campus* Arraial do Cabo.

4.2 -Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRJ em 31/12/2017 totalizavam R\$ 45,51 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 8- Bens Imóveis-Detalhamento

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	8.627.389	6.413.158	34,53%
EDIFÍCIOS	38.755	12.196.715	(99,68%)
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	29.205.031	16.787.761	73,97%
INSTALAÇÕES	4.981.946	2.742.100	81,68%
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TER	3.361.345	0	0%
DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(702.902)	(292.720)	140,13%
TOTAL	45.511.564	37.847.013	20,25%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Durante o exercício de 2017, foram realizadas transferências de saldo entre as contas de bens imóveis, a fim de adequar o valor real a cada item.

Ao detalhar o grupo “Bens Imóveis” por Unidade Gestora (UG), sem ser considerado o valor da depreciação acumulada, a tabela a seguir mostra que UG 158157 – Reitoria possui o saldo de R\$ 14,85 milhões da rubrica “Bens Imóveis” no encerramento do 4º trimestre de 2017, representando o maior percentual, 32,15%, de bens móveis do IFRJ.

Tabela 9- Bens Imóveis-Detalhamento por UG

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
158157 - REITORIA	14.858.279	7.807.711	90,30%	32,15%
158482 - CAMPUS DUQUE DE CAXIAS	1.404.408	1.392.412	0,86%	3,04%
158483 - CAMPUS NILÓPOLIS	11.225.191	11.172.581	0,47%	24,29%
158484 - CAMPUS PARACAMBI	2.675.243	2.246.333	19,09%	5,79%
158485 - CAMPUS PINHEIRAL	11.314.304	10.364.164	9,17%	24,48%
158486 - CAMPUS REALENGO	2.078.322	2.078.322	0%	4,50%
158487 - CAMPUS SÃO GONÇALO	2.127.088	2.089.914	1,78%	4,60%

158488 - CAMPUS VOLTA REDONDA	469.797	419.297	12,04%	1,02%
158502 - CAMPUS RJ - MARACANÃ	61.833	569.000	(89,13%)	0,13%
Total	46.214.466	38.139.733	21,17%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No acumulado até 4º trimestre de 2017, conforme tabela 8, verifica-se aumento dos saldos de Bens Imóveis no âmbito do IFRJ de aproximadamente R\$ 7,67 milhões, representando uma variação positiva de aproximadamente 20,25%.

4.3- Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas

Estão em fase de levantamento os itens que compõem os bens móveis para que se iniciem os procedimentos de registro da Depreciação/Amortização/Exaustão.

A depreciação acumulada na tabela 8 refere-se a UG 158485 – *Campus Pinheiral*, que é registrada de forma automática, devido aos bens estarem cadastrados no Spiunet.

Os bens imóveis cadastrados no Spiunet têm valor depreciado apurado mensalmente e automaticamente pelo sistema Spiunet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, do Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

Os bens imóveis não cadastrados no Spiunet estão em fase de levantamento para que se iniciem os procedimentos de registro da Depreciação/Amortização/Exaustão.

4.4 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SiafiWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(4.4.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN /SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais: for aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, entre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data-base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Durante o exercício de 2017, não ocorreram reavaliação no âmbito do IFRJ.

(4.4.2) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

O IFRJ não avaliou qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável até 31/12/2017.

5 - Intangível

O Ativo Intangível o IFRJ, em 31/12/2017, totalizou aproximadamente R\$ 1,74 milhões, estando distribuído em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 10- Intangível-Detalhamento

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
SOFTWARES	1.739.077	1.601.150	99,99%
MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS	208	208	0,01%
TOTAL	1.739.285	1.601.358	100%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Considerando-se os saldos líquidos das contas do Intangível (após dedução da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável), o item mais representativo é o título “software”, representando cerca de 99,99% do total.

Estão em fase de levantamento os itens que compõem os intangíveis para que se iniciem os procedimentos de registro da amortização.

6 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRJ – apresentou um saldo em aberto de R\$ 2,17 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir:

Tabela 11-Fornecedores e Contas a Pagar –Composição

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
Nacionais - Curto Prazo	2.172.522	5.310.989	(59%)	100%
Total	2.172.522	7.483.511	(59%)	100%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Na tabela a seguir, são listadas as Unidades Gestoras (UGs) contratantes com valores mais expressivos de obrigações dessa natureza na data-base de 31/12/2017. A UG 158157 - Reitoria - e a UG 158502 - *Campus Maracanã* - se destacam entre as UGs com os maiores saldos a pagar (respectivamente 25% e 19% do total a ser pago).

Tabela 12-Fornecedores e Contas a Pagar – Detalhamento por UG

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2017	AV (%)
158157 - Reitoria	547.034	25%
158502 – <i>Campus Maracanã</i>	406.887	19%
158484 – <i>Campus Nilópolis</i>	256.248	12%
158488 – <i>Campus Volta Redonda</i>	222.314	10%
158483 – <i>Campus São Gonçalo</i>	206.723	10%
158485 – <i>Campus Pinheiral</i>	204.046	9%
158482 - <i>Campus Duque de Caxias</i>	142.491	7%
158484 – <i>Campus Paracambi</i>	116.599	5%
152237 - <i>Campus Arraial do Cabo</i>	37.814	2%
158486 – <i>Campus Realengo</i>	32.366	1%
Total	2.172.522	100%

Fonte: SIAFI, 2017.

Na tabela a seguir, são listados os maiores fornecedores que apresentam valores mais expressivos, totalizando 50% do saldo.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2017	AV (%)
Nova Rio Serviços Gerais LTDA. - CNPJ29.212.545/0001-43 (a)	242.555	11%
Prol Segurança – EIRELI-02.606.943/0001-98 (b)	237.133	11%
Fundo de Imprensa Nacional. Financ-IG-110245/00001 (c)	225.955	10%
Confederal - Rio Vigilância LTDA. - CNPJ39.537.063/0001-17 (d)	221.087	10%
Light Serviços de Eletricidade S A-60.444.437/0001-46 (e)	160.635	7%
Demais (f)	1.085.157	50%
Total	2.172.522	100%

Fonte: SIAFI, 2017.

Considerando o total de fornecedores, temos uma quantidade de 5 fornecedores que representam um valor expressivo de 50% das totalidades a serem pagas. A seguir, é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Nova Rio Serviços Gerais LTDA. - CNPJ: 29.212.545/0001-43 - Serviço de limpeza, asseio e conservação para os *campi* do IFRJ, conforme contrato 01/2016, assinado em 07/12/2015 e com vigência até 31/03/2018, conforme 10º Termo Aditivo.

(b) Prol Segurança - EIRELI – CNPJ: 02.606.943/0001-98 - Refere-se ao Serviço continuado de vigilância desarmada. Contrato nº 06/2014. O respectivo contrato foi

rescindido na data de 07 de julho de 2016, ficando as partes isentas de qualquer vínculo desde que não existam obrigações contratuais pendentes em que os fatos geradores tenham ocorrido durante a vigência do contrato.

(c) Fundo de Imprensa Nacional / Exec. Orc. Financ) – IG 110245/00001 - Refere-se ao serviço de publicação no Diário Oficial.

(d) Confederal - Rio Vigilância LTDA. –CNPJ: 39.537.063/0001-17 – Refere-se à prestação de serviço de vigilância desarmada, conforme contrato 06/2016, assinado em 06/07/2016 e com vigência até 31/12/2018, conforme 8º Termo Aditivo.

(e) Light Serviços de Eletricidade S A – CNPJ: 60.444.437/0001-46 – Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica.

(f) demais – Referem-se aos demais fornecedores, que, totalizando 101, representam 50% das totalidades a serem pagas.

7 – Ajuste de Exercícios Anteriores

O grupo “Ajuste de Exercícios Anteriores” Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Serão registrados nessa conta os ajustes da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ao detalhar o título “Ajuste de Exercícios Anteriores”, a tabela a seguir mostra o saldo de R\$ 11,97 milhões da rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” no encerramento do 4º trimestre de 2017.

Tabela 14 – Ajuste de exercícios anteriores – Composição.

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.966.941	1.031.819	1060%
Total	11.966.941	1.031.819	1060%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Em comparação com o encerramento do exercício de 2016, houve acréscimo de 1060%, referente à apropriação da folha de pagamento suplementar de exercícios anteriores no mês de dezembro de 2017 no valor de R\$ 10.718.083,89.

8- Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRJ e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRJ, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A exceção se refere às despesas oriundas das transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2017 foi superavitário em R\$ 28,67 milhões e está demonstrado na tabela a seguir, ao se confrontarem Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 15 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	448.500.637	409.569.641	9,51%
Variações Patrimoniais Diminutivas	419.830.214	390.063.506	7,63%
Resultado Patrimonial do Período	28.670.423	19.506.134	46,98%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Os grupos relacionados ao desempenho financeiro (Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras e Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras), quando associados em conjunto (Resultado Patrimonial das VPAs e VPDs Financeiras), apresentaram uma melhora expressiva da ordem de 37,43%, passando de um resultado negativo de R\$ 249 mil, em dezembro de 2016, para um negativo de R\$ 156 mil, em dezembro de 2017, o que representa uma melhora no desempenho financeiro de cerca de R\$ 93 mil.

A seguir, encontram-se as tabelas comparativas dos desempenhos financeiros apurados até dez/2017, comparados ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.

Tabela 16 – Desempenho Financeiro Apurado na DVP

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (I)	536	256	109,54%
Juros e Encargos de Mora	536	256	109,54%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras (II)	156.682	249.802	8,29%
Juros e Encargos de Mora	156.038	242.416	(35,63%)

Variações Monetárias e Cambiais	580	6.287	(90,77%)
Descontos Financeiros Concedidos	64	1.100	(94,22%)
Resultado Patrimonial da VPA e VPD Financeiras (I-II)	(156.145)	(249.546)	(37,43%)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Tabela 17 - DVP sem o Efeito das VPA e VPD Financeiras

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	448.500.100	409.569.385
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.387.418	2.416.302
Transferências e Delegações Recebidas	443.654.246	401.548.834
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.232.563	5.516.683
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	225.874	87.566
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	419.673.532	389.813.704
Pessoal e Encargos	292.938.349	255.716.655
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	44.274.817	36.618.568
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	36.607.382	40.635.630
Transferências e Delegações Concedidas	37.460.576	46.875.587
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.244	4.025
Tributárias	162.424	76.800
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.223.740	9.886.439
Resultado Patrimonial das VPAs e VPDs Não Financeiras (I-II)	28.826.568	19.755.681
Resultado Patrimonial das VPAs e VPDs Financeiras	(156.145)	(249.546)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Ao desconsiderar as VPAs e VPDs financeiras de ambos os períodos, tem-se um resultado positivo na ordem de R\$ 19,75 milhões até o quarto trimestre de 2016 e um resultado positivo de cerca de R\$ 28,82 milhões no mesmo período de 2017.

Observa-se que a VPD de Pessoal e Encargos apresentou aumento de R\$ 37,22 milhões (14,56%), quando comparado ao mesmo período anterior. O mesmo fato foi visualizado na VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais, que teve aumento de cerca R\$ 7,66 milhões (20,91%) quando comparado ao mesmo período anterior.

9 - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o quarto trimestre de 2017, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 2,61 milhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 407,582 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$ 404,968 milhões até aquele trimestre.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas alcançou cerca de 100,42% da dotação atualizada (R\$ 404,884 milhões) até o quarto trimestre de 2017.

A realização de receitas até o 4º trimestre alcançou 101,95% da previsão atualizada de arrecadação, evidenciando que a execução de despesas ocorreu em ritmo superior ao da realização de receitas.

9.1) Receitas

A receita realizada até o quarto trimestre de 2017, em comparação com as do mesmo período de 2016, está distribuída na seguinte categoria, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

Tabela 18 - Receita Realizada-Composição

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH
RECEITAS CORRENTES	2.613.764	2.416.302	8,17%
Total	2.613.764	2.416.302	8,17%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Comparando-se as receitas realizadas até o terceiro trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016, percebe-se uma evolução de aproximadamente 8,17% na arrecadação de receitas.

Das receitas realizadas até o quarto trimestre de 2017, percebe-se que 100% se referem à arrecadação de receitas correntes, montando a quantia aproximada de R\$ 2,63 milhões, distribuídos nas seguintes espécies de receitas:

Tabela 19 – Receita Correntes Realizada-Composição

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH
Receita Patrimonial	59.793	68.738	(13%)
Receita Agropecuária	188.610	252.942	(25%)
Receitas de Serviços	2.139.546	2.093.778	2%
Outras Receitas Correntes	225.815	87.566	158%
Total	2.613.764	2.503.024	4%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Das receitas correntes realizadas, percebe-se que houve evolução de aproximadamente 4%, ou seja, de R\$ 110,7 mil, até o quarto trimestre de 2017 e o mesmo período do exercício anterior.

A variação verificada foi afetada principalmente pela redução na arrecadação de receitas patrimoniais e receitas agropecuárias, cujas diminuições foram respectivamente de R\$ 8,94 mil e R\$ 64,33 mil, e pelo aumento na arrecadação de outras receitas correntes no valor de R\$ 138,25 mil.

Conforme evidenciado na tabela anterior, cerca de 82% das receitas arrecadadas até o quarto trimestre de 2017, ou seja, R\$ 2,14 milhões, refere - se à realização de receitas de serviços, o qual é constituídas por Serviços Administrativos e Comerciais Gerais na sua totalidade (R\$ 2,14 milhões).

9.2) Despesas

Conforme explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nessa fase da execução da despesa pública, ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nessa etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Conforme explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia aproximada de R\$ 407,51 milhões, enquanto, no mesmo período de 2016, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$ 352,31 milhões.

Semelhantemente ao quarto trimestre de 2016, contribuiu de forma preponderante para esse número o empenho de despesas correntes, o qual perfaz aproximadamente 97% de toda a despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 20 – Despesa Empenhada-Composição

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH
DESPESAS CORRENTES	395.439.324	341.443.317	16%
DESPESAS DE CAPITAL	12.142.629	10.869.491	12%
Total	407.581.953	352.312.808	16%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

As despesas correntes empenhadas com maior preponderância no universo da referida categoria econômica referem-se ao grupo de natureza da despesa intitulado “Pessoas e Encargos Sociais”, o qual montou a quantia aproximada de R\$ 329 milhões no quarto quadrimestre de 2017.

Tabela 21 – Despesa Empenhada-Composição

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH
Pessoal e Encargos Sociais	329.628.726	274.805.496	20%
Outras Despesas Correntes	65.810.598	66.637.821	(1%)
Total	329.628.726	274.805.496	20%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

10 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro no quarto trimestre de 2017 foi superavitário em R\$ 1,23 milhões, e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando-o com o mesmo período de 2016.

Tabela 22 Resultado Financeiro – 31/12/2017

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Receita Orçamentária	2.613.764	2.503.024	4%
Despesa Orçamentaria	(407.581.953)	(352.312.808)	16%
	(404.968.188)	(349.809.784)	16%
Transferências Financeiras Recebidas	442.137.777	401.548.834	10%
Transferências Financeiras Concedidas	(36.464.776)	(46.813.181)	(22%)
	405.673.001	354.735.653	14%
Recebimentos Extraorçamentários	23.981.153	27.278.006	(12%)
Pagamentos Extraorçamentários	(23.450.103)	(32.895.191)	(29%)
	531.049	(5.617.184)	(109%)
Total	1.235.862	(691.316)	279%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Comparando com o mesmo período de 2016, em 2017 a Receita Orçamentária foi maior em 4%, porém as despesas pagas aumentaram em maior proporção (16%).

Dentre os pagamentos extraorçamentários, cerca de 99% referem-se ao pagamento dos restos a pagar no montante de R\$ 23,2 milhões.

11 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao Resultado Financeiro. Dessa forma, até o quarto trimestre de 2017, o resultado apurado pelo IFRJ foi positivo em R\$ 1,23 milhões, representando um aumento na ordem de 279% em relação

ao mesmo período do exercício anterior, quando o resultado foi negativo em R\$ 691 mil, conforme tabela a seguir:

Tabela 23 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Atividades Operacionais	12.401.843	10.788.266	15%
Atividades de Investimento (f)	(11.165.981)	(11.479.582)	(3%)
Total	1.235.862	(691.316)	(279%)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

(f) Atividades de Investimentos

Em relação ao fluxo de caixa das “Atividades de Investimento”, até o quarto trimestre de 2017, houve uma redução de R\$ 313 mil no déficit em comparação com o mesmo período do exercício anterior. Contribuíram para isso a redução dos desembolsos relacionados a “Outros Desembolsos de Investimentos” de R\$ 249 mil, como detalhado na tabela a seguir.

Tabela 24 - Atividades de Investimento – Composição

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(9.435.099)	(9.498.854)	-1%
Outros Desembolsos de Investimentos	(1.730.882)	(1.980.728)	-13%
TOTAL	(11.165.981)	(11.479.582)	-3%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

ANEXO III

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

CICLO 2015-2017

RESULTADOS

O processo de autoavaliação foi pautado de acordo com os princípios definidos pelo Sinaes. O quantitativo de respostas totalizou em 4.843 participantes, sendo que a discriminação por segmentos está descrita nas tabelas a seguir:

Participação da comunidade acadêmica do IFRJ na autoavaliação - 2017

SEGMENTOS	NÚMERO TOTAL NO IFRJ	PARTICIPAÇÃO NA AUTOAVALIAÇÃO	
	N _T	N _P	%
Discentes – Técnico	5.905	2.482	42,03
Discentes – Graduação	3.570	1.134	31,76
Discentes - Pós-Graduação	372	92	24,73
Docentes	982	599	61
Gestores	90	48	53,33
Técnico-Administrativos	860	488	56,74

Observa-se que a autoavaliação institucional, realizada em 2017, representa dados significativos do número de participantes, tendo em vista que é a primeira vez que engloba todos os níveis de ensino. A CPA continuará trabalhando no intuito de ampliar o número de participantes nos próximos ciclos para melhoria e continuidade do processo avaliativo. Segue detalhamento da participação por segmento e por *campus*:

Participação do segmento discente na autoavaliação

CAMPUS	TOTAL NO CAMPUS	PARTICIPAÇÃO NA AUTOAVALIAÇÃO	
	N _T	N _P	%
Arraial do Cabo	314	163	51,91
Duque de Caxias	874	357	40,96

Eng. Paulo de Frontin	233	80	34,33
Mesquita	38	12	31,58
Nilópolis	2.334	535	22,92
Paracambi	836	15	1,79
Pinheiral	1.162	364	31,24
Realengo	700	433	61,86
Resende	116	68	58,62
Rio de Janeiro	1.734	843	48,62
São Gonçalo	527	363	68,88
Volta Redonda	795	395	49,69

Participação do segmento DOCENTE na autoavaliação

<i>CAMPUS</i>	TOTAL NO		PARTICIPAÇÃO NA
	CAMPUS		
	N_T	N_P	%
Arraial do Cabo	38	30	78,95
Belford Roxo	10	8	80,00
Duque de Caxias	94	61	64,89
Eng. Paulo de Frontin	22	17	77,27

Mesquita	9	3	33,33
Nilópolis	165	85	51,52
Niterói	11	7	63,64
Paracambi	76	34	44,74
Pinheiral	81	51	62,96
Realengo	89	72	80,90
*Reitoria	19	1	5,26
Resende	17	17	100,00
Rio de Janeiro	219	135	61,64
São Gonçalo	52	35	67,31
São João de Meriti	12	8	66,67
Volta Redonda	69	35	50,72

* A reitoria é um *campus* administrativo no qual atuam poucos docentes.

Participação do segmento TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CAMPUS	TOTAL NO		PARTICIPAÇÃO NA
	CAMPUS		
	N_T	N_P	%
Arraial do Cabo	30	21	70
Belford Roxo	11	10	90,91
Duque de Caxias	48	21	43,75

Eng. Paulo de Frontin	24	23	95,83
Mesquita	12	10	83,33
Nilópolis	130	49	37,69
Niterói	15	15	100
Paracambi	53	23	43,40
Pinheiral	80	44	55,00
Realengo	53	53	100
Reitoria	180	62	34,44
Resende	11	11	100
Rio de Janeiro	118	73	61,86
São Gonçalo	37	27	72,97
São João de Meriti	11	10	90,91
Volta Redonda	49	35	71,43

Na sequência, seguem os resultados de cada um dos eixos.

EIXO 1: Planejamento e Avaliação

O Eixo 1 contempla a Dimensão 8 do Sinaes.

Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação

Essa dimensão avalia se há coerência entre o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, aos resultados e à eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais, tais como: PDI e PPI.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

Na sua opinião, no processo de autoavaliação institucional há participação da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e discentes)?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
Sim	34,76	30,88	29,30	45,83
Não	6,88	15,36	14,96	6,25
Parcialmente	24,14	35,89	29,71	45,83
Não sei opinar	34,22	17,86	26,02	2,08

Você participou anteriormente de alguma autoavaliação institucional?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	20,87	28,71	16,60	39,58
NÃO	79,13	71,29	83,40	60,42

Os resultados da avaliação interna do IFRJ são utilizados na elaboração do planejamento institucional?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)

SIM	15,75	15,36	14,75	20,83
NÃO	4,78	20,20	15,16	16,67
PARCIALMENTE	9,09	15,36	13,32	35,42
NÃO SEI OPINAR	70,58	49,08	56,76	27,08

EIXO 2: Desenvolvimento Institucional

O Eixo 2 contempla as Dimensões 1 e 3 do Sinaes.

Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Essa dimensão aborda a missão da instituição e o plano de desenvolvimento institucional, em articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI).

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

Você conhece a missão, visão e valores do IFRJ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	21,55	44,57	38,52	81,25
NÃO	36,65	13,69	20,29	4,17
PARCIALMENTE	41,80	41,74	41,19	14,58

Você conhece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRJ?
--

Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	9,47	25,04	17,01	52,08
NÃO	70,66	34,22	48,98	4,17
PARCIALMENTE	19,88	40,73	34,02	43,75

Na sua opinião, há coerência entre o PDI e as atividades de ensino, pesquisa e extensão?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	14,29	19,03	11,89	31,25
NÃO	3,78	7,01	7,79	4,17
PARCIALMENTE	8,58	30,55	21,11	58,33
NÃO SEI OPINAR	73,35	43,41	59,22	6,25
As ações de divulgação da missão, visão e valores do IFRJ são efetivas na sua opinião?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	19,55	9,68	11,68	16,67
NÃO	18,20	48,08	43,03	29,17
PARCIALMENTE	23,65	31,22	28,48	47,92
NÃO SEI OPINAR	38,59	11,02	16,80	6,25

Você percebe a articulação entre as ações desenvolvidas no IFRJ e sua Missão?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	23,27	20,37	20,49	41,67
NÃO	10,87	16,86	18,85	8,33
PARCIALMENTE	22,82	40,57	31,97	43,75
NÃO SEI OPINAR	43,04	22,20	28,69	6,25

Dimensão 3 – Responsabilidade Social

Essa dimensão aborda a responsabilidade social e, de acordo com a proposta do Sinaes, busca identificar a contribuição da Instituição em relação à inclusão social, sobretudo as ações realizadas no sentido de incluir e prestar assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

A oferta de bolsas de apoio e outras ações de interesse social (ações afirmativas) atendem a todos os alunos que as solicitam?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	16,83	9,52	11,07	27,08
NÃO	41,48	38,40	28,28	29,17
PARCIALMENTE	25,49	33,89	25,20	33,33

NÃO SEI OPINAR	16,21	18,20	35,45	10,42
-----------------------	-------	-------	-------	-------

O pagamento das bolsas de apoio é feito regularmente? (*)				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	18,37	-	-	-
NÃO	24,95	-	-	-
PARCIALMENTE	20,42	-	-	-
NÃO SEI OPINAR	36,27	-	-	-

(*) Pergunta aplicada apenas ao segmento discente.

Como você avalia as condições de acessibilidade (políticas e ações institucionais, infraestrutura e profissionais) para atender as pessoas com necessidades específicas (física, motora, sensorial, intelectual e múltipla)?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOAS	27,13	12,02	15,37	20,83
REGULARES	37,70	40,23	38,32	45,83
RUINS	20,01	43,24	35,86	33,33
NÃO SEI OPINAR	15,16	4,51	10,45	0

Na sua opinião, o IFRJ promove ações institucionais voltadas para a inclusão social?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-	Gestores (%)

			Adms. (%)	
SIM	47,06	28,21	35,04	37,50
NÃO	11,70	20,87	16,19	12,50
PARCIALMENTE	28,78	45,91	36,68	45,83
NÃO SEI OPINAR	12,46	5,01	12,09	4,17

O seu <i>campus</i> dispõe de projetos e ações de Educação Ambiental?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	35,46	35,39	27,05	35,42
NÃO	19,82	23,04	22,95	18,75
PARCIALMENTE	22,28	25,21	22,54	37,50
NÃO SEI OPINAR	22,44	16,36	27,46	8,33

EIXO 3: Políticas Acadêmicas

O Eixo 3 contempla as Dimensões 2, 4 e 9 do Sinaes.

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Essa dimensão trata da política para o ensino, a pesquisa, a extensão e das respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa e extensão, de monitoria e demais modalidades. Em especial, essa

dimensão avalia o currículo, a organização e as práticas pedagógicas, o apoio ao estudante e às inovações didático-pedagógicas, o uso de novas tecnologias, a extensão e a pesquisa.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

Na sua opinião, as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão estão articuladas com as propostas do projeto pedagógico do seu curso? (*)				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	55,83	-	-	-
NÃO	4,72	-	-	-
PARCIALMENTE	22,68	-	-	-
NÃO SEI OPINAR	16,77	-	-	-

(*) Pergunta aplicada apenas ao segmento discente.

Na sua opinião, há interação entre Ensino, Pesquisa e Extensão no IFRJ? (*)				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	-	36,06	37,50	45,83
NÃO	-	15,86	10,66	12,50
PARCIALMENTE	-	45,41	31,76	35,42
NÃO SEI OPINAR	-	2,67	20,08	6,25

(*) Pergunta não aplicada ao segmento discente.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão estão articuladas com as propostas do Projeto Pedagógico do curso?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	-	39,73	26,02	50
NÃO	-	12,02	7,17	8,33
PARCIALMENTE	-	33,89	19,88	27,08
NÃO SEI OPINAR	-	14,36	46,93	14,58

Pergunta não aplicada ao segmento discente. (*)

No que se refere à matriz curricular dos cursos, você considera que é adequada à formação pretendida para o futuro profissional?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	66,15	41,24	37,70	45,83
NÃO	5,53	14,86	9,84	6,25
PARCIALMENTE	22,28	41,07	18,44	33,33
NÃO SEI OPINAR	6,04	2,84	34,02	14,48

A realização de atividades de iniciação científica e científico-culturais (congressos, seminários, encontros) ocorreu:				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
FREQUENTEMENTE	39,32	57,60	34,02	68,18

OCASIONALMENTE	41,83	36,23	33,20	20,45
NUNCA OCORREU	3,51	2,50	3,48	6,82
NÃO SEI OPINAR	15,35	3,67	29,30	4,55

No seu <i>campus</i> , o grêmio estudantil e/ou centros acadêmicos são atuantes? (*)				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	46,76	-	-	-
NÃO	13,27	-	-	-
PARCIALMENTE	29,10	-	-	-
NÃO SEI OPINAR	10,87	-	-	-

(*) Pergunta aplicada apenas ao segmento discente.

Dimensão 4 – A Comunicação com a Sociedade

Essa dimensão avalia a comunicação interna e externa, a imagem pública da Instituição, os meios de comunicação utilizados, a relação entre comunicação e a missão do IFRJ, bem como o atendimento aos alunos e à comunidade de modo geral.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

O marketing institucional e a divulgação dos cursos oferecidos pelo IFRJ são eficientes?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)

SIM	29,15	9,68	17,62	4,17
NÃO	27,05	59,43	42,62	52,08
PARCIALMENTE	36,25	27,71	34,02	43,75
NÃO SEI OPINAR	7,55	3,17	5,74	0

Na sua opinião, há divulgação das ações sociais promovidas pelo IFRJ para a comunidade externa?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	21,71	9,02	17,42	12,50
NÃO	29,45	48,08	35,50	33,33
PARCIALMENTE	33,17	36,73	34,63	50
NÃO SEI OPINAR	15,67	6,18	10,45	4,17
Como você considera o atendimento ao público interno e externo pelos técnico-administrativos, docentes e gestores nos diversos setores do IFRJ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOM	42,61	48,41	52,87	58,33
REGULAR	36,97	40,57	37,50	41,67
RUIM	7,71	8,18	7,38	0
NÃO SEI OPINAR	12,70	2,84	2,25	0

Você já fez uso da Ouvidoria do IFRJ?

Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM E OBTIVE RESPOSTA	3,64	5,34	6,56	20,83
SIM E NÃO OBTIVE RESPOSTA	1,70	2,17	2,05	0
TENTEI E NÃO CONSEGUI	2,08	1,84	1,64	0
NUNCA UTILIZEI	60,03	78,46	78,89	79,17
NÃO CONHEÇO	32,55	12,19	10,86	0

Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Discentes

Essa dimensão avalia as políticas de atendimento aos discentes, verificando a coerência das políticas de atendimento com o estabelecido em documentos oficiais, programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

O atendimento do setor de apoio pedagógico é adequado?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	36,79	36,73	28,28	39,58
NÃO	8,20	12,35	7,99	4,17

PARCIALMENTE	23,49	40,07	22,13	39,58
NÃO SEI OPINAR	29,64	9,02	30,74	4,17
NÃO SE APLICA / NÃO DISPONÍVEL NO CAMPUS	1,89	1,84	10,86	12,50

Como você avalia o desempenho do IFRJ nas políticas inclusivas de acesso, permanência e êxito?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOM	27,97	14,02	15,37	14,58
REGULAR	36,73	44,57	34,02	56,25
RUIM	13,24	33,06	23,77	20,83
NÃO SEI OPINAR	22,06	8,35	26,84	8,33

Como você avalia o funcionamento do programa de assistência estudantil? (concessão de bolsas, auxílio-permanência, ajuda de custo para participação em eventos)				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOM	22,27	27,55	28,69	50
REGULAR	37,38	40,73	32,17	31,25
RUIM	21,63	17,36	11,27	8,33

NÃO SEI OPINAR	15,72	14,36	27,87	10,42
Na sua opinião, os programas de apoio psicológico aos discentes são adequados às demandas e ao contexto social?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	22,41	20,20	15,98	10,42
NÃO	19,07	31,89	21,11	29,17
PARCIALMENTE	17,07	26,21	16,29	35,42
NÃO SEI OPINAR	41,45	21,70	46,52	25

O atendimento do setor de estágios (CoIEE ou equivalente) é adequado?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	21,14	39,07	36,89	62,50
NÃO	9,01	8,01	7,17	4,17
PARCIALMENTE	13,89	22,54	9,43	12,50
NÃO SEI OPINAR	55,96	30,38	46,52	20,83

O atendimento da Coordenação de Turnos (ou setor equivalente) é adequado?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	37,27	61,94	49,80	52,08

NÃO	8,50	8,35	4,51	4,17
PARCIALMENTE	20,23	20,70	13,52	25
NÃO SEI OPINAR	34,01	9,02	32,17	18,75

O atendimento da Biblioteca é adequado?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	72,46	58,43	54,92	60,42
NÃO	5,15	4,34	2,46	4,17
PARCIALMENTE	16,10	19,53	13,32	12,50
NÃO SEI OPINAR	6,28	17,79	29,30	22,92

Na sua opinião, o atendimento do Napne (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) é adequado? (*)				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	13,59	-	-	-
NÃO	6,61	-	-	-
PARCIALMENTE	7,12	-	-	-
NÃO SEI OPINAR	72,68	-	-	-

(*) Pergunta aplicada apenas ao segmento discente.

Na sua opinião, o atendimento da Secretaria Acadêmica é adequado? (*)				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	44,39	-	-	-
NÃO	10,28	-	-	-
PARCIALMENTE	23,81	-	-	-
NÃO SEI OPINAR	21,52	-	-	-

(*) Pergunta aplicada apenas ao segmento discente.

EIXO 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5 – Políticas de Pessoal

Essa dimensão avalia as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho e sua coerência com as políticas firmadas nos documentos oficiais, em especial no PDI.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

Na sua opinião, a política de formação continuada de técnicos e docentes (participação em eventos, capacitação e qualificação acadêmica) é adequada às necessidades institucionais?			
Resposta	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	16,36	21,93	22,92
NÃO	34,06	34,43	27,08

PARCIALMENTE	40,73	35,66	50
NÃO SEI OPINAR	8,85	7,99	0

Qual o seu grau de satisfação em relação ao programa de formação continuada (treinamento e capacitação de pessoal) realizado pelo IFRJ?			
Resposta	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
MUITO SATISFEITO	1,50	4,10	2,08
SATISFEITO	11,69	14,75	22,92
PARCIALMENTE SATISFEITO	30,05	28,48	33,33
INSATISFEITO	34,22	40,57	35,42
NÃO SEI OPINAR	22,54	12,09	6,25

Na sua opinião, o IFRJ apoia e dá condições aos servidores que buscam cursos de formação, aprimoramento, capacitação e qualificação?			
Resposta	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	26,88	29,10	35,42
NÃO	14,86	21,52	12,50
PARCIALMENTE	53,76	43,85	52,08
NÃO SEI OPINAR	4,51	5,53	0

Na sua opinião, o atendimento das questões relacionadas à progressão/promoção profissional (prazo de tramitação dos processos, efetivação da progressão/promoção etc.)

pode ser considerado:			
Resposta	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOM	19,37	20,29	27,08
REGULAR	44,07	40,98	50
RUIM	30,72	28,69	18,75
NÃO SEI OPINAR	5,84	10,04	4,17

Na sua opinião, a política de promoção à saúde e a qualidade no trabalho dos técnico-administrativos e docentes são adequadas?			
Resposta	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	17,53	17,62	10,42
NÃO	33,89	35,04	33,33
PARCIALMENTE	35,23	37,30	41,92
NÃO SEI OPINAR	13,36	10,04	8,33

Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição

A Dimensão 6 aborda a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua interdependência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

Na sua opinião, existe autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiado do <i>campus</i> ? (*)				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	-	43,57	27,87	68,75
NÃO	-	14,36	18,44	6,25
PARCIALMENTE	-	32,05	27,25	20,83
NÃO SEI OPINAR	-	10,02	26,43	4,17

(*) Pergunta não aplicada ao segmento discente.

Na sua opinião, existe participação de docentes, técnico-administrativos e discentes na gestão do <i>campus</i> ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	45,20	42,40	31,97	62,50
NÃO	5,99	16,03	20,08	8,33
PARCIALMENTE	24,06	37,90	38,52	25
NÃO SEI OPINAR	24,76	3,67	9,43	4,17

Como você avalia a atuação do Conselho Superior na gestão da instituição?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms.	Gestores (%)

			(%)	
BOA	22,09	9,85	10,66	8,33
REGULAR	24,95	25,88	23,57	35,42
RUIM	7,04	42,40	31,56	52,08
NÃO SEI OPINAR	45,93	21,87	34,22	4,17

Como você avalia a gestão da Direção-Geral do seu <i>campus</i> ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	41,13	52,42	48,36	79,17
REGULAR	29,91	28,55	26,84	8,33
RUIM	6,58	17,36	15,16	4,17
NÃO SEI OPINAR	13,73	1,67	9,63	8,33

Como você avalia a gestão da Direção de Ensino do seu <i>campus</i> ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	49,78	57,43	45,29	77,08
REGULAR	29,91	27,38	19,06	10,42
RUIM	6,58	13,36	13,11	0
NÃO SEI	13,73	1,84	22,54	12,50

OPINAR				
---------------	--	--	--	--

Como você avalia a gestão da Direção de Administração do seu <i>campus</i> ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	36,41	51,25	53,28	83,33
REGULAR	31,98	30,38	25,61	6,25
RUIM	9,09	11,19	10,66	0
NÃO SEI OPINAR	22,52	7,18	10,45	10,42

Na sua opinião, o planejamento orçamentário está alinhado às metas previstas no PDI?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	6,47	8,51	7,99	25
NÃO	18,58	27,05	21,72	22,92
PARCIALMENTE	11,14	20,37	14,75	39,58
NÃO SEI OPINAR	63,81	44,07	55,53	10,42

Na sua opinião, a gestão do IFRJ é feita de forma transparente e participativa?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	24,51	18,20	21,11	27,08

NÃO	24,73	41,74	34,84	8,33
PARCIALMENTE	27,91	32,55	32,79	64,58
NÃO SEI OPINAR	22,84	7,51	11,27	0

Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira

A sustentabilidade financeira reflete o esforço governamental e institucional direcionado à manutenção da estrutura acadêmica e à continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

Na sua opinião, há participação da comunidade na gestão orçamentária?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	8,76	9,02	8,81	33,33
NÃO	36,43	53,26	46,72	25
PARCIALMENTE	10,71	20,70	19,47	35,42
NÃO SEI OPINAR	44,09	17,03	25	6,25
Na sua opinião, a política de captação de recursos através de programas de fomento é eficiente?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	8,44	4,17	4,10	2,08

NÃO	14	40,73	27,87	37,50
PARCIALMENTE	10,84	25,88	16,80	52,08
NÃO SEI OPINAR	66,72	29,22	51,23	8,33

Na sua opinião, existe transparência na gestão dos recursos financeiros do IFRJ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	19,53	16,36	17,83	29,17
NÃO	28,80	42,07	34,63	10,42
PARCIALMENTE	18,37	24,37	25	56,25
NÃO SEI OPINAR	33,31	17,20	22,54	4,17
Os recursos públicos gerenciados pelo IFRJ são bem-aplicados e atendem às necessidades atuais da Instituição?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	18,15	9,85	13,93	22,92
NÃO	22,28	35,89	29,30	22,92
PARCIALMENTE	28,91	35,06	32,38	47,92
NÃO SEI OPINAR	30,66	19,20	24,39	6,25

EIXO 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7 – Infraestrutura Física

Avaliação das instalações, equipamentos, serviços oferecidos e suas condições.

No que tange ao questionário aplicado, os seguintes resultados foram obtidos:

Na sua opinião, a infraestrutura (espaço físico, iluminação, acústica e ventilação) das salas de aula é adequada e colabora para o bom desempenho das atividades acadêmicas?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	34,74	21,20	31,15	45,83
NÃO	26,43	37,90	23,98	10,42
PARCIALMENTE	37,03	40,40	30,94	33,33
NÃO SEI OPINAR	1,81	0,50	13,93	10,42

Na sua opinião, a limpeza e a conservação das salas de aula são adequadas e colaboram para o bom desempenho das atividades acadêmicas?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	75,43	63,77	60,04	70,83
NÃO	4,94	11,52	6,97	4,17
PARCIALMENTE	18,04	24,37	19,88	14,58
NÃO SEI OPINAR	1,59	0,33	13,11	10,42

Na sua opinião, a infraestrutura dos laboratórios destinados para aulas práticas é adequada?				
--	--	--	--	--

Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	42,48	20,70	30,94	39,58
NÃO	15,48	22,70	13,32	10,42
PARCIALMENTE	36,25	38,56	20,49	33,33
NÃO SEI OPINAR	5,80	18,03	35,25	16,67

Na sua opinião, o acervo da biblioteca (físico e virtual, incluindo portais de periódicos) é adequado e colabora para o bom desempenho das atividades acadêmicas?

Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
SIM	53,53	28,55	29,71	41,67
NÃO	7,66	14,52	11,07	10,42
PARCIALMENTE	30,29	46,24	21,93	22,92
NÃO SEI OPINAR	6,58	7,51	27,46	12,50
NÃO SE APLICA (devido a inexistência)	1,94	3,17	9,84	12,50

A biblioteca de seu *campus*, no que se refere à infraestrutura física (salas de estudo/leitura, acesso ao acervo, computadores) é:

Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	47,03	32,89	35,45	33,33
REGULAR	36,52	40,73	27,66	29,17
RUIM	11,97	19,53	13,32	12,50

NÃO SEI OPINAR	2,78	3,01	9,63	6,25
NÃO SE APLICA (devido a inexistência)	1,70	3,84	13,93	18,75

Na sua opinião, a infraestrutura dos espaços destinados à prática de esportes, atividades culturais e lazer é adequada?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	28,48	26,88	23,16	25
REGULAR	30,96	32,72	27,66	8,33
RUIM	27,62	29,55	23,98	27,08
NÃO SEI OPINAR	6,74	4,67	8,40	2,08
NÃO SE APLICA (devido a inexistência)	6,20	6,18	16,80	37,50

Na sua opinião, a lanchonete/refeitório de seu <i>campus</i> é:				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	8,20	4,34	7,79	2,08
REGULAR	13,89	9,35	11,89	14,58
RUIM	15,83	16,69	11,89	2,08
NÃO SE APLICA (devido a inexistência)	62,54	69,62	68,44	81,25

Como você avalia os espaços de convivência e alimentação?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BONS	19,17	9,35	14,55	20,83
REGULARES	34,03	26,38	28,69	33,33
RUINS	23,98	31,05	27,25	31,25
INADEQUADOS	22,82	32,22	29,51	14,58

Como você avalia a infraestrutura da sala dos coordenadores de curso (espaços e equipamentos)?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	42,37	29,22	31,97	37,50
REGULAR	45,01	31,39	31,56	29,17
RUIM	7,42	18,20	13,11	4,17
NÃO EXISTE	5,20	21,20	23,36	29,27

Como você avalia a infraestrutura da sala de estudos do seu <i>campus</i> (espaços e equipamentos)?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	35,30	18,86	25,61	20,83
REGULAR	37,94	21,20	27,25	31,25

RUIM	11,46	17,53	7,79	6,25
NÃO EXISTE	15,29	42,40	39,34	41,67

Como você avalia a infraestrutura oferecida nos banheiros (espaços, equipamentos e limpeza)?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOA	38,38	41,40	43,03	54,17
REGULAR	39,51	39,57	38,73	39,58
RUIM	22,11	19,03	18,24	6,25

Como você avalia os serviços de tecnologia de informação e comunicação utilizados pelo IFRJ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BONS	37,24	41,24	37,50	35,42
REGULARES	47,95	39,07	50,41	60,42
RUINS	14,81	19,70	12,09	4,17

Como você avalia o auditório do seu <i>campus</i> ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOM	54,13	44,41	44,47	41,67
REGULAR	24,38	23,54	20,29	18,75

RUIM	6,74	12,85	6,56	6,25
NÃO EXISTE	14,75	19,20	28,69	33,33

Como você avalia os bebedouros do seu <i>campus</i> ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BONS	39,43	41,40	41,19	45,83
REGULARES	39,59	39,24	35,86	45,83
RUINS	20,98	19,37	22,95	8,33

Como você avalia as condições de acesso e segurança ao público interno e externo no seu <i>campus</i> ?				
Resposta	Discentes (%)	Docentes (%)	Técnico-Adms. (%)	Gestores (%)
BOAS	27,48	16,36	21,11	18,75
REGULARES	37,92	37,56	40,98	56,25
RUINS	34,60	46,08	37,91	25